Demonstrações Financeiras

Marfrig Global Foods 2015

HIGHLIGHTS

3ª Maior produtora de carne bovina do mundo

Marca presente em mais de 80 países

Produtos reconhecidos pela qualidade *premium*

Uma das maiores fornecedoras globais de alimentos

36 MIL CLIENTES Entre redes de restaurante e serviço rápido de alimentação

18 UNIDADES Produtivas nos Estados Unidos, na Ásia e na Oceania

A Administração da Marfrig Global Foods (“Marfrig”) apresenta o Relatório de Administração e as Demonstrações, com o parecer do Conselho Fiscal e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

O resultado consolidado da Marfrig reflete a descontinuação por venda da Moy Park bem como a decisão da Companhia em vender os ativos de *beef jerky* da Marfood nos EUA, os ativos da Argentina, e a empresa MFG Agropecuária, responsável pelas operações de confinamento no Brasil, sendo em decorrência desses eventos reapresentadas as demonstrações financeiras de 2014 para comparação. Os resultados de 2014 e 2015 dessas operações estão apresentados na rubrica “Resultado Líquido das Operações Descontinuadas”. Os ativos e passivos da Argentina, da MFG Agropecuária e da Marfood estão apresentados nas rubricas “Ativos Mantidos para Venda” e “Passivos Relacionados a Ativos Mantidos para Venda”.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de desejar a todos um excelente 2016 e de parabenizar nossa equipe pelo comprometimento e dedicação em superar as metas em um cenário macroeconômico ainda volátil e desafiador. Agradeço nossos Clientes, Fornecedores e Acionistas pela parceria e apoio na concretização de nossos projetos.

Em 2015, a Marfrig Global Foods deu mais um passo importante na execução do seu plano estratégico Focar para Ganhar. A venda de ativos e a busca por uma melhor eficiência operacional permitiram à Companhia criar uma base mais robusta para o seu crescimento futuro. Destacam-se ainda o avanço no canal de *food service* e de exportações, bem como a contínua expansão na Ásia.

Nosso foco estratégico para 2016 continua na busca por uma empresa mais eficiente. Com a fase de restruturação e alienação de ativos finalizada, continuaremos avançando no reforço da estrutura de capital, focados na redução de nosso endividamento através de uma geração de caixa livre mais robusta.

Marcos Antonio Molina dos Santos
Presidente do Conselho de Administração

O ano foi marcado pela reestruturação operacional e a alienação de ativos, nos tornando uma empresa mais simples e focada, mas ainda altamente globalizada e diversificada.

O comprometimento da equipe com a agregação de valor para toda a cadeia e readequação da estrutura operacional estão refletidas na entrega dos resultados. Pelo terceiro ano consecutivo a Marfrig entregou as metas estabelecidas.

Gostaria assim de agradecer aos nossos Clientes, pela confiança novamente depositada, e aos nossos Colaboradores, Parceiros e Fornecedores, pela dedicação e competência para o alcance de nossas conquistas. Agradeço ainda aos nossos Acionistas pelo apoio na execução do nosso plano estratégico, fundamental para o seu fortalecimento.

Seguimos comprometidos com a estratégia traçada, e manteremos o foco na criação de uma empresa sólida e rentável.

Martin Secco
Diretor Presidente

Marfrig Global Foods S.A.

CNPJ/MF nº 03.853.896/0001-40 - Companhia Aberta

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A estratégia da Marfrig permaneceu pautada no seu plano estratégico "Focar para Ganhar", que obteve grandes avanços em 2015.

Foco nos objetivos foi essencial em um cenário global que permaneceu desafiador, com o menor crescimento dos países em desenvolvimento fazendo com que o Fundo Monetário Internacional (FMI) revisasse para baixo a expectativa do PIB global de 2015, em 3,1%, apesar da contínua recuperação da economia norte-americana e de outros mercados maduros.

Na China, outro mercado importante para a empresa, a mudança na política de crescimento estabelecida pelo governo de migrar de uma economia focada em investimento e manufatura com maior ênfase em consumo e serviços fez com que o PIB apresentasse crescimento de 6,9% no ano. Em relação ao Brasil, a expectativa é de uma retração do PIB de 2015 em 3,7% a.a., refletindo o agravamento da crise econômica do país.

Em função da decisão estratégica de aprofundar o foco da Companhia em *food service* a nível global, em junho de 2015 foi anunciada a venda de Moy Park por US$ 1,5 bilhão. O valor recebido pela Marfrig foi de US$ 1,2 bilhão e a dívida líquida de GBP 193 milhões da Moy Park foi assumida pela JBS.

Atualmente, a Marfrig possui uma operação mais simples e focada, com duas unidades de negócio, a Keystone e a Marfrig Beef, cada uma representando cerca de 50% do faturamento global.

Em linha com o compromisso de adequar sua estrutura de capital, após o recebimento dos recursos dos desinvestimentos a Marfrig deu continuidade ao seu processo de gerenciamento do endividamento e recomprou ao longo do 4T15 US$ 470 milhões de suas notas sênior com vencimentos entre 2017 e 2021.

No que tange à estratégia de melhorar a eficiência operacional, a Companhia decidiu reduzir temporariamente sua capacidade fabril, em cerca de 30%, buscando se adequar à disponibilidade de bovinos para abate no mercado brasileiro. Com isso, a Marfrig manteve 10 plantas em operação e encerrou o ano com uma taxa de utilização efetiva das mesmas de 90,1%.

Em relação aos seus principais indicadores financeiros, a receita bruta da Marfrig foi de R$ 19 bilhões, um crescimento de 22,4% na comparação com 2014, explicado pela depreciação do real seguido pelo maior volume de vendas da Keystone.

O EBITDA Ajustado consolidado da Companhia atingiu R$ 1,8 bilhão, uma alta de 32,3% em relação a 2014. A margem EBITDA foi de 9,5%, com uma expansão de 60 *bps*. Contribuíram para esse resultado a melhor performance operacional da Marfrig Beef Brasil e da Keystone, parcialmente compensado pela retração de margens da operação do Uruguai no 2º semestre de 2015.

O compromisso da Marfrig com o desenvolvimento sustentável trouxe importantes conquistas e reconhecimentos externos em 2015. A Companhia foi apontada pela "*The Business Benchmark on Farm Animal Welfare*" (BBFAW) como uma das melhores empresas em práticas de bem-estar animal do mundo. A Marfrig subiu uma posição no *ranking* e foi classificada como ***Tier 2***, sendo a multinacional brasileira mais bem posicionada.

A Marfrig integrou, mais uma vez, o seleto grupo de empresas listadas no *ranking* 200 Maiores - Grandes Grupos, do anuário do veículo de comunicação Valor Econômico, publicado em dezembro de 2015. A Companhia ficou como a 34ª maior companhia do *ranking*, segundo sua receita bruta, subindo três posições em relação a 2014.

Destaca-se ainda a conquista, pela Companhia, do prêmio "*Best Corporate Awards 2015*" na categoria Melhor Estratégia de Mercado de Capitais do Brasil - "*Best Capital Markets Strategy - Brazil*", organizado pela revista Latin Finance.

2. A MARFRIG GLOBAL FOODS

A Marfrig Global Foods é uma multinacional brasileira altamente internacionalizada, com presença em 11 países, sendo uma das mais diversificadas e maiores empresas do mercado global de proteína. O modelo de negócio é composto por 45 unidades de produção, centros de distribuição e escritórios, localizados na América do Sul, América do Norte, Europa, Oceania e Ásia. As atividades da Companhia dividem-se em produção, processamento, industrialização, venda e distribuição de alimentos à base de proteína animal, além de outros produtos alimentícios variados, tais como vegetais congelados e sobremesas.

Com cerca de 31 mil colaboradores, a Companhia atua nos segmentos de *food service,* varejo e da indústria de alimentos, oferecendo soluções inovadoras, seguras e saudáveis. Com um portfólio diversificado e abrangente, seus produtos estão presentes nas maiores redes de restaurantes e supermercados, além das casas dos consumidores em aproximadamente 100 países. A Marfrig é ainda a maior produtora de ovinos na América do Sul, a maior Companhia privada no Uruguai e a 3ª maior produtora de carne bovina do mundo. Seu modelo de negócio é composto por duas divisões, de abrangência global:

- **Keystone Foods**: é uma das maiores fornecedoras globais de produtos de proteína com alto valor agregado para os canais de *fast food* (*quick-service-restaurants* ou QSRs), varejistas e indústria de alimentos. Com sede nos EUA, a plataforma operacional e presença da Keystone está localizada em 7 estados norte-americanos e 6 países na Ásia e Oceania. Focada em inovação e comprometida com altos padrões de segurança e qualidade alimentar, combina seu amplo conhecimento na indústria de alimentos e o foco no cliente para oferecer um *mix* completo de produtos congelados e resfriados.
- **Marfrig Beef**: foi a empresa pioneira na comercialização e promoção da carne bovina e ovina no mercado brasileiro. Com grande expertise no segmento de *food service* no Brasil, também tem forte presença no mercado externo, onde é igualmente reconhecida pela qualidade dos seus produtos *premium*. As operações internacionais na América do Sul concentram-se na exportação de cortes nobres de carne bovina e ovinos, e no aproveitamento da posição estratégica no Uruguai e Chile, garantindo à Marfrig acesso aos principais mercados consumidores do mundo.

3. DESEMPENHO

De acordo com os dados de USDA, estima-se que o consumo por proteína (carne, aves e suíno) em 2015 foi de 253,7 milhões de toneladas. Os mercados emergentes (América Latina, Ásia e África) responderam por 60% desse valor, sendo que a China representou 50% desses mercados. A alteração na política monetária chinesa, com maior incentivo ao crescimento interno e expansão da classe média, tem influenciado positivamente o consumo por proteína.

CONTEXTO SETORIAL - BOVINOS

Brasil: Após um primeiro trimestre impactado pela saída de Rússia e Venezuela do mercado global de carnes, dois dos grandes importadores do setor, observou-se uma recuperação nas margens da indústria a partir do 2º trimestre. Destacam-se o fechamento da capacidade local, que permitiu à indústria melhor se ajustar à disponibilidade de gado para abate, e a abertura da China para a exportação de carne brasileira in natura, que parcialmente compensaram a desaceleração da demanda brasileira, afetada pelo agravamento da crise econômica.

Uruguai: Diferentemente do Brasil, o Uruguai apresentou um forte desempenho no início de 2015, sendo que o volume exportado do 1T15 foi 21,7% superior ao mesmo período de 2014. Esse cenário, todavia, se reverteu durante o 2º semestre do ano, em função de um período de estiagem mais prolongado e de uma retração das margens de exportação, as quais voltaram a apresentar recuperação no final do último trimestre de 2015.

CONTEXTO SETORIAL - AVES E O SEGMENTO DE *FOOD SERVICE*

Após três anos de forte crescimento e expansão de margens, observou-se uma retração na rentabilidade do setor ao longo de 2015 face à maior disponibilidade de oferta. Esse cenário foi ainda acentuado pelo surto de gripe aviária que atingiu os EUA no primeiro semestre do ano, e que impactou as exportações norte-americanas.

Por outro lado, observou-se uma queda no custo de insumos. De acordo com os dados da USDA, o preço médio do milho e soja apresentaram redução de 4% e 24%, respectivamente, em relação a 2014.

Em relação ao segmento de *food service*, a Associação Nacional de Restaurantes dos EUA (NRA) estima uma alta de 3,8% em vendas na comparação com 2014, totalizando US$ 709,2 bilhões em 2015.

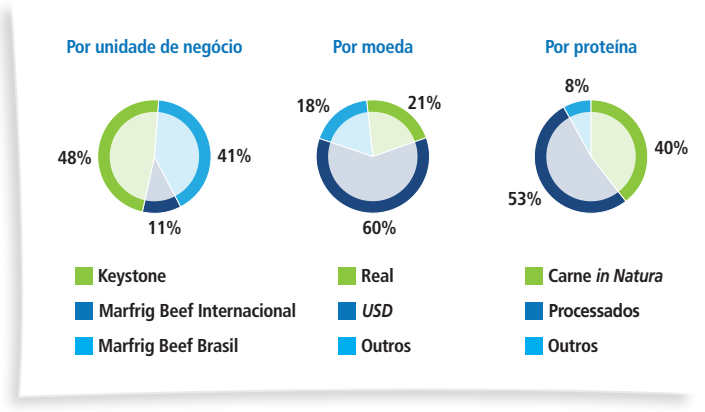
Na região da APMEA, observou-se a continua expansão das redes globais de *food service*. O McDonald's, por exemplo, expandiu 81 lojas na China, 38 na Coréia e 24 nas Filipinas.

3.1. RESULTADO CONSOLIDADO

▪ RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida consolidada da Marfrig Global atingiu R$ 19 bilhões em 2015, um crescimento de 24,2% em relação a 2014. Os principais fatores que levaram a esse desempenho foram (i) a desvalorização do Real frente ao Dólar de 41,6%; (ii) a expansão de 7,6% da receita da Keystone em dólares, principalmente, devido ao aumento de volume de produtos processados; (iii) parcialmente compensados pela redução do volume de vendas da divisão Marfrig Beef Brasil. Em dólares, a receita foi de, aproximadamente, US$ 6 bilhões.

Destaca-se que, mesmo após a decisão de alienação de ativos, a Marfrig permanece altamente globalizada e se mantém como uma das maiores e mais diversificadas empresas do setor de proteína. O crescimento das operações internacionais, Keystone e Marfrig Beef Internacional, fez que elas encerrassem 2015 representando 59,0% da receita total. Considerando as exportações da operação brasileira, o mercado internacional respondeu por 78,7% das vendas totais da Companhia. As vendas para o mercado doméstico brasileiro responderam por apenas 21,3% do total.



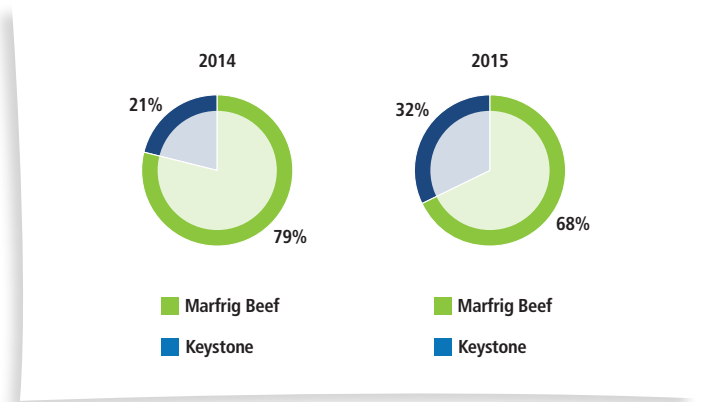
▪ CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS (CPV)

Em 2015, o custo dos produtos vendidos totalizou R$ 17 bilhões, 25,4% superior ao ano anterior, explicado (i) pelo maior volume de vendas de Keystone; (ii) pela depreciação média do real frente ao dólar; (iii) pelo aumento do preço médio do boi gordo no Brasil, que teve alta de 15% de acordo com o índice ESALQ; (iv) parcialmente compensados pela redução de gastos fixos, em função do fechamento da capacidade de abate no Brasil; e (v) pelo menor custo de grãos das operações no exterior.

CPV (R$ milhões)	2015	Participação (%)	2014	Participação (%)	Variação (%)
Matéria-prima	12.078,1	72,8%	9.755,5	73,8%	23,8%
Mão de Obra	1.835,7	11,1%	1.419,7	10,7%	29,3%
Custo de Produção	2.165,5	13,1%	1.683,6	12,7%	28,6%
Outros Custos	510,4	3,1%	368,6	2,8%	38,4%
Total	**16.589,7**	**100,0%**	**13.227,4**	**100,0%**	**25,4%**
Marfrig Beef	*8.335,5*	*50%*	*7.748,1*	*58,6%*	*7,6%*
Keystone Foods	*8.254,2*	*50%*	*5.479,4*	*41,4%*	*50,6%*

▪ LUCRO BRUTO E MARGEM BRUTA

O lucro bruto atingiu R$ 2,3 bilhões no ano, uma alta de 16,2% em relação a 2014. Desse montante, 42% é atribuído às operações internacionais, Keystone e Marfrig Beef Internacional. Destaca-se o aumento de 110 *bps* da participação de Keystone, que respondeu por R$ 732,0 milhões ou 32% do lucro bruto consolidado.



A margem bruta, por sua vez, foi de 12,2%, uma redução de 80 *bps* na comparação com 2014, em função da queda das margens das exportações do Brasil no 1T15 frente à redução pontual das compras da Rússia no mercado global de carne bovina; e da retração de margens da operação do Uruguai no 2º semestre de 2015.

▪ DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS (DVGA)

As despesas com vendas, gerais e administrativas (DVGA) totalizaram R$ 944 milhões no ano, uma redução de 1,3% em relação ao valor registrado em 2014.

As despesas com vendas apresentaram uma queda de R$ 72 milhões, explicada pela redução dos gastos de marketing, que em 2014 foram afetados pelo patrocínio da Copa do Mundo.

As despesas gerais e administrativas, por sua vez, apresentaram uma alta de 17,2% em relação a 2014 em decorrência, principalmente, do efeito do câmbio na tradução dos valores das unidades internacionais para o Real, que é a moeda funcional da Companhia.

Na unidade Marfrig Beef, as despesas gerais e administrativas apresentaram uma queda de 10,8% no ano levando a uma redução absoluta de R$ 23 milhões. A depreciação do real frente ao dólar foi compensada pelos esforços na redução e corte de gastos fixos, resultado dos esforços do programa "Focar para Ganhar".

DVG&A (R$ milhões)	2015	2014	Variação (%)
Despesas com Vendas	**541,1**	**613,1**	**(11,7%)**
% sobre a Receita Líquida	*2,9%*	*4,0%*	
Despesas Gerais & Administrativas	**402,9**	**343,7**	**17,2%**
% sobre a receita líquida	*2,1%*	*2,3%*	
Total DVG&A	**944,0**	**956,8**	**(1,3%)**
% sobre a Receita Líquida	*5,0%*	*6,3%*	
Marfrig Beef (%ROL)	*7,2%*	*8,7%*	
Keystone Foods (%ROL)	*2,6%*	*2,5%*	

▪ EBITDA AJUSTADO E MARGEM EBITDA AJUSTADO

Em 2015, o EBITDA ajustado consolidado atingiu R$ 1,8 bilhão, um crescimento de 32,3% na comparação com o ano anterior. A margem EBITDA ajustada foi de 9,5%, uma expansão de 60 bps acima da margem de 8,9% de 2014. Os principais fatores que levaram a esse desempenho foram (i) a recuperação dos *spreads* de bovinos na operação do Brasil, aliada à redução das despesas de vendas, gerais e administrativas; (ii) o crescimento de 17,2% do EBITDA da Keystone em dólares; (iii) a desvalorização do real frente ao dólar; (iv) parcialmente compensados pelo menor volume de vendas da operação do Brasil e pela deterioração das margens da operação do Uruguai no 2º semestre de 2015.

As operações internacionais responderam por 47% do EBITDA ajustado do ano, um aumento de 200 *bps* contra os 45% em 2014. A Keystone, especialmente, passou a representar 41% do EBITDA ajustado, o que levou ao incremento de 900 *bps* em sua participação.

3.1.1. KEYSTONE

A Keystone registrou uma receita líquida de US$ 2,7 bilhões em 2015, um aumento de 7,6% em relação à 2014. Esse desempenho é explicado (i) pelo sucesso na estratégia com *Key Accounts*, gerando crescimento de 22% nas vendas a nível global e (ii) pelo crescimento do volume de vendas nas operações da APMEA. Em Reais, a receita da unidade foi de R$ 9,0 bilhões, passando a representar 48% da receita líquida consolidada da Companhia.

Nos Estados Unidos, a receita líquida atingiu US$ 1,9 bilhão, uma alta de 3,0% em relação à 2014. O principal fator de crescimento foi a expansão do volume de vendas com *Key Accounts*.

Na região da APMEA, a receita líquida foi de US$ 792 milhões, 20,6% superior aos US$ 657 milhões do ano anterior, destacando-se o incremento de 23,1% do volume de vendas, impulsionado pela expansão dos canais de *QSRs* principalmente na China e Tailândia.

O lucro bruto apresentou crescimento de 23,8% em relação a 2014, alcançando o montante de US$ 216 milhões. A margem foi de 8,0%, 100 *bps* acima da margem de 7,0% de 2014, em função (i) crescimento de dois dígitos no volume com *Key Accounts* (23%); (ii) menor custo da carne de frango (13%/ton) nos Estados Unidos; (iii) do menor preço dos grãos nos Estados Unidos reduzindo o custo da ração animal (11%/ton); e (iv) eficiências operacionais na região da APMEA e dos Estados Unidos.

No ano, as Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas (DVGA) totalizaram US$ 70 milhões, uma alta de 10,6% em função de recuperações de despesas em 2014 e atualização de provisões alinhada ao crescimento dos resultados. Destaca-se, todavia, que a DVGA em função da receita líquida foi de 2,6%, mantendo-se em linha com o apresentado no ano anterior (2,5%).

Por consequência, o EBITDA ajustado atingiu US$ 216 milhões, 17,2% superior a 2014. A margem EBITDA foi de 8,0%, cerca de 60 *bps* superior ao ano anterior. Em reais, o EBITDA 2015 ajustado foi de R$ 730 milhões, uma alta de 66,7% em relação a 2014.

3.1.2. MARFRIG BEEF

A receita líquida da Marfrig Beef em 2015 atingiu R$ 9,9 bilhões, uma alta de 6,4% na comparação com o ano anterior, passando a responder por 52% da receita consolidada da Companhia. O menor volume de vendas do ano foi compensado pelo maior preço médio no mercado brasileiro e pela desvalorização do Real frente ao Dólar. No ano, as exportações brasileiras, juntamente com a receita das unidades internacionais, foram responsáveis por 59% da receita da divisão Marfrig Beef, refletindo o posicionamento diferenciado da Companhia no mercado global de carne bovina.

No que tange as exportações brasileiras, destaca-se a abertura do mercado chinês para a carne brasileira. Atualmente, das 10 plantas em operação, a Companhia possui 3 plantas certificadas para a China.

Apesar do desafiador cenário do mercado brasileiro, a receita líquida da unidade Marfrig Beef Brasil em 2015 foi de R$ 7,8 bilhões, 1,4% superior à receita registrada em 2014. O menor volume de vendas, influenciado pela desaceleração da demanda local e pela adequação da capacidade da indústria à atual disponibilidade de gado disponível para abate, foi compensado (i) pelo maior preço doméstico; e (ii) pelo melhor *mix* de vendas, com foco nos canais de *food service*, pequeno varejo e exportação. Destaca-se ainda a depreciação do Real frente ao Dólar, que compensou a redução do preço internacional da carne bovina.

A receita líquida das Unidades Internacionais totalizou US$ 650 milhões no ano, uma queda de 8,3% em relação a 2014 em decorrência, principalmente, (i) da queda de preços da indústria a nível global e, (ii) da retração da receita do mercado doméstico de 8,8%, reflexo da queda dos preços no mercado global e a desvalorização do Peso Uruguaio frente ao Dólar Americano de 17,5%, sendo parcialmente compensado pelo aumento de 4,8% nos volumes de vendas.

Em 2015, o lucro bruto atingiu R$ 1,6 bilhão, em linha com o registrado no ano anterior. A margem bruta, todavia, foi de 15,9%, uma retração de 90 *bps*. Esse resultado é explicado, principalmente, (i) pelo fraco desempenho das exportações brasileiras no primeiro trimestre, que foram afetadas pela menor demanda pontual de Rússia; e (ii) pela retração das margens da operação do Uruguai no 2º semestre de 2015, que foram impactadas por um período mais longo de estiagem e pelo menor preço médio de venda. No Brasil, destaca-se ainda o aumento do custo na compra do gado, com a alta de 15% do preço médio da arroba do boi gordo, de acordo com os dados da ESALQ.

No ano, as despesas com Vendas, Gerais e Administrativas (DVGA) totalizaram R$ 709 milhões, uma queda de 12,2% em relação a 2014, que em termos absolutos representou uma economia de R$ 98 milhões. Em linha com a estratégia "Focar para Ganhar", com o objetivo de reduzir estruturalmente gastos fixos e despesas, a DVGA passou representar 7,2% da receita líquida da unidade reduzindo 150 bps contra 8,7% em 2014.

Nesse contexto, o EBITDA Ajustado da Marfrig Beef em 2015 foi de R$ 1,1 bilhão, 15,8% superior ao EBITDA do ano anterior. A margem EBITDA registrada foi de 10,7%, uma expansão de 90 *bps* contra a margem de 9,8% em 2014.

3.2. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido de 2015 totalizou uma despesa de R$ 3,1 bilhões, comparado a uma despesa de R$ 2,1 bilhões em 2014.

A Marfrig possui exposição líquida ao dólar (passivos atrelados a esta moeda maiores que os ativos), portanto qualquer mudança de comportamento de câmbio afeta o resultado financeiro contábil. No entanto, a variação cambial sobre as dívidas contraídas em subsidiárias operacionais no exterior, cuja moeda funcional da investida diverge da controladora, são registradas no patrimônio líquido, sem afetar o resultado.

Nesse contexto, o efeito da depreciação do Real frente do Dólar em 47,0% sobre a exposição líquida consolidada impactou negativamente o resultado financeiro em R$ 1,1 bilhão.

O resultado financeiro, excluindo os efeitos da variação cambial, apresentou uma despesa de R$ 2,0 bilhões, um aumento de 25,1% em relação a 2014, explicado (i) pelo aumento de R$ 113 milhões da linha "despesas bancárias/comissões/descontos financeiros/outros" decorrente da baixa contábil (sem efeito caixa) do custo de emissão da recompra das notas sênior; (ii) e pela marcação líquida a mercado dos derivativos; parcialmente compensados (iii) pelo ganho de R$ 136 milhões referente à recompra das notas sênior abaixo do valor de face.

Resultado Financeiro Líquido (R$ milhões)	2015	2014	Variação (%)
Receita Financeira	**585,0**	**282,2**	**107,3%**
Juros recebidos/rendimentos	108,8	108,0	0,7%
Receita com derivativos	325,5	173,3	87,8%
Outros	150,7	0,9	17.161,8%
Despesa Financeira	**(2.612,7)**	**(1.902,5)**	**37,3%**
Juros sobre empréstimo/debêntures/arrendamentos	(1.321,4)	(1.018,2)	29,8%
Despesas com derivativos	(582,6)	(288,1)	102,2%
Despesas bancárias, comissões, descontos financeiros e outros	(708,7)	(596,2)	18,9%
Variação Cambial Líquida	**(1.058,9)**	**(441,6)**	**139,8%**
Resultado Financeiro Líquido	**(3.086,6)**	**(2.061,9)**	**49,7%**

continua...

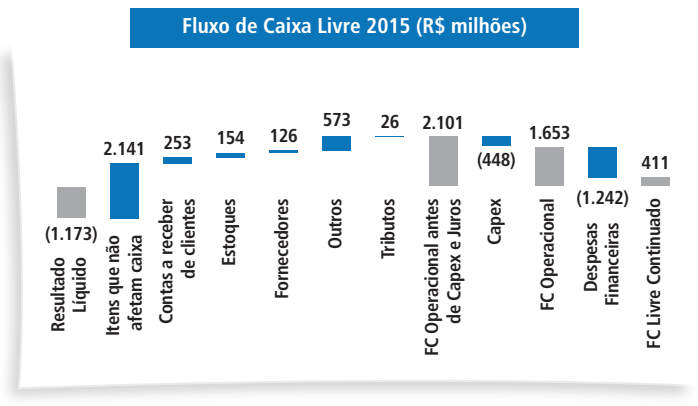
3.3. RESULTADO LÍQUIDO

A Marfrig registrou um prejuízo líquido no exercício de 2015 de R$ 586 milhões, uma melhora de 20,8% em relação à perda líquida de R$ 740 milhões em 2014. Esse desempenho foi influenciado pelo melhor resultado operacional, conforme já explicado, e pelo impacto positivo referente ao ganho da venda da Moy Park no 3T15.

3.4. FLUXO DE CAIXA

O comprometimento da Companhia na geração de caixa vem sendo solidificado a cada exercício; em 2015 o fluxo de caixa operacional acumulado foi de R$ 2,1 bilhões, R$ 138 milhões acima do fluxo de 2014. O resultado da estratégia delineada no programa "Focar para Ganhar" mostra os esforços compartilhados por cada uma das unidades de negócio, com especial destaque para o segmento Marfrig Beef que manteve o foco no controle de despesas e melhorias do capital de giro, assim resultando no fluxo de caixa livre de R$ 411 milhões para o ano. Analisando apenas as operações continuadas e excluindo os efeitos com as operações descontinuadas, o fluxo de caixa livre foi de **R$ 103 milhões**.

Fluxo de Caixa Livre 2015 (R$ milhões)



Obs.: Resultado líquido não considera ganho de capital e resultado das operações descontinuadas.

3.5. ESTRUTURA DE CAPITAL, LIQUIDEZ E *RATING*

Endividamento e Perfil da Dívida

A Marfrig encerrou o exercício de 2015 com dívida bruta consolidada de US$ 3,1 bilhões, 25% inferior à registrada em 2014. Quando medida em reais, a dívida bruta registrada foi de R$ 12 bilhões, impactada pela apreciação da moeda norte-americana em 47,0% no período. A parcela da dívida bruta atrelada ao Real foi de 6,7%.

O saldo de caixa e aplicações totalizou US$ 1,3 bilhão, uma alta de 28,0% em relação ao ano anterior, explicada pelos recursos recebidos com a venda da Moy Park.

A dívida líquida em dólares apresentou queda de 42,4%, totalizando US$ 1,8 bilhão. Quando medida em reais, a dívida líquida foi de R$ 7,1 bilhões.

Em continuidade com sua estratégia de liquidez, destaca-se em dezembro de 2015 o aditamento e a extensão das linhas de crédito existentes na Keystone. As linhas disponíveis foram aumentadas em US$ 270 milhões, totalizando US$ 900 milhões, e consistem em uma linha rotativa ("*revolver*") de US$ 530 milhões, com vencimento em 2020, e um empréstimo a prazo ("*term loan*") de US$ 370 milhões, com vencimento em 2022.

Liquidez e Endividamento

O índice de alavancagem (dívida líquida/EBITDA UDM) ficou em 2,26x, substancialmente inferior ao índice de 4,98x no ano anterior. Contribuiu para esse desempenho o crescimento do EBITDA dos últimos 12 meses e o ganho de capital na venda de Moy Park de R$ 1,4 bilhão.

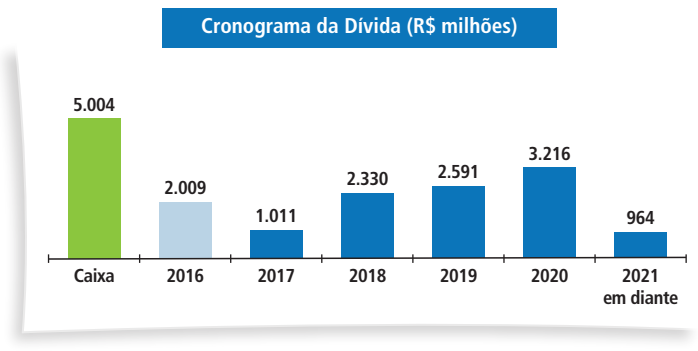
Importante ressaltar que o cálculo do índice de alavancagem das operações de financiamento bancário e via mercado inclui disposições contratuais que permitem a exclusão dos efeitos da variação cambial. Portanto, o índice apurado para esse propósito alcançou 0,54x ao final do 4T15 (para informações adicionais, vide nota 32.6 das demonstrações financeiras de 2015).

Na opinião da Administração, o índice que melhor reflete o nível de alavancagem atual da Companhia é a relação entre dívida líquida e EBITDA Ajustado das operações continuadas do 4T15 anualizado. Este índice ficou em 3,38x, e reflete uma pequena diferença de 1,6% entre a taxa de câmbio da data de fechamento de R$ 3,90/US$ das demonstrações financeiras, utilizada para traduzir o endividamento líquido, e a taxa média do trimestre de R$ 3,84/US$.

Cronograma da Dívida (R$ milhões)

Em 31 de dezembro de 2015 o *duration* do endividamento era de 4,1 anos, sendo que apenas 16,6% tem vencimento no curto prazo enquanto 83,4% no longo prazo. O custo médio da dívida da Companhia foi de 7,88% a.a., versus 7,65% a.a. em 2014.

Cronograma da Dívida (R$ milhões)



Indicadores

	2015	2014		2015	2014
Dívida Líquida/EBITDA LTM	2,26	4,98	*Duration* (meses)	50	49
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado 4T Anualizado	3,38	3,83	Custo Médio (a.a.)	7,88%	7,65%
Caixa & Equivalentes/Dívida de Curto Prazo	2,49	1,60	Dívida de Longo Prazo (%)	83,4%	85,0%
Dívida Líquida/Total de Ativos	0,34	0,42	Dívida em R$ (%)	6,7%	8,4%
Liquidez Corrente	1,82	1,79	Dívida em outras moedas (%)	93,3%	91,6%

Classificação de Risco - Escala Global

Em outubro de 2015, a Fitch Ratings divulgou relatório mantendo o rating da Marfrig em "B+", e alterou a perspectiva de "estável" para "**positiva**". A mudança da recomendação foi suportada pela aceleração do processo de desalavancagem em função da venda da Moy Park e a expectativa de que a Companhia irá melhorar a geração de fluxo de caixa livre nos 24 meses subsequentes.

Agência	Escala Nacional	Escala Internacional	Perspectiva
Standard and Poor's	br BBB	B+	Estável
Fitch Ratings	BBB+ Brz	B+	Positivo
Moodys		B2	Estável

3.6. INVESTIMENTOS

Investimentos - CAPEX (R$ milhões)	2015	2014	Variação (%)
Aplicações em Ativo Imobilizado	**400,5**	**284,6**	**40,7%**
Ativo Fixo	328,6	232,9	41,1%
Matrizes	71,9	51,7	39,0%
Aplicações em Intangível & Investimentos	**47,1**	**12,7**	**269,7%**
Total	**447,6**	**297,4**	**50,5%**

Os investimentos somaram R$ 448 milhões em 2015, uma expansão de R$ 150 milhões na comparação com 2014 influenciada, principalmente, pelas operações que foram descontinuadas e pelo efeito do câmbio na tradução dos valores das unidades internacionais para o Real, que é a moeda funcional da Companhia. No ano, foram investidos R$ 329 milhões visando manutenção e expansão das unidades de produção, enquanto R$ 72 milhões foram gastos em renovação do plantel de matrizes.

4. *GUIDANCE*

No Marfrig Day, a Companhia apresentou *guidance* para o ano, que contemplava as operações de Moy Park bem como os ativos de Argentina, Marfood e MFG Agropecuária. Sendo assim, para fins de comparação, a tabela a seguir considera as operações descontinuadas. Pelo 3º ano consecutivo, as metas foram atingidas e ficaram em linha com as estimativas anunciadas.

	Faixa-Alvo 2015 (1)	Resultado Combinado 2015 (4)
Receita	R$ 23 a R$ 25 bilhões	R$ 25 bilhões
Margem EBITDA Ajustado (2)	8,0% a 9,0%	8,5%
Investimentos (Capex)	R$ 650 milhões	R$ 556 milhões
Fluxo de Caixa Livre para o Acionista (3)	R$ 100 a R$ 200 milhões	R$ 213 milhões

(1) Premissas com base nas taxas de câmbio de R$ 2,70/US$ 1,00 e R$ 4,30/£1,00.
(2) Não considera itens não recorrentes.
(3) Fluxo de caixa operacional após investimentos, despesas com juros e imposto de renda.
(4) Valores não auditados incluindo as operações descontinuadas: Moy Park, Argentina, Marfood e MFG. Não inclui recursos da venda da Moy Park.

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Marfrig Global Foods tem um modelo de gestão de negócios que atende as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Regulamento do Novo Mercado da BM&FBovespa, bem como as recomendações do Código Brasileiro das Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). A conduta dos negócios do Grupo é baseada na transparência na divulgação de informações aos seus diversos públicos de interesse - acionistas, investidores, clientes, consumidores, fornecedores, colaboradores e sociedade e estabelece práticas de governança corporativa que vão além das recomendações e obrigações legais.

Além do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal permanente, a Companhia possui quatro comitês de apoio ao Conselho de Administração, cuja função principal é avaliar os assuntos de interesse, visando melhorar a qualidade e a velocidade do processo de deliberação. São eles: Comitê de Auditoria, Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos, Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos e Comitê de Gestão

Destacam-se ainda, os instrumentos e políticas que apoiam o processo de Governança Corporativa na Marfrig:

- **Código de Ética**: dá a base ética para o seu cumprimento e fortalecimento por meio da definição dos os valores, princípios e práticas que orientam a boa conduta corporativa, alinhado às melhores práticas e exigências legais.
- **Manual Anticorrupção**: baseado na legislação brasileira anticorrupção, o manual informa como as políticas de integridade de Companhia se traduzem em processos e procedimentos práticos de serem cumpridos.
- **Política de Negociação de Valores Mobiliários**: estabelece as regras e procedimentos a serem adotados pela companhia e pessoas a ela vinculadas, para negociação de valores mobiliários por ela emitidos, assegurando a todos os públicos interessados na companhia uma conduta ética daqueles que possuem informações relevantes.
- **Política de Divulgação**: estabelece as práticas de divulgação e uso de informações a serem observadas pelo Acionista Controlador, pelos Administradores e pelos Conselheiros Fiscais, bem como por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, possa vir a ter conhecimento de informação relativa a Ato ou Fato Relevante da Companhia, nos termos da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, e da Instrução CVM nº 369, de 11 de junho de 2002.
- **Política de Dividendos**: de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Marfrig, uma Assembleia Geral Ordinária de acionistas deve ser realizada no primeiro quadrimestre de cada ano para a deliberação da distribuição dos dividendos anuais. Quando divulgada a distribuição de dividendos, todos os acionistas têm direito ao recebimento de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado, apurado nas demonstrações financeiras.

Aderência à Câmara de Arbitragem do Mercado

A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Relacionamento com os auditores independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, que trata da prestação de outros serviços pelos nossos auditores independentes, BDO RCS Auditores Independentes SS, informamos que o total referente à prestação de outros serviços que não os de auditoria externa não representam mais de 5% dos honorários globais pagos ao grupo de auditores da Marfrig Global Foods S.A. e suas controladas, e os trabalhos realizados não afetam a independência dos auditores.

6. MERCADO DE CAPITAIS E RELAÇÕES COM INVESTIDORES

As ações da Marfrig, negociadas na BM&FBovespa (MRFG3) no segmento Novo Mercado, encerraram o ano de 2015 cotadas a R$ 6,35/ação, uma alta de 4% em relação ao final de 2014. A expansão vista a partir do final de Junho, após o anúncio de venda de Moy Park, onde a cotação máxima chegou em R$ 7,17/ação em 2015, foi afetada pela piora do cenário brasileiro.

Já o volume financeiro médio expandiu 8%, passando de R$ 13,8 milhões para R$ 15,0 milhões por dia.

Os ADRs (MRRTY) negociados no OTC fecharam o ano cotados a US$ 1,54/ação, uma queda de 32% em relação a 2014. No mesmo período, o S&P teve desvalorização de 1% e atingiu 2.063 pontos.

Na carteira teórica do Ibovespa, válida para os meses de setembro a dezembro de 2015, a Marfrig ocupava a 52º posição em liquidez, com 0,33% de participação no índice, 4 posições acima da carteira anterior.

7. DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL

O ano de 2015 foi marcado pelo contínuo fortalecimento dos pilares estratégicos para o Desenvolvimento Sustentável da Marfrig, que permeiam todas as unidades de negócio e são referência para o desenvolvimento de ações locais, que em conjunto promovem e asseguram a sustentabilidade de todo sistema produtivo. Os pilares que compõe a estratégia de Sustentabilidade da Companhia são: (1) Clientes; (2) Fornecedores; (3) Meio Ambiente; (4) Ambiente de Trabalho; (5) Econômico; e (6) Social.

Como parte do compromisso pela produção sustentável e de preservação da biodiversidade, a Companhia assumiu vários compromissos públicos em parcerias com grandes organizações. Alguns dos destaques de 2015:

- **Pacto Greenpeace:** na auditoria de 2015 a Marfrig mais uma vez obteve um excelente resultado, sendo a única empresa do setor com 100% de mapas georreferenciados, o que evidencia a liderança no trabalho junto à sua cadeia de suprimentos. A Companhia trabalha junto aos seus fornecedores no desenvolvimento de boas práticas de gestão, assegurando assim maior produtividade e preservação ambiental, o que possibilita acesso aos mercados mais exigentes. Esse esforço resultou em um aumento de exportações para o mercado europeu e venda de carne enlatada em uma das grandes redes de supermercado do Reino Unido.
- ***Rainforest Alliance CertifiedTM*:** a Marfrig lançou, em parceria com cliente europeu, o primeiro hambúrguer certificado *Rainforest Alliance*, que irá atender as redes de varejo na Europa com carne produzida de acordo com os mais elevados padrões de sustentabilidade ambiental, social e econômica, e de bem estar animal e gestão da produção.
- **The Nature Conservancy:** avançamos na disseminação de boas práticas no Sul do Pará, assim como promovemos assistência técnica aos produtores, tanto em questões ambientais como de bem estar animal. Além dessas ações em campo, trabalhamos na elaboração de um plano comercial para a venda de produtos oriundos desse projeto que deverá trazer maior visibilidade e engajamento por parte do consumidor final.

No ano, a unidade Marfrig Beef recebeu o 5º Prêmio Fecomercio de Sustentabilidade por seu projeto de monitoramento geoespacial da cadeia de fornecimento bovino no Brasil, que garante a origem dos animais comprados próximo ao Bioma Amazônia.

Em relação ao seu comprometimento com o bem-estar animal, em 2015 a Marfrig subiu uma posição no *ranking* "***The Business Benchmark on Farm Animal Welfare***" (*BBFAW*), que aponta as empresas com as melhores práticas de bem-estar animal do mundo, e foi classificada como ***Tier 2*** ao lado de grandes empresas globais. No ano anterior, a Marfrig já figurava como uma das empresas brasileiras mais bem colocadas no *ranking* com o *Tier 3*.

Os reconhecimentos citados são resultado das diversas iniciativas que a Marfrig Global Foods possui com seus fornecedores visando o estreitamento do relacionamento, qualificação e ampliação da qualidade dos produtos que chegam à mesa dos consumidores.

Sendo referência e pioneira em seus segmentos de atuação, a Marfrig tem o princípio garantir a transparência e colaborar com o avanço da sustentabilidade, e publica seu relatório anual de acordo com as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), contemplando os principais avanços e desafios nas frentes de trabalho estabelecidas por seus pilares da sustentabilidade. A versão integral do documento está disponível no *site* de Relações com Investidores da Companhia: www.marfrig.com.br/ri.

8. RESPONSABILIDADE SOCIAL

Alicerçada em princípios de responsabilidade social, as unidades da Marfrig Global Foods desenvolvem programas relevantes em apoio às comunidades onde atua. Alguns exemplos:

- **Cultivando Esperança** - envolve mais de 45 mil crianças de 40 escolas de todo o Brasil e tem foco no desenvolvimento de atividades rurais, com capacitações teóricas e práticas de preparação da terra, cultivo, alimentação saudável e produção ambiental sustentável.
- **Casa Própria** - grupos de profissionais da Marfrig Uruguai se organizam em cooperativas de apoio mútuo para a aquisição de terrenos e processos de construção em mutirão. A Marfrig Uruguai apoia a iniciativa por meio de financiamentos para a aquisição. Os valores são descontados dos salários em parcelas acessíveis e previamente acordadas. O projeto já beneficiou cerca de 30 colaboradores.
- **Keystar** - criado em 2008, o programa que equilibra a gestão ambiental, a responsabilidade social e o crescimento rentável para ter uma operação sustentável nas comunidades globais e locais onde a Keystone faz negócios. Em junho de 2015 foi lançado o programa global filantrópico *Keystone Cares*, estruturado para focar e ampliar as contribuições da companhia nas seguintes áreas: Nutrição da População, Suporte à Comunidade Local e Atenuação do Impacto de Desastres Ambientais. Para mais informações, acesse: http://www.keystonefoods.com/corporate-social-responsibility/keystar.

9. GESTÃO DE PESSOAS

O desempenho dos negócios da Marfrig Global Foods é resultado do trabalho dos seus 30.276 funcionários localizados nos diversos países em que possui presença. Dessa forma, a Companhia busca apoiar seus profissionais no desenvolvimento de suas carreiras por meio de boas práticas de atração, retenção, desenvolvimento de talentos, e considerando também a promoção da diversidade no local de trabalho.

Quantidade de Colaboradores por Unidade de Negócio

	2015	2014	Variação %
Holding	77	116	(33,6%)
Marfrig Beef	18.207	21.422	(15,0%)
Keystone	11.992	11.377	5,4%
Total	**30.276**	**32.935**	**(8,0%)**
Faturamento Líquido por Colaborador/ano	**R$ 624 mil**	**R$ 462 mil**	**35,0%**

Em 2015, a Companhia promoveu o primeiro encontro destinado a discutir a cultura Marfrig. Envolvendo a liderança do Grupo até o nível gerencial, foram 4 dias de integração e discussões, onde foram reforçados os alicerces da Visão, Missão e Valores da Companhia.

A unidade de negócio Marfrig Beef ao longo do ano abriu o 2º programa de *trainees*, e com o total de 8.114 inscritos a unidade captou 11 novos talentos, dentro dos mesmos moldes do 1º programa ocorrido em 2014.

No ano, a Keystone implementou o ***OneKeystone***, uma iniciativa para aumentar o alinhamento das mensagens aos colaboradores e acesso à informação em escala global. O primeiro passo dessa iniciativa foi o ***KeyConnect***, uma intranet global onde líderes podem se comunicar com colaboradores da Keystone e os colaboradores podem fazer perguntas e encontrar informações importantes.

10. PERSPECTIVAS

A desaceleração da China, a recessão na Rússia e a revisão para baixo do crescimento das exportações de matérias-primas fizeram com que o Fundo Monetário Internacional (FMI) revisasse a expansão do PIB mundial 2016 para 3,7%.

Por outro lado, espera-se que a queda nos preços de petróleo estimule o aumento de consumo; em especial nos mercados desenvolvidos e dos países importadores da *commodity*. Nesse contexto, o FMI elevou a previsão de crescimento dos EUA para 3,6%.

No caso da China, espera-se uma expansão de 6,8%, em resposta a uma política voltada mais para o consumo interno do que exportações. E, essa alteração poderá ser uma alavanca para o crescimento do consumo de carne bovina *in natura* e alimentos processados.

Nesse cenário, ainda desafiador, mas com diversas oportunidades, a estratégia da Marfrig segue pautada em capturar o potencial crescimento do mercado de proteínas a nível global e da maximização da agregação de valor e retorno para o acionistas, permanecendo comprometida com o fortalecimento do seu negócio através do:

1. Crescimento orgânico, melhoria operacional, produtividade e expansão de margens.
2. Adequação do negócio de Marfrig Beef, com priorização dos canais de *food service* e crescimento em exportações.
3. Disciplina financeira, por meio da redução da dívida bruta e, consequentemente, redução da despesa financeira e do aumento da geração de caixa livre.
4. Aceleração do crescimento no mercado asiático tanto pela expansão de *food service* da Keystone como pelas exportações da unidade Marfrig Beef.

ANEXO

Reconciliação do EBITDA Ajustado (R$ milhões)	2015	2014	Variação (%)
Lucro/Prejuízo Líquido Continuado	**(1.173,3)**	**(834,5)**	**40,6%**
(+) Provisão de IR e CS	(682,5)	(305,2)	123,6%
(+) Participação de Acionistas não Controladores	47,3	19,2	146,4%
(+) Variação Cambial Líquida	1.058,9	441,6	139,8%
(+) Encargos Financeiros Líquidos	2.027,7	1.620,3	25,1%
(+) Depreciação/Amortização	432,9	329,4	31,4%
(+) Equivalência de não controladas	23,8	17,8	33,5%
EBITDA	**1.734,7**	**1.288,6**	**34,6%**
(+) Outras Receitas/Despesas Operacionais	56,3	65,3	(13,8%)
EBITDA Ajustado	**1.791,0**	**1.353,9**	**32,3%**

São Paulo, 29 de fevereiro de 2016.

Martin Secco Arias
Diretor Presidente

Marcelo Di Lorenzo
Diretor de Planejamento Estratégico e Relações com Investidores

Ricardo Florence dos Santos
Diretor Administrativo Financeiro

Heraldo Geres
Diretor Jurídico

Tang David
Diretor sem Designação Específica

Rodrigo Marçal Filho
Diretor sem Designação Específica

...continuação

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 *(Em milhares de reais)*

ATIVO	Nota Explicativa	Controladora 31/12/15	Controladora 31/12/14	Consolidado 31/12/15	Consolidado 31/12/14
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	276.982	387.828	1.630.368	1.091.685
Aplicações financeiras	5	1.601.157	455.589	3.373.842	1.567.112
Valores a receber - clientes nacionais	6	141.626	195.800	528.010	941.277
Valores a receber - clientes internacionais	6	306.212	77.136	475.707	677.483
Estoques de produtos e mercadorias	7	463.066	708.091	1.496.964	2.027.919
Ativos biológicos	8	-	-	160.174	352.200
Tributos a recuperar	9	785.249	878.476	1.289.571	1.361.635
Despesas do exercício seguinte		7.191	4.175	197.733	167.030
Títulos a receber	10	890.152	842.268	48.034	58.261
Adiantamentos a fornecedores		8.874	10.532	45.274	57.204
Ativos mantidos para venda	11	188.664	-	529.981	-
Outros valores a receber		6.173	5.744	66.797	66.711
		4.675.346	**3.565.639**	**9.842.455**	**8.368.517**
Não circulante					
Aplicações financeiras	5	-	-	911	970
Depósitos judiciais		35.476	49.375	50.834	64.972
Títulos a receber	10	415.596	1.782.199	360.868	345.664
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	1.418.897	1.318.082	1.969.812	1.708.437
Tributos a recuperar	9	1.396.893	1.274.998	1.595.672	1.509.169
Outros valores a receber		2.887	3.747	53.036	42.773
		3.269.749	**4.428.401**	**4.031.133**	**3.671.985**
Investimentos	13	6.178.722	3.405.345	26.024	36.934
Imobilizado	14	1.837.551	1.740.465	4.311.263	4.961.623
Ativos biológicos	8	-	-	59.804	142.140
Intangível	15	922.832	583.391	2.645.270	3.004.709
		8.939.105	**5.729.201**	**7.042.361**	**8.145.406**
		12.208.854	**10.157.602**	**11.073.494**	**11.817.391**
Total do ativo		**16.884.200**	**13.723.241**	**20.915.949**	**20.185.908**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	Controladora 31/12/15	Controladora 31/12/14	Consolidado 31/12/15	Consolidado 31/12/14
Circulante					
Fornecedores		698.471	477.679	1.818.991	2.028.303
Pessoal, encargos e benefícios sociais	16	90.591	59.905	338.015	341.979
Impostos, taxas e contribuições	17	53.117	43.556	182.961	200.312
Empréstimos e financiamentos	18	518.341	1.147.462	1.772.411	1.470.237
Títulos a pagar	21	190.397	134.125	323.645	129.895
Arrendamentos a pagar	20	5.491	2.365	38.166	69.229
Juros sobre debêntures	19	278.114	232.960	236.807	190.582
Antecipações de clientes		365.709	61.931	378.304	72.645
Passivos relacionados a ativos mantidos para venda	11	4.825	-	163.711	-
Outras obrigações		35.215	34.323	153.638	159.283
		2.240.271	**2.194.306**	**5.406.649**	**4.662.465**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	18	415.457	464.797	10.112.889	9.400.106
Impostos, taxas e contribuições	17	534.784	528.868	699.116	706.545
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	89.760	95.795	607.153	635.758
Provisões fiscais, trabalhistas e cíveis	23	45.289	40.115	46.219	40.448
Arrendamentos a pagar	20	3.286	1.754	23.520	70.745
Debêntures a pagar	19	569.876	569.816	-	-
Títulos a pagar	21	10.212.499	5.752.855	931.474	353.570
Instrumento mandatório conversível em ações	22	2.129.720	2.121.470	2.129.720	2.121.470
Outros		-	-	115.577	123.076
		14.000.671	**9.575.470**	**14.665.668**	**13.451.718**
Patrimônio líquido					
Capital social	25.1	5.276.678	5.276.678	5.276.678	5.276.678
(-) Gastos com emissão de ações	25.1	(108.210)	(108.210)	(108.210)	(108.210)
Reserva de Capital		**184.642**	**184.642**	**184.642**	**184.642**
Emissão de ações ordinárias		184.800	184.800	184.800	184.800
Aquisição de ações em controladas		(158)	(158)	(158)	(158)
Reservas de lucros		**39.580**	**36.449**	**39.580**	**36.449**
Reserva legal	25.2.1	44.476	44.476	44.476	44.476
Retenção de lucros		7.348	7.348	7.348	7.348
Ações em tesouraria	25.2.2	(554)	(3.685)	(554)	(3.685)
Ações em tesouraria canceladas	25.2.2	(11.690)	(11.690)	(11.690)	(11.690)
Outros resultados abrangentes	25.3	**(1.174.029)**	**(438.071)**	**(1.174.029)**	**(438.071)**
Ajuste de avaliação patrimonial	25.3.1	(3.913.161)	(1.713.198)	(3.913.161)	(1.713.198)
Ajuste acumulado de conversão	25.3.2	2.830.019	1.275.127	2.830.019	1.275.127
Valores no patrimônio líquido relacionados a ativos mantidos para venda	25.3.3	(90.887)	-	(90.887)	-
Prejuízos acumulados		(3.575.403)	(2.998.023)	(3.575.403)	(2.998.023)
Patrimônio líquido de controladores		**643.258**	**1.953.465**	**643.258**	**1.953.465**
Participação de não controladores	25.6	-	-	200.374	118.260
		643.258	**1.953.465**	**843.632**	**2.071.725**
Total do passivo e patrimônio líquido		**16.884.200**	**13.723.241**	**20.915.949**	**20.185.908**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 *(Em milhares de reais)*

	Nota Explicativa	Controladora Acumulado 2015	Controladora Reclassificado Acumulado 2014	Consolidado Acumulado 2015	Consolidado Reclassificado Acumulado 2014
Receita operacional líquida	26	6.083.412	5.486.436	18.891.833	15.208.758
Custo dos produtos e mercadorias vendidas	27	(5.063.579)	(4.624.022)	(16.589.669)	(13.227.443)
Lucro bruto		**1.019.833**	**862.414**	**2.302.164**	**1.981.315**
Receitas (despesas) operacionais		(522.729)	(501.861)	(1.024.053)	(1.039.884)
Comerciais	27	(295.617)	(372.924)	(541.117)	(613.107)
Administrativas e gerais	27	(61.334)	(60.454)	(402.894)	(343.701)
Resultado com equivalência patrimonial		(181.553)	(40.399)	(23.760)	(17.795)
Outras receitas (despesas) operacionais		15.775	(28.084)	(56.282)	(65.281)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		**497.104**	**360.553**	**1.278.111**	**941.431**
Resultado financeiro	28	(2.370.306)	(1.604.510)	(3.086.585)	(2.061.920)
Receitas financeiras		148.816	77.638	584.959	282.198
Variação cambial ativa		1.583.030	546.359	2.023.548	768.567
Despesas financeiras		(1.823.627)	(1.294.035)	(2.612.692)	(1.902.499)
Variação cambial passiva		(2.278.525)	(934.472)	(3.082.400)	(1.210.186)
Prejuízo antes dos efeitos tributários		**(1.873.202)**	**(1.243.957)**	**(1.808.474)**	**(1.120.489)**
Imposto de Renda e Contribuição Social		**699.921**	**409.472**	**682.489**	**305.200**
Imposto de renda corrente e diferido	34	514.648	301.082	483.338	203.752
Contribuição social corrente e diferida	34	185.273	108.390	199.151	101.448
Resultado líquido no exercício das operações continuadas		**(1.173.281)**	**(834.485)**	**(1.125.985)**	**(815.289)**
Resultado líquido no exercício das operações descontinuadas	36	**587.259**	**95.013**	**587.435**	**94.996**
Resultado líquido no exercício antes das participações		**(586.022)**	**(739.472)**	**(538.550)**	**(720.293)**
Resultado líquido atribuído a:					
Marfrig Global Foods - participação do acionista controlador - operação continuada		(1.173.281)	(834.485)	(1.173.281)	(834.485)
Marfrig Global Foods - participação do acionista controlador - operação descontinuada		587.259	95.013	587.259	95.013
Participação dos acionistas controlador - Total		**(586.022)**	**(739.472)**	**(586.022)**	**(739.472)**
Participação dos acionistas não-controladores - operação continuada		-	-	47.296	19.196
Participação dos acionistas não-controladores - operação descontinuada		-	-	176	(17)
Participação dos acionistas não-controladores - Total		-	-	47.472	**19.179**
		(586.022)	**(739.472)**	**(538.550)**	**(720.293)**
Prejuízo básico e diluído por ação - ordinária operação continuada	30	(1,1261)	(1,4212)	(2,2545)	(1,6038)
Lucro básico e diluído por ação - ordinária operação descontinuada	30	-	-	1,1284	0,1826
Prejuízo básico e diluído por ação - Ordinária Total	30	**(1,1261)**	**(1,4212)**	**(1,1261)**	**(1,4212)**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 *(Em milhares de reais)*

	Atribuído à participação dos acionistas controladores													
				Reservas de lucros				Outros resultados abrangentes						
	Capital social	Gasto com emissão de ações	Reserva de capital	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Ações em Tesouraria	Ações em Tesouraria canceladas	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Prejuízos acumulados	Total	Total da participação dos controladores	Total da participação dos não-controladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2013	**5.276.678**	**(108.210)**	**184.800**	**44.476**	**7.348**	**(4.361)**	**(11.690)**	**(969.306)**	**868.895**	**(2.259.304)**	**3.029.326**	**3.029.326**	**89.696**	**3.119.022**
Variação cambial sobre os investimentos líquidos	-	-	-	-	-	-	-	(741.573)	-	-	(741.573)	(741.573)	9.385	(732.188)
Variação cambial - Conversão balanço	-	-	-	-	-	-	-	-	406.232	-	406.232	406.232	-	406.232
Aquisição de ações em controladas	-	-	(158)	-	-	-	-	-	-	-	(158)	(158)	-	(158)
Realização de custo atribuído	-	-	-	-	-	-	-	(753)	-	753	-	-	-	-
Operações de proteção a risco de taxa de juros controladora e reflexo de controladas	-	-	-	-	-	-	-	(1.566)	-	-	(1.566)	(1.566)	-	(1.566)
Baixa (aquisição) de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	676	-	-	-	-	676	676	-	676
Lucro/(prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(739.472)	(739.472)	(739.472)	19.179	(720.293)
Em 31 de dezembro de 2014	**5.276.678**	**(108.210)**	**184.642**	**44.476**	**7.348**	**(3.685)**	**(11.690)**	**(1.713.198)**	**1.275.127**	**(2.998.023)**	**1.953.465**	**1.953.465**	**118.260**	**2.071.725**

	Atribuído à participação dos acionistas controladores													
				Reservas de lucros				Outros resultados abrangentes						
	Capital social	Gasto com emissão de ações	Reserva de capital	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Ações em Tesouraria	Ações em Tesouraria canceladas	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Valores no Patrimônio Líquido relacionados a ativos mantidos para venda	Prejuízos acumulados	Total	Total da participação dos controladores	Total da participação dos não-controladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2014	**5.276.678**	**(108.210)**	**184.642**	**44.476**	**7.348**	**(3.685)**	**(11.690)**	**(1.713.198)**	**1.275.127**	**-**	**(2.998.023)**	**1.953.465**	**1.953.465**	**118.260**	**2.071.725**
Variação cambial sobre os investimentos líquidos	-	-	-	-	-	-	-	(2.332.809)	-	(102.851)	-	(2.435.660)	(2.435.660)	34.642	(2.401.018)
Variação cambial - conversão balanço	-	-	-	-	-	-	-	-	1.554.892	11.964	-	1.566.856	1.566.856	-	1.566.856
Realização de custo atribuído	-	-	-	-	-	-	-	(8.642)	-	-	8.642	-	-	-	-
Reclassificação entre contas do patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	137.180	-	-	-	137.180	137.180	-	137.180
Operações de proteção a risco de taxa de juros controladora e reflexo de controladas	-	-	-	-	-	-	-	4.308	-	-	-	4.308	4.308	-	4.308
Baixa (aquisição) de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	3.131	-	-	-	-	-	3.131	3.131	-	3.131
Lucro/(prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(586.022)	(586.022)	(586.022)	47.472	(538.550)
Em 31 de dezembro de 2015	**5.276.678**	**(108.210)**	**184.642**	**44.476**	**7.348**	**(554)**	**(11.690)**	**(3.913.161)**	**2.830.019**	**(90.887)**	**(3.575.403)**	**643.258**	**643.258**	**200.374**	**843.632**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

continua...

...continuação

Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	Acumulado 2015	Reclassificado Acumulado 2014	Acumulado 2015	Reclassificado Acumulado 2014
Lucro/(Prejuízo) do exercício	**(586.022)**	**(739.472)**	**(538.550)**	**(720.293)**
Variação cambial sobre os investimentos líquidos	(2.435.660)	(741.573)	(2.435.660)	(741.573)
Variação cambial sobre conversão de balanço	1.566.856	406.232	1.566.856	406.232
	(868.804)	**(335.341)**	**(868.804)**	**(335.341)**
Total do resultado abrangente do exercício	**(1.454.826)**	**(1.074.813)**	**(1.407.354)**	**(1.055.634)**
Atribuído a:				
Marfrig Global Foods - participação do acionista controlador - operação continuada	(2.042.085)	(1.169.826)	(2.042.085)	(1.169.826)
Marfrig Global Foods - participação do acionista controlador - operação descontinuada	587.259	95.013	587.259	95.013
Marfrig Global Foods - participação do acionista controlador - Total	**(1.454.826)**	**(1.074.813)**	**(1.454.826)**	**(1.074.813)**
Participação dos acionistas não-controladores - operação continuada	-	-	47.296	19.196
Participação dos acionistas não-controladores - operação descontinuada	-	-	176	(17)
Participação dos acionistas não-controladores - Total	**-**	**-**	**47.472**	**19.179**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações do Valor Adicionado - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	Acumulado 2015	Reclassificado Acumulado 2014	Acumulado 2015	Reclassificado Acumulado 2014
Receitas	**6.347.398**	**5.818.683**	**19.340.937**	**15.770.585**
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	6.348.207	5.817.276	19.288.070	15.751.899
Outras receitas	-	-	35.067	20.485
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (constituição)	(809)	1.407	17.800	(1.799)
Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)	**4.734.986**	**3.327.944**	**16.188.961**	**11.601.476**
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	3.801.335	2.280.699	13.429.875	9.196.184
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	933.651	1.047.245	2.758.212	2.404.474
Perda/recuperação de valores ativos	-	-	874	818
Valor adicionado bruto	**1.612.412**	**2.490.739**	**3.151.976**	**4.169.109**
Depreciação e amortização	**131.317**	**98.100**	**432.874**	**329.358**
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**1.481.095**	**2.392.639**	**2.719.102**	**3.839.751**
Valor adicionado recebido em transferência	**2.451.757**	**678.611**	**5.677.205**	**2.548.541**
Resultado de equivalência patrimonial	(181.553)	(40.399)	(23.760)	(17.795)
Receitas financeiras e variação cambial ativa	1.731.846	623.997	2.608.507	1.050.765
Outros (incluindo operação descontinuada)	901.464	95.013	3.092.458	1.515.571
Valor adicionado total a distribuir	**3.932.852**	**3.071.250**	**8.396.307**	**6.388.292**
Distribuição do valor adicionado	**3.932.852**	**3.071.250**	**8.396.307**	**6.388.292**
Pessoal	**442.130**	**424.957**	**2.096.677**	**1.177.547**
Remuneração direta	357.867	343.435	1.719.805	970.878
Benefícios	63.410	60.531	347.716	174.981
FGTS	20.853	20.991	29.156	31.688
Impostos, taxas e contribuições	**(5.572)**	**(131.799)**	**88.617**	**47.313**
Federais	(192.982)	(450.437)	(209.750)	(437.929)
Estaduais	187.366	318.605	297.691	484.773
Municipais	44	33	676	469
Remuneração de capitais de terceiros	**4.082.316**	**3.517.564**	**6.749.563**	**5.883.725**
Juros	4.102.152	2.228.507	5.695.092	3.112.685
Aluguéis	56.728	14.457	63.660	38.036
Outras (incluindo operação descontinuada)	(76.564)	1.274.600	990.811	2.733.004
Remuneração de capitais próprios	**(586.022)**	**(739.472)**	**(538.550)**	**(720.293)**
Prejuízo do exercício das operações	(586.022)	(739.472)	(586.022)	(739.472)
Participação dos não controladores nos lucros retidos	-	-	47.472	19.179

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	Acumulado 2015	Reclassificado Acumulado 2014	Acumulado 2015	Reclassificado Acumulado 2014
Prejuízo no exercício das operações continuadas	**(1.173.281)**	**(834.485)**	**(1.173.281)**	**(834.485)**
Itens de resultado que não afetam o caixa	**794.651**	**684.167**	**2.140.614**	**1.677.711**
Depreciação	119.004	90.176	347.743	271.173
Amortização	12.313	7.924	85.131	58.185
Participação dos acionistas não controladores	-	-	47.296	19.196
Provisões fiscais, trabalhistas e cíveis	5.174	14.112	5.771	13.985
Tributos diferidos	(699.922)	(409.472)	(781.792)	(399.420)
Resultado com equivalência patrimonial	181.553	40.399	23.760	17.795
Variação cambial sobre financiamentos	730.037	345.643	735.056	354.597
Variação cambial demais contas de ativo e passivo	(34.542)	42.470	323.795	87.022
Despesas de juros sobre dívidas financeiras	167.515	136.333	984.277	753.579
Despesas de juros sobre arrendamento financeiro	806	386	2.417	2.373
Despesas de juros sobre debêntures	343.314	287.352	257.362	199.797
Custo na emissão de operações financeiras	21.518	17.782	120.077	78.700
Ajuste a valor presente dos arrendamentos	(580)	(165)	(580)	(165)
Estimativa de não realização de estoque	12.000	6.008	11.995	1.277
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	809	(1.407)	(122)	2.303
Perdas estimadas por não realização de impostos a recuperar	-	101.457	-	171.128
Ganho de compra vantajosa	(75.193)	-	(75.193)	-
Baixa de ativo fixo	10.845	5.169	53.621	46.186
Mutações patrimoniais	**2.838.104**	**1.527.871**	**1.133.330**	**1.119.056**
Contas a receber de clientes	37.043	423.041	252.713	569.041
Estoques e ativo biológico corrente	233.025	(152.638)	154.400	(66.412)
Depósitos judiciais	13.898	10.060	13.621	6.431
Pessoal, encargos e benefícios sociais	30.685	475	40.626	(20.265)
Fornecedores	172.342	178.319	126.497	(14.300)
Tributos correntes e diferidos	(13.191)	(132.137)	26.297	(238.079)
Títulos a receber e a pagar	2.230.395	1.195.539	267.292	203.386
Outras contas ativas e passivas	133.907	5.212	251.884	679.254
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	**2.459.474**	**1.377.553**	**2.100.663**	**1.962.282**
Atividades de investimentos				
Investimentos	(85.192)	-	(42.435)	3.957
Aplicações em ativo imobilizado e ativo biológico não corrente	(226.935)	(162.279)	(400.540)	(284.646)
Aplicações no ativo intangível	(3.534)	(6.133)	(4.662)	(16.695)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	**(315.661)**	**(168.412)**	**(447.637)**	**(297.384)**
Atividades de financiamentos				
Dividendos recebidos	794.580	-	-	-
Juros liquidados Debêntures/*Bonds*	(298.161)	(150.753)	(838.892)	(911.473)
Empréstimos e financiamentos	(1.579.570)	(327.300)	(3.241.236)	(117.890)
Empréstimos obtidos	2.271.732	1.944.252	6.724.664	3.897.055
Empréstimos liquidados	(3.851.302)	(2.271.552)	(9.965.900)	(4.014.945)
Arrendamento a pagar	4.432	245	(15.915)	(22.758)
Arrendamentos obtidos	8.866	4.080	35.129	4.080
Arrendamentos liquidados	(4.434)	(3.835)	(51.044)	(26.838)
Instrumento mandatório conversível em ações	(9.651)	(4.743)	(9.651)	(4.743)
Ações em tesouraria	3.131	676	3.131	676
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamentos	**(1.085.239)**	**(481.875)**	**(4.102.563)**	**(1.056.188)**
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	118.732	24.892	509.576	168.908
Operações descontinuadas líquido de caixa (Nota Explicativa 36)	(142.584)	(89.350)	4.285.374	69.643
Fluxo de caixa do exercício	**1.034.722**	**662.808**	**2.345.413**	**847.261**
Caixa e equivalentes de caixa				
Saldo final	1.878.139	843.417	5.004.210	2.658.797
Saldo inicial	843.417	180.609	2.658.797	1.811.536
Variação do exercício	**1.034.722**	**662.808**	**2.345.413**	**847.261**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Marfrig Global Foods S.A. é uma multinacional que atua nos setores de alimentos e *food service* no Brasil e no mundo. A Companhia possui um portfólio de produtos diversificado e abrangente, e suas operações estão alicerçadas em seu compromisso com a excelência e qualidade, o que garante a presença dos seus produtos nas maiores redes de restaurantes e supermercados do mundo, além dos lares de consumidores em aproximadamente 100 países. As atividades da Companhia dividem-se em produção, processamento, industrialização, venda e distribuição de proteína animal (bovinos, ovinos e aves) e outros produtos alimentícios variados, tais como empanados, pratos prontos, peixes, vegetais congelados, sobremesas, entre outros.

A Marfrig Global Foods S.A. foi fundada em 6 de junho de 2000 tornando-se uma Sociedade Anônima em 26 de março de 2007. A Companhia obteve seu Registro (nº 20.788) na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 18 de junho de 2007 e realizou sua Oferta Pública Inicial (IPO) em 29 de junho de 2007, tendo suas ações listadas no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA) sob o código MRFG3. Em 22 de janeiro de 2014 na Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária realizada na sede da Companhia, foi reformado o artigo 1º do Estatuto Social da Companhia, no qual a mesma passou a denominar-se Marfrig Global Foods S.A. (outrora Marfrig Alimentos S.A.).

Seu Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 era constituído de 520.747.405 ações ordinárias. Em 31 de dezembro de 2015, 166.906.624 ações ou 32,05% do Capital Social da Companhia eram detidas pelo controlador, MMS Participações Ltda. e seus sócios individualmente. Na mesma data o "*free float*" era de 353.311.178 ações em circulação, representava 67,85% do Capital Social total da Companhia, que detinha 58.550 ações em tesouraria, representando 0,01% de seu Capital Social, além de 471.053 ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, representando 0,09% de seu Capital Social. A MMS Participações Ltda. é controlada por Marcos Antonio Molina dos Santos e Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, cada um com 50% de participação.

Como participante do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, a Companhia está vinculada à Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

As ações da Companhia também fazem parte dos principais indicadores de desempenho do Mercado de Capitais brasileiro, como o Ibovespa, o mais importante indicador do desempenho médio das cotações do mercado de ações brasileiro. As ações da Marfrig também integram os seguintes índices da bolsa brasileira: Índice Brasil Amplo - IBRA; Índice Brasil - IBrX; Índice de Consumo - ICON; Índice de Governança Corporativa *Trade* - IGCT; Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada - IGCX; Índice de Governança Corporativa Novo Mercado - IGNM; Índice do Setor Industrial - INDX; Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado - ITAG; Índice Small Cap - SMLL; Índice Valor BM&F Bovespa - IVBX.

A Companhia estabeleceu um modelo de negócios integrado e geograficamente diversificado, que consiste em unidades de produção instaladas em locais estratégicos, combinadas a uma ampla rede de distribuição com acesso aos principais canais e mercados consumidores do mundo. Atualmente, a Marfrig opera 45 plantas de processamento, centros de distribuição e escritórios no Brasil e em 11 países da América do Sul, América do Norte, Europa, Oceania e Ásia.

A Companhia acredita que a melhora contínua dos seus processos internos lhe permitirá alcançar maior eficiência e controle de custos, o que, somado a uma administração voltada para resultados e comprometida com o crescimento rentável, possibilitará o aumento da lucratividade do negócio e fortalecimento da geração de caixa.

A estrutura organizacional e as posições patrimonial e financeira da Companhia devem ser consideradas no contexto operacional das atividades integradas dos seguintes segmentos de negócio, organizados de acordo com a forma que a Administração da Companhia toma suas decisões, com estruturas próprias profissionalizadas e segmentadas em:

- ***Marfrig Beef*** - A unidade de negócio Marfrig Beef é pioneira na comercialização e promoção da carne bovina, com foco em atender o mercado doméstico brasileiro, principalmente o setor de *food service*, e o mercado externo, com clientes ao redor do mundo. A Marfrig Beef é reconhecida em muitos países pela qualidade dos seus produtos *premium*, tendo aproveitado momentos favoráveis no setor de gado brasileiro e do câmbio para reforçar sua posição em mercados internacionais. As operações internacionais na América do Sul concentram-se na exportação de cortes nobres de carne bovina e no aproveitamento da posição estratégica desfrutada no Uruguai, que garante à Marfrig Beef acesso aos principais mercados consumidores do mundo.
- ***Keystone*** - A unidade de negócios Keystone fornece alimentos à base de proteína animal para as principais redes mundiais de restaurantes, com forte presença nos Estados Unidos e na Ásia. Focada em inovação e comprometida com altos padrões de segurança e qualidade alimentar, combina sua ampla expertise na indústria de alimentos e o foco no cliente para oferecer um *mix* completo de produtos resfriados e congelados.

Resumo das participações societárias da Companhia por segmento de negócio:

Participações Societárias

MARFRIG BEEF

Controladora	Atividade Principal	País		
Marfrig Global Foods S.A.	Industrialização e comercialização de produto (composta por 6 unidades de abate em atividade, sendo 3 delas também utilizadas para processamento de carne bovina, 1 utilizada para a fabricação de produtos de higiene e limpeza, 1 para fabricação de ração animal, localizadas nos estados de São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, além de 4 centros de distribuição no estado de São Paulo).	Brasil		
Subsidiárias	**Atividade Principal**	**País**	**Percentual de Participação**	
			31/12/2015	31/12/2014
MFB Marfrig Frigoríficos do Brasil S.A.	Industrialização e comercialização de produto (composta por 4 unidades de abate em atividade, sendo 1 também utilizada para abate ovino localizadas nos estados do Rio Grande do Sul, Roraima e Pará, além de 2 centros de distribuição localizados nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo).	Brasil	**100%**	**100%**
Masplen Ltd.	*Holding*	Ilha Jersey	**100%**	**100%**
Pampeano Alimentos S.A.	Produtora de carnes enlatadas e outros produtos industrializados	Brasil	100%	100%
Marfrig Overseas Ltd.	Entidade de propósito específico - SPE	Ilhas Cayman	**100%**	**100%**
MFG Comercializadora de Energia Ltda.	Comercialização de energia e serviços associados	Brasil	**99,99%**	**99,99%**
Frigorífico Tacuarembó S.A.	Industrialização e comercialização de produtos	Uruguai	**99,95%**	**97,91%**
Inaler S.A.	Industrialização e comercialização de produtos	Uruguai	**100%**	**100%**
Marfrig Chile S.A.	Industrialização e comercialização de produtos	Chile	**99,50%**	**99,50%**
Frigorífico Patagônia S.A.	Industrialização e comercialização de produtos (frigorífico de cordeiro nos meses de dezembro a maio, processamento de peixes, moluscos e caranguejos (*king crabs*), nos meses restantes).	Chile	100%	100%
Prestcott International S.A.	*Holding*	Uruguai	**100%**	**100%**
Cledinor S.A.	Industrialização e comercialização de produtos: bovinos e ovinos	Uruguai	100%	100%
Establecimientos Colonia S.A.	Industrialização e comercialização de produtos	Uruguai	**100%**	**100%**
Weston Importers Ltd.	*Trading*	Reino Unido	**100%**	**100%**
CDB Meats Ltd.	Industrialização de produtos	Reino Unido	100%	100%
Marfrig Peru S.A.C.	Comercialização de carnes de aves, bovinos, peixes e crustáceos	Peru	**100%**	**100%**

Subsidiárias	Atividade Principal	País	Percentual de Participação	
			31/12/2015	31/12/2014
Marfrig Holdings (Europe) B.V.	*Holding* com atividade de captação de recursos financeiros e detêm a titularidade das empresas Keystone	Holanda	**100%**	**100%**

KEYSTONE

Keystone Foods (UK) Ltda.	*Holding*	Reino Unido	**100%**	**100%**
Keystone Foods International Ltda.	*Holding*	Reino Unido	**100%**	**100%**
Keystone International S.a.r.l.	*Holding*	Luxemburgo	**100%**	**100%**
Mckey Luxembourg Holdings S.a.r.l.	*Holding* das empresas Keystone com operações focadas na Ásia	Luxemburgo	**100%**	**100%**
MFG (USA) Holdings Inc.	*Holding* das empresas Keystone com operações focadas nos USA	USA	**100%**	**100%**
	(as empresas Keystone em conjunto, são compostas por 4 plantas de abate de aves e 12 plantas de produtos processados e industrializados).			

Operação Descontinuada

Subsidiárias	Atividade Principal	País	Percentual de Participação	
			31/12/2015	31/12/2014

MOY PARK

Moy ParK Ltd.	Industrialização e comercialização de produtos (composta por 4 plantas de abate de aves, 14 plantas de produtos processados e industrializados).	Irlanda do Norte	-	100%
Kitchen Range Foods Ltd.	Industrialização e comercialização de produtos	Inglaterra	-	100%
Moy Park (BondCo) Plc	*Holding* constituída para veículo da primeira emissão de *Senior Notes* em libra	Irlanda do Norte	-	100%

MARFRIG BEEF

Marfood USA Inc.	Industrialização e comercialização de produtos (detentora da marca Pemmican)	EUA	100%	100%
Marfrig Agentina S.A.	Industrialização e comercialização de produtos	Argentina	99,93%	99,91%
MFG Agropecuária Ltda.	Atividade agropecuária (composta por 6 unidades de confinamento)	Brasil	99,99%	99,99%

continua...

...continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CFC)

Informações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. As demonstrações contábeis individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e são divulgadas em conjunto com as informações contábeis consolidadas.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) e deliberações e instruções emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se referia à avaliação de investimentos em Controladas, coligadas e Controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS era custo ou valor justo.

Com a revisão do IAS 27 (*Separate Financial Statements*) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em Controladas, coligadas e Controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18 (R2), CPC 35 (R2) e CPC 37 (R1) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As normas *IFRS* não requerem a apresentação dessa informação. Como consequência, pelas normas *IFRS*, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis.

Informações contábeis individuais

As informações contábeis da Controladora foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e resoluções emitidas pelo CFC, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária Lei nº 6.404/76 que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pelas Leis nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007 e 11.941 de 27 de maio de 2009 (antiga Medida Provisória nº 449 de 03 de dezembro de 2008).

Não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo e o patrimônio líquido e resultado da Companhia Controladora em suas informações contábeis individuais. Assim sendo, as informações contábeis individuais/ consolidadas do Grupo estão sendo apresentadas lado a lado num único conjunto de informações.

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes informações contábeis, individuais e consolidadas em 26 de fevereiro de 2016.

2.2. Base de Apresentação

As informações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas são apresentadas em Reais (R$) que é a moeda de apresentação, e todos os valores arredondados para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As informações contábeis consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como certos ativos e instrumentos financeiros, que podem ser apresentados pelo valor justo.

A preparação das informações contábeis individuais e consolidadas de acordo com o IFRS e as NBCs requerem o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão demonstradas na nota explicativa nº 3.1.3.

2.3. Conversão de Saldos em Moeda Estrangeira

Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis de cada controlada constante da consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. Conforme dispõe a Deliberação CVM 640/10 (CPC 02 (R2) - efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis), a moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas Controladas, a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, assim como a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Marfrig Global Foods S.A.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos monetários, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ativos e passivos não monetários em moeda estrangeira que são mensurados pelo valor justo são convertidos à taxa de câmbio na data em que o valor justo for apurado e as diferenças resultantes na conversão serão reconhecidas em outros resultados abrangentes na data de encerramento de cada período ou exercício.

Empresas do grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as Controladas incluídas no consolidado e investimentos avaliados por equivalência patrimonial, que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos pela moeda de apresentação, conforme a seguir:

i. Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações contábeis consolidadas;
ii. As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal da taxa de câmbio;
iii. Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido e na demonstração dos resultados abrangentes consolidados na rubrica de "Ajustes acumulados de conversão".

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

3.1.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência:

- **Receita**

A receita proveniente das vendas de produtos é reconhecida quando o Grupo transfere os riscos e benefícios da propriedade para o comprador e é provável que o Grupo receba o pagamento anteriormente acordado. A transferência dos riscos e benefícios da propriedade ocorre quando do embarque dos produtos acompanhado da respectiva nota fiscal de venda levando-se em consideração os *incoterms*. Esses critérios são considerados atendidos quando os bens são transferidos ao comprador, respeitadas as principais modalidades de fretes praticadas pela Companhia.

A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos, e no caso das demonstrações contábeis consolidadas também estão líquidas das eliminações de vendas e os lucros não realizados nos estoques, entre Controladora e suas Controladas.

- **Receita e despesa financeira**

A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos.

Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos/passivos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados juntamente com o investimento.

3.1.2. Relatórios por segmento

Segmentos operacionais são reportados de maneira consistente com os relatórios internos entregues ao principal tomador de decisões operacionais, conforme a Deliberação CVM 582/09 (CPC 22 - informações por segmento). Os principais tomadores de decisões operacionais foram identificados como o diretor presidente, diretor financeiro e diretor de cada segmento de negócio (Marfrig Beef e Keystone).

A Administração da Companhia identificou dois principais segmentos divulgáveis estrategicamente organizados de acordo com a unidade de negócio, conforme nota explicativa nº 31.

3.1.3. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, quando aplicáveis, o valor residual do ativo imobilizado, perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, perda estimada para estoque, Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos e as provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas Controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

A seguir estão apresentados os assuntos objeto de estimativa pela Companhia:

- Vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida;
- Determinação do valor justo de ativos biológicos;
- Perda por redução ao valor recuperável de tributos;
- Perda por redução ao valor recuperável de intangível com vida útil indefinida, incluindo ágio;
- Mensuração ao valor justo de itens relacionados à combinação de negócios;
- Valor justo de instrumentos financeiros e derivativos;
- Perdas com créditos de liquidação duvidosa;
- Perda estimada com obsolescência dos estoques;
- Imposto de Renda e Contribuição Social diferido ativo;
- Provisões (processos judiciais, fiscais, trabalhistas e cíveis);
- Plano de opção de compra de ações - *stock option plan*;
- Ajuste a Valor Presente (AVP).

3.1.4. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo, pelo resultado de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Com relação às aplicações financeiras e instrumentos classificados como caixa e equivalentes de caixa, posteriormente ao reconhecimento inicial, esses instrumentos financeiros não derivativos são mensurados de acordo com sua respectiva classificação conforme segue:

- **Mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo pelo resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. Os instrumentos da Companhia registrados nesta categoria estão descritos na nota explicativa nº 5.

- **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- **Passivos financeiros**

Passivos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

- **Instrumentos financeiros derivativos e *hedge accounting***

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido classificado como outros resultados abrangentes. Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado.

3.1.5. Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional, bem como das empresas Controladas no Brasil, é o Real de acordo com as normas descritas na Deliberação CVM 640/10 (CPC 02 (R2) - efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis).

A moeda funcional das empresas localizadas no exterior é a do respectivo país onde operam, exceto as empresas localizadas na Holanda e no Uruguai, cuja moeda funcional é o dólar norte-americano. As conversões para a moeda de reporte são feitas em conformidade com a Deliberação CVM 640/10 (CPC 02 (R2) - efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis).

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários e não monetários são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.1.6. Ativo circulante e não circulante

- **Caixa e equivalentes de caixa**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

- **Aplicação financeira**

Compreendem praticamente aplicações nas modalidades: Depósito ao prazo fixo (*Time Deposit*), Depósito Remunerado, Operações Compromissadas e CLN - *Credit Linked Note*, estas aplicações, podem ser prontamente resgatadas, e possuem um risco insignificante de mudança de valor.

- **Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor justo e, quando aplicável, ajustadas ao seu valor presente, em conformidade com a Deliberação CVM 564/08 (CPC 12 - ajuste a valor presente).

A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização desses valores, sendo apurada em bases individuais.

- **Estoques**

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou produção, sendo ajustados ao valor realizável líquido, quando inferior ao custo médio.

- **Investimentos**

Os investimentos da Controladora em empresas Controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais.

- **Imobilizado**

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 14 e levam em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens e com base nos prazos contratuais dos imóveis alugados quanto às benfeitorias efetuadas.

Os encargos financeiros dos financiamentos incorridos na fase de construção de bens integrantes do ativo imobilizado são capitalizados até o ativo entrar em operação.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa, quando incorrido.

De acordo com a Deliberação CVM 639/10 (CPC 01(R1) - redução ao valor recuperável de ativos), anualmente é avaliado se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Somente se houver alguma indicação, deve ser estimado o valor recuperável do ativo.

- **Arrendamentos**
  - **Arrendamento financeiro**

    Determinados contratos de arrendamento transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro, sendo registrados no momento inicial como ativo imobilizado em contrapartida do passivo pelo menor valor entre o valor presente e valor justo, conforme Deliberação CVM 645/10 (CPC 06 (R1) - operações de arrendamento mercantil).

    Os arrendamentos da Companhia estão descritos na nota explicativa nº 20.1.
  - **Arrendamento operacional**

    Determinados contratos são classificados como arrendamento operacional quando sua substância não atende os requerimentos de arrendamento financeiro. Os pagamentos desses contratos são registrados como despesa no resultado linearmente pela vigência dos contratos e uso do bem correspondente.

    Os arrendamentos da Companhia estão descritos na nota explicativa nº 20.2.

- **Intangível**

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os gerados internamente pela Companhia. São registrados pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização calculada pelo método linear e com base nos prazos estimados de recuperação.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e o ágio por expectativa de rentabilidade futura não são amortizados e têm o seu valor recuperável testado anualmente.

O ágio representa o excesso do total da contraprestação paga sobre a diferença entre o valor justo dos ativos, adquiridos e passivos assumidos na data de obtenção do controle da empresa adquirida.

O ágio é capitalizado como um ativo intangível, sendo que qualquer *impairment* do seu valor contábil é reconhecido na demonstração de resultado. Sempre que o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos exceder o total da contraprestação paga, a diferença será reconhecida integralmente na demonstração dos resultados abrangentes consolidada na data de aquisição.

Os intangíveis da Companhia estão descritos na nota explicativa nº 15.

3.1.7. Ativo biológico

Conforme a Deliberação CVM 596/09 (CPC 29 - ativo biológico e produto agrícola), a atividade agrícola é o gerenciamento da transformação biológica e da colheita de ativos biológicos animais e/ou plantas vivos para venda ou para conversão em produtos agrícolas ou em ativos biológicos adicionais. A Companhia classifica bovinos e aves vivos como ativos biológicos.

A Companhia reconhece os ativos biológicos quando ela controla esses ativos como consequência de um evento passado e é provável que benefícios econômicos futuros associados a esses ativos fluirão para a Companhia e o valor justo pode ser mensurado de forma confiável.

De acordo com a Deliberação CVM 596/09 (CPC 29 - ativo biológico e produto agrícola), os ativos biológicos devem ser mensurados ao valor justo menos as despesas de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência, exceto para os casos em que o valor justo não possa ser mensurado de forma confiável.

A Companhia valoriza os bovinos pelo seu valor justo com base em preços de mercado, enquanto aves são valorizadas pelo custo de aquisição, uma vez que não há mercado ativo para aves.

3.1.8. Redução do valor recuperável

Os testes de *impairment* sobre o ágio e outros ativos intangíveis com vida útil econômica indefinida são anualmente realizados no encerramento do exercício. Outros ativos não financeiros, tais como ativo imobilizado e ativo intangível, são submetidos a testes de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável. Quando o valor contábil de um ativo excede a sua quantia recuperável (isto é, o maior entre o valor de uso e o valor justo menos os custos da venda), uma perda é reconhecida para trazer o valor contábil ao seu valor recuperável.

Quando não é possível estimar o valor recuperável de um ativo individual, o teste de *impairment* é realizado em sua unidade geradora de caixa (UGC): o menor grupo de ativos ao qual o ativo pertence e para o qual existem fluxos de caixa separadamente identificáveis.

A Companhia adota como UGC para suas avaliações de valor recuperável de um ativo a sua segmentação por unidade de negócio.

O ágio registrado no reconhecimento inicial de uma aquisição é alocado a cada uma das *BUs* do Grupo que se espera serem beneficiadas pelas sinergias da combinação que ocasionou o mesmo, para fins de teste de *impairment*.

As perdas por *impairment* são incluídas no resultado. Uma perda por *impairment* reconhecida para o ágio não é revertida.

3.1.9. Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.1.10. Provisões

As provisões são registradas quando for provável a saída de benefícios econômicos futuros, decorrentes de eventos passados e estas possam ser estimadas com segurança.

3.1.11. Plano de remuneração baseado em ações

Os efeitos do plano de remuneração baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e na demonstração do resultado conforme as condições contratuais sejam atendidas e de acordo com o comentado na nota explicativa nº 29.5.

3.1.12. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda é apurado com base no lucro real. O Imposto de Renda e a Contribuição Social são recolhidos mensalmente sobre bases de cálculo estimadas, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente.

Os ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias são registrados em conformidade com a legislação tributária e Deliberações CVM 371/02 e 599/09 (CPC 32 - tributos sobre lucro), e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade revisado anualmente.

A Companhia e suas Controladas optaram pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, manifestando sua opção, de forma irretratável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos quando o valor contábil de um ativo ou passivo difere de sua base fiscal, exceto para as diferenças decorrentes de:

- Reconhecimento inicial do ágio;
- Reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e no momento em que a transação não afete nem o lucro contábil nem o lucro tributável;
- Investimentos em subsidiárias e entidades Controladas em conjunto, em que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença e seja provável que a diferença não reverterá no futuro previsível.

O reconhecimento dos ativos fiscais diferidos está restrito às ocasiões em que seja provável que o lucro tributável estará disponível contra os quais a diferença possa ser utilizada.

O valor de ativos e passivos é determinado utilizando-se as alíquotas tributárias vigentes ou substancialmente vigentes na data das demonstrações contábeis e que se espera que sejam aplicáveis quando os ativos e passivos diferidos forem recuperados e liquidados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando o Grupo possui um direito legalmente exequível de compensar ativos e passivos fiscais circulantes e os ativos e passivos fiscais diferidos se relacionam a esses impostos cobrados pela mesma autoridade fiscal nos seguintes casos:

- Para a mesma empresa do grupo tributável;
- Para as diferentes entidades do grupo que pretendem liquidar os ativos e passivos fiscais circulantes pelo valor líquido ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada exercício futuro em que valores significativos de ativos e passivos fiscais diferidos devam ser liquidados ou recuperados.

3.1.13. Dividendos e juros sobre capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante, por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social. A parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração antes do encerramento do exercício contábil a que se referem às demonstrações contábeis, ainda não aprovadas pelos acionistas, é registrada como dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido.

3.1.14. Lucro por ação

Básico

O lucro/prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período, conforme preconizado pela Deliberação CVM 636/10 (CPC 41 - resultado por ação), excluindo as ações classificadas como ações em tesouraria.

Diluído

O lucro/prejuízo diluído por ação é calculado através da divisão do lucro/prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. O efeito de diluição do lucro/prejuízo por ação não gera diferença material entre o lucro/prejuízo básico e diluído. O percentual de diluição está demonstrado na nota explicativa nº 30.

3.1.15. Ajuste a Valor Presente (AVP)

De acordo com a Deliberação CVM 564/08 (CPC 12 - ajuste a valor presente), os ativos e passivos não circulantes, bem como os ativos e passivos circulantes relevantes, são registrados a valor presente na data da respectiva transação com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada nas contas que deram origem ao referido ativo ou passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do ativo ou passivo é apropriada ao resultado ao longo da vida do ativo ou passivo com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Os ajustes a valor presente foram apurados com base na média entre a taxa Selic - Sistema Especial de Liquidação e Custódia e a taxa média de captação de recursos no mercado financeiro (taxa estabelecida como a de retorno do capital de terceiros), atingindo, assim, o índice médio de 11,19% a.a. em 31 de dezembro de 2015 (11,05% a.a. para 31 de dezembro de 2014).

Os prazos utilizados na apuração do Ajuste a Valor Presente (AVP) variam de acordo com atividade operacional envolvida, correspondendo à expectativa média do prazo para liquidação, por exemplo: prazo médio de recebimento de vendas, prazo médio de pagamento e outros que sejam necessários.

As taxas praticadas e os prazos estabelecidos, atrelados aos fatores de risco envolvidos nas operações da Companhia, estão perfeitamente refletidos na apuração do valor presente.

3.1.16. Gastos com emissão de ações

De acordo com a Deliberação CVM 649/10 (CPC 08 (R1) - custo de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários), os custos de transação incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais devem ser contabilizados, de forma destacada, em conta redutora de patrimônio líquido, deduzidos os eventuais efeitos fiscais.

3.1.17. Ações em tesouraria

Tratam-se das ações da Companhia que foram adquiridas por ela própria, mantidas em Tesouraria com finalidade específica de atendimento ao exercício do plano de opções de ações da Companhia, conforme nota explicativa nº 25.2.2. O montante de ações em tesouraria é registrado em conta própria e, para fins de apresentação de balanço, é deduzido da Reserva de Lucros, cujo saldo foi utilizado para tal operação.

3.1.18. Combinação de negócios

As combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação no valor justo aos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

continua...

...continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

Na aquisição de um negócio, a Administração da Companhia avalia os ativos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.
Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

3.1.19. Consolidação
As práticas contábeis são aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas em períodos anteriores.
Descrição dos principais procedimentos de consolidação:
- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas do grupo;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas Controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados decorrentes de negócios entre as empresas do grupo.

3.1.20. Operações descontinuadas e ativos mantidos para venda
A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, a demonstração comparativa de resultado e a demonstração de fluxo de caixa são apresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo, tendo sido por isso incluída a observação "reclassificado" nos demonstrativos de 31 de dezembro de 2014.
A mensuração destes ativos é medida pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo decrescido das despesas de venda.
Quando classificados como mantidos para venda, intangíveis e imobilizado não são amortizados ou depreciados.
O resultado de operação descontinuada é apresentado em um montante único na demonstração do resultado, contemplando o resultado total após o Imposto de Renda e Contribuição Social destas operações menos qualquer perda relacionada à *impairment* e são apresentadas na nota explicativa nº 36.

3.1.21. Demonstrações de valor adicionado
A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, nos termos da Deliberação CVM 557/08 (CPC 09 - demonstração do valor adicionado), as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as normas contábeis brasileiras aplicáveis as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação adicional.

3.1.22. Normas que entraram em vigor em 2015
A avaliação, por parte da Companhia, sobre as novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB, e que estão em vigor desde 1º de janeiro de 2015, foram devidamente realizadas, e a administração da Companhia não identificou efeitos significativos nas demonstrações contábeis da mesma. As normas que foram modificadas são:
IAS 19 - "Benefícios a empregados", em novembro de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 19. A Alteração desta norma tem o objetivo de estabelecer aspectos relacionados ao reconhecimento das contribuições de empregados ou terceiros e seus impactos no custo do serviço e períodos de serviços. Esta norma é efetiva para períodos anuais desde 1º de janeiro de 2015. A Companhia analisou a NBC TG 33 (R2) e não identificou impactos para as divulgações destas demonstrações contábeis.
IAS 27 - "Demonstrações separadas", em 12 de agosto de 2014, o IASB emitiu revisão da norma IAS 27, permitirá o método de equivalência patrimonial para contabilizar os investimentos em subsidiárias, *joint ventures* e associadas em suas demonstrações contábeis separadas. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016 nas IFRS e para as práticas contábeis adotadas no Brasil já é aceito a partir de 31 de dezembro de 2014, conforme aprovação do Conselho Federal de Contabilidade e adoção antecipada das IFRS. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

3.1.23. Normas que ainda não estão em vigor
As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não foram editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC):
IAS 1 - "Apresentação das demonstrações financeiras" - em 18 de dezembro de 2014, o IASB publicou "Iniciativa de Divulgação" (Alterações ao IAS 1). As alterações visam esclarecer o IAS 1 e direcionar os impedimentos percebidos sobre o julgamento para a preparação e apresentação das demonstrações contábeis. Esta norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016, com aplicação antecipadas permitida. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.
IFRS 9 - Instrumentos financeiros - em julho de 2014, o IASB emitiu versão final da norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração. Estas alterações tratam de algumas questões sobre a aplicação da norma e introduzem o conceito de "valor justo contra os resultados abrangentes" para a mensuração de alguns tipos de instrumentos de dívida. Adicionalmente, o IASB incluiu na norma IFRS 9 requerimentos de reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de ativos relacionadas ao registro de perdas esperadas com créditos sobre os ativos financeiros e compromissos de renegociação destes créditos. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.
IFRS 14 - Contas de diferimento regulatório, em janeiro de 2014, o IASB emitiu a norma IFRS 14, a qual tem o objetivo específico de regular o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios quando da primeira adoção das normas IFRS. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.
IFRS 15 - "Receitas de contratos com clientes", em maio de 2014, o IASB emitiu a norma IFRS 15. A norma substitui a IAS 18 - "Receitas" e a IAS 11 - "Contratos de construção" e uma série de interpretações relacionadas a receitas. Esta norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2018. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.
IFRS 11 - "Acordos de compartilhamento", em maio de 2014, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 11. A Alteração da norma IFRS 11 aborda critérios relacionados ao tratamento contábil para aquisições de participações em acordos de compartilhamento que constituam um negócio de acordo com os conceitos constantes no IFRS 3. Esta alteração na norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.
IAS 16 e IAS 38 - "Esclarecimentos sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização", em maio de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IAS 16 e IAS 38. Esta revisão tem o objetivo de esclarecer sobre métodos de depreciação e amortização, observando o alinhamento ao conceito de benefícios econômicos futuros esperados pela utilização do ativo durante sua vida útil econômica. Esta alteração na norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.
IAS 16 e IAS 41 - em julho de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IAS 16 - Ativo Imobilizado e IAS 41 - Ativo Biológico, para incluir ativos biológicos que atendam a definição de "*Bearer plants*" (definidos como "plantas vivas" que são usadas na produção de produtos agrícolas), essa alteração requer que os "*Bearer plants*" sejam registrados como ativo imobilizado de acordo com o IAS 16, registrando a custo histórico ao invés de serem mensurados ao valor justo conforme é requerido pelo IAS 41. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.
IFRS 10 e IAS 28 - em 11 de setembro de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 - Investimento em Coligada, em Controladas e em Empreendimento Controlado em Conjunto, essas alterações têm como consequência a inconsistência reconhecida entre as exigências da IFRS 10 e aqueles na IAS 28, para lidar com a venda ou a entrada de ativos de um investidor, coligada ou empreendimento controlado em conjunto. A principal consequência das alterações é que o ganho ou perda é reconhecido quando uma transação envolve um negócio (se ele está instalado em uma subsidiária ou não). Um ganho ou perda parcial é reconhecido quando uma transação envolve ativos que não constituam um negócio, mesmo que esses ativos estejam alocados em uma subsidiária. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis.
Melhoria anual das IFRS de setembro de 2014 - o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas normas são efetivas para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis.

3.2. Demonstrações Contábeis Consolidadas
As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações da Companhia e das suas Controladas, conforme quadro de resumo das participações societárias da Companhia na nota explicativa nº 1 - contexto operacional.
As demonstrações contábeis das Companhias Controladas sediadas no exterior foram elaboradas originalmente em sua moeda local, em conformidade com a legislação vigente em cada país onde estão localizadas, e foram convertidas às práticas contábeis emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB utilizando as suas respectivas moedas funcionais, sendo posteriormente, convertidas para Reais, pela taxa cambial correspondente na data do balanço.

3.3. Reclassificação na Demonstração de Resultado e Demonstração do Fluxo de Caixa no Exercício findo em 31 de Dezembro de 2014
Em 21 de junho de 2015, a Companhia divulgou como fato relevante um Contrato Definitivo de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças com a JBS S.A., por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para a alienação pela Marfrig da totalidade da participação societária que detinha na Moy Park Holdings Europe Ltd., Controladora das sociedades que operam a unidade de negócios "Moy Park" à JBS S.A.. Em 28 de setembro de 2015 a venda foi efetivamente concluída com todas as condições e aprovações necessárias para o fechamento da transação.
Em 30 de setembro de 2015 o Comitê de Gestão deliberou sobre a disponibilização dos ativos das unidades de negócios Marfrig Argentina S.A. e da sociedade Marfood USA, Inc. para alienação, ambas pertencentes ao segmento de negócio Marfrig Beef, e autorizou a Administração da Companhia a realizar todos os esforços para o cumprimento destas deliberações.
Na data de 29 de dezembro de 2015 a Administração da Companhia deliberou sobre a disponibilização dos ativos da empresa MFG Agropecuária Ltda. para venda, pertencente ao segmento de negócio Marfrig Beef, ao Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos.
Para atender aos requerimentos previstos na NBC TG 31 (R3) e para fins de comparação a Companhia e suas subsidiárias reapresentaram as demonstrações de resultados, demonstrações dos fluxos de caixa, demonstrações dos resultados abrangentes e as notas explicativas de resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
A Companhia tem como política apresentar os seguintes itens na composição do caixa e equivalentes de caixa:
- Saldos em espécie disponível no caixa;
- Depósitos bancários à vista.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Caixa e bancos	259.187	367.049	1.487.624	1.023.213
Equivalentes de caixa	17.795	20.779	142.744	68.472
	276.982	**387.828**	**1.630.368**	**1.091.685**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Caixa e Bancos:				
Reais	31.564	144.775	36.379	158.491
Dólar norte-americano	215.805	242.828	1.056.741	394.828
Euro	29.613	225	68.814	35.430
Libra Esterlina	-	-	21.220	266.895
Ringgit Malásia	-	-	53.300	16.850
Yuan Chinês	-	-	211.195	139.539
Dólar Australiano	-	-	18.445	18.671
Thai Baht (Tailândia)	-	-	65.871	19.358
Won Sul Coreano	-	-	46.546	20.429
Dólar Hong Kong	-	-	29.940	9.824
Peso Uruguaio	-	-	13.978	7.772
Peso Chileno	-	-	7.636	3.427
Outros	-	-	303	171
	276.982	**387.828**	**1.630.368**	**1.091.685**

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Aplicações financeiras	1.601.157	455.589	3.374.753	1.568.082
	1.601.157	**455.589**	**3.374.753**	**1.568.082**

A seguir o demonstrativo das aplicações financeiras por modalidade:

					Controladora	
	Vencimentos	PMPV (1)	Moeda	Taxa de juros média a.a. %	31/12/15	31/12/14
Mantidos para negociação:						
Certificados de Depósito Bancário - CDB (2)	Imediato	-	Real	13,72%	165.328	146.451
Operações Compromissadas	Imediato	-	Real	13,88%	294.265	-
Depósito Remunerado	02/03/16	0,02	Dólar	2,50%	933.900	212.083
Titulo de Renda Fixa	Imediato	-	Real	12,95%	72.922	-
Títulos de Capitalização	Imediato	-	Real	-	-	99
CLN (2)	17/07/17	-	Dólar	0,61%	117.279	79.762
FIDC	13/06/17	1,48	Real	17,64%	17.463	17.194
Total					**1.601.157**	**455.589**
Total circulante					**1.601.157**	**455.589**

					Consolidado	
	Vencimentos	PMPV (1)	Moeda	Taxa de juros média a.a. %	31/12/15	31/12/14
Mantidos para negociação:						
Certificados de Depósito Bancário - CDB (2)	Imediato	-	Real	13,70%	196.804	185.664
Operações compromissadas	Imediato	-	Real	13,88%	294.265	-
Depósito remunerado	31/03/19	-	Real	-	184	244
Depósito remunerado	02/03/16	0,02	Dólar	2,50%	933.900	451.215
Time deposit	17/06/16	-	Dólar	0,83%	1.322.636	-
Circular nº 1.456	-	-	Dólar	-	-	1.723
Títulos de capitalização	-	-	Real	-	-	99
Títulos de capitalização	-	-	Dólar	-	-	3.540
CLN (2)	17/07/17	0,53	Dólar	0,44%	247.246	625.989
FIDC	13/06/17	1,48	Real	17,64%	17.463	17.194
Títulos de renda fixa	Imediato	-	Real	12,95%	72.922	-
Títulos de renda fixa	04/05/20	-	Dólar	7,56%	289.333	282.414
Total					**3.374.753**	**1.568.082**
Total circulante					**3.373.842**	**1.567.112**
Total não circulante					**911**	**970**

(1) Prazo médio ponderado de vencimento em anos;
(2) As operações foram contratadas com liquidez diária, podendo assim ser resgatadas a qualquer momento, o vencimento mencionado é o vencimento da operação.

As modalidades de aplicações financeiras da Companhia podem ser descritas da seguinte forma:

5.1. Certificado de Depósito Bancário - CDB
Os Certificados de Depósitos Bancários são aplicações realizadas junto a instituições financeiras de primeira linha, são pós-fixados e rendem em média de 96% a 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5.2. Operações Compromissadas
Operações que têm por base sobras de caixas diárias que são efetuadas em reais e remuneradas a taxas situadas entre 80% a 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Esta operação tem liquidez imediata, pois pode ser resgatada antecipadamente sem prejuízo de redução de rendimentos.

5.3. Depósito Remunerado
As aplicações dessa modalidade são efetuadas em reais e dólares, remuneradas a taxas pré-fixadas e mensuradas por meio do custo amortizado.

5.4. Circular nº 1.456
As aplicações dessa modalidade referem-se a operações oriundas de exportação, efetuadas em dólar norte-americano junto ao Banco Central do Uruguai, remuneradas a taxas pré-fixadas, sendo realizadas entre 180 e 360 dias antes da exportação.

5.5. Títulos de Capitalização
As aplicações dessa modalidade são efetuadas em Reais e remuneradas à variação da Taxa Referencial (TR).

5.6. CLN - *Credit Linked Note*
As *Credit Linked Notes* - CLN constituem um instrumento financeiro usado exclusivamente para gerir recursos entre empresas do Grupo e correspondem a uma nota de crédito utilizada para mitigar o risco de crédito da Companhia, conforme nota explicativa nº 18.2. Os recursos aplicados nestes instrumentos são oriundos de captações efetuadas no mercado de capitais internacional emitidas por subsidiárias do Grupo Marfrig no exterior e que, por estratégia de gestão de caixa e liquidez, são mantidos nas próprias subsidiárias emissoras no exterior. A taxa média de remuneração é de 0,44% a.a. e são mensurados pelo custo amortizado ao ano.

5.7. FIDC - Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios
São cotas de um fundo de investimento que tem como objetivo investir na aquisição de direitos creditórios.

5.8. Títulos de Renda Fixa
São aplicações em títulos de renda fixa emitidos por instituições financeiras de primeira linha, a taxas pré-fixadas.

5.9. *Time Deposit* - Depósito ao Prazo Fixo
São aplicações com taxas pré-fixadas, em instituições financeiras de primeira linha no mercado internacional.

6. VALORES A RECEBER - CLIENTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Valores a receber - clientes nacionais	147.270	201.589	536.737	952.048
(-) Ajuste a valor presente	(5.644)	(5.789)	(8.727)	(10.771)
	141.626	**195.800**	**528.010**	**941.277**
Valores a receber - clientes internacionais	788.482	538.749	969.824	1.152.249
(-) Adiantamento de cambiais entregues - ACEs	(458.818)	(447.020)	(458.818)	(447.020)
(-) Ajuste a valor presente	(23.452)	(14.593)	(35.299)	(27.746)
	306.212	**77.136**	**475.707**	**677.483**
	447.838	**272.936**	**1.003.717**	**1.618.760**
Valores a vencer:	801.966	702.777	908.585	1.634.272
Valores vencidos:				
de 1 a 30 dias	33.465	20.300	286.453	293.951
de 31 a 60 dias	94.282	11.985	262.419	98.046
de 61 a 90 dias	6.039	5.276	49.104	78.028
acima de 90 dias	8.214	7.405	21.026	35.146
(-) Adiantamento de cambiais entregues - ACEs	(458.818)	(447.020)	(458.818)	(447.020)
(-) Ajuste a valor presente	(29.096)	(20.382)	(44.026)	(38.517)
(-) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	(8.214)	(7.405)	(21.026)	(35.146)
	447.838	**272.936**	**1.003.717**	**1.618.760**

A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.
Com o objetivo de chegar à melhor estimativa possível, no que tange à realização dos referidos créditos e, assim, constituir adequadamente a perda estimada para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2015, a Administração da Companhia analisou aspectos peculiares a respeito de seus clientes, tais como: ramo de negócio, situação do crédito em geral, a conjuntura econômica de mercado considerando os títulos vencidos há mais de 90 dias, cuja expectativa de recebimento seja improvável.
A Companhia não tem histórico de problemas relevantes com recebimento de clientes, sendo certo que o Departamento de Contas a Receber analisa cada cliente quando do cadastro e concessão dos créditos.
A movimentação das perdas estimadas para créditos está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**(7.405)**	**(35.146)**
Estimativa constituída no período	(14.450)	(19.938)
Estimativa revertida no período	13.641	22.059
Créditos baixados definitivamente da posição	-	13
Variação cambial	-	(3.010)
Operação descontinuada	-	14.996
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**(8.214)**	**(21.026)**

Foi estruturado em junho de 2014, um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), para alienação de parte de seus recebíveis originados por operações de venda a prazo no mercado interno, no montante de R$ 160 milhões (principal), sendo R$ 16 milhões constituídos por cotas subordinadas mezanino. Em 31 de dezembro de 2015, o montante de faturas negociadas com o fundo foi de R$ 110.504.
Para o financiamento das vendas a prazo, a Companhia utiliza linhas de crédito de financiamento de capital de giro disponíveis no mercado financeiro.
Os valores a receber foram atualizados ao valor presente, de acordo com a Deliberação CVM 564/08 (CPC 12 - ajuste a valor presente), conforme descrito na nota explicativa nº 3.1.6.

7. ESTOQUES DE PRODUTOS E MERCADORIAS
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os estoques de produtos acabados foram avaliados pelo custo médio das compras e/ou produção, conforme destacado na nota explicativa nº 3.1.6:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Produtos acabados	464.060	693.276	1.166.483	1.567.978
Matérias-primas	-	-	231.376	320.245
Embalagens e almoxarifados	24.572	28.381	129.194	196.843
(-) Perdas estimadas	(25.566)	(13.566)	(30.089)	(57.147)
	463.066	**708.091**	**1.496.964**	**2.027.919**

A Companhia constitui suas estimativas com base nos índices históricos de perda, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**(13.566)**	**(57.147)**
Reversão de estimativas	-	1.733
Constituição de estimativas	(12.000)	(13.728)
Ganhos(perdas) na conversão	-	188
Reversão pela alienação de investimento	-	38.865
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**(25.566)**	**(30.089)**

8. ATIVOS BIOLÓGICOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Corrente:				
Ativo biológico - bovinos	-	-	28.158	164.535
Ativo biológico - aves	-	-	78.671	167.688
Ganho(Perda) na conversão	-	-	53.345	19.977
Total ativo biológico corrente	**-**	**-**	**160.174**	**352.200**
Não corrente:				
Ativo biológico - aves	-	-	43.099	130.735
Ganho(Perda) na conversão	-	-	16.705	11.405
Total ativo biológico não corrente	**-**	**-**	**59.804**	**142.140**
Total ativo biológico	**-**	**-**	**219.978**	**494.340**

Os ativos biológicos correntes da Companhia são compostos por animais vivos segregados entre as categorias: aves e bovinos. Os animais classificados nesse grupo são os destinados ao abate para produção de carne *in natura* e/ou produtos industrializados nos próximos 12 meses.
Devido ao curto período de tempo de formação de aves e, pelo fato de não haver cotação de mercado para esses animais, a Companhia avaliou esses ativos biológicos não identificando variações materiais em relação ao custo de aquisição. Nesse caso a Companhia entende que o valor justo dos ativos biológicos está substancialmente representado pelo custo de formação, haja vista o curto ciclo de vida dos animais.
Com relação a bovinos, trata-se de animais mantidos em confinamento para engorda e abate. O saldo apresentado nesta rubrica encontra-se disponível para utilização nos próximos 12 meses.
A Companhia realizou a valorização desses animais a valor justo, baseado no conceito marcado a mercado (*Mark to Market* - MtM), considerando as cotações da arroba do boi/vaca disponíveis no mercado, reconhecendo os efeitos destas valorizações diretamente no resultado.
Os ativos biológicos não correntes da Companhia são compostos por aves vivas, classificadas como matrizes, destinadas a reprodução. Os ativos biológicos não correntes são amortizados linearmente de acordo com a vida útil dos animais. As matrizes de aves possuem uma vida útil de até 60 semanas.
A seguir está o demonstrativo de movimentação do ativo biológico:

Ativo biológico corrente:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**-**	**352.200**
Aumento devido a aquisições	-	135.924
(-) Baixa para abate	-	(1.387.278)
Gastos com insumos para engorda	-	1.459.522
(-) Diminuição devido a vendas	-	(267.041)
Aumento líquido (redução) devido aos nascimentos (mortes)	-	(1.564)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda (*)	-	(4.778)
Conversão de balanço	-	53.345
Operação descontinuada	-	(180.156)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**-**	**160.174**

(*) Aplicável somente a bovinos.

continua...

...continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo biológico não corrente:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**-**	**142.140**
Aumento devido a aquisições	-	32.748
(-) Baixa para abate	-	(4.916)
Gastos com insumo para engorda	-	39.152
Amortização	-	(66.747)
Conversão de balanço	-	16.705
Operação descontinuada	-	(99.278)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**-**	**59.804**

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	602.310	662.735	621.869	690.541
Crédito de PIS	316.033	248.261	497.707	412.647
Crédito da Cofins	1.554.010	1.586.581	2.203.260	2.192.059
Imposto de Renda	52.295	47.025	65.392	64.101
Contribuição Social	16.602	15.001	18.360	16.793
Outros	92.281	45.260	155.040	171.048
(-) Perdas estimadas por não realização	(451.389)	(451.389)	(676.385)	(676.385)
	2.182.142	**2.153.474**	**2.885.243**	**2.870.804**
Ativo circulante	**785.249**	**878.476**	**1.289.571**	**1.361.635**
Ativo não circulante	**1.396.893**	**1.274.998**	**1.595.672**	**1.509.169**

9.1. ICMS
O saldo do ICMS a recuperar é proveniente da obtenção de créditos por compras de matérias-primas, materiais de embalagem e secundários em volume superior aos débitos gerados nas vendas locais, haja vista que as vendas ao mercado externo são isentas. A realização dos créditos se dará através de compensação com débitos gerados nas vendas no mercado interno ou por transferências para terceiros.

9.2. PIS e Cofins
Refere-se ao crédito não cumulativo do PIS e da COFINS, de acordo com as Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, incidente sobre as aquisições de matérias-primas, materiais de embalagem e materiais secundários, utilizados nos produtos comercializados no mercado externo.
A Companhia está realizando os maiores esforços no sentido de homologar seus direitos junto à Receita Federal.

9.3. Imposto de Renda e Contribuição Social
Referem-se às antecipações de Impostos de Renda e Contribuição Social realizadas até o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

9.4. Perdas Estimadas para não Realização de Créditos Tributários
As perdas estimadas para não realização de créditos tributários foram calculadas com base na melhor expectativa de realização dos saldos de impostos a recuperar da Companhia sendo feita principalmente sobre os créditos de PIS/COFINS. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não houve movimentação das estimativas para não realização de créditos tributários.

10. TÍTULOS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Partes relacionadas	1.289.604	2.521.877	-	-
Operações de mercado a receber	14.766	14.376	397.499	275.261
Outros títulos a receber	1.378	88.214	11.403	128.664
Total	**1.305.748**	**2.624.467**	**408.902**	**403.925**
Ativo circulante	**890.152**	**842.268**	**48.034**	**58.261**
Ativo não circulante	**415.596**	**1.782.199**	**360.868**	**345.664**

Os títulos a receber da Controladora, em sua maior parte, são compostos por saldos gerados nas transações com suas empresas Controladas (partes relacionadas), conforme descrito na nota explicativa nº 10.1.

10.1. Partes Relacionadas
As tabelas a seguir, exceto quando se tratar das operações vinculadas ao Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos e a Sra. Márcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, únicos sócios da MMS Participações Ltda., mostram as operações entre a Companhia e suas subsidiárias integrais, em 31 de dezembro de 2015:

	Controladora							
	31/12/15				2015			
31 de dezembro de 2015	Contas a receber	Contas a pagar	Títulos a receber	Títulos a pagar	Compras	Vendas	Ativo mantido para venda	Adianta-mento de cliente
Cledinor S.A.	-	42.271	-	-	11.245	-	-	-
Establecimientos Colonia S.A.	-	18.034	-	-	8.631	-	-	-
Frigorífico Tacuarembó S.A.	-	26.521	1.148	25.615	11.013	-	-	-
Inaler S.A.	-	19.472	-	-	8.431	-	-	-
Marfood USA Inc.	-	-	-	-	-	-	685	-
Marfrig Argentina S.A.	-	-	-	-	-	-	376.464	-
Marfrig Chile S.A.	3.418	376	-	-	5.424	199.906	-	-
Marfrig Holdings (Europe) B.V.	5.412	-	38.637	8.671.032	-	5.336	-	-
Marfrig Overseas Ltd.	-	-	51.536	670.643	-	-	-	-
MFB Marfrig Frigoríficos Brasil S.A.	110.947	38.513	1.005.319	-	471.404	361.233	-	-
MFG Agropecuária Ltda.	-	-	-	-	217.701	-	-	-
MFG Comercializadora de Energia Ltda.	-	13	141	1.953	12.805	-	-	-
Pampeano Alimentos S.A.	19.886	162	192.823	-	-	161.949	-	-
Marcos Antonio Molina dos Santos	-	1.618	-	-	10.554	-	-	10.869
Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos	-	-	-	-	6.200	-	-	-
	139.663	**146.980**	**1.289.604**	**9.369.243**	**763.408**	**728.424**	**377.149**	**10.869**

	Controladora					
	31/12/14				2014	
31 de dezembro de 2014	Contas a receber	Contas a pagar	Títulos a receber	Títulos a pagar	Compras	Vendas
Cledinor S.A.	-	27.752	-	-	11.465	-
Establecimientos Colonia S.A.	-	12.102	-	-	8.967	-
Frigorífico Tacuarembó S.A.	-	17.379	423	64.901	9.140	-
Inaler S.A.	-	13.330	-	-	9.106	-
Marfood USA Inc.	1.035	-	-	-	-	1.007
Marfrig Argentina S.A.	-	3.485	245.154	-	12.892	-
Marfrig Chile S.A.	49.764	-	-	-	802	161.376
Marfrig Holdings (Europe) B.V.	-	-	1.627	4.910.364	-	9.232
Marfrig Overseas Ltd.	-	-	35.057	463.360	-	-
MFB Marfrig Frigoríficos Brasil S.A.	22.287	59.658	1.778.283	-	788.755	321.790
MFG Agropecuária Ltda.	693	19.864	265.813	-	299.596	12.754
MFG Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	121	2.769	-	-
Pampeano Alimentos S.A.	7.489	82	195.399	-	-	120.407
Weston Importers Ltd.	23.655	-	-	-	-	27.160
Marcos Antonio Molina dos Santos	-	1.754	-	-	2.176	-
Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos	-	942	-	-	9.986	-
	104.923	**156.348**	**2.521.877**	**5.441.394**	**1.152.885**	**653.726**

	Consolidado									
	Adiantamento de clientes		Títulos a receber		Contas a pagar		Total de compras no período		Total de vendas no período	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Marcos Antonio Molina dos Santos	10.869	-	-	33.479	1.971	2.189	11.986	3.997	-	51.149
Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos	-	-	-	-	-	8.537	6.437	17.582	-	-
	10.869	**-**	**-**	**33.479**	**1.971**	**10.726**	**18.423**	**21.579**	**-**	**51.149**

Em 30 de junho de 2014, a Companhia firmou um Contrato de Compra e Venda de Cabeças de Gado, equipamentos e de contratação de empregados, por meio de sua subsidiária integral MFG Agropecuária Ltda., com o atual acionista controlador do Grupo Marfrig Global Foods S.A. Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos, no qual a Companhia se comprometeu vender tais ativos e passivos ao acionista controlador de forma irrevogável e irretratável. A transação foi devidamente aprovada pelo Comitê de Auditoria do Grupo Marfrig, liderado por um conselheiro independente.
Estes ativos foram transacionados a valor de mercado e, no que tange à compra e à venda de cabeças de gado e compra de equipamentos, encontram-se devidamente registrados no resultado desde o 2T/14, não gerando qualquer prejuízo para a Companhia. O saldo apresentado nesta nota, em títulos a receber, refere-se ao efeito líquido da venda de gado, da aquisição dos equipamentos, menos os custos da transferência de mão de obra, subtraídos os valores pagos pelo acionista controlador até 4T/15. Materializando-se assim, todas as transferências de ativos e passivos, de forma que todos os itens objetos do referido contrato foram transferidos ao comprador. O acionista controlador quitou integralmente o contrato no último trimestre de 2015.

13.1. Investimentos (Controladora)
Valor dos investimentos em Controladas em 31 de dezembro de 2015:

	Nº de quotas/ações	Porcentual de participação no capital votante	Negociação em bolsa	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido (prejuízo) do Período	Valor do PL conforme % participação mantidos para venda	Patrimônio Líquido conforme % participação
MFB Marfrig Frigoríficos do Brasil S.A.	520.398.616	100,00	Não	520.399	305.948	(81.357)	-	305.947
Marfrig Chile S.A.	9.950	99,50	Não	97.139	111.017	13.700	-	110.427
Inaler S.A.	66.247.320	100,00	Não	5.729	66.594	(16.835)	-	66.594
Frigorífico Tacuarembó S.A.	163.442.679	99,95	Não	24.964	220.269	62.545	-	219.081
Weston Importers Ltd.	16.901.926	100,00	Não	-	-	-	-	-
Masplen Ltd.	5.050	100,00	Não	14.414	8.301	(23.288)	-	8.301
Prestcott International S.A.	79.638.916	100,00	Não	11.410	118.601	(1.971)	-	118.601
Establecimientos Colonia S.A.	403.237.385	100,00	Não	102.506	49.200	(21.036)	-	49.200
Marfood USA, Inc.	50.000	100,00	Não	96.442	(111.654)	(101.236)	(111.654)	-
Marfrig Overseas Ltd.	1	100,00	Não	-	55.402	1.360.945	-	55.402
MFG Agropecuária Ltda.	9.999	99,99	Não	112.583	97.321	(10.445)	97.321	-
Marfrig Argentina S.A.	933.343.948	99,93	Não	589.601	(174.581)	(251.073)	(174.459)	-
MFG Comercializadora de Energia Ltda.	149.985	99,99	Não	-	(824)	(2.605)	-	(823)
Marfrig Holdings(Europe) B.V.	2.403.806	100,00	Não	3.801.166	5.246.321	48.794	-	5.246.322
Marfrig Peru S.A.C.	5.000	100,00	Não	7	(465)	(160)	-	(465)
Total				**5.376.360**	**5.991.450**	**975.978**	**(188.792)**	**6.178.587**

O quadro a seguir apresenta um sumário das informações financeiras em empresas Controladas:

	Total de ativos	Total de passivos	Participação dos não controladores	Receita Líquida	Participação do grupo nos lucros/prejuízos (1)
MFB Marfrig Frigoríficos do Brasil S.A.	1.858.748	1.552.800	-	2.443.447	(81.357)
Marfrig Chile S.A.	242.290	131.271	555	476.353	13.632
Inaler S.A.	254.509	187.915	-	397.102	(16.835)
Frigorífico Tacuarembó S.A.	487.131	266.862	110	691.589	62.513
Weston Importers Ltd.	-	-	-	45	-
Masplen Ltd.	366.295	357.993	-	431.598	(23.288)
Prestcott International S.A.	259.671	141.070	-	442.761	(1.971)
Establecimientos Colonia S.A.	355.627	306.426	-	475.821	(21.036)
Marfood USA, Inc.	73.916	185.570	-	-	(101.236)
Marfrig Overseas Ltd.	3.574.942	3.519.540	-	-	1.360.945
MFG Agropecuária Ltda.	126.869	29.548	-	-	(10.445)
Marfrig Argentina S.A.	328.850	503.431	(122)	-	(250.897)
MFG Comercializadora de Energia Ltda.	5.976	6.800	-	66.975	(2.605)
Marfrig Holdings (Europe) B.V.	16.857.272	11.411.122	-	9.025.188	48.794
Marfrig Peru S.A.C.	1.087	1.552	-	1.785	(160)
Total	**24.793.183**	**18.601.900**	**543**	**14.452.664**	**976.054**

(1) O saldo apresentado corresponde ao percentual de participação da Companhia em suas subsidiárias, ajustado pelos lucros não realizados quando da consolidação de balanços.

O acionista controlador da Companhia, MMS Participações Ltda., e seus únicos sócios, avalizaram determinados contratos financeiros da Companhia. Em caso de inadimplemento desses contratos, os credores poderão exigir o pagamento das dívidas diretamente do acionista controlador e seus sócios e, caso esses realizem tal pagamento, eles terão direito de regresso contra a Companhia.
A Companhia não efetuou qualquer pagamento de comissões ou outros pagamentos para avalistas.
Em reunião datada de 24 de junho de 2015, o Conselho de Administração da Companhia estabeleceu novos limites de alçada para os Órgãos da Administração da Companhia. O Comitê de Gestão passou a ser o responsável por autorizar a realização de uma série de atos, com alçadas compreendidas entre R$ 300 milhões e R$ 400 milhões. Para os atos cujas alçadas sejam superiores àquelas definidas para o Comitê de Gestão, faz-se necessária a aprovação do Conselho de Administração da Companhia.
Não há relacionamentos com outros diretores e acionistas do Grupo Marfrig.
A natureza dos relacionamentos entre as empresas do Grupo Marfrig é representada por transações mercantis (compras e vendas) e remessas de numerários para pagamento de tais transações e para capital de giro.
As transações de mútuos (títulos a receber e a pagar) entre as empresas relacionadas no Brasil (Controladora e Controladas) são geridas por meio de conta correntes entre as empresas tendo como princípio o sistema de caixa centralizado gerido pela Controladora. Nas transações com empresas Controladas no exterior aplica-se taxa de juros de 3% mais a LIBOR (*London Interbank Offered Rate*) de 6 (seis) meses.
As transações de compra ou venda de produtos acompanham o valor de mercado, não havendo exigência de garantias e, tampouco, perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa. Tais operações envolvem compra e venda de carne *in natura* e produtos industrializados de bovinos, aves e ovinos.
As operações entre as empresas Controladas não impactam as informações contábeis consolidadas, haja vista que são eliminadas no processo de consolidação.

11. ATIVOS E PASSIVOS MANTIDOS PARA VENDA
Em 30 de setembro de 2015 o Comitê de Gestão deliberou sobre a disponibilização dos ativos das unidades de negócios Marfrig Argentina S.A. e da sociedade Marfood USA, Inc. para alienação, ambas pertencentes ao segmento de negócios Marfrig Beef, e autorizou a Administração da Companhia a realizar todos os esforços para o cumprimento destas deliberações.
Em 29 de dezembro de 2015 a Administração da Companhia deliberou sobre a disponibilização para venda da empresa MFG Agropecuária Ltda., pertencente ao segmento Marfrig Beef, ao sócio controlador da Companhia, Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos. A conclusão do negócio está prevista para o primeiro trimestre de 2016. O desinvestimento realizado na MFG está alinhado com o plano estratégico "Focar para Ganhar", visando uma operação mais simples e focada nos seus ativos principais.
Conforme previsto na Deliberação CVM 598/09 (CPC 31 - ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada), os ativos e passivos dessas unidades foram classificados para a rubrica de Ativos e Passivos Mantidos para a Venda. Ainda consoante com o CPC 31, a Companhia informa que os ativos imobilizados e intangíveis foram mensurados a valor justo conforme descritos, respectivamente, nas notas explicativas nº 14 e 15, e que o impacto está refletido na mesma rubrica.
Tal deliberação está baseada no plano estratégico da Companhia, visando aumento da rentabilidade do grupo e simplificação de sua estrutura societária.
Os ativos e passivos mantidos para a venda em 31 de dezembro de 2015 compreendem:

Ativo	Controladora 31/12/15	Consolidado 31/12/15
Caixa e equivalente de caixa	-	14.163
Valores a receber clientes	685	95.831
Recebíveis de longo prazo	370.290	209.864
Investimentos	(188.792)	30
Intangível	308	317
Outros ativos	6.173	209.776
Total do ativo mantido para venda	**188.664**	**529.981**

Passivo	Controladora 31/12/15	Consolidado 31/12/15
Fornecedores	4.825	90.954
Empréstimos e financiamentos	-	18.683
Outros passivos	-	54.074
Total do passivo	**4.825**	**163.711**
Patrimônio líquido		
Valores relacionados a ativos mantidos para venda	(90.887)	(90.887)
	(90.887)	**(90.887)**
Total do passivo e patrimônio líquidos mantidos para venda	**(86.062)**	**72.824**

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS - ATIVO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Imposto de Renda	1.042.051	967.923	1.519.126	1.328.587
Contribuição Social	376.846	350.159	450.686	379.850
Ativo não circulante	**1.418.897**	**1.318.082**	**1.969.812**	**1.708.437**

Os créditos fiscais referem-se ao Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, calculados sobre as adições/exclusões temporárias que foram adicionadas/excluídas na apuração do lucro real e na base de cálculo da contribuição social do exercício corrente e anteriores bem como apurados sobre prejuízos fiscais e sobre futuro aproveitamento fiscal de ágio pago por rentabilidade futura, os quais serão realizados ao longo do exercício de 2016 em diante.
Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias estão suportados por projeções de resultados tributáveis e expectativa de recuperabilidade, com base em estudos técnicos de viabilidade internos, elaborados por profissionais especializados, e submetidos anualmente aos órgãos de Administração da Companhia e seu reconhecimento obedeceu ao disposto na Nota Explicativa nº 3.1.12.
A seguir está apresentada a movimentação dos tributos diferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

	31 de dezembro de 2015			
	Controladora		Consolidado	
Descrição	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Saldo final em 31 de dezembro de 2014	**967.923**	**350.159**	**1.328.587**	**379.850**
(-) Realização de tributos sobre prejuízo fiscal	(429.141)	-	(446.709)	-
Tributos diferidos sobre prejuízo fiscal	1.171.545	-	1.275.310	-
Tributos diferidos sobre base de cálculo negativa de CSLL	-	421.756	-	441.256
(-) Realização de tributos diferidos sobre base negativa de CSLL	-	(154.490)	-	(160.815)
Tributos diferidos sobre adições/exclusões temporárias	389.046	140.057	415.929	148.197
(-) Realização de tributos diferidos sobre adições/exclusões temporárias	(970.190)	(349.268)	(992.024)	(355.474)
Ganho ou perda na conversão	-	-	124.920	-
Outros	(87.132)	(31.368)	(27.804)	-
Operação descontinuada	-	-	(159.083)	(2.328)
Saldo final em 31 de dezembro de 2015	**1.042.051**	**376.846**	**1.519.126**	**450.686**

Os créditos quem têm por base diferenças temporárias, principalmente provisões, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.
A empresa iniciou em 2013 um processo de restruturação operacional e reorganização societária, a fim de adequar a sua estrutura de capital e seu nível de endividamento ao seu modelo de negócios.
Em Outubro de 2013, a Companhia apresentou para o mercado o plano estratégico "Focar para Ganhar", o qual foi posto em prática logo a seguir. As metas estabelecidas para os períodos de 2014 e 2015 foram completamente atingidas.
O plano "Focar para Ganhar" contém os seguintes pilares: a) agenda específica de ganho de produtividade direcionada para o negócio Beef Brasil; b) controle sobre as margens; c) aceleração de crescimento orgânico em/para localidades e clientes estratégicos e com melhores margens, com destaque para o aumento da participação das exportações no faturamento total do negócio Marfrig Beef; d) foco nos canais de distribuição com maior rentabilidade; e) maior integração das plataformas de negócios em nível mundial; f) desinvestimentos de atividades operacionais consideradas como não estratégicas; g) redução do endividamento bruto e das taxas de juros das captações.
Cabe notar que as projeções levaram em consideração as premissas de expectativa de resultado e histórico de rentabilidade de cada segmento, levando em conta os diversos panoramas econômicos de cada um dos mercados de atuação, em função da presença global e diversificada que a companhia possui (aproximadamente 60% das receitas foram oriundas de unidades internacionais as quais, na sua maioria, estão localizadas em países de economias estáveis).
Em 2013 a Companhia iniciou o processo de reestruturação com a venda dos negócios Seara e Zenda.
Em 2015 a Companhia deu continuidade a esse processo, e concluiu a venda de sua unidade de negócio Moy Park, por aproximadamente US$ 1,5 bilhões. Tal transação contribuiu para: a) redução da alavancagem da companhia e, consequentemente, melhor perspectiva de geração de lucro futuro; b) a estabilização do saldo dos ativos fiscais diferidos nos níveis do período anterior.
No exercício de 2016 a Companhia continuará com seus esforços de reestruturação de seus negócios em convergência com o plano estratégico.
A expectativa de realização do "Ativo Fiscal Diferido", fundamentada em estudo técnico de viabilidade conforme Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, está definida da seguinte forma:

Exercício	Controladora	Consolidado
2016	36.964	95.080
2017	81.752	141.305
2018	97.608	160.226
2019	112.138	133.100
2020	128.280	157.834
2021 a 2025	962.155	1.282.267
	1.418.897	**1.969.812**

13. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Participação em sociedades controladas	6.178.587	3.405.210	-	-
Outros investimentos	135	135	26.024	36.934
	6.178.722	**3.405.345**	**26.024**	**36.934**

continua...

...continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

13.2. Movimentação dos Investimentos (Controladora)

Efeito de equivalência reflexa das contas de patrimônio líquido das Controladas.

	Saldo contábil em 31/12/2014	Ajuste de avaliação patrimonial	Aquisição	Baixa	Reclassificações (3)	(Redução)/aumento de capital	Dividendos	Total investimento no período	Resultado da equivalência patrimonial (1)	Ativos mantidos para venda	Operação descontinuada	Efeito de conversão de balanço	Saldo Contábil em 31/12/2015
MFB Marfrig Frigorificos do Brasil S.A.	115.449	(1.467)	-	-	-	273.322	-	273.322	(81.357)	-	-	-	305.947
Marfrig Chile S.A.	69.936	-	-	-	-	-	-	-	13.616	-	-	26.875	110.427
Inaler S.A.	57.673	-	-	-	-	-	-	-	(16.788)	-	-	25.709	66.594
Frigorífico Tacuarembó S.A.	234.644	(9.392)	-	-	-	-	(182.713)	(182.713)	63.984	-	-	112.558	219.081
Weston Importers Ltd.	(18.949)	3.551	-	(23.228)	-	43.749	-	20.521	(1.277)	-	-	(3.846)	-
Masplen Ltd.	35.155	-	-	-	-	-	-	-	(22.675)	-	-	(4.179)	8.301
Prestcott International S.A.	79.695	71	-	-	-	-	-	-	(1.871)	-	-	40.706	118.601
Establecimientos Colonia S.A.	48.531	-	-	-	-	-	-	-	(20.685)	-	-	21.354	49.200
Marfood USA, Inc.	(6.392)	-	-	-	-	-	-	-	-	6.392	-	-	-
Marfrig Overseas Ltd.	(339.384)	-	-	-	-	-	(794.580)	(794.580)	(131.982)	-	1.492.927	(171.579)	55.402
MFG Agropecuaria Ltda.	(4.817)	-	-	-	-	-	-	-	-	4.817	-	-	-
Marfrig Argentina S.A.	75.447	-	-	-	-	-	-	-	-	(75.447)	-	-	-
MFG Comercializadora de Energia Ltda.	1.782	-	-	-	-	-	-	-	(2.605)	-	-	-	(823)
Marfrig Holdings(Europe) BV	3.056.659	78.249	-	-	-	23.228	-	23.228	20.247	-	479.036	1.588.903	5.246.322
Marfrig Peru S.A.C.	(219)	-	-	-	-	-	-	-	(160)	-	-	(86)	(465)
Mercomar Empreendimentos e Participações Ltda. (2)	-	-	503.351	(273.376)	(229.975)	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	**3.405.210**	**71.012**	**503.351**	**(296.604)**	**(229.975)**	**340.299**	**(977.293)**	**(660.222)**	**(181.553)**	**(64.238)**	**1.971.963**	**1.636.415**	**6.178.587**

(1) O saldo apresentado corresponde ao percentual de participação da Companhia em suas subsidiárias;
(2) Empresa incorporada na MFB Marfrig Frigorificos do Brasil S.A, para mais detalhes consulta nota explicativa nº 13.4;
(3) Valores referentes aos efeitos de incorporação da controlada Mercomar Empreendimentos Ltda. para o intangível com reflexo no Imposto de Renda Diferido.

Ativos mantidos para venda

	Saldo contábil em 31/12/2014	Ajuste de avaliação patrimonial	(Redução)/Aumento de capital	Total investimento no período	Resultado da equivalência patrimonial (1)	Efeito de conversão de balanço	Saldo contábil em 31/12/15
Marfood USA, Inc.	(6.392)	(388)	-	-	(101.236)	(3.639)	(111.655)
Marfrig Argentina S.A.	75.447	(70.922)	56.325	56.325	(250.835)	15.526	(174.459)
MFG Agropecuária Ltda.	(4.817)	-	112.584	112.584	(10.445)	-	97.322
Total	**64.238**	**(71.310)**	**168.909**	**168.909**	**(362.516)**	**11.887**	**(188.792)**

13.3. Venda de Participações Societárias

De acordo com o fato relevante publicado ao mercado em 21 de junho de 2015, a Companhia celebrou no dia 19 de junho de 2015 um Contrato de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças, por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para a alienação pela Companhia de determinadas participações societárias em sociedades do seu grupo que detém a unidade de negócios Moy Park à JBS S.A.
Na data da celebração, o valor da transação foi fixado em aproximadamente US$ 1,5 bilhão, composto de (i) pagamento em caixa no valor de US$ 1,19 bilhão à Marfrig e (ii) cessão da dívida líquida da Moy Park no valor de GBP 200 milhões.
Em 28 de setembro de 2015, a Companhia concluiu a venda da totalidade da participação societária da Moy Park Holdings Europe Ltd., Controladora das sociedades que operam a unidade de negócios "Moy Park". Desta forma, nesta data o controle desta entidade foi transferido à JBS.
Na data de conclusão, os valores ajustados conforme balanço de fechamento, ficando o preço estimado de fechamento da transação, líquido da dívida, composto de: (i) pagamento à vista de US$ 1,21 bilhão à Marfrig (R$ 4,73 bilhões) e (ii) pagamento a prazo no valor de US$ 53,8 milhões (R$ 210 milhões) a Marfrig, quitado em 27 de outubro de 2015.
Em conformidade com a previsão contratual, as partes elaboraram seus relatórios de verificação do preço estimado de fechamento e, de comum acordo, definiram o ajuste de preço final da transação. A Companhia reconheceu no trimestre findo em dezembro de 2015 o ajuste de preço devido à JBS no valor de US$ 46,5 (R$ 180 milhões), dos quais US$ 21,5 milhões (R$ 83,2 milhões) foram desembolsados durante este período.
O valor de ajuste adicional de R$ 180 milhões, somado ao ajuste de preço do trimestre anterior de R$ 210 milhões, resultaram em um ajuste de preço total para a transação de R$ 30 milhões.
Dessa forma, o resultado ajustado apurado antes dos impostos na venda da Moy Park foi de R$ 1.396 milhões e foram registrados na demonstração do resultado do exercício consolidado, no grupo de "Resultado líquido das operações descontinuadas", em 31 de dezembro de 2015.
Os ganhos e perdas do exercício corrente, relacionados ao negócio vendido, foram classificados para o grupo de "Resultado líquido no exercício das operações descontinuadas", bem como os ganhos e perdas do exercício comparativo foram reclassificados conforme previsto na Deliberação CVM 598/09 (CPC 31 - ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada).

	R$ mil
Preço de venda	4.736.868
Ajuste preço de venda (*)	30.275
(-) Despesa com assessores jurídicos e consultores externos	(14.905)
(=) Preço de venda ajustado	**4.752.238**
(-) Baixa de ativos e outros resultados abrangentes	(3.356.439)
(=) Resultado apurado na operação de venda antes dos impostos	**1.395.799**
Imposto de renda e Contribuição social	(474.572)
(=) Resultado da operação	**921.227**

(*) O ajuste de preço é decorrente substancialmente de variação de capital de giro e dívida líquida nas empresas negociadas, de acordo com a previsão contratual.

13.4. Aquisição de Participação Societária

Em 25 de maio de 2015, a Marfrig adquiriu um negócio que contempla os seguintes ativos: (a) aquisição da totalidade das ações da empresa Mercomar Empreendimentos e Participações Ltda., que abriga as unidades anteriormente arrendadas, Capão do Leão (RS), Mato Leitão (RS), Pirenópolis (GO), Tucumã (PA) e Nova Londrina (PR). Em contrapartida, a Marfrig pagará uma importância de R$ 428,2 milhões. O pagamento do montante de R$ 428,2 milhões ocorrerá em fases, sendo: a primeira com o pagamento no montante de R$ 4 milhões e o saldo restante de R$ 424,2 milhões será pago em 24 parcelas trimestrais com carência do principal de três anos. Os encargos serão atualizados a CDI mais 1,5% ao ano e serão pagos em 36 parcelas trimestrais.

Na data de aquisição, conforme previsto na NBC TG 15 (R3) - Combinação de Negócios, a Companhia mensurou os ativos adquiridos e passivos assumidos ao valor justo, com base num laudo preparado por especialistas externos contratados pela Companhia, considerando critérios, premissas e metodologia de projeções adequadas e consistentes para negócios desta natureza. Preliminarmente, não foram identificados passivos e provisões para contingência a serem reconhecidos na data de aquisição, considerando que a empresa adquirida foi constituída recentemente e não possui histórico que possam gerar passivos desta natureza. Os valores justos desses ativos e passivos foram mensurados no montante de R$ 503,4 milhões, cuja alocação da mais valia gerada aos respectivos ativos foram adequadamente reconhecidas nas rubricas contábeis do ativo imobilizado e intangível. A Administração da Companhia revisou as premissas e critérios adotados e avaliou que os valores destes ativos foram adequadamente mensurados na data de aquisição. Ademais, os efeitos tributários diferidos sobre a mais valia foram reconhecidos.
Os valores demonstrados abaixo retratam o destacado acima:

	R$ mil
Ativos da empresa Mercomar e Empreendimentos e Participações Ltda. (a)	441.825
Caixa e equivalente de caixa	2
Imobilizado	441.823
Valor contábil dos ativos adquiridos e passivos assumidos	**441.825**
Valor justo do imobilizado conforme laudo de especialistas externos (b)	186.516
Valor justo dos intangíveis conforme laudo de especialistas externos (c)	348.528
Tributo diferido passivo	(31.693)
Valor justo dos ativos adquiridos	**503.351**
Valor de aquisição contratual	428.158
(=) Compra vantajosa - Ganho na operação (d)	**75.193**
Percentual de Imposto de renda e contribuição social	34%
Imposto de renda e contribuição social	25.566

(a) A Mercomar Empreendimentos e Participações Ltda., sociedade para a qual foram transferidos os ativos detidos pelo Frigorífico Mercosul S.A. e suas afiliadas, constituída em 27 de abril de 2015. Estes ativos consistem em todos os bens e direitos relacionados a 5 (cinco) unidades localizadas em: Capão do Leão/RS; Tucumã/PA; Mato Leitão/RS; Nova Londrina/PR e Pirenópolis/GO;
(b) Este montante adquirido está contemplado na movimentação do ativo imobilizado, na coluna de "adições", conforme nota explicativa nº 14;
(c) Os ativos intangíveis adquiridos estão contemplados na movimentação do ativo intangível, na coluna de "adições", conforme nota explicativa nº 15;
(d) Esta aquisição gerou uma compra vantajosa e o efeito do ganho foi registrado no resultado do exercício no grupo de "Outras receitas (despesas) operacionais". Os efeitos tributários também foram reconhecidos.
A Administração da Companhia monitora efeitos de aquisição, respeitando o prazo de mensuração que não pode exceder a um ano da data da aquisição, conforme previsto no NBC TG 15 (R3) - Combinação de negócios.
Em 30 de setembro de 2015 foi aprovada e concluída a incorporação da Mercomar Empreendimentos e Participações Ltda. (Incorporada) pela MFB Marfrig Frigoríficos do Brasil S.A. (Incorporadora), nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação apresentado aos acionistas na oportunidade. O capital social da Incorporadora e da Incorporada são integramente detidos pela Marfrig Global Foods S.A., fazendo parte, portanto, do mesmo grupo econômico. Trata-se de uma incorporação sem o envolvimento de quaisquer acionistas minoritários que tem por objetivo a simplificação da estrutura societária do grupo.

14. IMOBILIZADO

Os quadros a seguir demonstram a taxa média ponderada anual de depreciação pelo método linear, com base na vida útil econômica dos ativos e seus saldos:

Movimentação do custo de aquisição da Controladora:

							Controladora 31/12/15
Descrição	Taxas anuais médias de depreciação	Custo de aquisição	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação acumulada	Custo líquido
Terrenos	-	28.210	2.946	-	-	-	31.156
Edificações e prédios	3,08%	797.940	-	(4.273)	14.083	(138.086)	669.664
Máquinas e equipamentos	13,44%	398.993	61.804	(497)	46.194	(212.603)	293.891
Móveis e utensílios	10,00%	15.313	811	(83)	151	(7.469)	8.723
Instalações	4,60%	877.357	45.671	(6.715)	2.345	(179.669)	738.989
Veículos	18,17%	32.331	206	(1.050)	253	(10.526)	21.214
Equipamentos de informática	19,03%	12.221	224	(59)	(675)	(7.549)	4.162
Aeronaves	20,00%	382	-	-	-	(382)	-
Benfeitorias em propriedades arrendadas	16,67%	9.606	-	-	48.692	(6.657)	51.641
Arrendamento - veículos	20,00%	19.231	22	-	(81)	(19.052)	120
Arrendamento - informática	20,00%	16.943	8.902	(15)	343	(14.490)	11.683
Arrendamento - máquinas	10,00%	12.160	3	-	(503)	(9.904)	1.756
Arrendamento - instalações	-	18.240	-	-	-	(18.240)	-
Arrendamento - edificações	-	6.314	-	-	-	(6.314)	-
Obras em andamento	-	8.811	106.343	-	(110.802)	-	4.352
Outras imobilizações	-	315	3	-	-	(118)	200
		2.254.367	**226.935**	**(12.692)**	**-**	**(631.059)**	**1.837.551**

Movimentação do saldo líquido da Controladora:

		31/12/14					Controladora 31/12/15
Descrição	Taxas anuais médias de depreciação	Saldo líquido	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Saldo líquido
Terrenos	-	28.210	2.946	-	-	-	31.156
Edificações e prédios	3,08%	679.192	-	(3.941)	14.083	(19.670)	669.664
Máquinas e equipamentos	13,44%	236.087	61.804	(289)	46.194	(49.905)	293.891
Móveis e utensílios	10,00%	9.104	811	(75)	151	(1.268)	8.723
Instalações	4,60%	737.263	45.671	(6.374)	2.345	(39.916)	738.989
Veículos	18,17%	20.415	206	(103)	253	443	21.214
Equipamentos de informática	19,03%	5.366	224	(49)	(675)	(704)	4.162
Benfeitorias em propriedades arrendadas	16,67%	9.081	-	-	48.692	(6.132)	51.641
Arrendamento - veículos	20,00%	371	22	-	(81)	(192)	120
Arrendamento - informática	20,00%	3.882	8.902	(14)	343	(1.430)	11.683
Arrendamento - máquinas	10,00%	2.486	3	-	(503)	(230)	1.756
Obras em andamento	-	8.811	106.343	-	(110.802)	-	4.352
Outras imobilizações	-	197	3	-	-	-	200
		1.740.465	**226.935**	**(10.845)**	**-**	**(119.004)**	**1.837.551**

Movimentação do custo de aquisição Consolidado:

											Consolidado 31/12/15
Descrição	Taxas anuais médias de depreciação	Custo de aquisição	Adições	Baixas	Operação descontinuada	Ativos mantidos para venda	Perdas estimadas por valor não recuperável (1)	Transferências	Conversões	Depreciação acumulada	Custo líquido
Terrenos	-	93.628	14.945	(859)	-	-	(4.141)	466	28.695	-	132.734
Edificações e prédios	1,82%	2.680.703	182.054	(24.464)	(801.765)	(16.816)	(4.945)	29.022	517.854	(699.838)	1.861.805
Máquinas e equipamentos	5,85%	2.392.123	134.449	(47.613)	(561.831)	(7.156)	(593)	206.762	309.630	(1.419.856)	1.005.915
Móveis e utensílios	5,22%	142.072	7.483	(3.682)	(52.724)	(374)	(1.369)	10.790	15.686	(86.424)	31.458
Instalações	4,59%	1.073.568	47.150	(7.801)	-	(8.100)	(1.953)	12.997	6.478	(245.413)	876.926
Veículos	12,91%	92.428	2.153	(4.083)	(6.479)	(693)	(25)	557	7.107	(53.116)	37.849
Equipamentos de informática	17,65%	68.397	1.011	(5.792)	(12.388)	(18)	(207)	6.113	1.179	(52.448)	5.847
Aeronaves	20,00%	382	-	-	-	-	-	-	-	(382)	-
Adiantamento para imobilização	-	69	-	-	-	-	-	-	-	-	69
Benfeitorias em propriedades arrendadas	10,70%	560.893	2.389	(341.923)	-	-	(313)	39.634	5.756	(40.775)	225.661
Arrendamento - veículos	20,00%	20.476	1	(19)	-	(96)	-	(113)	-	(20.130)	119
Arrendamento - informática	20,00%	17.409	8.902	-	-	-	-	343	-	(14.955)	11.699
Arrendamento - máquinas	0,58%	130.308	859	-	-	(349)	-	(1.116)	13.561	(113.244)	30.019
Arrendamento - instalações	-	18.790	-	-	-	-	-	-	-	(18.790)	-
Arrendamento - edificações	-	11.577	-	-	-	-	-	-	-	(11.577)	-
Obras em andamento	-	146.761	268.220	(3.305)	(92.487)	-	(10.342)	(311.562)	93.679	-	90.964
Outras imobilizações	-	2.710	498	(69)	-	(32)	(5.905)	6.107	(1.156)	(1.955)	198
		7.452.294	**670.114**	**(439.610)**	**(1.527.674)**	**(33.634)**	**(29.793)**	**-**	**998.469**	**(2.778.903)**	**4.311.263**

Movimentação do saldo líquido Consolidado:

		31/12/14									Consolidado 31/12/15
Descrição	Taxas anuais médias de depreciação	Saldo Líquido	Adições	Baixas	Operação descontinuada	Ativos mantidos para venda	Perdas estimadas por valor não recuperável (1)	Transferências	Conversões	Depreciação	Saldo líquido
Terrenos	-	93.628	14.945	(859)	-	-	(4.141)	466	28.695	-	132.734
Edificações e prédios	1,82%	2.050.246	182.054	(8.890)	(801.765)	(16.816)	(4.945)	29.022	517.854	(84.955)	1.861.805
Máquinas e equipamentos	5,85%	1.132.413	134.449	(23.666)	(561.831)	(7.156)	(593)	206.762	309.630	(184.093)	1.005.915
Móveis e utensílios	5,22%	63.424	7.483	(1.849)	(52.724)	(374)	(1.369)	10.790	15.686	(9.609)	31.458
Instalações	4,59%	878.640	47.150	(7.449)	-	(8.100)	(1.953)	12.997	6.478	(50.837)	876.926
Veículos	12,91%	41.870	2.153	(426)	(6.479)	(693)	(25)	557	7.107	(6.215)	37.849
Equipamentos de informática	17,65%	14.349	1.011	(21)	(12.388)	(18)	(207)	6.113	1.179	(4.171)	5.847
Adiantamento para imobilização	-	69	-	-	-	-	-	-	-	-	69
Benfeitorias em propriedades arrendadas	10,70%	493.993	2.389	(284.082)	-	-	(313)	39.634	5.756	(31.716)	225.661
Arrendamento - veículos	20,00%	657	1	-	-	(96)	-	(113)	-	(330)	119
Arrendamento - informática	20,00%	3.883	8.902	-	-	-	-	343	-	(1.429)	11.699
Arrendamento - máquinas	0,58%	40.911	859	-	-	(349)	-	(1.116)	13.561	(23.847)	30.019
Obras em andamento	-	146.759	268.220	(3.303)	(92.487)	-	(10.342)	(311.562)	93.679	-	90.964
Outras imobilizações	-	781	498	(69)	-	(32)	(5.905)	6.107	(1.156)	(26)	198
		4.961.623	**670.114**	**(330.614)**	**(1.527.674)**	**(33.634)**	**(29.793)**	**-**	**998.469**	**(397.228)**	**4.311.263**

(1) As perdas estimadas por valores não recuperáveis incluem a mensuração do valor justo dos ativos mantidos para venda.

...continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

Conforme a Deliberação CVM 645/10 (CPC 06(R1) - operações de arrendamento mercantil), os bens adquiridos pela Companhia através de arrendamento mercantil financeiro (*leasing* financeiro) passaram a ser registrados no ativo imobilizado, com suas respectivas depreciações, conforme supramencionado, tendo como contrapartida o registro do arrendamento a pagar, demonstrado na nota explicativa nº 20.
De acordo com a Deliberação CVM 639/10 (CPC 01(R1) - redução ao valor recuperável de ativos), anualmente é avaliado se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Somente se houver alguma indicação, deve ser estimado o valor recuperável do ativo.
No caso de haver alguma indicação, as análises de recuperabilidade compreendem a projeção de lucratividade e de caixa futuro das unidades de negócio da Companhia, a qual é apresentada a valor presente, de forma a identificarmos o grau de recuperabilidade do ativo a que se refere.
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não identificamos indícios de ativos que remanescem nos livros da Companhia registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.
A Companhia e suas Controladas possuem itens registrados no ativo imobilizado totalmente depreciados que ainda estão em operação e itens temporariamente ociosos conforme apresentados a seguir:

	Controladora 31/12/15	
Descrição	**Ativo imobilizado temporariamente ocioso**	**Ativo imobilizado totalmente depreciado ainda em operação**
Edificações e prédios	-	181
Máquinas e equipamentos	-	38.577
Móveis e utensílios	-	1.584
Instalações	-	280
Veículos	-	35.676
Equipamentos de informática	-	21.491
Aeronaves	-	382
	-	**98.171**

	Consolidado 31/12/15	
Descrição	**Ativo imobilizado temporariamente ocioso**	**Ativo imobilizado totalmente depreciado ainda em operação**
Terrenos	9.770	-
Edificações e prédios	124.835	4.054
Máquinas e equipamentos	30.592	46.870
Móveis e utensílios	3.779	1.741
Instalações	31.082	283
Veículos	-	35.805
Equipamentos de informática	1	23.580
Aeronaves	-	382
Benfeitorias em propriedades arrendadas	32.607	-
	232.666	**112.715**

15. INTANGÍVEL
A Companhia possui o subgrupo ativo intangível, compondo o ativo não circulante, apresentado de acordo com a Deliberação CVM 644/10 (CPC 04 (R1) ativo intangível), no resumo seguir:

			Controladora		Consolidado	
	Taxa de amortização	**Prazo de vida útil**	**31/12/15**	**31/12/14**	**31/12/15**	**31/12/14**
Ágio	-	-	526.483	526.791	594.479	1.061.568
Marcas e patentes	9,33%	9,33	22.883	22.883	343.091	454.572
Softwares	18,19%	5,43	29.730	33.717	35.549	38.300
Relacionamento com clientes	10,00%	10,00	-	-	45.333	518.113
Relacionamento com clientes	-	Indefinido	-	-	1.280.873	896.381
Direito de uso (*)	5,50%	10,00	52.214	-	52.214	-
Canais de venda (*)	5,50%	10,00	291.522	-	291.522	-
Outros intangíveis	25,00%	4,00	-	-	2.209	35.775
			922.832	**583.391**	**2.645.270**	**3.004.709**

(*) Valores resultantes da incorporação da controlada Mercomar Empreendimentos e Participações Ltda. pela controlada MFB Marfrig Frigoríficos do Brasil S.A., conforme descrito na nota explicativa nº 13.2.

Movimentação do ativo intangível

		Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014		**583.391**	**3.004.709**
(+)	Adição	3.534	12.530
(+)	Efeitos de incorporação de controlada	348.528	348.528
(–)	Baixa	-	(36.675)
(–)	Amortização	(12.313)	(19.216)
(+/–)	Variação cambial	-	805.334
(–)	Perdas estimadas por valor não recuperável (1)	-	(268.875)
(–)	Reversão pela alienação de investimento	(308)	(1.201.065)
Saldo em 31 de dezembro de 2015		**922.832**	**2.645.270**

(1) As perdas estimadas por valores não recuperáveis incluem a mensuração do valor justo dos ativos mantidos para venda.
Os ágios apurados em aquisições de negócios ocorridas até 30 de setembro de 2008 (última aquisição anterior à data de transição de 1º de janeiro de 2009 referentes à adoção completa das Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS) foram apurados com base nas regras contábeis anteriores a Deliberação CVM 665/11 (CPC 15 - combinação de negócios). Conforme "Opções de Isenções às IFRS", a Companhia optou por adotar o IFRS em todas as aquisições de negócios ocorridas a partir de 30 de setembro de 2008. Esses ágios foram fundamentados com base na expectativa de rentabilidade futura, suportados por laudos de avaliações de especialistas.
As marcas adquiridas de terceiros, anteriores a 31 de dezembro de 2009, foram apuradas pelo seu valor pago, enquanto as marcas e lista de clientes adquiridos como parte de combinação de negócios, após 30 de setembro de 2008, foram apuradas pelo seu valor justo em consonância com a Deliberação CVM 665/11 (CPC 15 (R1) - combinação de negócios).
Conforme Deliberação CVM 639/10 (CPC 1 (R1) - redução ao valor recuperável de ativos), o teste de *impairment* dos ágios e dos ativos intangíveis com vida útil indefinida é realizado anualmente e os demais intangíveis com vida útil definida é realizado sempre que houver evidências de não realização dos mesmos. Os intangíveis representados por patentes e lista de clientes são amortizados pela respectiva vida útil, quando aplicável. Determinados intangíveis da Companhia têm vida útil indefinida conforme avaliação de especialistas, sendo seu risco de *impairment* testado anualmente.
As análises de recuperabilidade compreendem a projeção de lucratividade e de caixa futuro das unidades de negócio da Companhia, os quais são apresentados a valor presente, de forma a identificarmos o grau de recuperabilidade do ativo.
Os fluxos de caixa descontados para avaliar a recuperabilidade dos ativos foram elaborados abrangendo o período dos próximos 10 anos. Este fluxo de caixa está em linha com o plano estratégico de 2014 a 2018 da Companhia e com as projeções de crescimento embasados em séries históricas e projeções de mercados de associações e órgãos governamentais. As perdas estimadas por valores não recuperáveis incluem a mensuração do valor justo dos ativos mantidos para venda.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não identificamos indícios de ativos que remanescem nos livros da Companhia registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

15.1. Movimentação do Intangível (Controladora)
A movimentação do intangível na Controladora no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é a seguinte:

	Saldo em 31 de dezembro de 2014	Aquisição/ Baixa	Operação descontinuada	Reclassificação/ Amortização	Saldo em 31 de dezembro de 2015
Inaler S.A. - Ágio	38.379	-	-	-	38.379
Frigorífico Tacuarembó S.A. - Ágio	58.496	-	-	-	58.496
Masplen Ltd. - Ágio	17.258	-	-	-	17.258
Prescott International S.A. - Ágio	22.922	-	-	-	22.922
Establecimientos Colonia S.A. - Ágio	114.479	-	-	-	114.479
Marfood USA Inc. - Ágio	308	-	(308)	-	-
Keystone International - Ágio	274.949	-	-	-	274.949
Canais de venda	-	295.586	-	(4.064)	291.522
Direito de uso	-	52.942	-	(728)	52.214
Software e sistemas	33.717	3.534	-	(7.521)	29.730
Marcas e patentes	22.883	-	-	-	22.883
Total	**583.391**	**352.062**	**(308)**	**(12.313)**	**922.832**

Os ágios gerados em aquisições de negócios ocorridas antes da adoção de todos as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) estão expressos na moeda funcional da Controladora.

15.2. Movimentação do Intangível (Controladas)

	Saldo contábil em 31 de dezembro de 2014	Reclassificação	Aquisições	Variação cambial na conversão	Amortização	Baixa	Operação descontinuada	Ativo mantido para venda	Perdas estimadas por valor não recuperável	Saldo contábil em 31 de dezembro de 2015
Marfrig Chile S.A.	**21.369**	**-**	**-**	**10.027**	**(105)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**31.291**
Ágio	21.112	-	-	9.923	-	-	-	-	-	31.035
Marcas e patentes/*software*/outros	257	-	-	104	(105)	-	-	-	-	256
Weston Importers Ltd.	**14.159**	**(19.794)**	**-**	**5.635**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Ágio	14.159	(19.794)	-	5.635	-	-	-	-	-	-
Masplen Ltd.	**460**	**-**	**100**	**-**	**(44)**	**(87)**	**-**	**-**	**-**	**429**
Marcas e patentes/*software*/outros	460	-	100	-	(44)	(87)	-	-	-	429
Prestcott International S.A.	**12.292**	**-**	**-**	**5.758**	**(114)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**17.936**
Ágio	11.678	-	-	5.489	-	-	-	-	-	17.167
Marcas e patentes/*software*/outros	614	-	-	269	(114)	-	-	-	-	769
Marfood USA Inc.	**73.307**	**-**	**-**	**36.133**	**(801)**	**-**	**-**	**-**	**(108.639)**	**-**
Ágio	53.842	-	-	26.689	-	-	-	-	(80.531)	-
Relacionamento com clientes	3.474	-	-	1.517	(801)	-	-	-	(4.190)	-
Marcas e patentes/*software*/outros	15.991	-	-	7.927	-	-	-	-	(23.918)	-
Frigoríficos Tacuarembó S.A.	**888**	**-**	**81**	**416**	**(134)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.251**
Marcas e patentes/*software*/outros	888	-	81	416	(134)	-	-	-	-	1.251
Inaler S.A.	**524**	**-**	**-**	**230**	**(96)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**658**
Marcas e patentes/*software*/outros	524	-	-	230	(96)	-	-	-	-	658
Establecimientos Colonia S.A.	**765**	**-**	**-**	**336**	**(135)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**966**
Marcas e patentes/*software*/outros	765	-	-	336	(135)	-	-	-	-	966
Marfrig Argentina S.A.	**109.168**	**-**	**21**	**51.073**	**(26)**	**-**	**-**	**-**	**(160.236)**	**-**
Ágio	108.902	-	-	50.952	-	-	-	-	(159.854)	-
Marcas e patentes/*software*/outros	266	-	21	121	(26)	-	-	-	(382)	-
MFB - Marfrig Frigoríficos BR S.A.	**401**	**-**	**-**	**-**	**(144)**	**(15)**	**-**	**-**	**-**	**242**
Marcas e patentes/*software*/outros	401	-	-	-	(144)	(15)	-	-	-	242
MFG Agropecuária Ltda.	**15**	**-**	**-**	**-**	**(6)**	**-**	**-**	**(9)**	**-**	**-**
Marcas e patentes/*software*/outros	15	-	-	-	(6)	-	-	(9)	-	-
Marfrig Holdings (Europe) B.V.	**2.187.970**	**19.794**	**8.794**	**695.726**	**(5.298)**	**(36.573)**	**(1.200.748)**	**-**	**-**	**1.669.665**
Ágio	325.084	19.794	-	30.014	-	-	(355.099)	-	-	19.793
Relacionamento com clientes	1.411.019	-	7.760	425.105	(4.633)	(18.894)	(494.152)	-	-	1.326.205
Marcas e patentes/*software*/outros	451.867	-	1.034	240.607	(665)	(17.679)	(351.497)	-	-	323.667
Total	**2.421.318**	**-**	**8.996**	**805.334**	**(6.903)**	**(36.675)**	**(1.200.748)**	**(9)**	**(268.875)**	**1.722.438**

As perdas estimadas por valores não recuperáveis mencionadas incluem a mensuração do valor justo dos ativos mantidos para venda e foram registrados na demonstração do resultado do exercício consolidado, no grupo de "Resultado líquido das operações descontinuadas", em 31 de dezembro de 2015.

16. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	**31/12/14**	**31/12/15**	**31/12/14**
INSS a recolher	35.206	2.236	43.465	11.558
Salários e obrigações trabalhistas	52.182	52.974	143.107	218.805
Outros encargos e benefícios sociais a recolher	3.203	4.695	151.443	111.616
	90.591	**59.905**	**338.015**	**341.979**

Em 21 de novembro de 2005, foi publicada a Lei nº 11.196 que permite a compensação de débitos do INSS com créditos fiscais federais. Tal processo foi regulamentado pela Portaria Interministerial nº 23, de 02 de fevereiro de 2006.
Adicionalmente, o artigo 2º da Lei nº 11.457/07 estabelece a responsabilidade para a Receita Federal do Brasil relativa às contribuições dos trabalhadores, incidentes sobre o seu salário de contribuição, conforme item c, parágrafo único, do artigo 11, da Lei nº 8.212/91 e artigo 104, da Lei nº 11.196/05.
Atualmente, a Companhia possui em seu favor decisão judicial que determina a análise pela Receita Federal do Brasil aos pedidos de Ressarcimento protocolizados pela empresa, bem como estabelece o reconhecimento da possibilidade de compensação dos créditos relativos ao PIS e a COFINS com as contribuições previdenciárias, mediante compensação de ofício.
A Companhia entende possuir créditos suficientes para a liquidação dos seus débitos e assim, com base em opinião de seus assessores legais, estão sendo efetuadas as compensações de débitos previdenciários com créditos de PIS/COFINS.
Foi interposto Agravo de Instrumento pela Fazenda sob a referida decisão judicial, e o mesmo foi julgado mantendo a decisão no que tange à obrigação da análise pela Receita Federal do Brasil aos pedidos de Ressarcimento protocolizados pela empresa, contudo foi reformada a decisão no que tange o direito a suspensão da exigibilidade dos débitos.
Desta forma, foi requerido perante o Poder Judiciário o reconhecimento da possibilidade de compensação dos créditos relativos ao PIS e a COFINS com as contribuições previdenciárias, mediante compensação de ofício, a ser empreendida pela Receita Federal do Brasil.
Para formalização dos créditos indicados, foram protocolizados Pedidos de ressarcimento perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil. Estes indicam a existência de créditos suficientes para a liquidação dos débitos da empresa no momento da ocorrência dos fatos geradores, mediante a compensação de ofício.
Contudo, tendo em vista a abertura de prazo para inclusão dos débitos compensados com créditos de PIS e COFINS, a qual a compensação vem sendo questionada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com o intuito de melhorar nosso posicionamento e relacionamento com a mesma, a Companhia optou por incluir os débitos compensados até dezembro de 2013 no Refis da Copa. Em consequência, os créditos compensados retornaram ao balanço.
Isto não significa a desistência ou mudança de opinião da Companhia, conforme mencionado acima. Portanto, para os débitos posteriores a 31 de dezembro de 2013, continuará sendo solicitada a compensação de ofício.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não patrocinava plano de benefícios pós-emprego que caracterize passivo atuarial.

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	**31/12/14**	**31/12/15**	**31/12/14**
ICMS a recolher	-	-	6.618	96
Parcelamento Especial - Refis (1)	517.397	524.865	699.801	719.751
Imposto de renda a pagar	-	-	56.544	72.958
Contribuição Social a pagar	-	-	7.173	5.177
Impostos a pagar - PGFN (2)	46.704	43.092	46.704	43.092
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	23.800	4.467	65.237	65.783
	587.901	**572.424**	**882.077**	**906.857**
Passivo circulante	**53.117**	**43.556**	**182.961**	**200.312**
Passivo não circulante	**534.784**	**528.868**	**699.116**	**706.545**

(1) Lei nº 11.941/09 e Leis nº 12.865/13 e 12.996/14, que reabriram o prazo de adesão.
(2) Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Parcelamento Especial - Lei nº 11.941/09
Em 30 de setembro de 2009, a Companhia aderiu ao Parcelamento Especial (Novo Refis), instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que dispõe sobre o parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal (SRF), à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), declarando seus débitos em aberto junto aos respectivos órgãos, bem como migrando os parcelamentos PAES Parcelamento Especial Lei nº 10.684/03 e PAEX Parcelamento Excepcional MP nº 303/06, a serem liquidados em até 180 meses.
Durante o processo de consolidação do parcelamento supracitado, a Controladora optou por não incluir o processo de número 10880.720.016/2008-93, no montante original de R$ 29.844, que foi reclassificado para o grupo de impostos a recolher no passivo não circulante.

Tendo em vista a desistência do parcelamento, os débitos foram reajustados em conformidade com a legislação vigente na data do fato gerador, gerando um complemento de multa, juros e atualização de R$ 16.860 e um débito total de R$ 46.704, conforme demonstrado a seguir:

Débitos reclassificados para impostos a recolher

	31/12/15	31/12/14
Contribuição Social a pagar - PGFN	10.434	9.627
Imposto de Renda a pagar - PGFN	28.266	26.080
IRRF a pagar - PGFN	8.004	7.385
	46.704	**43.092**

Reabertura do prazo para adesão - Leis nº 12.865/2013 e 12.996/2014
Em 20 de dezembro de 2013 e em 25 de agosto de 2014, a Companhia aderiu à Reabertura da Lei nº 11.941, de 2009 - que dispõe sobre o parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal (SRF), à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), declarando seus débitos em aberto junto aos respectivos órgãos, a serem liquidados em até 180 meses, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	**31/12/14**	**31/12/15**	**31/12/14**
Saldo inicial	524.865	156.299	719.751	156.299
(+) Adesão ao parcelamento	-	464.346	-	692.717
(+) Juros de atualização	29.151	44.501	51.574	50.057
(-) Pagamentos efetuados/créditos tributários	(36.619)	(140.281)	(55.853)	(179.322)
(-) Reversão pela disponibilização de ativo para venda	-	-	(15.671)	-
Saldo devedor	**517.397**	**524.865**	**699.801**	**719.751**
Passivo circulante	**41.962**	**39.089**	**60.034**	**56.557**
Passivo não circulante	**475.435**	**485.776**	**639.767**	**663.194**

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

				Controladora	
Linha de Crédito	**Encargos (% a.a.)**	**Taxa média ponderada de juros (a.a.)**	**Prazo médio ponderado de vencimento (anos)**	**Saldo 31/12/15**	**Saldo 31/12/14**
Moeda nacional:					
FINAME/FINEP	TJLP + Taxa Fixa	6,01%	0,47	1.936	7.942
NCE/Capital de Giro/CDCA'S	Taxa Fixa + %CDI	16,86%	1,45	547.965	695.781
Total moeda nacional		16,82%		**549.901**	**703.723**
Moeda estrangeira:					
NCE/Pré-pagamento (US$)/ACC (US$)	Taxa Fixa + Variação Cambial (US$) + Libor	6,41%	0,76	383.897	908.536
Total moeda estrangeira		6,41%		**383.897**	**908.536**
Total de empréstimos e financiamentos		12,54%		**933.798**	**1.612.259**
Passivo circulante				**518.341**	**1.147.462**
Passivo não circulante				**415.457**	**464.797**

				Consolidado	
Linha de Crédito	**Encargos (% a.a.)**	**Taxa média ponderada de juros (a.a.)**	**Prazo médio ponderado de vencimento (anos)**	**Saldo 31/12/15**	**Saldo 31/12/14**
Moeda nacional:					
FINAME/FINEP	TJLP + Taxa Fixa	4,15%	3,92	26.641	38.577
NCE/Capital de Giro/CDCA'S	Taxa Fixa + %CDI	16,86%	1,45	547.965	695.781
Total moeda nacional		16,27%		**574.606**	**734.358**
Moeda estrangeira:					
Pré-pagamento/NCE/ACC (US$)	Taxa Fixa + Variação Cambial (US$) + Libor	6,42%	0,76	385.341	909.981
Bonds (US$)	Taxa Fixa + Variação Cambial	8,54%	4,34	8.845.300	7.749.702
Empréstimo Bancário (US$)	Taxa Fixa + Variação Cambial	3,32%	4,79	1.400.299	871.760
Linha de crédito Rotativo - *Revolving*	Libor + 2,75	2,27%	4,76	605.515	556.781
PAE (US$)	Taxa Fixa + Variação Cambial	2,14%	0,39	58.360	26.160
Obrigações Negociáveis	Taxa Fixa	6,50%	0,15	15.879	21.601
Total moeda estrangeira		7,45%		**11.310.694**	**10.135.985**
Total de empréstimos e financiamentos		7,88%		**11.885.300**	**10.870.343**
Passivo circulante				**1.772.411**	**1.470.237**
Passivo não circulante				**10.112.889**	**9.400.106**

...continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

As modalidades de empréstimos e financiamentos da Companhia podem ser descritas da seguinte forma:

18.1. *Senior Notes - Bonds*

São captações de dívida de longo prazo, em moedas internacionais, por meio da emissão de notas no exterior (*Bonds*) destinadas exclusivamente a investidores institucionais qualificados (*Rule* 144A/Reg. S), não registradas na CVM - Comissão de Valores Mobiliários, sob o U.S. *Securities Act* of 1933, conforme alterado.

A Companhia, através de suas subsidiárias, realizou sete captações desta natureza desde 2006, conforme detalhado a seguir:

- A primeira operação de *Bonds* foi concluída em novembro de 2006, mediante emissão pela Marfrig Overseas Ltd., subsidiária integral da Companhia, de US$ 375 milhões de notas de dívida (*Senior Notes*), com cupom de 9,625% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em maio de 2007 e vencimento de principal em 10 anos (Nov/2016), às quais foram atribuídas classificação de risco em moeda estrangeira B1 pela Moody's e B+ pela Standard&Poors e Fitch. Os recursos captados nesta emissão destinaram-se à aquisição de unidades de negócio pela Companhia na Argentina e Uruguai.
  Em março de 2010 os detentores destas *Senior Notes* manifestaram sua anuência ao aditamento de determinadas cláusulas constantes da escritura (*Indenture*) que rege esta emissão, incluindo a alteração e/ou supressão de restrições aplicáveis à prestação de garantias pela Companhia e suas subsidiárias. Tal aditivo não contemplou qualquer alteração às condições financeiras desta dívida, que manteve o mesmo prazo de vencimento e taxa de juros previstos originalmente (este aditivo, juntamente com a escritura, a "Primeira Emissão"). A Primeira Emissão conta com garantias de Marfrig Global Foods S.A. e Marfrig Holdings (Europe) B.V.;
- A segunda captação foi realizada em abril de 2010, mediante emissão pela Marfrig Overseas Ltd. de US$ 500 milhões de *Senior Notes*, com cupom de 9,50% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em novembro de 2010 e vencimento de principal em 10 anos (Nov/2020), às quais foram atribuídas classificação de risco em moeda estrangeira B1 pela Moody's e B+ pela Standard&Poors e Fitch. Esta operação também contou com a garantia da Marfrig Global Foods S.A. e Marfrig Holdings (Europe) B.V. e seus recursos destinaram-se ao alongamento do perfil do endividamento da Companhia ("Segunda Emissão"). Em 28 de outubro de 2015, a Marfrig Global Foods S.A., anunciou o encerramento da oferta de compra à vista das *Senior Notes* emitidas pela Marfrig Overseas Ltd., no valor principal de US$ 94.518 mil das *Senior Notes* 2020, ou cerca de 12,20% das notas em aberto que foram devidamente ofertadas nos termos da Oferta de Compra Conjunta. Os detentores das *Senior Notes* 2020, ofertadas receberam o valor de US$ 980,00 para cada US$ 1.000,00 de valor principal, que inclui o pagamento por oferta antecipada de US$ 30,00, acrescido de juros acumulados e não distribuídos até a data de liquidação;
- A terceira operação foi concluída em maio de 2011 e compreendeu a emissão pela Marfrig Holdings (Europe) B.V. de US$ 750 milhões de *Senior Notes*, com cupom de 8,375% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em novembro de 2011 e vencimento de principal em 7 anos (Mai/2018), às quais foram atribuídas classificação de risco em moeda estrangeira B1 pela Moody's e B+ pela Standard&Poors e Fitch. Esta operação contou com a prestação de garantia da Marfrig Global Foods S.A. e Marfrig Overseas Limited e seus recursos destinaram-se ao alongamento do perfil do endividamento e reforço do capital de giro da Companhia ("Terceira Emissão"). Em 28 de outubro de 2015, a Marfrig Global Foods S.A., anunciou o encerramento da oferta de compra à vista das *Senior Notes* emitidas pela Marfrig Holdings (Europe) B.V., no valor principal de US$ 150.821 mil das *Senior Notes* 2018, ou cerca de 20,81% das notas em aberto, foram devidamente ofertadas nos termos da Oferta de Compra Conjunta. Os detentores das *Senior Notes* ofertadas receberam o valor de US$ 937,50 para cada US$ 1.000,00 de valor de principal das notas, o que incluiu o pagamento da oferta antecipada de US$ 30,00, acrescido de juros acumulados e não distribuídos até a data de liquidação;
- A quarta operação foi concluída em janeiro de 2013 e compreendeu a emissão pela Marfrig Holdings (Europe) B.V. de US$ 600 milhões de *Senior Notes*, com cupom de 9,875% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em julho de 2013 e vencimento de principal em 4,5 anos (Julho/2017), às quais foram atribuídas classificação de risco em moeda estrangeira B2 pela Moody's e B+ pela Standard&Poors e Fitch. Esta operação contou com a prestação de garantia da Marfrig Global Foods S.A. e Marfrig Overseas Ltd. e seus recursos destinaram-se ao alongamento do perfil do endividamento e reforço do capital de giro da Companhia ("Quarta Emissão");
- A quinta operação foi concluída em setembro de 2013 e compreendeu a emissão pela Marfrig Holdings (Europe) B.V. de US$ 400 milhões de *Senior Notes*, com cupom de 11,25% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em março de 2014 e vencimento de principal em 8 anos (Setembro/2021), às quais foram atribuídas classificação de risco em moeda estrangeira B2 pela Moody's e B pela Standard&Poors e Fitch. Esta operação contou com a prestação de garantia da Marfrig Global Foods S.A. e Marfrig Overseas e seus recursos destinaram-se ao alongamento do perfil do endividamento e reforço do capital de giro da Companhia ("Quinta Emissão"). Vinculada à Quinta Emissão a Companhia realizou oferta pública de recompra de *Bonds* cumulada com pedido de consentimento da Primeira Emissão, vencível em 2016. Com base na conclusão desta oferta a Companhia efetuou a recompra de *Bonds* no valor de aproximadamente US$ 191 milhões, ou 50,97% das notas em circulação remanescentes da Primeira Emissão. Em virtude de tal oferta de recompra, a Primeira Emissão foi aditada através de uma escritura complementar dispondo, dentre outras coisas, sobre a eliminação de praticamente todas as cláusulas restritivas (*covenants*) da Escritura. Em 28 de outubro de 2015, a Marfrig Global Foods S.A., anunciou o encerramento da oferta de compra à vista das *Senior Notes* emitidas pela Marfrig Holdings (Europe) B.V. no valor principal de US$ 22.226 mil das *Senior Notes* 2021, ou cerca de 43,30% das notas em aberto, que foram devidamente ofertadas nos termos da Oferta de Compra Conjunta. Os detentores das *Senior Notes* 2021 receberam o valor de US$ 970,00 para cada US$ 1.000,00 de valor principal das notas, o que incluiu o pagamento por oferta antecipada de US$ 30,00, acrescido de juros acumulados e não distribuídos até a data de liquidação;
- Em março de 2014, a Companhia concluiu a emissão adicional de *Senior Notes* atreladas à Segunda Emissão, no valor total de US$ 275 milhões ("Notas Adicionais"). As Notas Adicionais foram consolidadas compondo uma série única com as *Senior Notes* da Segunda Emissão, com cupom de 9,50% ao ano (*yield* de 9,43% por ano para a emissão). As Notas Adicionais receberam classificação de risco em moeda estrangeira B2 pela Moody's, B pela Standard&Poors e Fitch. A emissão das Notas Adicionais é garantida pela Marfrig Global Foods S.A. e por sua subsidiária Marfrig Holdings (Europe) B.V Vinculada às Notas Adicionais a Companhia realizou oferta pública de recompra de *Bonds* da Quarta Emissão, vencível em 2017 e da Quinta Emissão, vencível em 2021. Com base na conclusão desta oferta a Companhia efetuou a recompra de *Bonds* no valor de aproximadamente (i) US$ 72,8 milhões ou 12,14% das Notas em circulação remanescentes da Quarta Emissão, e (ii) US$ 57,1 milhões ou 14,28% das Notas em circulação remanescentes da Quinta Emissão;
- A sétima operação foi concluída em junho de 2014 e compreendeu a emissão pela Marfrig Holdings (Europe) B.V. de US$ 850 milhões de *Senior Notes*, com cupom de 6,875% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em dezembro de 2014 e vencimento de principal em 5 anos (Junho/2019), às quais foram atribuídas classificação de risco em moeda estrangeira B2 pela Moody's e B pela Standard&Poors. Esta operação contou com a prestação de garantia da Marfrig Global Foods S.A. e Marfrig Overseas Ltd. e seus recursos destinaram-se à redução do custo e o alongamento do perfil do endividamento ("Sétima Emissão"). Vinculada à Sétima Emissão, a Companhia realizou oferta pública de recompra de *Bonds* cumulada com pedido de consentimento, da Quarta Emissão, vencível em 2017 e da Quinta Emissão, vencível em 2021. Com base na conclusão destas ofertas, a Companhia recomprou o valor de principal de aproximadamente (i) US$ 291,5 milhões ou 85,03% das Notas em circulação remanescentes da Quinta Emissão, e (ii) US$ 371,8 milhões ou 70,54% das Notas em circulação remanescentes da Quarta Emissão. Em virtude dos resultados de recompra antecipada, a Quarta Emissão e a Quinta Emissão foram aditadas através de uma escritura complementar dispondo, dentre outras coisas, sobre a eliminação de praticamente todas as cláusulas restritivas (*covenants*) das Escrituras;
- Em 28 de setembro de 2015, em virtude do fechamento da operação avençada por meio do Contrato de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças datado de 19 de junho de 2015 por meio do qual ficou aperfeiçoado, dentre outras, a alienação, pela Companhia, de determinados direitos e participações societárias em sociedades do seu grupo que detém a unidade de negócios Moy Park para a JBS S.A., a Sexta Emissão, juntamente com as Notas Adicionais a ela atreladas, deixaram de compor o balanço consolidado da Companhia;
- Em 29 de setembro de 2015, a Marfrig Holdings (Europe) B.V., anunciou a oferta de compra à vista das *Senior Notes* referentes à Quinta Emissão, no montante de principal de US$ 51,3 milhões ("Oferta I"). A Marfrig Holdings (Europe) B.V. e a Marfrig Overseas Limited anunciaram ainda a oferta de compra à vista das *Senior Notes* referentes à Sétima Emissão ("Oferta II") e à Terceira Emissão ("Oferta III") ambas de emissão da Marfrig Holdings (Europe) B.V.; e pela Marfrig Overseas, referente à Segunda Emissão ("Oferta IV"), Oferta II, Oferta III e Oferta IV no montante total de até US$ 500 milhões, com a possibilidade de incremento de até US$ 150 milhões. Oferta I, Oferta II, Oferta III e Oferta IV, em conjunto "Ofertas";
- Em 28 de outubro de 2015 a Companhia comunicou ao mercado a liquidação das Ofertas de Compra à Vista das Notas Senior, sendo que um total de principal de US$ 406.536 milhões foram aceitas para aquisição e pagas nos termos das Ofertas de Compra de 29 de Setembro de 2015 e 14 de Outubro de 2015. Desse montante, foram liquidados US$ 150.821 com vencimento em 2018, US$ 138.971 com vencimento em 2019, US$ 22.226 com vencimento em 2021, ambos emitidos pela subsidiária Marfrig Holdings (Europe) B.V., e US$ 94.518 com vencimento em 2020, emitido pela subsidiária Marfrig Overseas Limited.

18.2. Garantias dos Empréstimos e Financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Saldo de financiamentos	**933.798**	**1.612.259**	**11.885.300**	**10.870.343**
Garantias:				
Nota promissória	154.228	404.580	155.672	406.024
Duplicatas	65.243	84.878	65.243	120.083
Fiança bancária	-	-	-	30.167
Aval	388.860	492.490	388.860	1.306.624
Bem financiado	81	294	81	17.368
Documentos de exportação	-	-	83.065	57.603
Instalações	1.855	7.648	90.658	80.312
Aplicação financeira	8.745	60.707	8.745	518.744
Hipoteca	-	-	50.801	-
Sem garantias	314.786	561.662	11.042.175	8.333.418

18.3. *Covenants*

Os contratos de empréstimos e financiamentos são pautados, na sua forma mais restritiva, em relação ao nível de endividamento consolidado, pelo *covenant* de 4,75x, como quociente máximo da divisão entre a Dívida Líquida e o EBITDA anualizado (últimos doze meses).

O cronograma de vencimentos está apresentado na nota explicativa nº 19.

A penalidade ao não cumprimento desse *covenant* é a mesma aplicada no mercado financeiro em geral, ou seja, não sendo respeitado esse limitador, o vencimento da dívida passa a ser antecipado, devendo ser reclassificada para o passivo circulante.

O indicador de alavancagem é calculado conforme demonstrado a seguir:

	31/12/15
Dívida bruta Consolidada	12.122.107
(-) Disponibilidade Consolidada	5.004.210
Divida líquida Consolidada	7.117.897
EBITDA (*LTM)* do exercício findo em 31 de dezembro de 2015	3.144.177
Quociente de EBITDA	2,26
Divida líquida Consolidada	7.117.897
(-) Efeito de variação cambial *(carve-out)*	5.419.046
Divida líquida Consolidada Ajustada	1.698.851
Indicador de alavancagem	0,54

Conforme nota explicativa nº 33.6 - Gestão de Capital, em função das disposições contratuais (*carve-out*) que permitem a exclusão dos efeitos da variação cambial no cálculo do índice de alavancagem (dívida líquida/*EBITDA* LTM), a Companhia esclarece que por tal metodologia o atual índice de alavancagem (dívida líquida/*EBITDA* LTM), ficou em 0,54x.

19. DEBÊNTURES A PAGAR E JUROS SOBRE DEBÊNTURES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Debêntures a pagar	570.000	570.000	-	-
(-) Custo emissão de debêntures	(124)	(184)	-	-
Juros debêntures conversíveis e não conversíveis	330.096	280.606	288.789	238.228
(-) IRRF sobre juros debêntures	(51.982)	(47.646)	(51.982)	(47.646)
	847.990	**802.776**	**236.807**	**190.582**
Passivo circulante - juros sobre debêntures	**278.114**	**232.960**	**236.807**	**190.582**
Passivo não circulante - debêntures a pagar	**569.876**	**569.816**	**-**	**-**

A Companhia apoiada pelos seus assessores financeiros estruturou durante o 2º trimestre de 2013 uma emissão de debêntures não conversíveis com vencimento em 22 de janeiro de 2019, no montante de R$ 570.000. Esta operação formalizou o processo de internalização de parte do recurso financeiro oriundo de *Senior Notes*, emitidas por sua subsidiária Marfrig Holdings (Europe) B.V., em janeiro de 2013. A operação foi estruturada de forma a não causar efeito nas demonstrações consolidadas da Companhia.

A Companhia não possui cláusula de repactuação das debêntures e, dessa forma, entende não ser necessária a divulgação das informações requeridas pelo item 18.4.1 do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/07 nas notas explicativas das informações contábeis.

Também estão provisionados juros de debêntures mandatoriamente conversíveis em ações conforme nota explicativa nº 22.

O montante de empréstimos e financiamentos, debêntures e juros sobre debêntures é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Moeda nacional				
Empréstimos e financiamentos	549.901	703.723	574.606	734.358
Juros sobre debêntures	278.114	232.960	236.807	190.582
Debêntures a pagar	569.876	569.816	-	-
	1.397.891	**1.506.499**	**811.413**	**924.940**
Moeda estrangeira				
Empréstimos e financiamentos	383.897	908.536	11.310.694	10.135.985
	383.897	**908.536**	**11.310.694**	**10.135.985**
	1.781.788	**2.415.035**	**12.122.107**	**11.060.925**

A seguir está apresentado o cronograma de empréstimos e financiamentos, debêntures e juros sobre debêntures:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
2015	-	1.380.422	-	1.660.819
2016	796.455	188.084	2.009.218	714.354
2017	366.604	227.860	1.011.436	659.247
2018	48.827	48.827	2.330.304	2.526.727
2019	569.889	569.829	2.591.132	2.014.335
2020	12	12	3.215.980	2.552.990
2021	1	1	104.330	932.453
2022	-	-	858.817	-
2023	-	-	890	-
Total	**1.781.788**	**2.415.035**	**12.122.107**	**11.060.925**

20. ARRENDAMENTOS A PAGAR

A Companhia é arrendatária em vários contratos, os quais são classificados como arrendamento operacional ou financeiro:

20.1. Arrendamento Financeiro

Tendo em vista a Deliberação CVM 645/10 (CPC 06 (R1) - operações de arrendamento mercantil), as operações de arrendamento financeiro (*leasing* financeiro) passaram a ser reconhecidas no passivo circulante e no passivo não circulante da Companhia, tendo como contrapartida o registro do bem arrendado no ativo imobilizado, de acordo com o exposto na nota explicativa nº 14, quanto às garantias das operações de arrendamento financeiros tratam-se dos próprios bens arrendados:

						Controladora
Linha de Crédito	**Encargos (% a.a.)**	**Taxa média ponderada de juros (a.a.)**	**Prazo médio ponderado de vencimento (anos)**	**Saldo 31/12/15**	**Futuros pagamentos 31/12/15**	**Saldo 31/12/14**
Moeda nacional						
Arrendamento Financeiro *Leasing* Veículos	CDI + Taxa	14,85%	1,1	407	394	509
Arrendamento Financeiro *Leasing* Equipamento Informática	CDI + Taxa	17,01%	2,0	10.359	9.295	2.993
Arrendamento Financeiro *Leasing* Máquinas e Equipamento	CDI + Taxa	14,13%	0,8	1.375	1.290	2.167
Juros Financeiro a incorrer				(2.201)	-	(967)
AVP Arrendamento Financeiro *Leasing*				(1.163)	-	(583)
Total moeda nacional				**8.777**	**10.979**	**4.119**
Passivo circulante				**5.491**	**-**	**2.365**
Passivo não circulante				**3.286**	**-**	**1.754**

						Consolidado
Linha de Crédito	**Encargos (% a.a.)**	**Taxa média ponderada de juros (a.a.)**	**Prazo médio ponderado de vencimento (anos)**	**Saldo 31/12/15**	**Futuros pagamentos 31/12/15**	**Saldo 31/12/14**
Moeda nacional						
Arrendamento Financeiro *Leasing* Veículos	CDI + Taxa	14,85%	1,1	407	394	802
Arrendamento Financeiro *Leasing* Equipamentos Informática	CDI + Taxa	17,01%	2,0	10.359	9.295	2.993
Arrendamento Financeiro *Leasing* Máquinas e Equipamentos	CDI + Taxa	14,13%	0,8	1.375	1.290	2.527
Juros Financeiro a incorrer				(2.201)	-	(1.172)
AVP Arrendamento Financeiro *Leasing*				(1.163)	-	(583)
Total moeda nacional				**8.777**	**10.979**	**4.567**
Moeda estrangeira						
Arrendamento Financeiro *Leasing* Veículos	Taxa	-	-	-	-	2.935
Arrendamento Financeiro *Leasing* Máquinas e Equipamentos	Taxa	4,17%	2,7	52.909	56.299	132.472
Total moeda estrangeira				**52.909**	**56.299**	**135.407**
Total consolidado				**61.686**	**67.278**	**139.974**
Passivo circulante				**38.166**	**-**	**69.229**
Passivo não circulante				**23.520**	**-**	**70.745**

Os arrendamentos financeiros a pagar foram atualizados a valor presente, na data de registro inicial, de acordo com a Deliberação CVM 564/08 (CPC 12 - ajuste a valor presente), conforme descrito na nota explicativa nº 3.1.15.

A seguir está apresentado o cronograma de vencimentos dos contratos de arrendamento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Moeda nacional				
Até 1 ano	5.491	2.365	5.491	2.661
De 1 ano até 5 anos	3.286	1.754	3.286	1.906
Total moeda nacional	**8.777**	**4.119**	**8.777**	**4.567**
Moeda estrangeira				
Até 1 ano	-	-	32.674	66.568
De 1 ano até 5 anos	-	-	20.235	68.839
Total moeda estrangeira	**-**	**-**	**52.909**	**135.407**
Total	**8.777**	**4.119**	**61.686**	**139.974**

O cronograma do valor dos futuros pagamentos do arrendamento mercantil financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Moeda nacional				
Até 1 ano	6.814	2.899	6.814	3.304
De 1 ano até 5 anos	4.165	2.189	4.165	2.388
Total moeda nacional	**10.979**	**5.088**	**10.979**	**5.692**
Moeda estrangeira				
Até 1 ano	-	-	34.621	72.035
De 1 ano até 5 anos	-	-	21.678	74.898
Total moeda estrangeira	**-**	**-**	**56.299**	**146.933**
Total	**10.979**	**5.088**	**67.278**	**152.625**

20.2. Arrendamento Operacional

A seguir está apresentado o demonstrativo de arrendamento mercantil operacional em 31 de dezembro de 2015:

						Controladora
Instituição financeira	**Bem arrendado**	**Data início**	**Taxa média ponderada de juros (a.a.)**	**Prazo médio ponderado de vencimento (anos)**	**Valor total financiado**	**Montante despesa em 31/12/15**
	Moeda nacional					
Brasil Food Service Group S.A. BFG	Planta frigorífica	01/10/14	IGP-M ano	4,0	70.848	14.533
Urupa indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	Planta frigorífica	01/10/15	IGP-M ano	4,8	19.800	990
	Total moeda nacional				**90.648**	**15.523**
	Moeda estrangeira					
AVN AIR LLC	Aeronave	01/12/07	3,04%	1,4	24.631	3.364
	Total moeda estrangeira				**24.631**	**3.364**
	Total moeda nacional e estrangeira				**115.279**	**18.887**

						Consolidado
Instituição financeira	**Bem arrendado**	**Data início**	**Taxa média ponderada de juros (a.a.)**	**Prazo médio ponderado de vencimento (anos)**	**Valor total financiado**	**Montante despesa em 31/12/15**
	Moeda nacional					
Brasil Food Service Group S.A. BFG	Planta frigorífica	01/10/14	IGP-M ano	4,0	70.848	14.533
Urupa indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	Planta frigorífica	01/10/15	IGP-M ano	4,8	19.800	990
Leoni Empreendimentos Imobiliários	Planta frigorífica	01/01/14	IGP-M ano	4,0	2.520	476
	Total moeda nacional				**93.168**	**15.999**
	Moeda estrangeira					
AVN AIR LLC	Aeronave	01/12/07	3,04%	1,4	24.631	3.364
Bank of America	Aeronave	15/04/11	6,61%	8,0	121.049	8.843
Diversos arrendadores	Imóvel	01/12/15	Prazo fixo	8,7	64.591	21.913
Diversos arrendadores	Máquinas e Equipamentos	22/12/15	Prazo fixo	7,2	379.949	45.358
Diversos arrendadores	Veículos	20/08/15	Prazo fixo	6,0	37.506	4.160
	Total moeda estrangeira				**627.726**	**83.638**
	Total moeda nacional e estrangeira				**720.894**	**99.637**

O cronograma de vencimentos do saldo do arrendamento operacional a pagar é o seguinte:

	Controladora	Consolidado
	31/12/15 (a valor presente)	31/12/15 (a valor presente)
Moeda nacional		
Até 1 ano	16.525	16.926
De 1 ano até 5 anos	52.544	53.748
Total moeda nacional	**69.069**	**70.674**
Moeda estrangeira		
Até 1 ano	3.289	68.121
De 1 ano até 5 anos	2.152	214.991
Mais de 5 anos	-	10.406
Total moeda estrangeira	**5.441**	**293.518**
Total	**74.510**	**364.192**

Os arrendamentos mercantis operacionais contratados pela Companhia não apresentam quaisquer restrições ou contingências, tendo sido celebrados de acordo com as práticas convencionais de mercado, havendo, em alguns casos, cláusulas de reajuste durante a vigência do contrato.

Os valores dos bens arrendados são calculados a um custo definitivo total, que inclui custos de transporte, tributos e documentação. Sobre o valor do custo definitivo total calcula-se o valor das contraprestações, aplicando-se um percentual pré-definido para cada contrato.

Em caso de rescisão, a arrendadora terá a opção de cumulativamente: (i) rescindir unilateralmente de pleno direito o contrato de arrendamento; (ii) pleitear pela devolução dos bens arrendados; e (iii) declarar o vencimento antecipado do contrato de arrendamento mercantil. Nesse caso a arrendatária obriga-se a pagar o valor do saldo devedor das parcelas não quitadas, incluindo vencidas e vincendas, além de eventuais despesas, tributos e encargos em aberto, acrescidos de multa de 10% sobre o saldo devedor. A arrendatária, sem prejuízo da arrendadora, poderá pleitear perdas e danos.

Em relação à opção de renovação, a arrendatária deve manifestar previamente sua intenção, no silêncio prorroga-se automaticamente a renovação cujas condições devem ser ajustadas entre as partes. Caso não haja um ajuste entre as partes, a arrendatária deverá optar pela compra a valor de mercado ou devolver os bens.

continua...

...continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

21. TÍTULOS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Títulos a pagar investimentos Brasil (a)	428.692	3.790	428.692	3.790
Títulos a pagar - Patrocínios (b)	50.000	65.598	50.000	65.598
Operações de mercado a pagar (c)	525.174	376.198	643.418	411.320
Partes relacionadas (d)	9.369.243	5.441.394	-	-
Títulos a pagar desinvestimentos (e)	-	-	98.525	-
Outros	29.787	-	34.484	2.757
	10.402.896	5.886.980	1.255.119	483.465
Passivo circulante	190.397	134.125	323.645	129.895
Passivo não circulante	10.212.499	5.752.855	931.474	353.570

(a) Em 25 de maio de 2015 a Marfrig adquiriu o total de ações da empresa Mercomar Empreendimentos e Participações Ltda., conforme descrito na nota explicativa nº 13.4;

(b) Em 08 de março de 2010 a Companhia firmou contrato com a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), para patrocínio das Seleções Brasileiras de Futebol, envolvendo todas as equipes de futebol masculina e feminina, das diferentes categorias coordenadas por ela ("Seleções");

O contrato permitia divulgar o patrocínio das "Seleções" por meio de exposição e associação às várias marcas de titularidade da MARFRIG. Houve rescisão do referido contrato e as partes estão discutindo em juízo os termos da referida rescisão;

Em 29 de março de 2010 a Companhia assinou contrato com a FIFA (*Federation Internationale de Football Association*), para patrocínio dos campeonatos - *2010 FIFA World Cup™, FIFA Confederations Cup 2013 e 2014 FIFA World Cup™.* O contrato permite a utilização das marcas do Grupo Marfrig, tais como: MOY PARK e PEMMICAN, e também a utilização do logotipo dos campeonatos em propagandas, produtos e distribuição;

(c) Na nota explicativa nº 33 apresentamos detalhadamente as operações com instrumentos financeiros praticados pela Companhia. A Companhia e suas Controladas estão sujeitas a riscos de mercado relacionados a variações cambiais, flutuação de taxas de juros e variação dos preços de *commodities*. Esses valores representam o montante de derivativos a pagar;

(d) Na nota explicativa nº 10.1 apresentamos a composição detalhada do saldo;

(e) Os valores apresentados referem-se ao ajuste da preço na venda do grupo Moy Park, conforme descrito na nota explicativa nº 13.3. Tal título será liquidado no decorrer do próximo exercício.

22. INSTRUMENTO MANDATÓRIO CONVERSÍVEL EM AÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Instrumento mandatório conversível em ações	2.150.000	2.150.000	2.150.000	2.150.000
Cancelamento de debêntures	(450)	(450)	(450)	(450)
Gastos com emissão	(50.832)	(41.180)	(50.832)	(41.180)
Amortização dos gastos com emissão	31.002	13.100	31.002	13.100
	2.129.720	2.121.470	2.129.720	2.121.470

A Companhia, conforme "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações (Instrumento Mandatório) da Marfrig Global Foods S.A.", emitiu 250.000 (duzentos e cinquenta mil) debêntures mandatoriamente conversíveis em ações, com o valor nominal unitário de R$ 10, no valor total de R$ 2.500.000. O Instrumento Mandatório foi emitido em 15 de julho de 2010 por intermédio de subscrição privada, com prazo de 60 meses, anualmente corrigidos por uma taxa de juros à razão de 100% da variação acumulada das taxas médias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescido de um *spread* de 1% (um por cento). A remuneração do Instrumento Mandatório está classificada no passivo circulante e tem seu pagamento garantido por fiança bancária prestada pelo Banco Itaú BBA S.A. A totalidade das 250.000 (duzentos e cinquenta mil) debêntures foram subscritas, sendo o principal debenturista o BNDES Participações S.A.

Conforme definido na referida escritura de emissão e ressalvadas as hipóteses de conversão voluntária, o preço de conversão será o menor valor dentre os seguintes itens: (i) R$ 21,50, acrescido do percentual de juros efetivamente pagos aos debenturistas sobre o valor nominal da emissão e subtraído dos proventos distribuídos a cada ação, ambos corrigidos pelo CDI desde a data do seu efetivo pagamento, no caso dos juros das debêntures, ou da data ex-proventos, no caso dos proventos, até a data da conversão; e (ii) o maior valor entre o preço de mercado e R$ 24,50, este último sem ajuste por proventos em dinheiro ou atualização monetária.

A Companhia, com base na essência da operação (*equity)* e nas características da mesma, registrou, inicialmente, o Instrumento Mandatório (principal) como Reserva de Capital, classificado no Patrimônio Líquido. Todavia, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, através do Ofício/CVM/SEP/GEA-5/nº 329/2012, datado de 10 de outubro de 2012, manifestou-se a respeito desse instrumento, determinando: (i) a reclassificação da contabilização do Instrumento Mandatório, e (ii) que fossem reapresentadas as demonstrações contábeis de 2011, comparadas as demonstrações de 2010. A Companhia acatou a determinação da CVM, procedendo à reclassificação integral do Instrumento Mandatório para rubrica contábil específica no passivo não circulante. A contabilização anterior estava amparada por pareceres contábeis e jurídicos emitidos especificamente para a matéria.

A referida reclassificação não alterou qualquer dos termos e condições do Instrumento Mandatório e não teve efeito sobre o endividamento financeiro da Companhia, seu serviço de dívida e seus *covenants* financeiros, uma vez que, diferentemente de outros itens do passivo da Companhia, o Instrumento Mandatório não é passível de liquidação em caixa ou equivalentes, mas apenas em ações ordinárias de emissão da própria Companhia.

A Companhia incorreu em R$ 12.328 de gastos com emissão do Instrumento Mandatório, registrados inicialmente como redutora de Reserva de Capital conforme determinam as regras contábeis para instrumento de capital. Houve renovações anuais da fiança, desta forma, o gasto com emissão de Instrumento Mandatório passou a ser de R$ 41.180 em 30/06/2014. Esses gastos também foram reclassificados para o passivo não circulante, como redutor da rubrica de "Instrumento Mandatório Conversível em Ações". Por determinação da Companhia este valor passou a ser amortizado mensalmente.

Em virtude da integralização das referidas debêntures realizada pelo BNDES Participações S.A., a MMS Participações Ltda. e o BNDES Participações S.A. firmaram Acordo de Acionistas com o objetivo de regular o relacionamento das partes na qualidade de acionistas da Marfrig Global Foods S.A.

Em 05 de fevereiro de 2013 a Companhia procedeu ao aumento de seu Capital Social, dentro do limite do capital autorizado, em Reunião do Conselho de Administração, em decorrência da conversão de 35.000 (trinta e cinco mil) debêntures, objeto da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia, de titularidade do BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, em 43.750.000 (quarenta e três milhões, setecentos e cinquenta mil) ações de emissão da Companhia, nos termos do item III.16.11 do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações da Marfrig Global Foods S.A.", celebrado entre a Companhia e a Planner Trustee DTVM Ltda., em 22 de julho de 2010 e conforme Fato Relevante divulgado em 24 de outubro de 2012.

As ações dessa conversão têm as mesmas características e condições e gozam de todos os direitos e vantagens legais e estatutariamente atribuídos às demais ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em decorrência da referida conversão de debêntures, houve aumento relevante da participação acionária do acionista BNDESPAR, que passou a deter ações ordinárias que representam 19,63% do Capital Social total da Companhia.

Em 06 de janeiro de 2014 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a submissão à Assembleia Geral de Acionistas da proposta para realização da 5ª (quinta) Emissão de Debêntures Simples Conversíveis em Ações, da Espécie sem Garantia, em Série Única, no montante total de R$ 2.150.000 (5ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia).

Em 22 de janeiro de 2014 os acionistas da Companhia reunidos em Assembleia Geral Extraordinária aprovaram a referida 5ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia, no montante total de R$ 2.150.000, em série única, com a emissão de 215.000 mil debêntures ao valor unitário de R$ 10 cada uma, corrigidos por uma taxa de juros à razão de 100% da variação acumulada das taxas médias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescido de um *spread* de 1% (um por cento). Os Juros são pagos anualmente, nas seguintes datas: 25/01/2015, 25/01/2016; sendo que a última data de pagamento coincide com a Data de Vencimento, em 25/01/2017. A mencionada 5ª Emissão tinha por destinação, nos limites previstos na respectiva escritura, o resgate total das debêntures da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia.

A 5ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia, da mesma maneira, é mandatoriamente conversível em ações da Companhia na Data de Vencimento, com preço de conversão equivalente ao menor valor entre: (i) R$ 21,50, anualmente corrigido por uma taxa de juros equivalente a CDI+1%, deduzidos de toda ou qualquer remuneração recebida pelos acionistas (dividendos ou Juros sobre Capital Próprio), ou (ii) o maior valor entre o preço de mercado, este definido na escritura como a média ponderada do preço de mercado da ação MRFG3 das negociações no mercado à vista na BM&FBOVESPA nos 60 (sessenta) pregões que antecedem a data de conversão, e R$ 21,50 (sem ajustes por proventos em dinheiro ou atualização monetária).

Em 17 de março de 2014, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado em que tratou da conclusão do processo de emissão e subscrição de sua 5ª Emissão de Debêntures Conversíveis, tendo sido subscritas o total de 214.955 debêntures, com valor nominal unitário de R$ 10, conforme informações recebidas do banco mandatário - Itaú Unibanco S.A., e canceladas, pela Companhia, 45 debêntures não subscritas.

Por fim, em 28 de março de 2014 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, conforme deliberado em Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia, realizada em 22 de janeiro de 2014, de um total de 215.000 debêntures da 2ª Emissão: a) 214.900 foram utilizadas pelos respectivos debenturistas para integralizar debêntures da 5ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia; e b) 100 debêntures remanescentes foram resgatadas, em sua totalidade, na presente data, o que resultou no cancelamento de todas as 215.000 debêntures da 2ª Emissão de Debêntures da Companhia e o consequente encerramento da referida 2ª Emissão de Debêntures.

23. PROVISÕES FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

23.1. Provisões

A Companhia e suas Controladas são partes em diversos processos, em curso normal de seus negócios, nas esferas cível, administrativa, tributária, previdenciária e trabalhista, para os quais foram constituídas provisões com base na estimativa de seus consultores legais. As principais informações dos processos estão assim apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Trabalhistas e previdenciárias	30.422	32.400	31.321	32.684
Fiscais	1.758	3.531	1.758	3.531
Cíveis	13.109	4.184	13.140	4.233
	45.289	40.115	46.219	40.448

A seguir está apresentada a movimentação das provisões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

	Controladora				Consolidado			
	Trabalhista e previdenciárias	Fiscais	Cíveis	Total	Trabalhista e previdenciárias	Fiscais	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	32.400	3.531	4.184	40.115	32.684	3.531	4.233	40.448
Adição	6.705	17	242	6.964	7.301	17	243	7.561
Reversão	-	(1.790)	-	(1.790)	-	(1.790)	-	(1.790)
Reclassificação	(8.683)	-	8.683	-	(8.664)	-	8.664	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	30.422	1.758	13.109	45.289	31.321	1.758	13.140	46.219

23.1.1. Trabalhistas e previdenciárias

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas Controladas eram rés em diversas reclamações trabalhistas. Baseado no histórico passado de pagamentos da Companhia e de suas Controladas foram constituídas provisões no valor de R$ 31.321. Na opinião da Administração e dos assessores legais este valor é considerado suficiente para fazer frente a eventuais perdas. A maior parte das reclamações trabalhistas ajuizadas contra a Companhia e suas Controladas se referem a temas comumente alegados no segmento, tais como justa causa, minutos de preparo, intervalo para pessoal que trabalha em ambiente refrigerado, horas *in itinere*, risco ergonômico entre outros. Na opinião da Administração da Companhia, nenhuma das reclamatórias trabalhistas é individualmente relevante.

23.1.2. Fiscais

A Companhia para provisão de contingências fiscais provisiona como reserva para riscos não materializados o valor total de R$ 1.758.

23.1.3. Cíveis

Em 31 de dezembro de 2015 a Administração, com base na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão no montante das ações classificadas como de risco provável, totalizando R$ 13.140.

As ações cíveis da Companhia e de suas Controladas envolvem tipicamente controvérsias relativas a acordos comerciais e indenizatórias. Nenhum destes processos individualmente é relevante.

23.2. Passivos contingentes

Os passivos contingentes, que não são sujeitos ao registro contábil, conforme as normas vigentes são demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Trabalhistas e previdenciárias	95.377	123.689	123.637	156.313
Fiscais	981.409	782.183	1.076.778	838.419
Cíveis	430	605	852	964
	1.077.216	906.477	1.201.267	995.696

23.2.1. Trabalhistas e previdenciárias

As ações trabalhistas e previdenciárias da Companhia e de suas Controladas envolvem tipicamente temas comumente alegados no segmento, tais como justa causa, minutos de preparo, intervalo para pessoal que trabalha em ambiente refrigerado, horas *in itinere*, risco ergonômico entre outros, que individualmente não são relevantes.

23.2.2. Fiscais

A seguir estão apresentadas as principais matérias em discussão judicial de natureza fiscal que na opinião da Administração e dos nossos assessores legais estão classificadas como perda possível para a Companhia e suas Controladas.

a) Impostos e Contribuições Federais

Em 31 de dezembro de 2015 constam processos administrativos e judiciais movidos pelos órgãos da União pelo valor total histórico de R$ 551.967, exigindo:

(i) Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, esse processo refere-se a pedido de restituição, pelo valor total histórico de R$ 68.552, para os quais não foi constituída provisão, uma vez que, com base na opinião dos assessores jurídicos, a chance de perda nestes processos são classificadas como possível. Foram apresentadas defesas administrativas, pendentes de julgamento definitivo, alegando a inexigibilidade por incorreção em suas bases de cálculos e presunção dos valores pela fiscalização;

(ii) CSLL e IRPJ auferidos em decorrência de apuração de lucros de empresas Controladas no exterior no valor histórico de R$ 37.279, objeto de defesa administrativa sob alegação de desrespeito ao princípio da competência, inconstitucionalidade de dispositivo de Lei (art. 74 da MP 2158-35/2011) e afronta a acordos de bitributação firmados pelo Brasil, onde também não foi constituída provisão, face a chance de perda possível;

(iii) IRPJ e CSLL - Ausência de adição ao lucro líquido, na determinação do lucro real, e da base de cálculo da CSLL, dos lucros auferidos no exterior por filiais, sucursais, Controladas ou coligadas, apurados no ano de 2008, no valor histórico de R$ 38.094. Foi apresentada defesa administrativa. Importante destacar, que não se trata de débito tributário, e sim de glosa de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL, o efeito no ativo diferido é o montante indicado como valor da causa;

(iv) Ausência de adição no lucro real e na base da CSLL de Lucros no exterior relativo ao ano calendário de 2009, glosas de amortização de ágio e ausência de oferecimento a tributação de juros decorrentes de contratos de mutuo ativos com Controladas no exterior, no valor histórico de R$ 83.910. Foi apresentada defesa administrativa;

(v) Glosa de saldo negativo de IRPJ de 2008, com homologação parcial das compensações realizadas, em razão do não reconhecimento de parte do crédito foi constituído débito no valor histórico de R$ 24.980, em face de referida glosa foi apresentada manifestação de inconformidade, a fim de que seja reconhecido a totalidade dos créditos da Companhia;

(vi) Glosa de saldo negativo de IRPJ de 2007, cujas glosas de compensações perfazem débito no valor histórico de R$ 8.087, sendo as mesmas decorrentes de suposta utilização de crédito indevido para quitação das estimativas mensais formadoras do saldo negativo;

(vii) A Companhia possui ação de cobrança relativa à exigência de contribuição adicional ao SENAI, no valor histórico de R$ 330. Referida ação aguarda a apreciação de contestação e laudo pericial apresentados pela empresa;

(viii) A Companhia e sua controlada MFB possuem auto de infração relativo à exigência de contribuição adicional ao SENAI, no valor histórico de R$ 2.015, por suposto enquadramento incorreto no que tange a atividade de seus estabelecimentos;

(ix) A empresa MFB possui Auto de Infração no valor de R$ 1.487, referido auto foi lavrado em razão da suposta insuficiência de créditos de PIS/COFINS não-cumulativo mercado interno e externo (1º trimestre/2010 a 2º trimestre/2011), para extinção dos débitos de PIS/COFINS declarados em Dacon. Na impugnação apresentada foi requerido o sobrestamento do julgamento da impugnação até análise final de cada um dos pedidos de ressarcimento, onde restará comprovada a existência de créditos;

(x) A Companhia e sua controlada MFB possuem processos administrativos, decorrentes de compensações de créditos de tributos federais com débitos previdenciários, no valor de R$ 7.144 e R$ 2.659, respectivamente. As empresas possuem medida judicial que discute o seu direito à compensação;

(xi) A Companhia e suas Controladas MFB e Pampeano possuem débitos de tributos federais, cujas cobranças por processo não são de materialidade relevante individualmente, os quais representam em sua totalidade o valor de R$ 134.434;

(xii) A Companhia e sua controlada MFB possuem Execuções Fiscais que visam a cobrança de débitos previdenciários no período compreendido entre 12/2013 à 08/2014, no valor histórico de R$ 139.195. A despeito de referida exigência, há pleito de liquidação de referidos débitos por meio de procedimento de compensação de ofício com lastro em decisão proferida em demanda judicial específica, que reconheceu tal direito;

(xiii) A Companhia é parte em Execução Fiscal Federal, no valor histórico de R$ 3.801, na qual lhe foi atribuída responsabilidade solidária por suposta sucessão, independentemente da discussão acerca da sucessão, há questão preliminar no que tange a prescrição ao direito da Fazenda de redirecionar a exigência contra a Marfrig.

A Companhia aderiu ao parcelamento previsto na Lei nº 12.996/14, que reabriu o prazo de adesão ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, concedendo a prerrogativa aos contribuintes de parcelarem seus débitos vencidos até 31 de dezembro de 2013 - REFIS COPA. Foram objeto de referido parcelamento débitos: i) de contribuições previdenciárias, ii) decorrentes de compensação não homologadas e iii) relativos a PIS/COFINS Importação, os quais encontram-se valorados na nota explicativa nº 17 - Impostos, taxas e contribuições.

A referida adesão foi materializada com créditos tributários homologados e disponíveis que em 30 de setembro de 2014, estavam devidamente suportados por decisão judicial.

As Controladas MFB, MFG e Pampeano, também aderiram ao parcelamento previsto na Lei nº 12.966/14, que reabriu o prazo de adesão ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, concedendo a prerrogativa aos contribuintes de parcelarem seus débitos vencidos até 31 de dezembro de 2013 - REFIS DA COPA, os débitos objeto de adesão referem-se a contribuições previdenciárias, as quais encontram-se valoradas na nota explicativa nº 17 - Impostos, taxas e contribuições.

b) Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços - ICMS

Em 31 de dezembro de 2015 constam processos administrativos e judiciais pelo valor total histórico de R$ 524.745, exigindo:

(i) As discussões de ICMS envolvendo a Companhia nos processos administrativos movidos pelas Fazendas dos Estados de São Paulo, Goiás, Bahia, Rio Grande do Sul, Rondônia e Ceará são relativas ao aproveitamento de créditos advindos da transferência de mercadorias, questionamento da apropriação de crédito presumido proveniente de atividades de abate, descumprimento de obrigação acessória, emissão errônea de notas fiscais, crédito outorgado e não recolhimento do ICMS ST, questionamento de creditamento de ICMS na aquisição de gado bovino proveniente de outra unidade da federação, ausência de comprovação de exportação de mercadorias os quais montam o valor histórico de R$ 60.448. Deste montante o valor de R$ 13.226 foi objeto de medida judicial relativa a crédito outorgado pelo Estado de SP, com antecipação de tutela favorável suspendendo sua exigibilidade;

(ii) A Companhia questiona a cobrança de recolhimento pela não comprovação de ingresso de mercadorias na Zona Franca de Manaus, pelo valor histórico de R$ 969;

(iii) No Estado de Mato Grosso as autuações referem-se à desconsideração de regime de estimativa firmado com o Estado, ausência de emissão de documento fiscal eletrônico, emissão irregular de documento fiscal e comprovação de exportação, no valor de R$ 3.931;

(iv) Os processos de maior relevância referentes ao ICMS são movidos pela Fazenda do Estado de São Paulo exigindo valores relativos ao crédito presumido de ICMS sobre notas-fiscais de transferências de mercadorias remetidas pelas filiais localizadas nos Estados do Mato Grosso do Sul e Goiás às filiais localizadas no Estado de São Paulo - "Guerra Fiscal". Os valores dos lançamentos correspondem à diferença entre o imposto destacado nos documentos de entrada de mercadorias no centro de distribuição e o cobrado no Estado de origem. O valor histórico total exigido nestes processos é de R$ 424.628;

(v) A controlada MFB possui Auto de Infração, onde se discute a cobrança de débitos de ICMS lavrado pela Fazenda do Estado de São Paulo, lavrado por suposta falta de recolhimento de ICMS-ST na entrada de mercadorias adquiridas junto a Produtores Rurais, entrega de GIA com informações incorretas, suposto creditamento indevido de crédito outorgado em valor superior ao estabelecido na legislação, deixar de proceder estorno de crédito de ICMS decorrente de saídas isentas e falta de recolhimento de ICMS para operações de exportação não realizada dentro do prazo legal, no valor histórico de R$ 4.326;

(vi) A controlada MFB possui também Auto de Infração para cobrança de ICMS lavrados pelo Estado de Rondônia relativo à glosa de créditos de ICMS em razão do descumprimento de obrigação acessória, erro na apuração da base de cálculo para o cálculo do ICMS, não inclusão do frete na base de cálculo do ICMS no valor da prestação do serviço de transporte, circulação de mercadoria com nota considerada inidônea, não observância do preço mínimo de pauta no Estado e omissão da declaração do ICMS na Declaração Periódica de Apuração - DIP, acarretam em autuação para cobrança do imposto, os quais montam o valor histórico de R$ 328;

(vii) A controlada MFB também possui Autos de Infração para cobrança de ICMS lavrados pelos Estado de Goiás relativos a glosa de créditos de ICMS em razão do descumprimento de obrigação acessória, erro na apuração da base de cálculo para cálculo do valor devido à título de ICMS, falta de estorno do crédito outorgado na operação de saída em razão da devolução da mercadoria, falta de estorno de crédito de ICMS relativo a aquisição de insumos/mercadorias em proporção ás saídas, não comprovação de exportação de mercadorias enviadas para o exterior, os quais montam o valor histórico de R$ 30.103;

(viii) A controlada Pampeano possui Auto de Infração, onde se discute a cobrança de débitos de ICMS lavrado pela Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, onde se discute a cobrança de débitos de ICMS, sob a suposta emissão de nota fiscal sem destaque de ICMS na saída de mercadorias daquele Estado, o qual monta o valor histórico de R$ 12.

c) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui Auto de infração que visa a cobrança de ISSQN, em razão de suposta retenção e não recolhimento de referido crédito tributário incidente sobre a prestação de serviços tomados nos períodos de 10/2005, 04, 06, 10 e 12/2006, 04, 08, 09 e 10/2007, 01 e 04/2008, 04, 09 e 12/2009, 04 e 06/2010, referido auto monta o valor histórico de R$ 66.

23.2.3. Cíveis

As ações cíveis da Companhia e de suas Controladas envolvem tipicamente controvérsias relativas a acordos comerciais e indenizatórios, que individualmente não são relevantes.

23.3. Informações Adicionais Passivos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia baseada na opinião da Administração e de seus assessores legais classificou o montante de R$ 237.061 como de Risco Remoto, não fazendo parte do saldo informado na nota explicativa 23.2 - Passivo Contingente - Fiscais.

(i) Contribuições destinadas a Seguridade Social ao FUNRURAL e ao GILRAT três autos de infração, o primeiro referente ao ano de 2006 e 2007, o segundo referente ao ano de 2008 e o terceiro referente aos anos de 2009 e 2010, no valor, no valor histórico de R$ 237.061, em todos os autos foram apresentadas defesas administrativas alegando a inconstitucionalidade de referida contribuição com base em decisão do STF cuja aplicação na instância administrativa encontra-se respaldada no artigo 26 - A do Decreto 70.235/72;

(ii) Referente aos processos administrativos e judiciais federais considerados como de risco remoto, conforme anteriormente descritos na nota explicativa nº 22.3 do período findo em 30 de junho de 2014, a Companhia e suas Controladas MFB e MFG aderiram ao parcelamento previsto na Lei nº 12.966/14, que reabriu o prazo de adesão ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, concedendo a prerrogativa aos contribuintes de parcelarem seus débitos vencidos até 31 de dezembro de 2013 - REFIS DA COPA, os débitos objeto de adesão referem-se a contribuições previdenciárias e à exigência de PIS/COFINS Importação, as quais encontram-se valoradas na nota explicativa nº 17 - Impostos, taxas e contribuições.

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS - PASSIVO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Imposto de Renda	66.000	70.438	577.001	606.676
Contribuição Social	23.760	25.357	30.152	29.082
	89.760	95.795	607.153	635.758

Referem-se: (i) aos tributos diferidos contabilizados no momento da adoção do custo atribuído aos dos bens do ativo imobilizado em 1º de janeiro de 2009 em conformidade com a Deliberação CVM 583/09 (CPC 27 - ativo imobilizado) e a Deliberação CVM 619/09 (ICPC 10), que serão liquidados à medida que ocorrem alienação, baixa ou depreciação/amortização dos bens reavaliados, conforme respectiva vida útil determinada no laudo de avaliação; (ii) pelo efeito dos tributos federais diferidos apurados sobre os efeitos da adoção da Deliberação CVM 665/11 (CPC 15 (R1) - combinação de negócios).

Está apresentado a seguir a movimentação dos tributos diferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Saldo em 31 de dezembro de 2014	70.438	25.357	606.676	29.082
Realização de reserva de reavaliação	(1.653)	(595)	(1.678)	(604)
Realização do *deemed cost*	(2.785)	(1.002)	(6.506)	(1.179)
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	-	-	38.026	-
Reversão de tributos diferidos sobre diferenças temporárias	-	-	13.281	-
Outros	-	-	421	2.853
Ganho/perda na conversão	-	-	189.521	-
Operação descontinuada	-	-	(262.740)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	66.000	23.760	577.001	30.152

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

25.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 é de R$ 5.276.678 representado por 520.747.405 ações ordinárias, sem valor nominal (em 31 de dezembro de 2014 era de R$ 5.276.678 representado por 520.747.405 ações). No âmbito da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias da Companhia, realizada em dezembro de 2012, foram emitidas 131.250.000 ações ordinárias ao preço total de subscrição de R$ 1.050.000, conforme atas do Conselho de Administração datadas de 10 e 21 de dezembro de 2012. Conforme Ata da Reunião do Conselho de Administração de 30 de julho de 2012, procedeu-se ao cancelamento de 1.236.549 ações ordinárias nominativas que se encontravam em tesouraria. Com base na Deliberação CVM 649/10 (CPC 08 (R1) - custo de transação e prêmios na emissão de títulos e valores imobiliários), a Companhia registrou no patrimônio líquido os custos incorridos nos processos de captação de recursos (R$ 108.210), através de emissão pública de ações e emissão privada de ações.

Em 05 de fevereiro de 2013 a Companhia procedeu ao aumento de seu Capital Social, dentro do limite do capital autorizado, em Reunião do Conselho de Administração, em decorrência da conversão de 35.000 (trinta e cinco mil) debêntures, objeto da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia, de titularidade do BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, em 43.750 milhões ações de emissão da Companhia, conforme nota explicativa nº 22.

De acordo com o Estatuto Social, por deliberação do Conselho de Administração, o Capital Social poderá ser composto, independentemente de reforma estatutária, no limite de até 630 milhões de ações ordinárias, incluindo o atual Capital Social, e nas condições que este vier a definir.

A critério do Conselho de Administração poderá ser realizada emissão de ações e debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o § 4º, do artigo nº 171, da Lei nº 6.404/76, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

As condições das emissões (preço e prazo) são definidas pelo Conselho de Administração.

A opção de compra de ações, os casos ou as condições em que os acionistas terão direito de preferência para subscrição, ou de inexistência desse direito, aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou sociedade sob seu controle está apresentada na nota explicativa nº 29.5.

25.2. Reservas de Lucros

25.2.1. Reserva legal

Constituída ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre o lucro líquido da Companhia, conforme definido em seu estatuto e na legislação vigente.

Nos exercícios de 2015 e 2014 não houve constituição de reserva legal, devido a Companhia ter apurado prejuízo. Dessa forma, o saldo em 31 de dezembro de 2015 permaneceu em R$ 44.476 (o mesmo valor de 2014).

25.2.2. Ações em tesouraria

Programa de recompra de ações

As ações adquiridas no âmbito do Programa de Recompra de Ações foram mantidas em tesouraria para utilização no atendimento ao exercício das opções de compra de ações pelos beneficiários do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia e/ou posterior cancelamento ou alienação.

continua...

...continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não há programa de recompra de ações em aberto e a Marfrig não adquiriu nenhuma ação.

Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2015, a Marfrig mantinha 58.550 (cinquenta e oito mil quinhentos e cinquenta) ações ordinárias de sua emissão em tesouraria, representando 0,01% do total de ações da Companhia. As ações estavam registradas contabilmente pelo montante de R$ 554, o que corresponde ao custo médio por ação de R$ 9,45 (nove reais e quarenta e cinco centavos).

O quadro a seguir demonstra a movimentação das ações em tesouraria no exercício:

	Saldo em tesouraria	
	Quantidade de ações	Valor (R$ mil)
Saldo em 31/12/2014	**389.729**	**3.685**
(-) Alienação - Plano de Opções	(331.179)	(3.131)
Saldo em 31/12/2015	**58.550**	**554**

25.3. Outros Resultados Abrangentes

25.3.1. Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa conta são reconhecidos, enquanto não computadas no resultado do exercício, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado sobre os investimentos em controladas detidas pela Companhia, direta e indiretamente. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. Nesta conta foram reconhecidos os efeitos de adoção do "*deemed cost",* operações de proteção à risco de taxa de juros da controladora e reflexo de suas controladas e diferenças cambiais de conversão de operações no exterior.

25.3.2. Ajuste acumulado de conversão

Nessa conta são registradas as variações cambiais resultantes da conversão das demonstrações contábeis de subsidiárias no exterior, cuja moeda funcional da investida diverge da controladora.

25.3.3. Valores no Patrimônio Líquido relacionados a ativos mantidos para venda

Em atendimento à Deliberação CVM nº 598/09 (CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada), a Companhia segregou do saldo de outros resultados abrangentes demonstrado em seu patrimônio líquido os valores relativos aos ativos mantidos para venda.

25.4. Dividendos a Pagar

O dividendo obrigatório da Companhia é de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social, apurado nas demonstrações contábeis da Companhia Controladora. A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento do mesmo, além do dividendo mínimo obrigatório, é aprovada em Assembleia Geral Ordinária por maioria de votos de acionistas titulares das ações da Companhia e irá depender de diversos fatores, tais como: resultados operacionais, condição financeira, necessidades de caixa e perspectivas futuras da Companhia, além de outros fatores que o Conselho de Administração e acionistas da Companhia julgarem relevantes.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 26 de fevereiro de 2016 e, em vista do prejuízo apurado no exercício, não submeteu à AGO proposta de distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2015.

25.5. Juros Sobre o Capital Próprio

Não foram declarados Juros sobre Capital Próprio nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

25.6. Participação dos Acionistas não Controladores

Refere-se à participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido de subsidiárias da Companhia.

26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
		Reclassificado		Reclassificado
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Receita da venda de produtos				
Vendas no mercado interno	3.438.755	3.185.047	13.399.198	10.709.602
Vendas no mercado externo	2.909.452	2.632.230	5.888.873	5.042.296
	6.348.207	**5.817.277**	**19.288.071**	**15.751.898**
Deduções da Receita Bruta				
Impostos sobre vendas	(103.924)	(116.619)	(162.204)	(223.252)
Devoluções e abatimentos	(160.871)	(214.222)	(234.034)	(319.888)
	(264.795)	**(330.841)**	**(396.238)**	**(543.140)**
Receita operacional líquida	**6.083.412**	**5.486.436**	**18.891.833**	**15.208.758**

27. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	Controladora		Consolidado	
		Reclassificado		Reclassificado
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Custos das vendas				
Custos dos estoques	4.677.021	4.292.406	14.522.239	11.688.048
Depreciação	111.019	75.704	336.472	250.828
Amortização	7.521	7.924	78.588	57.476
Salários e benefícios a empregados	268.018	247.988	1.652.370	1.231.091
	5.063.579	**4.624.022**	**16.589.669**	**13.227.443**
Despesas administrativas				
Depreciação	7.730	14.133	10.809	19.775
Amortização	4.792	-	6.542	670
Salários e benefícios a empregados	65.527	62.871	241.587	188.268
Outros	(16.715)	(16.550)	143.956	134.988
	61.334	**60.454**	**402.894**	**343.701**
Despesas comerciais				
Depreciação	255	339	461	570
Salários e benefícios a empregados	27.397	28.480	60.187	58.382
Outros	267.965	344.105	480.469	554.155
	295.617	**372.924**	**541.117**	**613.107**

28. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

A Companhia apresenta a demonstração do resultado financeiro líquido, como segue:

	Controladora		Consolidado	
		Reclassificado		Reclassificado
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Receita financeira				
Operações de mercado	100.841	55.676	325.451	173.299
Juros recebidos, rendimento de aplicação financeira	42.930	16.557	108.832	108.026
Descontos obtidos, outros	5.045	5.405	150.676	873
Total receita financeira	**148.816**	**77.638**	**584.959**	**282.198**
Variação cambial ativa	**1.583.030**	**546.359**	**2.023.548**	**768.567**
Despesa financeira				
Juros provisionados, debêntures e arrendamentos com instituições financeiras	(1.062.341)	(787.283)	(1.321.382)	(1.018.198)
Operações de mercado	(548.949)	(233.806)	(582.602)	(288.109)
Despesas bancárias, comissões, tarifas, descontos financeiros e outros	(212.337)	(272.946)	(708.708)	(596.192)
Total despesa financeira	**(1.823.627)**	**(1.294.035)**	**(2.612.692)**	**(1.902.499)**
Variação cambial passiva	**(2.278.525)**	**(934.472)**	**(3.082.400)**	**(1.210.186)**
Resultado financeiro líquido	**(2.370.306)**	**(1.604.510)**	**(3.086.585)**	**(2.061.920)**

29. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A política de remuneração visa estabelecer os critérios, responsabilidades e as definições da remuneração dos administradores do Grupo Marfrig, seja a de curto prazo como a de longo prazo (bônus e *stock option*).

A mesma visa impulsionar os executivos da Companhia a crescer e se desenvolver para atingir seu potencial máximo, alinhado aos objetivos do negócio e reconhecer esse desempenho através do pagamento de Incentivo (curto prazo e longo prazo).

O Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos é o órgão que assessora o Conselho de Administração na avaliação da remuneração dos administradores. O comitê é formado exclusivamente por membros do Conselho de Administração da Companhia sendo um desses membros o Coordenador do Comitê.

Os parâmetros utilizados para a definição da remuneração dos administradores são baseados nas práticas de mercado.

29.1. Conselho de Administração

A remuneração do Conselho de Administração é composta de uma parte fixa e uma parte variável.

Remuneração fixa - é fixado um valor anual para cada um dos membros, que é pago de forma mensal.

Remuneração variável - Remuneração baseada em bônus de curto prazo ou em *stock option*.

A composição da remuneração dos conselheiros é feita através de pesquisa de mercado com as principais empresas do segmento, para assim ser definida uma base de remuneração a ser validada pelo Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos da Marfrig Global Foods.

29.2. Diretores Estatutários

A remuneração da Diretoria Estatutária é composta de uma parte fixa e uma parte variável.

Remuneração Fixa - É fixado um valor anual para cada um dos membros, que é pago de forma mensal.

Remuneração Variável - É composta de remuneração de curto prazo (bônus) e longo prazo (*stock option*) - As metas estabelecidas pela Companhia para avaliação dos Administradores, em geral, são compostas de objetivos econômicos e metas individuais.

O ganho no Plano de Opções de Ações está vinculado à valorização do preço da ação de mercado, ou seja, o que sua atuação individual e da Administração como um todo agregarem de valor à Companhia refletirá no seu ganho nesta modalidade de remuneração, mantendo ao mesmo tempo seu interesse alinhado com o da Companhia no longo prazo.

A remuneração por ações dos "Programas Específicos" tem como Preço de Exercício a base dos últimos 20 pregões anteriores ao primeiro dia útil de março de cada ano e preço de outorga com desconto de 50% a partir das concessões de 2010.

O exercício de cada concessão anual ("v*esting*") obedece aos seguintes critérios:

- 25% após 12 meses da concessão;
- 25% após 24 meses da concessão;
- 25% após 36 meses da concessão;
- 25% após 48 meses da concessão.

A composição da remuneração dos diretores é feita através de pesquisa de mercado com as principais empresas do segmento onde são estabelecidos critérios de medição de acordo com a representatividade do cargo na organização. As macropolíticas são aprovadas pelo Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos.

29.3. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia foi instalado por ocasião da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2010. Na reforma do estatuto promovida por intermédio da Assembleia Extraordinária de 11 de março de 2011, o Conselho Fiscal tornou-se órgão de funcionamento permanente.

A remuneração do Conselho Fiscal é fixada anualmente e paga de forma mensal, não há remuneração variável.

29.4. Remuneração Consolidada

A remuneração dos administradores e conselheiros compreende os rendimentos de seis membros do Conselho de Administração (os outros três membros optaram por não receber as remunerações como Conselheiros, sendo que um deles também é membro da Diretoria Estatutária, logo é remunerado por esse órgão), seis membros do Conselho Fiscal (sendo três membros suplentes) e seis membros da Diretoria Estatutária.

O valor agregado das remunerações recebidas pelos administradores e conselheiros da Companhia Controladora é definido por meio de práticas de mercado, com a participação do Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos. O comitê é formado exclusivamente por membros do Conselho de Administração da Companhia sendo um desses membros o Coordenador do Comitê.

	31/12/15	31/12/14
Remuneração consolidada dos Administradores	24.255	24.971
Total	**24.255**	**24.971**

29.5. Plano de Opção de Compra de Ações - *Stock Option Plan*

Em 29 de maio de 2009, foi aprovada em Assembleia Geral de Acionistas, a reforma e consolidação do Plano de Opção de Compra de Ações (Plano), tendo como objetivos: (i) promover a geração de valor para os acionistas da Companhia, através do alinhamento dos seus interesses aos dos administradores, empregados e prestadores de serviços da Marfrig ou de suas sociedades Controladas e (ii) possibilitar maior nível de atração, retenção e motivação aos colaboradores considerados estratégicos.

O Plano é administrado pelo Conselho de Administração, dentro dos limites estabelecidos nas diretrizes gerais e na legislação aplicável. As diretrizes gerais do plano estão divulgadas detalhadamente no Formulário de Referência da Companhia.

O Conselho de Administração pode criar programas de concessão de opção de compra de ações que terão condições específicas quanto a participantes, número de opções concedidas, metas de desempenho ou performance a serem alcançadas, descontos nos preços de exercício da opção e demais condições ("Programas Específicos"). Programas Específicos foram criados em que o preço de exercício da Opção de Compra é equivalente ao valor médio das ações apurado nos últimos 20 (vinte) pregões na BM&FBOVESPA S.A. anteriores à data base do primeiro dia útil de março de cada ano, sendo aplicado sobre este valor médio apurado desconto de 50%.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram transferidas 331.179 ações aos administradores da Companhia dentro dos planos de opção de ações. A movimentação nas opções exercidas ao longo do exercício é demonstrada nas tabelas a seguir:

	Total de opções exercidas por mês	
	Quantidade de ações exercidas	Preço médio de mercado (1) (R$ por ação)
Janeiro/15	-	5,16
Fevereiro/15	-	4,76
Março/15	11.773	4,27
Abril/15	28.254	4,23
Maio/15	9.785	4,25
Junho/15	9.843	4,64
Julho/15	14.039	5,39
Agosto/15	168.360	5,97
Setembro/15	89.125	6,72
Outubro/15	-	6,54
Novembro/15	-	6,41
Dezembro/15	-	6,24
Opções Exercidas - 2015	**331.179**	

(1) Cotação de média mensal divulgada pela BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A., referente às ações ordinárias da Marfrig, sob o código MRFG3.

Movimentação Consolidada (Opções)	2015	2014
Saldo inicial	**3.405.169**	**1.493.501**
Opções outorgadas	1.581.017	2.499.640
Opções exercidas	(331.179)	(71.494)
Opções canceladas e vencidas	(2.389.642)	(516.478)
Saldo final	**2.265.365**	**3.405.169**

A diluição prevista da participação dos atuais acionistas, quando do exercício das opções de ações na data de performance ("*vesting*") é de 0,44% do total de ações em 31/12/2015, conforme detalhado na tabela a seguir:

Percentual de Diluição	Plano ESP VI LP 11-12	Plano ESP VII LP 12-13	Plano ESP VIII LP 13-14	Plano ESP IX LP 14-15	Total
Data de concessão	24/04/12	05/04/13	30/04/14	24/06/15	
Contratos em aberto	89.664	103.892	709.029	1.362.780	**2.265.365**
Ações em tesouraria					**(58.550)**
Total de ações exceto ações em tesouraria					**520.688.855**
Percentual de diluição	**0,02%**	**0,02%**	**0,14%**	**0,26%**	**0,44%**

A Companhia reconheceu despesas relativas às outorgas dos planos vigentes no exercício findo em 31/12/2015, conforme detalhado na tabela a seguir:

Efeitos decorrentes do exercício de opções (R$ mil)	2015	2014
Valor recebido pela venda de ações - opções exercidas	915,2	350,7
(-) Custo das ações em tesouraria alienadas	(3.131,0)	(675,9)
Efeito na alienação das ações	**(2.215,8)**	**(325,2)**

Devido ao exercício das opções a Companhia incorreu na absorção nos custos de ações em tesouraria alienadas no montante de R$ 3.131. Em 31/12/2015, o valor contábil das ações em tesouraria estava registrado no patrimônio líquido da Companhia ao montante de R$ 554 (em 31/12/2014, o valor era R$ 3.685).

O valor justo das opções foi mensurado de forma indireta, baseando-se no modelo de precificação *Black-Scholes*, com base nas seguintes premissas:

- **Desvio Padrão:** 39,37%. A medida utilizada para estimar a volatilidade, levando em conta os preços diários das ações da Companhia negociadas no pregão da BM&FBOVESPA sob o código MRFG3, no período de 01/07/2015 a 31/12/2015;
- **Taxa de juros livre de risco:** 7,00% a.a. A Companhia utiliza como taxa de juros livre de risco a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, anualizada na data do cálculo e disponível no *website* da receita federal - www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/refis/tjlp.htm.

O valor justo das opções em 31/12/2015 se estabeleceu entre o mínimo de R$ 1,42 e o máximo de R$ 4,68 por ação para os planos ESPECIAIS.

A movimentação dos programas de opções é demonstrada a seguir:

Planos	Data de concessão	Período de performance (carência)	Expiração da opção	Opções concedidas	Opções vestidas	Opções exercidas no período	Opções canceladas/ vencidas no período	Opções exercidas/ canceladas em períodos anteriores	Contratos em aberto	Preço de exercício da opção
Opções exercidas/canceladas em períodos anteriores				**5.620.658**	**2.215.214**			**2.215.214**	**3.405.169**	
ESP V LP 10-11	20/04/11	03/03/15	02/09/15	142.770	142.770	200	142.295	275	-	R$ 7,0251
				142.770	**142.770**	**200**	**142.295**	**275**	**-**	
ESP VI LP 11-12	24/04/12	03/03/15	02/09/15	250.447	250.447	62.174	188.273	-	-	R$ 4,7680
ESP VI LP 11-12	24/04/12	03/03/16	02/09/16	250.447	2.596	1.416	159.367	-	89.664	R$ 4,7680
				500.894	**253.043**	**63.590**	**347.640**	**-**	**89.664**	
ESP VII LP 12-13	05/04/13	03/03/15	02/09/15	87.380	87.380	28.480	58.900	-	-	R$ 5,0083
ESP VII LP 12-13	05/04/13	03/03/16	02/09/16	87.380	1.199	450	35.051	-	51.879	R$ 5,0083
ESP VII LP 12-13	05/04/13	03/03/17	02/09/17	87.380	1.197	448	34.919	-	52.013	R$ 5,0083
				262.140	**89.776**	**29.378**	**128.870**	**-**	**103.892**	
ESP VIII LP 13-14	30/04/14	03/03/15	02/09/15	624.910	624.910	227.868	397.042	-	-	R$ 1,9470
ESP VIII LP 13-14	30/04/14	03/03/16	02/09/16	624.910	3.383	3.383	385.219	-	236.308	R$ 1,9470
ESP VIII LP 13-14	30/04/14	03/03/17	02/09/17	624.910	3.383	3.383	385.219	-	236.308	R$ 1,9470
ESP VIII LP 13-14	30/04/14	03/03/18	02/09/18	624.910	3.377	3.377	385.120	-	236.413	R$ 1,9470
				2.499.640	**635.053**	**238.011**	**1.552.600**	**-**	**709.029**	
ESP IX LP 14-15	24/06/15	03/03/16	02/09/16	395.316	-	-	54.575	-	340.741	R$ 2,3720
ESP IX LP 14-15	24/06/15	03/03/17	02/09/17	395.316	-	-	54.575	-	340.741	R$ 2,3720
ESP IX LP 14-15	24/06/15	03/03/18	02/09/18	395.316	-	-	54.575	-	340.741	R$ 2,3720
ESP IX LP 14-15	24/06/15	03/03/19	02/09/19	395.069	-	-	54.512	-	340.557	R$ 2,3720
				1.581.017	**-**	**-**	**218.237**	**-**	**1.362.780**	
Total em	**31/12/15**			**7.201.675**	**3.335.856**	**331.179**	**2.389.642**	**2.215.489**	**2.265.365**	

Planos	Data de concessão	Valor de mercado das opções não vestidas ao final do período	Valor de mercado das opções vestidas em aberto ao final do período	Efeitos no resultado futuro da Companhia - não exige contabilização imediata
ESP VI LP 11-12	24/04/12	148,1	0,0	141,9
		148,1	**0,0**	**141,9**
ESP VII LP 12-13	05/04/13	74,0	0,0	69,6
ESP VII LP 12-13	05/04/13	105,9	0,0	69,8
		179,9	**0,0**	**139,4**
ESP VIII LP 13-14	30/04/14	1.046,0	0,0	1.040,5
ESP VIII LP 13-14	30/04/14	1.076,9	0,0	1.040,5
ESP VIII LP 13-14	30/04/14	1.107,5	0,0	1.040,9
		3.230,4	**0,0**	**3.121,9**
ESP IX LP 14-15	24/06/15	1.365,2	0,0	1.355,5
ESP IX LP 14-15	24/06/15	1.420,2	0,0	1.355,5
ESP IX LP 14-15	24/06/15	1.476,0	0,0	1.355,5
ESP IX LP 14-15	24/06/15	1.529,4	0,0	1.354,7
		5.790,8	**0,0**	**5.421,2**
Total em	**31/12/15**	**9.349,2**	**0,0**	**8.824,4**

continua...

...continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

30. RESULTADO POR AÇÃO

A tabela a seguir demonstra a reconciliação do cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares, exceto quando mencionado outro valor):

	31/12/15	Reclassificado 31/12/14
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas das operações continuadas	(1.173.281)	(834.485)
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas das operações descontinuadas	587.259	95.013
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(586.022)	(739.472)
Média ponderada da quantidade de ações do exercício (em unidades)	520.747.405	520.747.405
Média ponderada da quantidade de ações em tesouraria (em unidades)	(322.736)	(443.185)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação (em unidades)	520.424.669	520.304.220
Lucro (Prejuízo) Básico e Diluído (em R$) das operações continuadas	**(2,2545)**	**(1,6038)**
Lucro (Prejuízo) Básico e Diluído (em R$) das operações descontinuadas	**1,1284**	**0,1826**
Resultado atribuído aos acionistas da Companhia	**(1,1261)**	**(1,4212)**

A Companhia possui debêntures mandatoriamente conversíveis em ações ordinárias, não computados no cálculo do resultado diluído por ação.

31. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Marfrig Global Foods S.A. é uma multinacional de origem brasileira dedicada à produção, industrialização e comercialização no mercado interno e operações internacionais de produtos alimentícios diversificados, com foco em derivados de proteína animal.

A Companhia construiu um modelo de negócios integrado e geograficamente diversificado, composto por bases de produção localizadas em lugares com vantagens competitivas importantes de custo e uma rede de distribuição com acesso aos principais mercados consumidores do mundo.

A Companhia está organizada estrategicamente em dois principais segmentos:

- *Marfrig Beef* - Pioneira na comercialização e promoção da carne bovina e ovina no mercado brasileiro com forte atuação no segmento de *food service*, além de uma significativa presença no mercado externo. As operações internacionais na América do Sul concentram-se na exportação de cortes nobres de carne bovina e no aproveitamento diferencial estratégico do Uruguai, Chile e duas tradings localizadas na Europa e Peru, com acesso aos principais mercados consumidores do mundo;
- *Keystone* - Empresa global focada na produção e no desenvolvimento de alimentos multiproteína para o atendimento das grandes redes mundiais de restaurantes, com forte presença na Ásia e nos Estados Unidos.

A plataforma global do grupo está presente em 4 continentes, com 45 plantas e escritórios na América, Ásia, Europa e Oceania, com um sistema de distribuição que nos permite exportar para mais de 105 países.

A Companhia fornece informações ao mercado combinadas por segmento de atividade, na forma considerada para tomada de decisões estratégicas pelos seus administradores.

Está apresentado a seguir o balanço patrimonial e demonstração de resultado, consolidados, resumidos por segmento de informação:

	31/12/15					31/12/14				
	Marfrig Beef	Holding B.V.	Keystone	Segmento descontinuado	Total	Reclassificado Marfrig Beef	Holding B.V.	Keystone	Reclassificado Segmento descontinuado	Total
Ativo										
Circulante	5.704.581	1.679.662	1.928.231	529.981	9.842.455	5.107.408	570.315	1.206.822	1.483.972	8.368.517
Não circulante	3.474.055	53.876	503.202	-	4.031.133	3.027.859	254.204	179.946	209.976	3.671.985
Investimentos	135	-	25.889	-	26.024	73	-	36.764	97	36.934
Imobilizado	2.992.160	-	1.319.103	-	4.311.263	2.826.447	-	975.308	1.159.868	4.961.623
Ativos biológicos	-	-	59.804	-	59.804	-	-	40.597	101.543	142.140
Intangível	995.397	-	1.649.873	-	2.645.270	634.247	-	1.153.833	1.216.629	3.004.709
	13.166.328	**1.733.538**	**5.486.102**	**529.981**	**20.915.949**	**11.596.034**	**824.519**	**3.593.270**	**4.172.085**	**20.185.908**
Passivo circulante	3.835.924	166.580	1.240.434	163.711	5.406.649	2.596.538	43.204	854.857	1.167.866	4.662.465
Não circulante	7.063.260	6.313.427	1.288.981	-	14.665.668	6.368.781	4.386.845	1.546.458	1.149.634	13.451.718
	10.899.184	**6.480.007**	**2.529.415**	**163.711**	**20.072.317**	**8.965.319**	**4.430.049**	**2.401.315**	**2.317.500**	**18.114.183**

	31/12/15					31/12/14				
	Marfrig Beef	Holding B.V.	Keystone	Segmento descontinuado	Total	Reclassificado Marfrig Beef	Reclassificado Holding B.V.	Reclassificado Keystone	Segmento descontinuado	Total
Receita líquida	9.905.666	-	8.986.167	-	18.891.833	9.313.787	-	5.894.971	-	15.208.758
CPV	(8.335.460)	-	(8.254.209)	-	(16.589.669)	(7.748.075)	-	(5.479.368)	-	(13.227.443)
Resultado com equivalência patrimonial	-	(11.341)	(12.419)	-	(23.760)	-	-	(17.795)	-	(17.795)
Resultado financeiro	(2.476.603)	(378.346)	(231.636)	-	(3.086.585)	(1.595.168)	(419.769)	(46.983)	-	(2.061.920)
Imposto de renda e contribuição social	718.563	78.446	(114.520)	-	682.489	356.287	(824)	(50.263)	-	305.200
Participação dos acionistas controladores no lucro (prejuízo) - operação continuada	(940.034)	(315.509)	82.262	-	(1.173.281)	(530.119)	(438.769)	134.403	-	(834.485)
Participação dos acionistas controladores no lucro (prejuízo) - operação descontinuada	-	-	-	587.259	587.259	-	-	-	95.013	95.013
Resultado interesses minoritários - operação continuada	100	-	47.196	-	47.296	1.294	-	17.902	-	19.196
Resultado interesses minoritários - operação descontinuada	-	-	-	176	176	-	-	-	(17)	(17)

(i) A presente demonstração por segmento expressa a estrutura fiduciária da Companhia;

(ii) A Companhia entende que, Marfrig Holding (Europe) B.V., com atividade de captação de recursos financeiros e com participação acionária em outras subsidiárias do Grupo, deve ser segregada dessas informações para melhor demonstrar os segmentos de negócio Keystone e Marfrig Beef;

(iii) Segmento Descontinuado refere-se à alienação das unidades de negócios Moy Park e a disponibilização para venda dos ativos relativos à Marfrig Beef (empresas Marfood USA Inc., MFG Agropecuária Ltda. e Marfrig Argentina S.A.), conforme nota explicativa nº 36.

32. COBERTURA DE SEGUROS

É política da Companhia, manter cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado e dos estoques sujeitos a risco, por montantes julgados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação dos consultores de seguros.

Com base na ponderação máxima de risco, não é política da Companhia manter seguros na modalidade lucros cessantes, uma vez que há uma ampla disposição geográfica de suas plantas, e as operações podem ser remanejadas, no caso de uma eventual necessidade.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram revisadas pelos auditores da Companhia.

A seguir, está apresentado o resumo dos montantes segurados pela Companhia:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Edificações e instalações frigoríficas	2.114.604	2.270.800	4.873.289	8.293.987
Estoques	156.500	129.700	427.996	3.541.264
Armazém de terceiros	26.825	13.700	30.825	24.410
Veículos	19.390	17.826	35.743	30.850
Transporte de mercadorias	78.096	53.124	124.607	788.650
Garantia de diretores	117.144	79.686	226.478	145.581
Responsabilidade civil	20.000	20.000	205.127	521.081
Aeronave	214.417	-	214.417	-
Outros	688.168	352.813	717.199	408.572
	3.435.144	**2.937.649**	**6.855.681**	**13.754.395**

33. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - DERIVATIVOS E GERENCIAMENTO DE RISCO - CONSOLIDADO

33.1. Contexto Geral

Em suas atividades, a Companhia e suas Controladas estão sujeitas a riscos de mercado relacionados a variações cambiais, flutuação das taxas de juros e a preços das *commodities*. Com o objetivo de minimizar esses riscos, a Companhia dispõe de políticas e procedimentos para administrar tais exposições e pode utilizar instrumentos de proteção, desde que previamente aprovados pelo Conselho de Administração.

Dentre as diretrizes estabelecidas pela Companhia destacam-se: o acompanhamento dos níveis de exposição a cada risco de mercado; a mensuração dos mesmos; e a criação de limites para a tomada de decisão e utilização dos mecanismos de proteção, sempre visando minimizar a exposição cambial de sua dívida, fluxo de caixa e taxas de juros.

Em reunião realizada em 24 de junho de 2015, o Conselho de Administração da Companhia estabeleceu novos limites de alçada para os Órgãos da Administração da Companhia. O Comitê de Gestão passou a ser o responsável por autorizar a realização de uma série de atos, com alçadas compreendidas entre R$ 300 milhões e R$ 400 milhões. Para os atos cujas alçadas sejam superiores àquelas definidas para o Comitê de Gestão, faz-se necessária a aprovação do Conselho de Administração da Companhia.

A Companhia somente pratica operações com derivativos ou instrumentos similares que objetivem proteção mínima a: moedas estrangeiras, taxas de juros e preços de *commodities*, com a política conservadora de não assumir operações que possam comprometer sua posição financeira. A Companhia não pratica operações alavancadas em derivativos ou instrumentos similares.

A Companhia também mantém uma sólida política financeira, com manutenção de elevado saldo de caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras de curto prazo, ao mesmo tempo em que concentra seu endividamento no longo prazo em vencimentos distribuídos de forma a não causar concentrações em um único ano.

33.2. Instrumentos Financeiros por Categoria

Os ativos e passivos financeiros da Companhia são classificados conforme as categorias a seguir:

	Controladora			
	Custo amortizado		Mantidos para negociação	
Ativos financeiros	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Caixa e equivalentes de caixa	259.187	367.049	17.795	20.779
Aplicações financeiras	117.279	79.762	1.483.878	375.827
Valores a receber - clientes	447.838	272.936	-	-
Títulos a receber - derivativos	-	-	14.766	14.376
Partes relacionadas	1.289.604	2.521.877	-	-
Ativos financeiros totais	**2.113.908**	**3.241.624**	**1.516.439**	**410.982**

	Custo amortizado		Mantidos para negociação	
Passivos financeiros	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Fornecedores	698.471	477.679	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.503.674	2.182.075	-	-
Arrendamento financeiro	8.777	4.119	-	-
Títulos a pagar - derivativos	-	-	525.174	376.198
Títulos a pagar - investimentos Brasil	428.692	3.790	-	-
Títulos a pagar - patrocínios	50.000	65.598	-	-
Juros sobre debêntures	278.114	232.960	-	-
Partes relacionadas	9.369.243	5.441.395	-	-
Passivos financeiros totais	**12.336.971**	**8.407.616**	**525.174**	**376.198**

	Consolidado			
	Custo amortizado		Mantidos para negociação	
Ativos financeiros	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Caixa e equivalentes de caixa	1.487.624	1.023.213	142.744	68.472
Aplicações financeiras	247.247	625.989	3.127.506	942.093
Valores a receber - clientes	1.003.717	1.618.760	-	-
Títulos a receber - derivativos	-	-	397.499	275.261
Ativos financeiros totais	**2.738.588**	**3.267.962**	**3.667.749**	**1.285.826**

	Custo amortizado		Mantidos para negociação	
Passivos financeiros	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Fornecedores	1.818.991	2.028.303	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11.885.300	10.870.343	-	-
Arrendamento financeiro	61.686	139.974	-	-
Títulos a pagar - derivativos	-	-	643.418	411.320
Títulos a pagar - investimentos Brasil	428.692	3.790	-	-
Títulos a pagar - patrocínios	50.000	65.598	-	-
Juros sobre debêntures	236.807	190.582	-	-
Passivos financeiros totais	**14.481.476**	**13.298.590**	**643.418**	**411.320**

Os detalhes das políticas contábeis e dos métodos adotados (incluindo critérios de reconhecimento, bases de mensuração e critérios de reconhecimento de ganhos e perdas), para cada classe de instrumento financeiro e de patrimônio, estão apresentados na nota explicativa nº 3.1.4.

33.3. Comparação do Valor de Mercado e dos Respectivos Valores Justos

Segue apresentação do valor de mercado dos instrumentos financeiros:

	Consolidado			
	31/12/15		31/12/14	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	1.630.368	1.630.368	1.091.685	1.091.685
Aplicações financeiras	3.374.753	3.374.753	1.568.082	1.568.082
Valores a receber - clientes	1.003.717	1.003.717	1.618.760	1.618.760
Títulos a receber - derivativos	397.499	397.499	275.261	275.261
Fornecedores	1.818.991	1.818.991	2.028.303	2.028.303
Empréstimos e financiamentos	11.885.300	11.885.300	10.870.343	10.870.343
Arrendamento financeiro	61.686	61.686	139.974	139.974
Títulos a pagar - derivativos	643.418	643.418	411.320	411.320
Juros sobre debêntures	236.807	236.807	190.582	190.582

O valor justo dos instrumentos financeiros é similar ao valor contábil e refletem substancialmente os valores que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

33.4. Composição dos Instrumentos Financeiros Derivativos

A posição de instrumentos financeiros derivativos do Grupo Marfrig está composta da seguinte forma:

						Consolidado		
Instrumento	Objeto de proteção	Registro	Vencimento	Ativo	Passivo	*Notional* USD	*Notional* R$	MTM R$
Operações designadas para *Hedge Accounting*								
Swap	Taxa Juros	CETIP	2016	LIBOR	USD	44.000	171.811	(502)
Swap	Taxa Juros	Balcão	2018	LIBOR	USD	132.500	517.386	(3.162)
Swap	Taxa Juros	Balcão	2019	LIBOR	USD	187.500	732.150	(25.677)
Operações não designadas para *Hedge Accounting*								
Swap	Taxa Juros	CETIP	2016	LIBOR	USD	15.385	60.074	(1.386)
Swap	Taxa Juros	CETIP	2017	R$	USD	230.831	901.348	(358.359)
Swap	Taxa Juros	Balcão	2017	USD	R$	230.831	901.348	358.359
Swap	Taxa Juros	CETIP	2018	CDI	USD	59.827	97.444	(152.570)
								(183.297)
NDF	Taxa Câmbio	Balcão	2016	USD	AUD	393	1.534	23
NDF	Taxa Câmbio	Balcão	2016	USD	AUD	5.700	22.257	501
NDF	Taxa Câmbio	Balcão	2016	KRW	USD	21.904	85.531	(3.831)
NDF	Taxa Câmbio	Balcão	2016	MYR	USD	7.055	27.550	395
NDF	Taxa Câmbio	Balcão	2016	SGD	MYR	266	1.038	10
NDF	Taxa Câmbio	Balcão	2016	THB	MYR	172	670	(22)
NDF	Taxa Câmbio	Balcão	2016	USD	MYR	50.901	198.760	(2.561)
NDF	Taxa Câmbio	Balcão	2016	AUD	MYR	3	13	-
NDF	Taxa Câmbio	Balcão	2016	USD	THB	28.486	111.232	(2.724)
NDF	Taxa Câmbio	Balcão	2016	GBP	THB	3.681	14.374	447
NDF	Taxa Câmbio	Balcão	2016	JPY	THB	686	2.679	(16)
NDF	Taxa Câmbio	CETIP	2016	BRL	USD	75.000	292.860	2.453
NDF	Taxa Câmbio	Balcão	2016	USD	EUR	116	451	-
NDF	Taxa Câmbio	Balcão	2016	USD	CLP	15.951	63.372	263
								(5.062)
Opções	Farelo Soja	CBOT	2016	USD	USD	3.831	14.960	(5.622)
Opções	Milho	CBOT	2016	USD	USD	12.538	48.959	(4.263)
Swap	Farelo Soja	CBOT	2016	USD	USD	37.375	145.943	(12.033)
Swap	Boi gordo	CBOT	2016	USD	USD	55.936	218.419	(16.967)
Swap	Milho	CBOT	2016	USD	USD	63.354	247.384	(18.632)
Futuro	Boi gordo	BM&F	2016	R$	R$	4.764	18.604	(43)
								(57.560)
								(245.919)

Os ativos e passivos apresentados no balanço patrimonial na rubrica "títulos a receber" "títulos a pagar", referentes às operações com derivativos, as quais têm o objetivo de proteção patrimonial, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/15	31/12/14
Títulos a receber - derivativos (Nota 10)	397.499	275.261
Títulos a pagar - derivativos (Nota 21)	(643.418)	(411.320)
Total líquido	**(245.919)**	**(136.059)**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o resultado financeiro líquido consolidado com operações de mercado totalizou uma perda de R$ 257.151, sendo R$ 582.602 relativos às despesas e R$ 325.451 relativos às receitas.

33.4.1. Instrumentos Financeiros Derivativos objetos de *Hedge Accounting* de Fluxo de Caixa

Em novembro de 2013, o grupo Marfrig adotou políticas de *Hedge Accounting* para Instrumentos Financeiros expostos a variabilidade de fluxo de caixa. Dessa forma, as variações no valor justo dos derivativos designados como *hedge* são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido classificado como "outros resultados abrangentes". Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado.

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. A documentação das operações designadas como *Hedge Accounting* evidencia o controle de efetividade e a operação, contemplado:

- Objeto do *hedge*;
- Instrumento financeiro;
- Estratégia da gestão de risco a ser coberto;
- Eficácia do instrumento de *hedge* confiavelmente medida;
- Avaliação do *hedge* sobre base contínua durante toda a vigência do contrato.

A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo dos itens protegidos por *hedge*. Portanto, todos os derivativos designados como *Hedge Accounting* são efetivos, altamente prováveis e neutraliza exposição a variações no fluxo de caixa que poderiam afetar o resultado.

A eficácia das operações é controlada, periodicamente, de forma confiável e documentada durante toda a vigência do contrato através da correlação estatística entre o valor justo ou os fluxos de caixa da posição coberta e os do instrumento de *hedge* ou pela comparação das alterações passadas no valor justo ou nos fluxos de caixa da posição coberta que sejam atribuíveis ao risco coberto com as alterações passadas no valor justo ou nos fluxos de caixa do instrumento de *hedge*:

							Consolidado	
Instrumento	Ativo (Objeto Protegido)	Passivo (Risco Contratado)	Vencimentos	*Notional* USD	*Notional* R$	Saldo (MTM) R$	Ganho/Perda Patrimônio	Ganho/Perda Resultado
Swap	Libor	USD	2016	44.000	171.811	(503)	(503)	(503)
Swap	Libor	USD	2018	132.500	517.386	(3.162)	(2.738)	(3.162)
Swap	Libor	USD	2019	187.500	732.150	(25.677)	(25.326)	(25.677)
						(29.342)	**(28.567)**	**(29.342)**

33.5. Risco de Mercado

A Companhia está exposta aos riscos de mercado em função dos preços das *commodities*, taxas de juros e taxas de câmbio. Para cada risco a Companhia realiza uma administração contínua e estudos de sensibilidade apresentados nesta nota.

33.5.1. Administração de risco de preços de *commodities*

Em suas atividades a Companhia e suas Controladas efetivam a compra de certas *commodities* como: gado, grãos e energia, os quais são os maiores componentes individuais do custo de produção e estão sujeitos a determinadas variáveis.

O preço do gado adquirido de terceiros está diretamente relacionado às condições de mercado, sofrendo influência da disponibilidade interna e níveis de demanda no mercado internacional.

No tocante ao milho e farelo de soja ("grãos"), os mesmos estão sujeitos à volatilidade gerada pelas condições climáticas, rendimento de safra, custos com transportes, custos com armazenagem, política agrícola, taxas de câmbio, cotação internacional e outras, o que está fora do controle da Administração.

No intuito de diminuir o impacto das *commodities*, a Companhia e suas Controladas administram os níveis de estoque, mantêm confinamento de gado e negociam instrumentos financeiros derivativos de mercado futuro.

A Controladora e as suas Controladas contratam instrumentos financeiros com o objetivo de reduzir o risco de preço relacionado às necessidades das *commodities* para um período de até 12 meses.

Parte substancial dos referidos instrumentos financeiros de proteção advêm do mercado futuro, na bolsa CBOT - *Chicago Board of Trade*.

A seguir, está apresentada a posição dos derivativos relacionados ao risco de *commodities*:

							Consolidado
Registro	Instrumento	Contrato Futuro	Vencimento	*Notional* USD	*Notional* R$	MTM R$	Resultado em 31/12/2015
CBOT	Opções	Farelo soja	2016	3.831	14.960	(5.622)	(5.622)
CBOT	Opções	Milho	2016	12.538	48.959	(4.263)	(4.263)
CBOT	*Swap*	Farelo soja	2016	37.375	145.943	(12.033)	(12.033)
CBOT	*Swap*	Boi gordo	2016	55.936	218.419	(16.967)	(16.967)
CBOT	*Swap*	Milho	2016	63.354	247.384	(18.632)	(18.632)
BM&F	Futuro	Boi gordo	2016	4.764	18.604	(43)	(43)
				177.798	**694.269**	**(57.560)**	**(57.560)**

continua...

...continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

33.5.1.1. Análise de Sensibilidade de Risco de Preços de *Commodities*

No intuito de prover informações do comportamento dos riscos de mercado que a Companhia e suas Controladas estavam expostas em 31 de dezembro de 2015, são considerados três cenários, sendo que o cenário provável é o valor justo na data de 31 de dezembro de 2015 e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, denominados de Possível e Remoto, respectivamente.

Os preços base para os futuros de *commodities* são referenciados pela cotação na Bolsa de Futuros de Chicago (CBOT) dos vencimentos para 31 de dezembro de 2015.

Em relação ao risco de preço de *commodities*, estão apresentados a seguir os cenários de sensibilidade:

Cenários de stress - Derivativos *Commodities* Consolidado

Cenário Provável		Cenário Possível		Cenário Remoto	
MTM	Resultado	MTM	Resultado	MTM	Resultado
(57.560)	(57.560)	(71.950)	(71.950)	(86.339)	(86.339)

Cenários de stress - Derivativos *Commodities* Farelo Soja

Cenário Provável		Cenário Possível		Cenário Remoto	
MTM	Resultado	MTM	Resultado	MTM	Resultado
(17.655)	(17.655)	(22.069)	(22.069)	(26.482)	(26.482)

Cenários de stress - Derivativos *Commodities* Milho

Cenário Provável		Cenário Possível		Cenário Remoto	
MTM	Resultado	MTM	Resultado	MTM	Resultado
(22.895)	(22.895)	(28.619)	(28.619)	(34.343)	(34.343)

Cenários de stress - Derivativos *Commodities* Gado

Cenário Provável		Cenário Possível		Cenário Remoto	
MTM	Resultado	MTM	Resultado	MTM	Resultado
(17.010)	(17.010)	(21.262)	(21.262)	(25.514)	(25.514)

33.5.2. Administração de Risco de Taxas de Juros

Refere-se ao risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição se trata, principalmente, da mudança nas taxas de juros de mercado que afetam passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), LIBOR (*London Interbank Offered Rate*), ou CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários).

Visando minimizar os custos de serviço da dívida, a Companhia e suas Controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

O risco de exposição à taxa de juros da Companhia e suas Controladas em 31 de dezembro de 2015 e 2014 está apresentado a seguir:

	Consolidado	
	31/12/15	31/12/14
Exposição à taxa CDI:		
NCE/Capital de giro/CDA'S/Debêntures	784.772	1.521.548
(-) CDB-DI (R$)	(196.804)	(185.664)
Subtotal	**587.968**	**1.335.884**
Exposição à taxa LIBOR:		
NCE/ACC/Pré-pagamento (US$)	385.341	84.213
Financiamento parque industrial (US$)/Linha de crédito Rotativo (US$)	605.515	556.781
Subtotal	**990.856**	**640.994**
Exposição à taxa TJLP:		
FINAME/FINEM/FINEP	26.641	38.577
Subtotal	**26.641**	**38.577**
Total	**1.605.465**	**2.015.455**

A Companhia contratou operações de "*swap*", não especulativos para minimizar os efeitos das mudanças nas taxas de juros na liquidação de suas operações de empréstimos e financiamentos, conforme a seguir:

						Consolidado	
						31/12/15	31/12/14
Instrumento	Registro	Ativo	Passivo	*Notional* US$	*Notional* R$	MTM	MTM
Swap Taxa Juros	CETIP	LIBOR	USD	379.385	1.481.421	(30.728)	(104.941)
Swap Taxa Juros	CETIP	R$	USD	230.831	901.348	(358.359)	(11.531)
Swap Taxa Juros	Balcão	USD	R$	230.831	901.348	358.359	(14.577)
Swap Taxa Juros	CETIP	CDI	USD	59.827	233.612	(152.570)	(241.659)
Swap Taxa Juros	Balcão	USD	R$	-	-	-	239.699
				900.874	**3.517.729**	**(183.298)**	**(133.009)**

							Consolidado
							31/12/15
Instrumento	Registro	Vencimento	Ativo	Passivo	*Notional* US$	*Notional* R$	MTM
Swap Taxa Juros	CETIP	2016	LIBOR	USD	44.000	171.811	(503)
Swap Taxa Juros	Balcão	2018	LIBOR	USD	132.500	517.386	(3.162)
Swap Taxa Juros	Balcão	2019	LIBOR	USD	187.500	732.150	(25.677)
Swap Taxa Juros	CETIP	2016	LIBOR	USD	15.385	60.074	(1.386)
Swap Taxa Juros	CETIP	2017	R$	USD	230.831	901.348	(358.359)
Swap Taxa Juros	Balcão	2017	USD	R$	230.831	901.348	358.359
Swap Taxa Juros	CETIP	2018	CDI	USD	59.827	233.612	(152.570)
Swap Taxa Juros	Balcão	2017	USD	R$	230.831	901.348	358.359
Swap Taxa Juros	CETIP	2018	CDI	USD	59.827	233.612	(152.570)
					900.874	**3.517.729**	**(183.298)**

33.5.2.1. Análise de sensibilidade de risco de taxa de juros

No intuito de prover informações do comportamento dos riscos de mercado que a Companhia e suas Controladas estão expostas em 31 de dezembro de 2015, são considerados três cenários, sendo que o cenário provável é o valor justo na data de 31 de dezembro de 2015 e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, denominados de Possível e Remoto, respectivamente.

A seguir estão apresentados os cenários de sensibilidade quanto ao risco de taxa de juros:

Cenários de stress - *Swap* Taxa Juros Consolidado

Cenário Provável		Cenário Possível		Cenário Remoto	
MTM	Resultado	MTM	Resultado	MTM	Resultado
(183.299)	(183.299)	(220.601)	(220.601)	(234.914)	(234.914)

Cenários de stress - *Swap* Taxa Juros CDI x USD

Cenário Provável		Cenário Possível		Cenário Remoto	
MTM	Resultado	MTM	Resultado	MTM	Resultado
(152.570)	(152.570)	(153.676)	(153.676)	(154.821)	(154.821)

Cenários de stress - *Swap* Taxa Juros Libor x USD

Cenário Provável		Cenário Possível		Cenário Remoto	
MTM	Resultado	MTM	Resultado	MTM	Resultado
(30.729)	(30.729)	(66.925)	(66.925)	(80.093)	(80.093)

33.5.3. Administração de risco cambial

Trata-se do risco de que alterações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras possam fazer com que a Companhia e suas Controladas incorram em prejuízos, levando a uma redução dos valores dos ativos ou aumento dos valores das obrigações. A principal exposição à qual a Companhia está sujeita, no tocante às variações cambiais, se refere à flutuação do dólar dos EUA em relação ao real.

Como aproximadamente 78,9% das receitas da Companhia são originadas em outras moedas que não o Real, a Companhia possui um "*hedge*" natural para fazer frente aos vencimentos de suas futuras obrigações em moeda estrangeira.

A Companhia também mantém uma sólida política financeira, com manutenção de elevado saldo de caixa e aplicações financeiras de curto prazo em renomadas instituições financeiras.

Acreditamos que a política financeira consistente da Companhia e suas Controladas, alicerçada em sua estrutura de capital bem distribuída, fornece condições para consolidar o aproveitamento das sinergias com as aquisições realizadas.

Posição em moeda estrangeira e derivativos em aberto

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são assim demonstrados:

			Controladora
Exposição			Efeitos no resultado Variação cambial
Descrição	31/12/15	31/12/14	2015
Operacional			
Contas a receber	788.482	613.202	31.052
Adiantamento de cambiais entregues - ACEs	(458.818)	(447.020)	(60.309)
Importações a pagar	(48.059)	(19.536)	(54.933)
Subtotal	**281.605**	**146.646**	**(84.190)**
Financeiro			
Empréstimos e financiamentos	(383.897)	(908.536)	(730.037)
Saldo de bancos e aplicações financeiras (*)	362.697	311.906	118.732
Subtotal	**(21.200)**	**(596.630)**	**(611.305)**
Total	**260.405**	**(449.984)**	**(695.495)**
Variação cambial ativa			1.583.030
Variação cambial passiva			(2.278.525)
Variação cambial liquida			**(695.495)**

(*) Referem-se apenas a saldo de bancos e aplicações financeiras que geraram variação cambial.

			Consolidado
Exposição			Efeitos no resultado Variação cambial
Descrição	31/12/15	31/12/14	2015
Operacional			
Contas a receber	969.824	1.152.249	(125.230)
Adiantamento de cambiais entregues - ACEs	(458.818)	(447.020)	(60.324)
Importações a pagar	(214.014)	(128.322)	(47.507)
Outros	(30.869)	(33.559)	19.580
Subtotal	**266.123**	**543.348**	**(213.481)**
Financeiro			
Empréstimos e financiamentos	(11.310.694)	(10.135.985)	(741.020)
Títulos a pagar	-	-	(133)
Saldo de bancos e aplicações financeiras (*)	537.248	538.365	166.492
Outros	(333.820)	(104.752)	(270.710)
Subtotal	**(11.107.266)**	**(9.702.372)**	**(845.371)**
Total	**(10.841.143)**	**(9.159.024)**	**(1.058.852)**
Variação cambial ativa			2.023.548
Variação cambial passiva			(3.082.400)
Variação cambial liquida			**(1.058.852)**

(*) Referem-se apenas a saldo de bancos e aplicações financeiras que geraram variação cambial.

No decorrer de 2015 a Companhia contratou NDF (*Non-Deliverable Forward*) e contratos futuros, não especulativos, com o objetivo de minimizar os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio em suas subsidiárias no exterior conforme composição apresentada na nota explicativa nº 33.4, cujo resultados estão contabilizados nas rubricas "Variação Cambial Ativa" e "Variação Cambial Passiva".

33.5.3.1. Análise de sensibilidade de risco cambial

No intuito de prover informações do comportamento dos riscos de mercado que a Companhia e suas Controladas estavam expostas em 31 de dezembro de 2015, são considerados três cenários, sendo que o cenário provável é o valor justo na data de 31 de dezembro de 2015 e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, denominados de Possível e Remoto, respectivamente.

No caso de moedas, foi utilizada a curva futura do mercado do dia 31 de dezembro de 2015, onde o valor de referência era de R$/US$ 3,9048.

No tocante ao risco cambial, está apresentado a seguir os cenários de sensibilidade:

	Cenário de stress - exposição cambial de balanço		
31/12/2015	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Controladora	(695.495)	33.503	67.005
Controladas	(363.356)	(2.743.788)	(5.487.577)
	(1.058.851)	**(2.710.285)**	**(5.420.572)**

33.6. Risco de Liquidez e Gestão de Capital

O risco de liquidez decorre da gestão de capital de giro da Companhia e Controladas e da amortização dos encargos financeiros e do principal dos instrumentos de dívida. É o risco de que a Companhia e suas Controladas encontrarão dificuldade em cumprir as suas obrigações financeiras vincendas.

A Companhia e suas Controladas administram seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem a um retorno aos acionistas, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação.

A gestão de capital é feita com o objetivo de se definir a melhor estrutura de financiamentos para a Companhia e suas Controladas.

O principal indicador para monitoramento dessa gestão é o indicador de liquidez imediata modificado, representado pela relação entre o caixa e equivalentes de caixa e o indicador de alavancagem e endividamento circulante (curto prazo):

	Consolidado	
	31/12/15	31/12/14
Caixa, equivalente de caixa e aplicação financeira no curto prazo	5.004.210	2.658.797
Empréstimos e financiamentos no curto prazo	1.772.411	1.470.237
Juros sobre debêntures	236.807	190.582
Indicador de Liquidez modificado	2,49	1,60

O Indicador de alavancagem - acompanhamento da relação da dívida líquida (endividamento total menos o caixa e equivalentes de caixa) sobre EBITDA *(LTM)* em níveis considerados administráveis para a continuidade das operações, conforme metodologia de cálculo demonstrada a seguir:

	31/12/15
Dívida bruta consolidada	12.122.107
(-) Disponibilidade consolidada	5.004.210
Dívida líquida consolidada	7.117.897
(-) Efeito de variação cambial *(carve-out* (1)*)*	5.419.046
Dívida líquida consolidada ajustada	1.698.851
EBITDA *(LTM)* do exercício findo em 31 de dezembro de 2015	3.144.177
Indicador de alavancagem	0,54

(1) Disposições contratuais, no caso, variação cambial sobre empréstimos em moeda estrangeira, que permitem a exclusão desses efeitos no cálculo do índice de alavancagem para o propósito específico de avaliação de *covenants*.

Com base na análise desses indicadores, é definida a gestão de capital de giro de forma a manter a alavancagem natural da Companhia e suas Controladas em níveis iguais ou inferiores ao índice de alavancagem que a Administração considera como adequado.

A tabela a seguir apresenta os prazos contratuais (representando fluxos de caixa contratuais não descontados) de passivos financeiros:

						Consolidado
31 de dezembro de 2014	2015	2016	2017	2018	Após	Total
Fornecedores	2.028.303	-	-	-	-	2.028.303
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.470.237	714.354	659.247	2.526.727	5.499.778	10.870.343
Juros sobre debêntures	190.582	-	-	-	-	190.582
Passivos financeiros derivativos	16.911	8.418	271.450	100.437	14.104	411.320
Total	**3.706.033**	**722.772**	**930.697**	**2.627.164**	**5.513.882**	**13.500.548**

31 de dezembro de 2015	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**Após**	**Total**
Fornecedores	1.818.991	-	-	-	-	1.818.991
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.772.411	1.011.436	2.330.304	2.591.132	4.180.017	11.885.300
Juros sobre debêntures	236.807	-	-	-	-	236.807
Passivos financeiros derivativos	79.024	382.984	155.733	25.677	-	643.418
Total	**3.907.233**	**1.394.420**	**2.486.037**	**2.616.809**	**4.180.017**	**14.584.516**

33.7. Risco de Crédito

A Companhia e as suas Controladas estão sujeitas ao risco de crédito. O risco de crédito trata de prejuízos financeiros do grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem em grande parte dos recebíveis.

A Companhia e as suas Controladas limitam suas exposições através de análise de crédito e gestão da carteira de clientes, buscando minimizar a exposição econômica a um dado cliente e/ou mercado que possa vir a representar perdas expressivas.

A Política de Risco de Crédito Global determina as diretrizes para a gestão do risco de crédito financeiro pautada nas seguintes bases:

- Limitação da concentração do risco de crédito líquido de contraparte em 15% do total do ativo circulante;
- Aplicação dos recursos financeiros em instituições financeiras sólidas e de primeira linha, através da avaliação do seu *rating*;
- Equalização das posições passivas com as posições ativas.

As avaliações realizadas são baseadas nos fluxos de informações e de monitoramento do volume de compras no mercado. Os controles internos englobam a atribuição de limites de crédito.

A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia e suas Controladas são os valores a receber de clientes apresentados na nota explicativa nº 6. O valor do risco efetivo de eventuais perdas encontra-se apresentado como provisão para risco de crédito, na referida nota.

A seguir estão os valores de ativo financeiro sujeitos a risco de crédito:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Caixa e equivalentes de caixa	276.982	387.828	1.630.368	1.091.685
Aplicações Financeiras	1.601.157	455.589	3.374.753	1.568.082
Valores a receber - clientes nacionais	141.626	195.800	528.010	941.277
Valores a receber - clientes internacionais	306.212	77.136	475.707	677.483
Outros valores a receber	9.060	9.491	119.833	109.484
Total	**2.335.037**	**1.125.844**	**6.128.671**	**4.388.011**

33.8. Valor Justo de Instrumentos Financeiros

O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Companhia consiste em calcular o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da base de dados da Bloomberg, à exceção dos derivativos de mercado futuro que têm os valores justos calculados com base nos ajustes diários das variações das cotações de mercado das bolsas de mercadorias e futuros que atuam como contraparte.

De acordo com o IFRS 7, a Companhia e suas Controladas classificam a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, conforme os seguintes níveis:

- **Nível 1:** Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos;
- **Nível 3:** Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Companhia e suas Controladas não possuem instrumentos neste nível de mensuração.

Atualmente todos os instrumentos financeiros do grupo Marfrig têm o seu valor justo mensurado confiavelmente, dessa forma classificados em nível 1 e 2, conforme demonstrado a seguir:

			Consolidado
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo circulante			
Aplicações financeiras - mantidas para negociação	-	3.374.753	-
Títulos a receber - derivativos	14.515	382.984	-
Passivos não circulantes			
Títulos a pagar - derivativos	(77.135)	(566.283)	-
Total	**(62.620)**	**3.191.454**	**-**

A Administração entende que os resultados obtidos com estas operações de derivativos atendem à estratégia de gerenciamento de risco adotada pela Companhia e suas Controladas.

34. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o lucro foram apurados conforme legislação em vigor, Lei nº 12973/2014 que põe fim ao Regime Tributário de Transição - RTT, previsto na Lei nº 11.941/09 e passa a adotar uma contabilidade societária (para atender as NBC TGs) e também uma contabilidade fiscal (para atender a legislação do IR/CSLL).

Os cálculos do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro, bem como suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por exercícios e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

Demonstramos o cálculo e a conciliação do montante de Imposto de Renda e da Contribuição Social apresentados no resultado do exercício:

	Continuado		Continuado	
	Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado
Tributo	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Lucro (prejuízo) antes dos efeitos tributários	(1.873.202)	(1.243.957)	(1.808.474)	(1.120.489)
Adições				
Adições do IRPJ	2.271.747	712.108	2.681.565	651.896
Adições do CSLL	2.271.747	712.108	2.671.332	684.746
(-) Exclusões				
(-) Exclusões do IRPJ	(2.840.186)	(1.113.599)	(3.020.429)	(1.119.301)
(-) Exclusões do CSLL	(2.840.186)	(1.113.599)	(3.020.429)	(1.132.880)
Base de cálculo				
Base de cálculo do imposto de renda	(2.441.641)	(1.645.448)	(2.147.338)	(1.587.894)
Base de cálculo da contribuição social	(2.441.641)	(1.645.448)	(2.157.571)	(1.568.623)
Empresas com prejuízo fiscal	-	-	(1.276)	(49.181)
Empresas com base negativa	-	-	-	(1.730)
Base de cálculo ajustada IRPJ	(2.441.641)	(1.645.448)	(2.148.614)	(1.637.075)
Base de cálculo ajustada CSLL	(2.441.641)	(1.645.448)	(2.157.571)	(1.570.353)
(-) Compensação de prejuízo fiscal	-	(6.435)	-	(6.918)
(-) Compensação de base negativa de CSLL	-	(6.435)	-	(7.003)
Base de cálculo após compensação				
Base de cálculo após compensação IRPJ	(2.441.641)	(1.651.883)	(2.148.614)	(1.643.993)
Base de cálculo após compensação CSLL	(2.441.641)	(1.651.883)	(2.157.571)	(1.577.356)
Imposto de renda (15%)	-	-	(129.505)	(30.744)
Adicional (10%)	-	-	-	15.989
(-) PAT	-	-	-	(951)
Imposto de renda total	-	-	(129.505)	(15.706)
Contribuição social (9%)	-	-	1.418	12.959
	-	**-**	**(128.087)**	**(2.747)**
Diferença de alíquota sobre os resultados do exterior	-	-	204.501	120.285
Total de tributos	**-**	**-**	**76.414**	**117.538**
Efeito na Demonstração de Resultados - Tributos Correntes (2)	-	-	76.414	117.538

...continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
Tributo	**Grupo**	**31/12/15**	**31/12/14**	**31/12/15**	**31/12/14**
(-) Imposto de renda - Corrente	Passivo circulante (2)	-	-	(74.996)	(104.796)
Imposto recolhido no exterior	Passivo circulante	-	-	-	(7.760)
Imposto de renda diferido - Ativos (1)	Ativo não circulante	161.260	296.456	252.506	312.829
Imposto de renda diferido - Passivo (1)	Passivo não circulante	4.438	4.626	(43.123)	3.479
Líquido (3)	**Resultado**	**165.698**	**301.082**	**134.387**	**203.752**
(-) Contribuição social - corrente	Passivo circulante (2)	-	-	(1.418)	(12.742)
Contribuição social diferida - Ativa (1)	Ativo não circulante	58.054	106.725	73.164	112.093
Contribuição social diferida - Passiva (1)	Passivo não circulante	1.597	1.665	1.783	2.097
Líquido (3)	**Resultado**	**59.651**	**108.390**	**73.529**	**101.448**

(1) Referem-se ao Imposto de Renda diferido e a contribuição social diferida, apurados sobre: os tributos com exigibilidade suspensa (estimativas) que foram adicionados na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social; aproveitamento fiscal de ágio pago sobre rentabilidade futura; e prejuízo fiscal/base negativa de CSLL, os quais estão demonstrados nas notas explicativas nº 12 e 24.

(2) Corresponde ao Imposto de Renda e a Contribuição Social apurados sobre os resultados correntes gerados no exercício e efetivamente pagos/compensados durante o ano e/ou a serem pagos/compensados em anos subsequentes.

(3) A diferença entre os valores dos impostos demonstrados nesta nota e os valores encontrados na Demonstração de Resultado, que é parte integrante destas informações contábeis, refere-se ao imposto apurado na venda da Moy Park, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13.3.

35. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Sustentabilidade é um dos pilares da estratégia corporativa da Marfrig Global Foods e permeia todas as suas atividades e divisões. A Companhia tem o compromisso de manter o equilíbrio econômico, social e ambiental em seus negócios, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade e a preservação do planeta.

A Marfrig é uma referência em sustentabilidade em seus segmentos de atuação. Respeitando aspectos culturais e práticas de negócios locais, segue uma estratégia de aperfeiçoamento contínuo, pioneirismo e inovação tecnológica, aliado à transparência de suas ações e práticas de governança corporativa.

A Companhia também trabalha para fomentar a atividade agropecuária de forma sustentável. Por meio de programas como o Marfrig Club, a Companhia enaltece e bonifica produtores conscientes, orientando-os a alcançar as mais modernas certificações de propriedade voltadas à produção de alimentos e ainda premia animais de fazendas com boas práticas agropecuárias e de gestão. Por meio de uma relação profissional com o fornecedor, a Marfrig é capaz de monitorar a origem dos animais, assegurando, por exemplo, a não existência de qualquer inconformidade socioambiental, bem como, estimular a evolução das fazendas brasileiras e reconhecer aquelas com as melhores práticas de produção, de gerenciamento do capital humano e dos recursos da natureza.

Um dos resultados desse esforço foi que, em junho de 2012, a Marfrig Global Foods se tornou a primeira indústria de alimentos do setor de proteína animal a rastrear o ciclo completo de produção de carne bovina com a chancela do Imaflora (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola), o que lhe conferiu o direito de utilizar o selo *Rainforest Alliance Certified* (RAC). Esse certificado permite que quatro unidades da Marfrig Beef (Tangará da Serra - MT; Pampeano - Hulha Negra e Bagé/RS e Promissão - SP) produzam e comercializem internacionalmente produtos com o "selo verde da pecuária".

Em 2015, a Marfrig lançou, em parceria com cliente europeu, o primeiro hambúrguer certificado Rainforest Alliance, que irá atender redes de varejo na Europa com carne produzida de acordo com os mais altos padrões de sustentabilidade.

A Companhia também firmou, em 2013, parceira com a *The Nature Conservancy* (TNC), uma das maiores organizações ambientais do mundo, e o Walmart, líder global em varejo, para fomentar a pecuária sustentável no sudeste do Pará, contribuindo para a conservação do bioma Amazônia e incentivando a adoção de boas práticas socioambientais. Em 2015, avançamos na disseminação de boas práticas no Sul do Pará, assim como a assistência técnica aos produtores, tanto em questões ambientais como de bem estar animal. Além das ações em campo, trabalhamos na elaboração de plano comercial para lançamento da carne oriunda do projeto no mercado, que trará maior visibilidade e engajamento por parte do consumidor final.

Pela 2ª vez consecutiva, a Companhia publicou relatório que checou as compras de bovinos realizadas no ano de 2014, produzido a partir de auditoria da DNV-GL (consultoria contratada com o objetivo de avaliar de modo independente as informações e processos da empresa) que atestou a manutenção das boas práticas de sustentabilidade da empresa na compra de gado utilizado em suas unidades localizadas no bioma Amazônia, de acordo com os critérios estabelecidos no compromisso público firmado com o *Greenpeace* em 2009 e nos "Termos de Referência 2015". A Marfrig vem trabalhando junto aos fornecedores no desenvolvimento de boas práticas de gestão, assegurando maior produtividade e conservação ambiental, evitando o desmatamento e assim possibilitando acesso aos mercados mais exigentes

A auditoria foi realizada no período de 05 de março a 08 de abril de 2015, e atestou que, em 2014, não foi identificada nenhuma operação de compra de gado da Marfrig que contrariasse os pontos do compromisso público assumido pela empresa com a organização não governamental *Greenpeace* para a produção responsável no Bioma Amazônia em sua cadeia de fornecimento.

O bem-estar animal é uma preocupação da Marfrig. Há quase uma década intensificamos os trabalhos nesse assunto, por entender que os animais devem ser tratados de forma digna durante todo o ciclo de sua vida. É de nosso interesse implementar e manter os procedimentos, a fim de garantir a qualidade e segurança de nossos produtos e a satisfação de nossos clientes, melhoria contínua em todas as etapas de manejo, buscando na medida do possível, adaptações que prezam também atender as cinco liberdades inerentes aos animais, conforme definido pela FAWC (*Farm Animal Welfare Council* - Inglaterra). Pensando na evolução dos trabalhos realizados internamente pela nossa equipe nas plantas e avaliando a necessidade em levar os resultados ao conhecimento de todas as instâncias, criamos o Comitê de Bem-estar Animal. Neste ano de 2015, a Marfrig subiu uma posição no *ranking* "*The Business Benchmark on Farm Animal Welfare*" (BBFAW), que aponta as empresas com as melhores práticas de bem-estar animal do mundo, e foi classificada como *Tier* 2 ao lado de empresas como Unilever e McDonald's. No ano passado, a Marfrig já figurava como uma das empresas brasileiras mais bem colocadas no *ranking* com o Tier 3.

De acordo com o BBFAW 2015, alguns dos destaques da Marfrig foram: o compromisso com o bem-estar animal em todos os países onde a companhia atua e o Marfrig Club, programa de fomento juntos aos pecuaristas que está presente em todos os estados em que a empresa possui operação, com mais de 3.500 propriedades associadas.

Para criar oportunidades de desenvolvimento educacional e recreação para crianças, adolescentes, idosos de comunidades em situação de vulnerabilidade socioeconômica nos municípios onde estão localizadas as plantas da Companhia, foi criado o Instituto Marfrig Fazer e Ser Feliz. Atualmente, o programa do Instituto oferece atividades de extensão curricular voltadas para educação, esporte, cultura, saúde e alimentação e beneficia mais de 200 crianças em suas unidades nos municípios de Promissão (SP), Bataguassu (MS), Tangará da Serra (MT), Paranatinga (MT), Chupinguaia (RO), São Gabriel (RS), Hulha Negra (RS) e Bagé (RS).

Mais informações sobre a estratégia de sustentabilidade da Marfrig Global Foods e seus resultados estão disponíveis em www.marfrig.com.br/sustentabilidade.

36. RESULTADO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

De acordo com o fato relevante publicado ao mercado em 21 de junho de 2015, a Companhia celebrou no dia 19 de junho de 2015 um Contrato de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças, por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para a alienação pela Companhia de determinadas participações societárias em sociedades do seu grupo que detém a unidade de negócios Moy Park à JBS S.A. Em 28 de setembro foi implementado o fechamento dessa operação, conforme fato relevante publicado nessa mesma data.

Em 30 de setembro de 2015 o Comitê de Gestão deliberou sobre a disponibilização dos ativos das unidades de negócios Marfrig Argentina S.A. e da sociedade Marfood USA, Inc. para alienação, ambas pertencentes ao segmento de negócios Marfrig Beef, e autorizou a Administração da Companhia a realizar todos os esforços para o cumprimento destas deliberações.

No dia 29 de dezembro de 2015 a Companhia deliberou sobre disponibilização para venda da empresas MFG Agropecuária Ltda., pertencente ao segmento de negócio Marfrig Beef ao Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos.

O segmento Moy Park e as empresas do segmento Marfrig Beef não eram anteriormente classificado como uma operação descontinuada ou como mantido para venda e em atendimento a NBC TG 31 (R3), o resultado das operações descontinuadas e o fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, são resumidos a seguir:

Resultado das operações descontinuadas

	Consolidado	
	31/12/2015 (*)	**31/12/2014 (**)**
Receita líquida	6.268.372	5.864.563
Custo dos produtos vendidos	(5.730.866)	(5.180.709)
Lucro bruto	537.506	683.854
Receitas (despesas) operacionais e financeiras	518.929	(605.676)
Resultado operacional	1.056.435	78.178
Imposto de renda e contribuição social	(469.000)	16.818
Resultado das operação descontinuadas	**587.435**	**94.996**
Participação dos acionistas não-controladores	(176)	17
Resultado líquido das operações descontinuadas	**587.259**	**95.013**

Fluxo de caixa das operações descontinuadas

	Consolidado	
	31/12/2015 (*)	**31/12/2014 (**)**
Resultado do período	587.259	95.013
Itens que não afetam o caixa	(230.313)	296.101
Provenientes das mutações patrimoniais	(374.135)	(665.746)
Utilizado nas atividades de investimento	4.542.093	(345.240)
Utilizado nas atividades de financiamento	389.655	683.167
Variação cambial s/caixa e equivalente de caixa	115.567	6.348
Baixa de caixa das operações descontinuadas	(744.752)	-
Operações descontinuadas líquido de caixa	**4.285.374**	**69.643**

(*) Contempla as operações do segmento Moy Park e Marfrig Beef;

(**) Contempla as operações do segmento Marfrig Beef, Moy Park e das empresas da França que antes da data de 31/03/2014 eram consideradas no segmento Keystone.

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 22 de janeiro de 2016 a Companhia comunicou aos seus Debenturistas e ao mercado em geral o pagamento de juros referentes à 5ª emissão de Debêntures Mandatoriamente Conversíveis em ações (ISIN: BRMRFGDBO019). Em 26 de janeiro de 2016 o pagamento dos juros foi efetuado no montante total de R$ 312.194 mil, resultando no valor de R$ 1.452 para cada uma das 214.955 debêntures emitidas.

No dia 29 de janeiro de 2016 a Companhia concluiu, conforme comunicado emitido ao mercado em 10 de fevereiro de 2016, a transação com partes relacionadas em que a totalidade de sua participação acionária na empresa MFG Agropecuária Ltda. foi vendida ao sócio controlador, Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos. A negociação entre as partes reflete condições comerciais de compra e venda de participações societárias estritamente compatíveis e adequadas ao que usualmente é praticado pelo mercado. A transação foi objeto de deliberação e aprovação prévia do Comitê de Auditoria, do Comitê de Gestão e do Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos da Marfrig, bem como realizada e suportada por Laudo de Avaliação técnico produzido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. O desinvestimento realizado na MFG está alinhado com o plano estratégico "Focar para Ganhar", visando uma operação mais simples e focada nos seus ativos principais.

Conselho de Administração

MARCOS ANTONIO MOLINA DOS SANTOS - Presidente do Conselho
MARCIA A. P. MARÇAL DOS SANTOS - Conselheira
RODRIGO MARÇAL FILHO - Conselheiro
ALAIN EMILIE HENRY MARTINET - Conselheiro
DAVID G. MCDONALD - Conselheiro Independente
ANTONIO DOS SANTOS MACIEL NETO - Conselheiro Independente
HERCULANO ANÍBAL ALVES - Conselheiro Independente
CARLOS GERALDO LANGONI - Conselheiro Independente
MARCELO MAIA DE AZEVEDO CORREA - Conselheiro Independente

Conselho Fiscal

AXEL ERHARD BROD - Conselheiro Efetivo
EDUARDO AUGUSTO ROCHA POCETTI - Conselheiro Efetivo
ROBERTO LAMB - Conselheiro Efetivo
CHRISTIANO ERNESTO BURMEISTER - Conselheiro Suplente
PETER VAZ DA FONSECA - Conselheiro Suplente
CARLOS ROBERTO DE ALBUQUERQUE SÁ - Conselheiro Suplente

Diretoria

MARTIN SECCO ARIAS - Diretor Presidente
MARCELO DI LORENZO - Diretor de Planejamento Estratégico e Relações com Investidores
RICARDO FLORENCE DOS SANTOS - Diretor Administrativo Financeiro
HERALDO GERES - Diretor Jurídico
TANG DAVID - Diretor sem Designação Específica
RODRIGO MARÇAL FILHO - Diretor sem Designação Específica

Rogerio de Moraes Freitas
Contador – CRC nº 1SP226572/O-0

Ata do Comitê de Auditoria

Local, Hora e Data: Em 26 de fevereiro de 2016, às 8h, na sede social da Marfrig Global Foods S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco A, 5º Andar, Sala 01, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Convocação e Presenças:** Dispensada a convocação por estar presente a totalidade dos membros do Comitê de Auditoria, sendo, Srs. Marcelo Maia de Azevedo Correa, Antonio dos Santos Maciel Neto, Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos e Marcos Antonio Molina dos Santos. **Composição da Mesa: Presidente:** Marcelo Maia de Azevedo Correa; **Secretário:** Marcos Antonio Molina dos Santos. **Ordem do Dia:** Apreciação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. **Deliberações tomadas por unanimidade:** Os membros do Comitê de Auditoria examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das notas explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 e, considerando o parecer da BDO RCS Auditores Independentes, **OPINAM** que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária. **Encerramento e Lavratura:** Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, conferida, e por todos assinada.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2016.

Mesa:

Marcelo Maia de Azevedo Correa - Presidente
Marcos Antonio Molina dos Santos - Secretário

Membros do Comitê de Auditoria:

Marcelo Maia de Azevedo Correa | **Antonio dos Santos Maciel Neto** | **Marcos Antonio Molina dos Santos** | **Marcia A. Pascoal Marçal dos Santos**

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal examinou as Demonstrações Financeiras e correspondentes Notas Explicativas, o Relatório Anual da Administração e o Relatório dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. O Conselho Fiscal ao longo do exercício: acompanhou os trabalhos de reporte da Companhia mediante entrevistas e solicitações de esclarecimentos sobre o entendimento das questões contábeis e patrimoniais relevantes da Companhia, em sessões com representantes da Administração da Companhia e com os auditores independentes; acompanhou e discutiu com a Administração da Companhia as questões relevantes de gestão e desempenho dos negócios; indagou a Administração sobre o acompanhamento dos riscos; apreciou as divulgações aos acionistas, inclusive os informes trimestrais; indagou a Administração e a auditoria independente quanto à efetividade dos controles internos implantados e gerenciados pela Administração; discutiu com as áreas técnicas da Companhia e da auditoria independente as premissas e os cálculos relativos às avaliações de recuperabilidade de ativos (*impairment*) e de realização de créditos fiscais diferidos, este último com suporte de parecer independente. **Conclusão:** Com base nesses trabalhos e evidências e à vista do Relatório emitido pela BDO RCS Auditores Independentes, os conselheiros fiscais opinam que as Demonstrações Financeiras e correspondentes Notas Explicativas e o Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, aprovados pelo Conselho de Administração, estão em condições de serem apreciados pelos acionistas da Companhia, quando da Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2016.

Axel Erhard Brod - Membro Efetivo
Eduardo Augusto Rocha Pocetti - Membro Efetivo
Roberto Lamb - Presidente

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Marfrig Global Foods S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Marfrig Global Foods S.A.** ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da **Marfrig Global Foods S.A.** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas *IFRS*, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2016.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Esmir de Oliveira
Contador CRC 1SP 109628/O-0

A Administração da Marfrig Global Foods ("Marfrig") apresenta o Relatório de Administração e as Demonstrações, com o parecer do Conselho Fiscal e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

O resultado consolidado da Marfrig reflete a descontinuação por venda da Moy Park bem como a decisão da Companhia em vender os ativos de *beef jerky* da Marfood nos EUA, os ativos da Argentina, e a empresa MFG Agropecuária, responsável pelas operações de confinamento no Brasil, sendo em decorrência desses eventos reapresentadas as demonstrações financeiras de 2014 para comparação. Os resultados de 2014 e 2015 dessas operações estão apresentados na rubrica "Resultado Líquido das Operações Descontinuadas". Os ativos e passivos da Argentina, da MFG Agropecuária e da Marfood estão apresentados nas rubricas "Ativos Mantidos para Venda" e "Passivos Relacionados a Ativos Mantidos para Venda".

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de desejar a todos um excelente 2016 e de parabenizar nossa equipe pelo comprometimento e dedicação em superar as metas em um cenário macroeconômico ainda volátil e desafiador. Agradeço nossos Clientes, Fornecedores e Acionistas pela parceria e apoio na concretização de nossos projetos.

Em 2015, a Marfrig Global Foods deu mais um passo importante na execução do seu plano estratégico Focar para Ganhar. A venda de ativos e a busca por uma melhor eficiência operacional permitiram à Companhia criar uma base mais robusta para o seu crescimento futuro. Destacam-se ainda o avanço no canal de *food service* e de exportações, bem como a contínua expansão na Ásia.

Nosso foco estratégico para 2016 continua na busca por uma empresa mais eficiente. Com a fase de restruturação e alienação de ativos finalizada, continuaremos avançando no reforço da estrutura de capital, focados na redução de nosso endividamento através de uma geração de caixa livre mais robusta.

Marcos Antonio Molina dos Santos
Presidente do Conselho de Administração

O ano foi marcado pela reestruturação operacional e a alienação de ativos, nos tornando uma empresa mais simples e focada, mas ainda altamente globalizada e diversificada.

O comprometimento da equipe com a agregação de valor para toda a cadeia e readequação da estrutura operacional estão refletidas na entrega dos resultados. Pelo terceiro ano consecutivo a Marfrig entregou as metas estabelecidas.

Gostaria assim de agradecer aos nossos Clientes, pela confiança novamente depositada, e aos nossos Colaboradores, Parceiros e Fornecedores, pela dedicação e competência para o alcance de nossas conquistas. Agradeço ainda aos nossos Acionistas pelo apoio na execução do nosso plano estratégico, fundamental para o seu fortalecimento.

Seguimos comprometidos com a estratégia traçada, e manteremos o foco na criação de uma empresa sólida e rentável.

Martin Secco
Diretor Presidente

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A estratégia da Marfrig permaneceu pautada no seu plano estratégico "Focar para Ganhar", que obteve grandes avanços em 2015.

Foco nos objetivos foi essencial em um cenário global que permaneceu desafiador, com o menor crescimento dos países em desenvolvimento fazendo com que o Fundo Monetário Internacional (FMI) revisasse para baixo a expectativa do PIB global de 2015, em 3,1%, apesar da contínua recuperação da economia norte-americana e de outros mercados maduros.

Na China, outro mercado importante para a empresa, a mudança na política de crescimento estabelecida pelo governo de migrar de uma economia focada em investimento e manufatura com maior ênfase em consumo e serviços fez com que o PIB apresentasse crescimento de 6,9% no ano. Em relação ao Brasil, a expectativa é de uma retração do PIB de 2015 em 3,7% a.a., refletindo o agravamento da crise econômica do país.

Em função da decisão estratégica de aprofundar o foco da Companhia em *food service* a nível global, em junho de 2015 foi anunciada a venda de Moy Park por US$ 1,5 bilhão. O valor recebido pela Marfrig foi de US$ 1,2 bilhão e a dívida líquida de GBP 193 milhões da Moy Park foi assumida pela JBS.

Atualmente, a Marfrig possui uma operação mais simples e focada, com duas unidades de negócio, a Keystone e a Marfrig Beef, cada uma representando cerca de 50% do faturamento global.

Em linha com o compromisso de adequar sua estrutura de capital, após o recebimento dos recursos dos desinvestimentos a Marfrig deu continuidade ao seu processo de gerenciamento do endividamento e recomprou ao longo do 4T15 US$ 470 milhões de suas notas sênior com vencimentos entre 2017 e 2021.

No que tange à estratégia de melhorar a eficiência operacional, a Companhia decidiu reduzir temporariamente sua capacidade fabril, em cerca de 30%, buscando se adequar à disponibilidade de bovinos para abate no mercado brasileiro. Com isso, a Marfrig manteve 10 plantas em operação e encerrou o ano com uma taxa de utilização efetiva das mesmas de 90,1%.

Em relação aos seus principais indicadores financeiros, a receita bruta da Marfrig foi de R$ 19 bilhões, um crescimento de 22,4% na comparação com 2014, explicado pela depreciação do real seguido pelo maior volume de vendas da Keystone.

O EBITDA Ajustado consolidado da Companhia atingiu R$ 1,8 bilhão, uma alta de 32,3% em relação a 2014. A margem EBITDA foi de 9,5%, com uma expansão de 60 *bps*. Contribuíram para esse resultado a melhor performance operacional da Marfrig Beef Brasil e da Keystone, parcialmente compensado pela retração de margens da operação do Uruguai no 2º semestre de 2015.

O compromisso da Marfrig com o desenvolvimento sustentável trouxe importantes conquistas e reconhecimentos externos em 2015. A Companhia foi apontada pela "*The Business Benchmark on Farm Animal Welfare*" (BBFAW) como uma das melhores empresas em práticas de bem-estar animal do mundo. A Marfrig subiu uma posição no *ranking* e foi classificada como ***Tier 2***, sendo a multinacional brasileira mais bem posicionada.

A Marfrig integrou, mais uma vez, o seleto grupo de empresas listadas no *ranking* 200 Maiores - Grandes Grupos, do anuário do veículo de comunicação Valor Econômico, publicado em dezembro de 2015. A Companhia ficou como a 34ª maior companhia do *ranking*, segundo sua receita bruta, subindo três posições em relação a 2014.

Destaca-se ainda a conquista, pela Companhia, do prêmio "*Best Corporate Awards 2015*" na categoria Melhor Estratégia de Mercado de Capitais do Brasil - "*Best Capital Markets Strategy - Brazil*", organizado pela revista Latin Finance.

2. A MARFRIG GLOBAL FOODS

A Marfrig Global Foods é uma multinacional brasileira altamente internacionalizada, com presença em 11 países, sendo uma das mais diversificadas e maiores empresas do mercado global de proteína. O modelo de negócio é composto por 45 unidades de produção, centros de distribuição e escritórios, localizados na América do Sul, América do Norte, Europa, Oceania e Ásia. As atividades da Companhia dividem-se em produção, processamento, industrialização, venda e distribuição de alimentos à base de proteína animal, além de outros produtos alimentícios variados, tais como vegetais congelados e sobremesas.

Com cerca de 31 mil colaboradores, a Companhia atua nos segmentos de *food service,* varejo e da indústria de alimentos, oferecendo soluções inovadoras, seguras e saudáveis. Com um portfólio diversificado e abrangente, seus produtos estão presentes nas maiores redes de restaurantes e supermercados, além das casas dos consumidores em aproximadamente 100 países. A Marfrig é ainda a maior produtora de ovinos na América do Sul, a maior Companhia privada no Uruguai e a 3ª maior produtora de carne bovina do mundo. Seu modelo de negócio é composto por duas divisões, de abrangência global:

- **Keystone Foods**: é uma das maiores fornecedoras globais de produtos de proteína com alto valor agregado para os canais de *fast food* (*quick-service-restaurants* ou QSRs), varejistas e indústria de alimentos. Com sede nos EUA, a plataforma operacional e presença da Keystone está localizada em 7 estados norte-americanos e 6 países na Ásia e Oceania. Focada em inovação e comprometida com altos padrões de segurança e qualidade alimentar, combina seu amplo conhecimento na indústria de alimentos e o foco no cliente para oferecer um *mix* completo de produtos congelados e resfriados.
- **Marfrig Beef**: foi a empresa pioneira na comercialização e promoção da carne bovina e ovina no mercado brasileiro. Com grande expertise no segmento de *food service* no Brasil, também tem forte presença no mercado externo, onde é igualmente reconhecida pela qualidade dos seus produtos *premium*. As operações internacionais na América do Sul concentram-se na exportação de cortes nobres de carne bovina e ovinos, e no aproveitamento da posição estratégica no Uruguai e Chile, garantindo à Marfrig acesso aos principais mercados consumidores do mundo.

3. DESEMPENHO

De acordo com os dados de USDA, estima-se que o consumo por proteína (carne, aves e suíno) em 2015 foi de 253,7 milhões de toneladas. Os mercados emergentes (América Latina, Ásia e África) responderam por 60% desse valor, sendo que a China representou 50% desses mercados. A alteração na política monetária chinesa, com maior incentivo ao crescimento interno e expansão da classe média, tem influenciado positivamente o consumo por proteína.

CONTEXTO SETORIAL - BOVINOS

Brasil: Após um primeiro trimestre impactado pela saída de Rússia e Venezuela do mercado global de carnes, dois dos grandes importadores do setor, observou-se uma recuperação nas margens da indústria a partir do 2º trimestre. Destacam-se o fechamento da capacidade local, que permitiu à indústria melhor se ajustar à disponibilidade de gado para abate, e a abertura da China para a exportação de carne brasileira in natura, que parcialmente compensaram a desaceleração da demanda brasileira, afetada pelo agravamento da crise econômica.

Uruguai: Diferentemente do Brasil, o Uruguai apresentou um forte desempenho no início de 2015, sendo que o volume exportado do 1T15 foi 21,7% superior ao mesmo período de 2014. Esse cenário, todavia, se reverteu durante o 2º semestre do ano, em função de um período de estiagem mais prolongado e de uma retração das margens de exportação, as quais voltaram a apresentar recuperação no final do último trimestre de 2015.

CONTEXTO SETORIAL - AVES E O SEGMENTO DE *FOOD SERVICE*

Após três anos de forte crescimento e expansão de margens, observou-se uma retração na rentabilidade do setor ao longo de 2015 face à maior disponibilidade de oferta. Esse cenário foi ainda acentuado pelo surto de gripe aviária que atingiu os EUA no primeiro semestre do ano, e que impactou as exportações norte-americanas.

Por outro lado, observou-se uma queda no custo de insumos. De acordo com os dados da USDA, o preço médio do milho e soja apresentaram redução de 4% e 24%, respectivamente, em relação a 2014.

Em relação ao segmento de *food service*, a Associação Nacional de Restaurantes dos EUA (NRA) estima uma alta de 3,8% em vendas na comparação com 2014, totalizando US$ 709,2 bilhões em 2015.

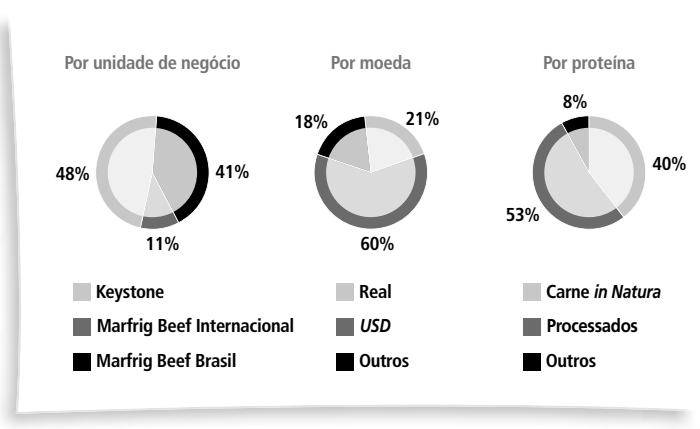
Na região da APMEA, observou-se a continua expansão das redes globais de *food service*. O McDonald's, por exemplo, expandiu 81 lojas na China, 38 na Coréia e 24 nas Filipinas.

3.1. RESULTADO CONSOLIDADO

▪ RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida consolidada da Marfrig Global atingiu R$ 19 bilhões em 2015, um crescimento de 24,2% em relação a 2014. Os principais fatores que levaram a esse desempenho foram (i) a desvalorização do Real frente ao Dólar de 41,6%; (ii) a expansão de 7,6% da receita da Keystone em dólares, principalmente, devido ao aumento de volume de produtos processados; (iii) parcialmente compensados pela redução do volume de vendas da divisão Marfrig Beef Brasil. Em dólares, a receita foi de, aproximadamente, US$ 6 bilhões.

Destaca-se que, mesmo após a decisão de alienação de ativos, a Marfrig permanece altamente globalizada e se mantém como uma das maiores e mais diversificadas empresas do setor de proteína. O crescimento das operações internacionais, Keystone e Marfrig Beef Internacional, fez que elas encerrassem 2015 representando 59,0% da receita total. Considerando as exportações da operação brasileira, o mercado internacional respondeu por 78,7% das vendas totais da Companhia. As vendas para o mercado doméstico brasileiro responderam por apenas 21,3% do total.



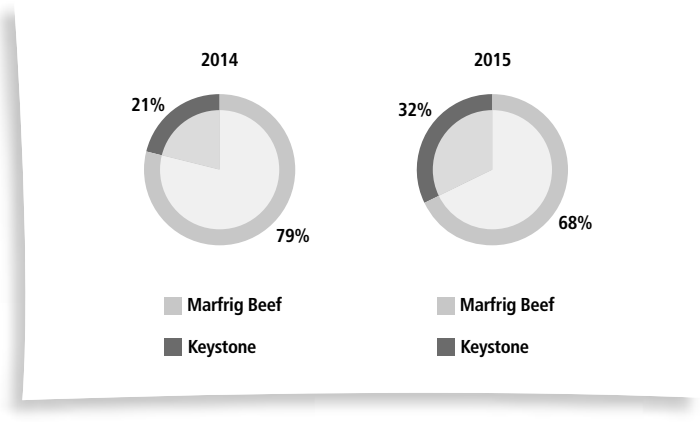
▪ CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS (CPV)

Em 2015, o custo dos produtos vendidos totalizou R$ 17 bilhões, 25,4% superior ao ano anterior, explicado (i) pelo maior volume de vendas de Keystone; (ii) pela depreciação média do real frente ao dólar; (iii) pelo aumento do preço médio do boi gordo no Brasil, que teve alta de 15% de acordo com o índice ESALQ; (iv) parcialmente compensados pela redução de gastos fixos, em função do fechamento da capacidade de abate no Brasil; e (v) pelo menor custo de grãos das operações no exterior.

CPV (R$ milhões)	2015	Participação (%)	2014	Participação (%)	Variação (%)
Matéria-prima	12.078,1	72,8%	9.755,5	73,8%	23,8%
Mão de Obra	1.835,7	11,1%	1.419,7	10,7%	29,3%
Custo de Produção	2.165,5	13,1%	1.683,6	12,7%	28,6%
Outros Custos	510,4	3,1%	368,6	2,8%	38,4%
Total	**16.589,7**	**100,0%**	**13.227,4**	**100,0%**	**25,4%**
Marfrig Beef	*8.335,5*	*50%*	*7.748,1*	*58,6%*	*7,6%*
Keystone Foods	*8.254,2*	*50%*	*5.479,4*	*41,4%*	*50,6%*

▪ LUCRO BRUTO E MARGEM BRUTA

O lucro bruto atingiu R$ 2,3 bilhões no ano, uma alta de 16,2% em relação a 2014. Desse montante, 42% é atribuído às operações internacionais, Keystone e Marfrig Beef Internacional. Destaca-se o aumento de 110 *bps* da participação de Keystone, que respondeu por R$ 732,0 milhões ou 32% do lucro bruto consolidado.



A margem bruta, por sua vez, foi de 12,2%, uma redução de 80 *bps* na comparação com 2014, em função da queda das margens das exportações do Brasil no 1T15 frente à redução pontual das compras da Rússia no mercado global de carne bovina; e da retração de margens da operação do Uruguai no 2º semestre de 2015.

▪ DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS (DVGA)

As despesas com vendas, gerais e administrativas (DVGA) totalizaram R$ 944 milhões no ano, uma redução de 1,3% em relação ao valor registrado em 2014.

As despesas com vendas apresentaram uma queda de R$ 72 milhões, explicada pela redução dos gastos de marketing, que em 2014 foram afetados pelo patrocínio da Copa do Mundo.

As despesas gerais e administrativas, por sua vez, apresentaram uma alta de 17,2% em relação a 2014 em decorrência, principalmente, do efeito do câmbio na tradução dos valores das unidades internacionais para o Real, que é a moeda funcional da Companhia.

Na unidade Marfrig Beef, as despesas gerais e administrativas apresentaram uma queda de 10,8% no ano levando a uma redução absoluta de R$ 23 milhões. A depreciação do real frente ao dólar foi compensada pelos esforços na redução e corte de gastos fixos, resultado dos esforços do programa "Focar para Ganhar".

DVG&A (R$ milhões)	2015	2014	Variação (%)
Despesas com Vendas	**541,1**	**613,1**	**(11,7%)**
% sobre a Receita Líquida	*2,9%*	*4,0%*	
Despesas Gerais & Administrativas	**402,9**	**343,7**	**17,2%**
% sobre a receita líquida	*2,1%*	*2,3%*	
Total DVG&A	**944,0**	**956,8**	**(1,3%)**
% sobre a Receita Líquida	*5,0%*	*6,3%*	
Marfrig Beef (%ROL)	*7,2%*	*8,7%*	
Keystone Foods (%ROL)	*2,6%*	*2,5%*	

▪ EBITDA AJUSTADO E MARGEM EBITDA AJUSTADO

Em 2015, o EBITDA ajustado consolidado atingiu R$ 1,8 bilhão, um crescimento de 32,3% na comparação com o ano anterior. A margem EBITDA ajustada foi de 9,5%, uma expansão de 60 bps acima da margem de 8,9% de 2014. Os principais fatores que levaram a esse desempenho foram (i) a recuperação dos *spreads* de bovinos na operação do Brasil, aliada à redução das despesas de vendas, gerais e administrativas; (ii) o crescimento de 17,2% do EBITDA da Keystone em dólares; (iii) a desvalorização do real frente ao dólar; (iv) parcialmente compensados pelo menor volume de vendas da operação do Brasil e pela deterioração das margens da operação do Uruguai no 2º semestre de 2015.

As operações internacionais responderam por 47% do EBITDA ajustado do ano, um aumento de 200 *bps* contra os 45% em 2014. A Keystone, especialmente, passou a representar 41% do EBITDA ajustado, o que levou ao incremento de 900 *bps* em sua participação.

3.1.1. KEYSTONE

A Keystone registrou uma receita líquida de US$ 2,7 bilhões em 2015, um aumento de 7,6% em relação à 2014. Esse desempenho é explicado (i) pelo sucesso na estratégia com *Key Accounts*, gerando crescimento de 22% nas vendas a nível global e (ii) pelo crescimento do volume de vendas nas operações da APMEA. Em Reais, a receita da unidade foi de R$ 9,0 bilhões, passando a representar 48% da receita líquida consolidada da Companhia.

Nos Estados Unidos, a receita líquida atingiu US$ 1,9 bilhão, uma alta de 3,0% em relação à 2014. O principal fator de crescimento foi a expansão do volume de vendas com *Key Accounts*.

Na região da APMEA, a receita líquida foi de US$ 792 milhões, 20,6% superior aos US$ 657 milhões do ano anterior, destacando-se o incremento de 23,1% do volume de vendas, impulsionado pela expansão dos canais de *QSRs* principalmente na China e Tailândia.

O lucro bruto apresentou crescimento de 23,8% em relação a 2014, alcançando o montante de US$ 216 milhões. A margem foi de 8,0%, 100 *bps* acima da margem de 7,0% de 2014, em função (i) crescimento de dois dígitos no volume com *Key Accounts* (23%); (ii) menor custo da carne de frango (13%/ton) nos Estados Unidos; (iii) do menor preço dos grãos nos Estados Unidos reduzindo o custo da ração animal (11%/ton); e (iv) eficiências operacionais na região da APMEA e dos Estados Unidos.

No ano, as Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas (DVGA) totalizaram US$ 70 milhões, uma alta de 10,6% em função de recuperações de despesas em 2014 e atualização de provisões alinhada ao crescimento dos resultados. Destaca-se, todavia, que a DVGA em função da receita líquida foi de 2,6%, mantendo-se em linha com o apresentado no ano anterior (2,5%).

Por consequência, o EBITDA ajustado atingiu US$ 216 milhões, 17,2% superior a 2014. A margem EBITDA foi de 8,0%, cerca de 60 *bps* superior ao ano anterior. Em reais, o EBITDA 2015 ajustado foi de R$ 730 milhões, uma alta de 66,7% em relação a 2014.

3.1.2. MARFRIG BEEF

A receita líquida da Marfrig Beef em 2015 atingiu R$ 9,9 bilhões, uma alta de 6,4% na comparação com o ano anterior, passando a responder por 52% da receita consolidada da Companhia. O menor volume de vendas do ano foi compensado pelo maior preço médio no mercado brasileiro e pela desvalorização do Real frente ao Dólar. No ano, as exportações brasileiras, juntamente com a receita das unidades internacionais, foram responsáveis por 59% da receita da divisão Marfrig Beef, refletindo o posicionamento diferenciado da Companhia no mercado global de carne bovina.

No que tange as exportações brasileiras, destaca-se a abertura do mercado chinês para a carne brasileira. Atualmente, das 10 plantas em operação, a Companhia possui 3 plantas certificadas para a China.

Apesar do desafiador cenário do mercado brasileiro, a receita líquida da unidade Marfrig Beef Brasil em 2015 foi de R$ 7,8 bilhões, 1,4% superior à receita registrada em 2014. O menor volume de vendas, influenciado pela desaceleração da demanda local e pela adequação da capacidade da indústria à atual disponibilidade de gado disponível para abate, foi compensado (i) pelo maior preço doméstico; e (ii) pelo melhor *mix* de vendas, com foco nos canais de *food service*, pequeno varejo e exportação. Destaca-se ainda a depreciação do Real frente ao Dólar, que compensou a redução do preço internacional da carne bovina.

A receita líquida das Unidades Internacionais totalizou US$ 650 milhões no ano, uma queda de 8,3% em relação a 2014 em decorrência, principalmente, (i) da queda de preços da indústria a nível global e, (ii) da retração da receita do mercado doméstico de 8,8%, reflexo da queda dos preços no mercado global e a desvalorização do Peso Uruguaio frente ao Dólar Americano de 17,5%, sendo parcialmente compensado pelo aumento de 4,8% nos volumes de vendas.

Em 2015, o lucro bruto atingiu R$ 1,6 bilhão, em linha com o registrado no ano anterior. A margem bruta, todavia, foi de 15,9%, uma retração de 90 *bps*. Esse resultado é explicado, principalmente, (i) pelo fraco desempenho das exportações brasileiras no primeiro trimestre, que foram afetadas pela menor demanda pontual de Rússia; e (ii) pela retração das margens da operação do Uruguai no 2º semestre de 2015, que foram impactadas por um período mais longo de estiagem e pelo menor preço médio de venda. No Brasil, destaca-se ainda o aumento do custo na compra do gado, com a alta de 15% do preço médio da arroba do boi gordo, de acordo com os dados da ESALQ.

No ano, as despesas com Vendas, Gerais e Administrativas (DVGA) totalizaram R$ 709 milhões, uma queda de 12,2% em relação a 2014, que em termos absolutos representou uma economia de R$ 98 milhões. Em linha com a estratégia "Focar para Ganhar", com o objetivo de reduzir estruturalmente gastos fixos e despesas, a DVGA passou representar 7,2% da receita líquida da unidade reduzindo 150 bps contra 8,7% em 2014.

Nesse contexto, o EBITDA Ajustado da Marfrig Beef em 2015 foi de R$ 1,1 bilhão, 15,8% superior ao EBITDA do ano anterior. A margem EBITDA registrada foi de 10,7%, uma expansão de 90 *bps* contra a margem de 9,8% em 2014.

3.2. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido de 2015 totalizou uma despesa de R$ 3,1 bilhões, comparado a uma despesa de R$ 2,1 bilhões em 2014.

A Marfrig possui exposição líquida ao dólar (passivos atrelados a esta moeda maiores que os ativos), portanto qualquer mudança de comportamento de câmbio afeta o resultado financeiro contábil. No entanto, a variação cambial sobre as dívidas contraídas em subsidiárias operacionais no exterior, cuja moeda funcional da investida diverge da controladora, são registradas no patrimônio líquido, sem afetar o resultado.

Nesse contexto, o efeito da depreciação do Real frente do Dólar em 47,0% sobre a exposição líquida consolidada impactou negativamente o resultado financeiro em R$ 1,1 bilhão.

O resultado financeiro, excluindo os efeitos da variação cambial, apresentou uma despesa de R$ 2,0 bilhões, um aumento de 25,1% em relação a 2014, explicado (i) pelo aumento de R$ 113 milhões da linha "despesas bancárias/comissões/descontos financeiros/outros" decorrente da baixa contábil (sem efeito caixa) do custo de emissão da recompra das notas sênior; (ii) e pela marcação líquida a mercado dos derivativos; parcialmente compensados (iii) pelo ganho de R$ 136 milhões referente à recompra das notas sênior abaixo do valor de face.

Resultado Financeiro Líquido (R$ milhões)	2015	2014	Variação (%)
Receita Financeira	**585,0**	**282,2**	**107,3%**
Juros recebidos/rendimentos	108,8	108,0	0,7%
Receita com derivativos	325,5	173,3	87,8%
Outros	150,7	0,9	17.161,8%
Despesa Financeira	**(2.612,7)**	**(1.902,5)**	**37,3%**
Juros sobre empréstimo/debêntures/arrendamentos	(1.321,4)	(1.018,2)	29,8%
Despesas com derivativos	(582,6)	(288,1)	102,2%
Despesas bancárias, comissões, descontos financeiros e outros	(708,7)	(596,2)	18,9%
Variação Cambial Líquida	**(1.058,9)**	**(441,6)**	**139,8%**
Resultado Financeiro Líquido	**(3.086,6)**	**(2.061,9)**	**49,7%**

continua...

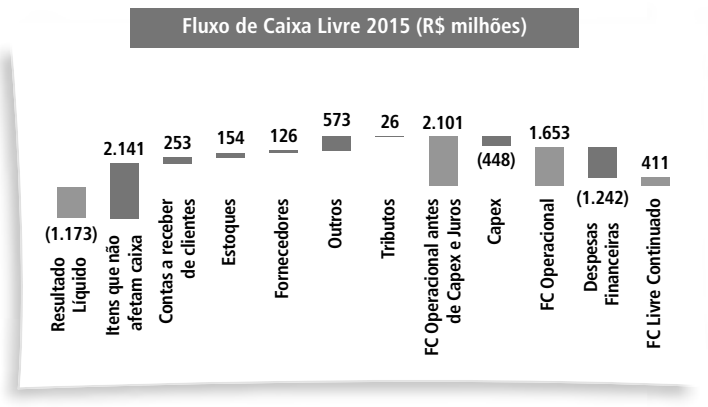
3.3. RESULTADO LÍQUIDO

A Marfrig registrou um prejuízo líquido no exercício de 2015 de R$ 586 milhões, uma melhora de 20,8% em relação à perda líquida de R$ 740 milhões em 2014. Esse desempenho foi influenciado pelo melhor resultado operacional, conforme já explicado, e pelo impacto positivo referente ao ganho da venda da Moy Park no 3T15.

3.4. FLUXO DE CAIXA

O comprometimento da Companhia na geração de caixa vem sendo solidificado a cada exercício; em 2015 o fluxo de caixa operacional acumulado foi de R$ 2,1 bilhões, R$ 138 milhões acima do fluxo de 2014. O resultado da estratégia delineada no programa "Focar para Ganhar" mostra os esforços compartilhados por cada uma das unidades de negócio, com especial destaque para o segmento Marfrig Beef que manteve o foco no controle de despesas e melhorias do capital de giro, assim resultando no fluxo de caixa livre de R$ 411 milhões para o ano. Analisando apenas as operações continuadas e excluindo os efeitos com as operações descontinuadas, o fluxo de caixa livre foi de **R$ 103 milhões**.

Fluxo de Caixa Livre 2015 (R$ milhões)



Obs.: Resultado líquido não considera ganho de capital e resultado das operações descontinuadas.

3.5. ESTRUTURA DE CAPITAL, LIQUIDEZ E *RATING*

Endividamento e Perfil da Dívida

A Marfrig encerrou o exercício de 2015 com dívida bruta consolidada de US$ 3,1 bilhões, 25% inferior à registrada em 2014. Quando medida em reais, a dívida bruta registrada foi de R$ 12 bilhões, impactada pela apreciação da moeda norte-americana em 47,0% no período. A parcela da dívida bruta atrelada ao Real foi de 6,7%.

O saldo de caixa e aplicações totalizou US$ 1,3 bilhão, uma alta de 28,0% em relação ao ano anterior, explicada pelos recursos recebidos com a venda da Moy Park.

A dívida líquida em dólares apresentou queda de 42,4%, totalizando US$ 1,8 bilhão. Quando medida em reais, a dívida líquida foi de R$ 7,1 bilhões.

Em continuidade com sua estratégia de liquidez, destaca-se em dezembro de 2015 o aditamento e a extensão das linhas de crédito existentes na Keystone. As linhas disponíveis foram aumentadas em US$ 270 milhões, totalizando US$ 900 milhões, e consistem em uma linha rotativa ("*revolver*") de US$ 530 milhões, com vencimento em 2020, e um empréstimo a prazo ("*term loan*") de US$ 370 milhões, com vencimento em 2022.

Liquidez e Endividamento

O índice de alavancagem (dívida líquida/EBITDA UDM) ficou em 2,26x, substancialmente inferior ao índice de 4,98x no ano anterior. Contribuiu para esse desempenho o crescimento do EBITDA dos últimos 12 meses e o ganho de capital na venda de Moy Park de R$ 1,4 bilhão.

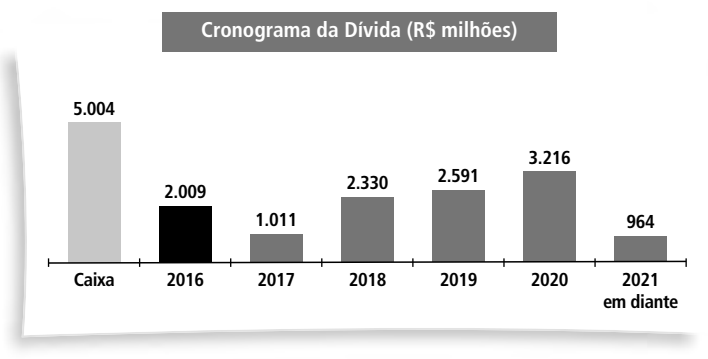
Importante ressaltar que o cálculo do índice de alavancagem das operações de financiamento bancário e via mercado inclui disposições contratuais que permitem a exclusão dos efeitos da variação cambial. Portanto, o índice apurado para esse propósito alcançou 0,54x ao final do 4T15 (para informações adicionais, vide nota 32.6 das demonstrações financeiras de 2015).

Na opinião da Administração, o índice que melhor reflete o nível de alavancagem atual da Companhia é a relação entre dívida líquida e EBITDA Ajustado das operações continuadas do 4T15 anualizado. Este índice ficou em 3,38x, e reflete uma pequena diferença de 1,6% entre a taxa de câmbio da data de fechamento de R$ 3,90/US$ das demonstrações financeiras, utilizada para traduzir o endividamento líquido, e a taxa média do trimestre de R$ 3,84/US$.

Cronograma da Dívida (R$ milhões)

Em 31 de dezembro de 2015 o *duration* do endividamento era de 4,1 anos, sendo que apenas 16,6% tem vencimento no curto prazo enquanto 83,4% no longo prazo. O custo médio da dívida da Companhia foi de 7,88% a.a., versus 7,65% a.a. em 2014.

Cronograma da Dívida (R$ milhões)



Indicadores

	2015	2014		2015	2014
Dívida Líquida/EBITDA LTM	2,26	4,98	*Duration* (meses)	50	49
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado 4T Anualizado	3,38	3,83	Custo Médio (a.a.)	7,88%	7,65%
Caixa & Equivalentes/Dívida de Curto Prazo	2,49	1,60	Dívida de Longo Prazo (%)	83,4%	85,0%
Dívida Líquida/Total de Ativos	0,34	0,42	Dívida em R$ (%)	6,7%	8,4%
Liquidez Corrente	1,82	1,79	Dívida em outras moedas (%)	93,3%	91,6%

Classificação de Risco - Escala Global

Em outubro de 2015, a Fitch Ratings divulgou relatório mantendo o rating da Marfrig em "B+", e alterou a perspectiva de "estável" para "**positiva**". A mudança da recomendação foi suportada pela aceleração do processo de desalavancagem em função da venda da Moy Park e a expectativa de que a Companhia irá melhorar a geração de fluxo de caixa livre nos 24 meses subsequentes.

Agência	Escala Nacional	Escala Internacional	Perspectiva
Standard and Poor's	br BBB	B+	Estável
Fitch Ratings	BBB+ Brz	B+	Positivo
Moodys		B2	Estável

3.6. INVESTIMENTOS

Investimentos - CAPEX (R$ milhões)	2015	2014	Variação (%)
Aplicações em Ativo Imobilizado	**400,5**	**284,6**	**40,7%**
Ativo Fixo	328,6	232,9	41,1%
Matrizes	71,9	51,7	39,0%
Aplicações em Intangível & Investimentos	**47,1**	**12,7**	**269,7%**
Total	**447,6**	**297,4**	**50,5%**

Os investimentos somaram R$ 448 milhões em 2015, uma expansão de R$ 150 milhões na comparação com 2014 influenciada, principalmente, pelas operações que foram descontinuadas e pelo efeito do câmbio na tradução dos valores das unidades internacionais para o Real, que é a moeda funcional da Companhia. No ano, foram investidos R$ 329 milhões visando manutenção e expansão das unidades de produção, enquanto R$ 72 milhões foram gastos em renovação do plantel de matrizes.

4. *GUIDANCE*

No Marfrig Day, a Companhia apresentou *guidance* para o ano, que contemplava as operações de Moy Park bem como os ativos de Argentina, Marfood e MFG Agropecuária. Sendo assim, para fins de comparação, a tabela a seguir considera as operações descontinuadas. Pelo 3º ano consecutivo, as metas foram atingidas e ficaram em linha com as estimativas anunciadas.

	Faixa-Alvo 2015 (1)	Resultado Combinado 2015 (4)
Receita	R$ 23 a R$ 25 bilhões	R$ 25 bilhões
Margem EBITDA Ajustado (2)	8,0% a 9,0%	8,5%
Investimentos (Capex)	R$ 650 milhões	R$ 556 milhões
Fluxo de Caixa Livre para o Acionista (3)	R$ 100 a R$ 200 milhões	R$ 213 milhões

(1) Premissas com base nas taxas de câmbio de R$ 2,70/US$ 1,00 e R$ 4,30/£1,00.
(2) Não considera itens não recorrentes.
(3) Fluxo de caixa operacional após investimentos, despesas com juros e imposto de renda.
(4) Valores não auditados incluindo as operações descontinuadas: Moy Park, Argentina, Marfood e MFG. Não inclui recursos da venda da Moy Park.

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Marfrig Global Foods tem um modelo de gestão de negócios que atende as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Regulamento do Novo Mercado da BM&FBovespa, bem como as recomendações do Código Brasileiro das Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). A conduta dos negócios do Grupo é baseada na transparência na divulgação de informações aos seus diversos públicos de interesse - acionistas, investidores, clientes, consumidores, fornecedores, colaboradores e sociedade e estabelece práticas de governança corporativa que vão além das recomendações e obrigações legais.

Além do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal permanente, a Companhia possui quatro comitês de apoio ao Conselho de Administração, cuja função principal é avaliar os assuntos de interesse, visando melhorar a qualidade e a velocidade do processo de deliberação. São eles: Comitê de Auditoria, Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos, Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos e Comitê de Gestão

Destacam-se ainda, os instrumentos e políticas que apoiam o processo de Governança Corporativa na Marfrig:

- **Código de Ética**: dá a base ética para o seu cumprimento e fortalecimento por meio da definição dos os valores, princípios e práticas que orientam a boa conduta corporativa, alinhado às melhores práticas e exigências legais.
- **Manual Anticorrupção**: baseado na legislação brasileira anticorrupção, o manual informa como as políticas de integridade de Companhia se traduzem em processos e procedimentos práticos de serem cumpridos.
- **Política de Negociação de Valores Mobiliários**: estabelece as regras e procedimentos a serem adotados pela companhia e pessoas a ela vinculadas, para negociação de valores mobiliários por ela emitidos, assegurando a todos os públicos interessados na companhia uma conduta ética daqueles que possuem informações relevantes.
- **Política de Divulgação**: estabelece as práticas de divulgação e uso de informações a serem observadas pelo Acionista Controlador, pelos Administradores e pelos Conselheiros Fiscais, bem como por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, possa vir a ter conhecimento de informação relativa a Ato ou Fato Relevante da Companhia, nos termos da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, e da Instrução CVM nº 369, de 11 de junho de 2002.
- **Política de Dividendos**: de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Marfrig, uma Assembleia Geral Ordinária de acionistas deve ser realizada no primeiro quadrimestre de cada ano para a deliberação da distribuição dos dividendos anuais. Quando divulgada a distribuição de dividendos, todos os acionistas têm direito ao recebimento de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado, apurado nas demonstrações financeiras.

Aderência à Câmara de Arbitragem do Mercado

A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Relacionamento com os auditores independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, que trata da prestação de outros serviços pelos nossos auditores independentes, BDO RCS Auditores Independentes SS, informamos que o total referente à prestação de outros serviços que não os de auditoria externa não representam mais de 5% dos honorários globais pagos ao grupo de auditores da Marfrig Global Foods S.A. e suas controladas, e os trabalhos realizados não afetam a independência dos auditores.

6. MERCADO DE CAPITAIS E RELAÇÕES COM INVESTIDORES

As ações da Marfrig, negociadas na BM&FBovespa (MRFG3) no segmento Novo Mercado, encerraram o ano de 2015 cotadas a R$ 6,35/ação, uma alta de 4% em relação ao final de 2014. A expansão vista a partir do final de Junho, após o anúncio de venda de Moy Park, onde a cotação máxima chegou em R$ 7,17/ação em 2015, foi afetada pela piora do cenário brasileiro.

Já o volume financeiro médio expandiu 8%, passando de R$ 13,8 milhões para R$ 15,0 milhões por dia.

Os ADRs (MRRTY) negociados no OTC fecharam o ano cotados a US$ 1,54/ação, uma queda de 32% em relação a 2014. No mesmo período, o S&P teve desvalorização de 1% e atingiu 2.063 pontos.

Na carteira teórica do Ibovespa, válida para os meses de setembro a dezembro de 2015, a Marfrig ocupava a 52º posição em liquidez, com 0,33% de participação no índice, 4 posições acima da carteira anterior.

7. DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL

O ano de 2015 foi marcado pelo contínuo fortalecimento dos pilares estratégicos para o Desenvolvimento Sustentável da Marfrig, que permeiam todas as unidades de negócio e são referência para o desenvolvimento de ações locais, que em conjunto promovem e asseguram a sustentabilidade de todo sistema produtivo. Os pilares que compõe a estratégia de Sustentabilidade da Companhia são: (1) Clientes; (2) Fornecedores; (3) Meio Ambiente; (4) Ambiente de Trabalho; (5) Econômico; e (6) Social.

Como parte do compromisso pela produção sustentável e de preservação da biodiversidade, a Companhia assumiu vários compromissos públicos em parcerias com grandes organizações. Alguns dos destaques de 2015:

- **Pacto Greenpeace:** na auditoria de 2015 a Marfrig mais uma vez obteve um excelente resultado, sendo a única empresa do setor com 100% de mapas georreferenciados, o que evidencia a liderança no trabalho junto à sua cadeia de suprimentos. A Companhia trabalha junto aos seus fornecedores no desenvolvimento de boas práticas de gestão, assegurando assim maior produtividade e preservação ambiental, o que possibilita acesso aos mercados mais exigentes. Esse esforço resultou em um aumento de exportações para o mercado europeu e venda de carne enlatada em uma das grandes redes de supermercado do Reino Unido.
- ***Rainforest Alliance CertifiedTM*:** a Marfrig lançou, em parceria com cliente europeu, o primeiro hambúrguer certificado *Rainforest Alliance*, que irá atender as redes de varejo na Europa com carne produzida de acordo com os mais elevados padrões de sustentabilidade ambiental, social e econômica, e de bem estar animal e gestão da produção.
- **The Nature Conservancy:** avançamos na disseminação de boas práticas no Sul do Pará, assim como promovemos assistência técnica aos produtores, tanto em questões ambientais como de bem estar animal. Além dessas ações em campo, trabalhamos na elaboração de um plano comercial para a venda de produtos oriundos desse projeto que deverá trazer maior visibilidade e engajamento por parte do consumidor final.

No ano, a unidade Marfrig Beef recebeu o 5º Prêmio Fecomercio de Sustentabilidade por seu projeto de monitoramento geoespacial da cadeia de fornecimento bovino no Brasil, que garante a origem dos animais comprados próximo ao Bioma Amazônia.

Em relação ao seu comprometimento com o bem-estar animal, em 2015 a Marfrig subiu uma posição no *ranking* "***The Business Benchmark on Farm Animal Welfare***" (*BBFAW*), que aponta as empresas com as melhores práticas de bem-estar animal do mundo, e foi classificada como ***Tier 2*** ao lado de grandes empresas globais. No ano anterior, a Marfrig já figurava como uma das empresas brasileiras mais bem colocadas no *ranking* com o *Tier 3*.

Os reconhecimentos citados são resultado das diversas iniciativas que a Marfrig Global Foods possui com seus fornecedores visando o estreitamento do relacionamento, qualificação e ampliação da qualidade dos produtos que chegam à mesa dos consumidores.

Sendo referência e pioneira em seus segmentos de atuação, a Marfrig tem o princípio garantir a transparência e colaborar com o avanço da sustentabilidade, e publica seu relatório anual de acordo com as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), contemplando os principais avanços e desafios nas frentes de trabalho estabelecidas por seus pilares da sustentabilidade. A versão integral do documento está disponível no *site* de Relações com Investidores da Companhia: www.marfrig.com.br/ri.

8. RESPONSABILIDADE SOCIAL

Alicerçada em princípios de responsabilidade social, as unidades da Marfrig Global Foods desenvolvem programas relevantes em apoio às comunidades onde atua. Alguns exemplos:

- **Cultivando Esperança** - envolve mais de 45 mil crianças de 40 escolas de todo o Brasil e tem foco no desenvolvimento de atividades rurais, com capacitações teóricas e práticas de preparação da terra, cultivo, alimentação saudável e produção ambiental sustentável.
- **Casa Própria** - grupos de profissionais da Marfrig Uruguai se organizam em cooperativas de apoio mútuo para a aquisição de terrenos e processos de construção em mutirão. A Marfrig Uruguai apoia a iniciativa por meio de financiamentos para a aquisição. Os valores são descontados dos salários em parcelas acessíveis e previamente acordadas. O projeto já beneficiou cerca de 30 colaboradores.
- **Keystar** - criado em 2008, o programa que equilibra a gestão ambiental, a responsabilidade social e o crescimento rentável para ter uma operação sustentável nas comunidades globais e locais onde a Keystone faz negócios. Em junho de 2015 foi lançado o programa global filantrópico *Keystone Cares*, estruturado para focar e ampliar as contribuições da companhia nas seguintes áreas: Nutrição da População, Suporte à Comunidade Local e Atenuação do Impacto de Desastres Ambientais. Para mais informações, acesse: http://www.keystonefoods.com/corporate-social-responsibility/keystar.

9. GESTÃO DE PESSOAS

O desempenho dos negócios da Marfrig Global Foods é resultado do trabalho dos seus 30.276 funcionários localizados nos diversos países em que possui presença. Dessa forma, a Companhia busca apoiar seus profissionais no desenvolvimento de suas carreiras por meio de boas práticas de atração, retenção, desenvolvimento de talentos, e considerando também a promoção da diversidade no local de trabalho.

Quantidade de Colaboradores por Unidade de Negócio

	2015	2014	Variação %
Holding	77	116	(33,6%)
Marfrig Beef	18.207	21.422	(15,0%)
Keystone	11.992	11.377	5,4%
Total	**30.276**	**32.935**	**(8,0%)**
Faturamento Líquido por Colaborador/ano	**R$ 624 mil**	**R$ 462 mil**	**35,0%**

Em 2015, a Companhia promoveu o primeiro encontro destinado a discutir a cultura Marfrig. Envolvendo a liderança do Grupo até o nível gerencial, foram 4 dias de integração e discussões, onde foram reforçados os alicerces da Visão, Missão e Valores da Companhia.

A unidade de negócio Marfrig Beef ao longo do ano abriu o 2º programa de *trainees*, e com o total de 8.114 inscritos a unidade captou 11 novos talentos, dentro dos mesmos moldes do 1º programa ocorrido em 2014.

No ano, a Keystone implementou o ***OneKeystone***, uma iniciativa para aumentar o alinhamento das mensagens aos colaboradores e acesso à informação em escala global. O primeiro passo dessa iniciativa foi o ***KeyConnect***, uma intranet global onde líderes podem se comunicar com colaboradores da Keystone e os colaboradores podem fazer perguntas e encontrar informações importantes.

10. PERSPECTIVAS

A desaceleração da China, a recessão na Rússia e a revisão para baixo do crescimento das exportações de matérias-primas fizeram com que o Fundo Monetário Internacional (FMI) revisasse a expansão do PIB mundial 2016 para 3,7%.

Por outro lado, espera-se que a queda nos preços de petróleo estimule o aumento de consumo; em especial nos mercados desenvolvidos e dos países importadores da *commodity*. Nesse contexto, o FMI elevou a previsão de crescimento dos EUA para 3,6%.

No caso da China, espera-se uma expansão de 6,8%, em resposta a uma política voltada mais para o consumo interno do que exportações. E, essa alteração poderá ser uma alavanca para o crescimento do consumo de carne bovina in natura e alimentos processados.

Nesse cenário, ainda desafiador, mas com diversas oportunidades, a estratégia da Marfrig segue pautada em capturar o potencial crescimento do mercado de proteínas a nível global e da maximização da agregação de valor e retorno para o acionistas, permanecendo comprometida com o fortalecimento do seu negócio através do:

1. Crescimento orgânico, melhoria operacional, produtividade e expansão de margens.
2. Adequação do negócio de Marfrig Beef, com priorização dos canais de *food service* e crescimento em exportações.
3. Disciplina financeira, por meio da redução da dívida bruta e, consequentemente, redução da despesa financeira e do aumento da geração de caixa livre.
4. Aceleração do crescimento no mercado asiático tanto pela expansão de *food service* da Keystone como pelas exportações da unidade Marfrig Beef.

ANEXO

Reconciliação do EBITDA Ajustado (R$ milhões)	2015	2014	Variação (%)
Lucro/Prejuízo Líquido Continuado	**(1.173,3)**	**(834,5)**	**40,6%**
(+) Provisão de IR e CS	(682,5)	(305,2)	123,6%
(+) Participação de Acionistas não Controladores	47,3	19,2	146,4%
(+) Variação Cambial Líquida	1.058,9	441,6	139,8%
(+) Encargos Financeiros Líquidos	2.027,7	1.620,3	25,1%
(+) Depreciação/Amortização	432,9	329,4	31,4%
(+) Equivalência de não controladas	23,8	17,8	33,5%
EBITDA	**1.734,7**	**1.288,6**	**34,6%**
(+) Outras Receitas/Despesas Operacionais	56,3	65,3	(13,8%)
EBITDA Ajustado	**1.791,0**	**1.353,9**	**32,3%**

São Paulo, 29 de fevereiro de 2016.

Martin Secco Arias
Diretor Presidente

Marcelo Di Lorenzo
Diretor de Planejamento Estratégico e Relações com Investidores

Ricardo Florence dos Santos
Diretor Administrativo Financeiro

Heraldo Geres
Diretor Jurídico

Tang David
Diretor sem Designação Específica

Rodrigo Marçal Filho
Diretor sem Designação Específica

...continuação

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 *(Em milhares de reais)*

ATIVO	Nota Explicativa	Controladora 31/12/15	Controladora 31/12/14	Consolidado 31/12/15	Consolidado 31/12/14
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	276.982	387.828	1.630.368	1.091.685
Aplicações financeiras	5	1.601.157	455.589	3.373.842	1.567.112
Valores a receber - clientes nacionais	6	141.626	195.800	528.010	941.277
Valores a receber - clientes internacionais	6	306.212	77.136	475.707	677.483
Estoques de produtos e mercadorias	7	463.066	708.091	1.496.964	2.027.919
Ativos biológicos	8	-	-	160.174	352.200
Tributos a recuperar	9	785.249	878.476	1.289.571	1.361.635
Despesas do exercício seguinte		7.191	4.175	197.733	167.030
Títulos a receber	10	890.152	842.268	48.034	58.261
Adiantamentos a fornecedores		8.874	10.532	45.274	57.204
Ativos mantidos para venda	11	188.664	-	529.981	-
Outros valores a receber		6.173	5.744	66.797	66.711
		4.675.346	**3.565.639**	**9.842.455**	**8.368.517**
Não circulante					
Aplicações financeiras	5	-	-	911	970
Depósitos judiciais		35.476	49.375	50.834	64.972
Títulos a receber	10	415.596	1.782.199	360.868	345.664
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	1.418.897	1.318.082	1.969.812	1.708.437
Tributos a recuperar	9	1.396.893	1.274.998	1.595.672	1.509.169
Outros valores a receber		2.887	3.747	53.036	42.773
		3.269.749	**4.428.401**	**4.031.133**	**3.671.985**
Investimentos	13	6.178.722	3.405.345	26.024	36.934
Imobilizado	14	1.837.551	1.740.465	4.311.263	4.961.623
Ativos biológicos	8	-	-	59.804	142.140
Intangível	15	922.832	583.391	2.645.270	3.004.709
		8.939.105	**5.729.201**	**7.042.361**	**8.145.406**
		12.208.854	**10.157.602**	**11.073.494**	**11.817.391**
Total do ativo		**16.884.200**	**13.723.241**	**20.915.949**	**20.185.908**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	Controladora 31/12/15	Controladora 31/12/14	Consolidado 31/12/15	Consolidado 31/12/14
Circulante					
Fornecedores		698.471	477.679	1.818.991	2.028.303
Pessoal, encargos e benefícios sociais	16	90.591	59.905	338.015	341.979
Impostos, taxas e contribuições	17	53.117	43.556	182.961	200.312
Empréstimos e financiamentos	18	518.341	1.147.462	1.772.411	1.470.237
Títulos a pagar	21	190.397	134.125	323.645	129.895
Arrendamentos a pagar	20	5.491	2.365	38.166	69.229
Juros sobre debêntures	19	278.114	232.960	236.807	190.582
Antecipações de clientes		365.709	61.931	378.304	72.645
Passivos relacionados a ativos mantidos para venda	11	4.825	-	163.711	-
Outras obrigações		35.215	34.323	153.638	159.283
		2.240.271	**2.194.306**	**5.406.649**	**4.662.465**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	18	415.457	464.797	10.112.889	9.400.106
Impostos, taxas e contribuições	17	534.784	528.868	699.116	706.545
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	89.760	95.795	607.153	635.758
Provisões fiscais, trabalhistas e cíveis	23	45.289	40.115	46.219	40.448
Arrendamentos a pagar	20	3.286	1.754	23.520	70.745
Debêntures a pagar	19	569.876	569.816	-	-
Títulos a pagar	21	10.212.499	5.752.855	931.474	353.570
Instrumento mandatório conversível em ações	22	2.129.720	2.121.470	2.129.720	2.121.470
Outros		-	-	115.577	123.076
		14.000.671	**9.575.470**	**14.665.668**	**13.451.718**
Patrimônio líquido					
Capital social	25.1	5.276.678	5.276.678	5.276.678	5.276.678
(-) Gastos com emissão de ações	25.1	(108.210)	(108.210)	(108.210)	(108.210)
Reserva de Capital		**184.642**	**184.642**	**184.642**	**184.642**
Emissão de ações ordinárias		184.800	184.800	184.800	184.800
Aquisição de ações em controladas		(158)	(158)	(158)	(158)
Reservas de lucros		**39.580**	**36.449**	**39.580**	**36.449**
Reserva legal	25.2.1	44.476	44.476	44.476	44.476
Retenção de lucros		7.348	7.348	7.348	7.348
Ações em tesouraria	25.2.2	(554)	(3.685)	(554)	(3.685)
Ações em tesouraria canceladas	25.2.2	(11.690)	(11.690)	(11.690)	(11.690)
Outros resultados abrangentes	25.3	**(1.174.029)**	**(438.071)**	**(1.174.029)**	**(438.071)**
Ajuste de avaliação patrimonial	25.3.1	(3.913.161)	(1.713.198)	(3.913.161)	(1.713.198)
Ajuste acumulado de conversão	25.3.2	2.830.019	1.275.127	2.830.019	1.275.127
Valores no patrimônio líquido relacionados a ativos mantidos para venda	25.3.3	(90.887)	-	(90.887)	-
Prejuízos acumulados		(3.575.403)	(2.998.023)	(3.575.403)	(2.998.023)
Patrimônio líquido de controladores		**643.258**	**1.953.465**	**643.258**	**1.953.465**
Participação de não controladores	25.6	-	-	200.374	118.260
		643.258	**1.953.465**	**843.632**	**2.071.725**
Total do passivo e patrimônio líquido		**16.884.200**	**13.723.241**	**20.915.949**	**20.185.908**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 *(Em milhares de reais)*

	Nota Explicativa	Controladora Acumulado 2015	Controladora Reclassificado Acumulado 2014	Consolidado Acumulado 2015	Consolidado Reclassificado Acumulado 2014
Receita operacional líquida	26	6.083.412	5.486.436	18.891.833	15.208.758
Custo dos produtos e mercadorias vendidas	27	(5.063.579)	(4.624.022)	(16.589.669)	(13.227.443)
Lucro bruto		**1.019.833**	**862.414**	**2.302.164**	**1.981.315**
Receitas (despesas) operacionais		(522.729)	(501.861)	(1.024.053)	(1.039.884)
Comerciais	27	(295.617)	(372.924)	(541.117)	(613.107)
Administrativas e gerais	27	(61.334)	(60.454)	(402.894)	(343.701)
Resultado com equivalência patrimonial		(181.553)	(40.399)	(23.760)	(17.795)
Outras receitas (despesas) operacionais		15.775	(28.084)	(56.282)	(65.281)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		**497.104**	**360.553**	**1.278.111**	**941.431**
Resultado financeiro	28	(2.370.306)	(1.604.510)	(3.086.585)	(2.061.920)
Receitas financeiras		148.816	77.638	584.959	282.198
Variação cambial ativa		1.583.030	546.359	2.023.548	768.567
Despesas financeiras		(1.823.627)	(1.294.035)	(2.612.692)	(1.902.499)
Variação cambial passiva		(2.278.525)	(934.472)	(3.082.400)	(1.210.186)
Prejuízo antes dos efeitos tributários		**(1.873.202)**	**(1.243.957)**	**(1.808.474)**	**(1.120.489)**
Imposto de Renda e Contribuição Social		**699.921**	**409.472**	**682.489**	**305.200**
Imposto de renda corrente e diferido	34	514.648	301.082	483.338	203.752
Contribuição social corrente e diferida	34	185.273	108.390	199.151	101.448
Resultado líquido no exercício das operações continuadas		**(1.173.281)**	**(834.485)**	**(1.125.985)**	**(815.289)**
Resultado líquido no exercício das operações descontinuadas	36	**587.259**	**95.013**	**587.435**	**94.996**
Resultado líquido no exercício antes das participações		**(586.022)**	**(739.472)**	**(538.550)**	**(720.293)**
Resultado líquido atribuído a:					
Marfrig Global Foods - participação do acionista controlador - operação continuada		(1.173.281)	(834.485)	(1.173.281)	(834.485)
Marfrig Global Foods - participação do acionista controlador - operação descontinuada		587.259	95.013	587.259	95.013
Participação dos acionistas controlador - Total		**(586.022)**	**(739.472)**	**(586.022)**	**(739.472)**
Participação dos acionistas não-controladores - operação continuada		-	-	47.296	19.196
Participação dos acionistas não-controladores - operação descontinuada		-	-	176	(17)
Participação dos acionistas não-controladores - Total		-	-	47.472	**19.179**
		(586.022)	**(739.472)**	**(538.550)**	**(720.293)**
Prejuízo básico e diluído por ação - ordinária operação continuada	30	(1,1261)	(1,4212)	(2,2545)	(1,6038)
Lucro básico e diluído por ação - ordinária operação descontinuada	30	-	-	1,1284	0,1826
Prejuízo básico e diluído por ação - Ordinária Total	30	**(1,1261)**	**(1,4212)**	**(1,1261)**	**(1,4212)**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 *(Em milhares de reais)*

	Atribuído à participação dos acionistas controladores													
				Reservas de lucros				Outros resultados abrangentes						
	Capital social	Gasto com emissão de ações	Reserva de capital	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Ações em Tesouraria	Ações em Tesouraria canceladas	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Prejuízos acumulados	Total	Total da participação dos controladores	Total da participação dos não-controladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2013	**5.276.678**	**(108.210)**	**184.800**	**44.476**	**7.348**	**(4.361)**	**(11.690)**	**(969.306)**	**868.895**	**(2.259.304)**	**3.029.326**	**3.029.326**	**89.696**	**3.119.022**
Variação cambial sobre os investimentos líquidos	-	-	-	-	-	-	-	(741.573)	-	-	(741.573)	(741.573)	9.385	(732.188)
Variação cambial - Conversão balanço	-	-	-	-	-	-	-	-	406.232	-	406.232	406.232	-	406.232
Aquisição de ações em controladas	-	-	(158)	-	-	-	-	-	-	-	(158)	(158)	-	(158)
Realização de custo atribuído	-	-	-	-	-	-	-	(753)	-	753	-	-	-	-
Operações de proteção a risco de taxa de juros controladora e reflexo de controladas	-	-	-	-	-	-	-	(1.566)	-	-	(1.566)	(1.566)	-	(1.566)
Baixa (aquisição) de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	676	-	-	-	-	676	676	-	676
Lucro/(prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(739.472)	(739.472)	(739.472)	19.179	(720.293)
Em 31 de dezembro de 2014	**5.276.678**	**(108.210)**	**184.642**	**44.476**	**7.348**	**(3.685)**	**(11.690)**	**(1.713.198)**	**1.275.127**	**(2.998.023)**	**1.953.465**	**1.953.465**	**118.260**	**2.071.725**

	Atribuído à participação dos acionistas controladores													
			Reservas de lucros					Outros resultados abrangentes						
	Capital social	Gasto com emissão de ações	Reserva de capital	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Ações em Tesouraria	Ações em Tesouraria canceladas	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Valores no Patrimônio Líquido relacionados a ativos mantidos para venda	Prejuízos acumulados	Total	Total da participação dos controladores	Total da participação dos não-controladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2014	**5.276.678**	**(108.210)**	**184.642**	**44.476**	**7.348**	**(3.685)**	**(11.690)**	**(1.713.198)**	**1.275.127**	**-**	**(2.998.023)**	**1.953.465**	**1.953.465**	**118.260**	**2.071.725**
Variação cambial sobre os investimentos líquidos	-	-	-	-	-	-	-	(2.332.809)	-	(102.851)	-	(2.435.660)	(2.435.660)	34.642	(2.401.018)
Variação cambial - conversão balanço	-	-	-	-	-	-	-	-	1.554.892	11.964	-	1.566.856	1.566.856	-	1.566.856
Realização de custo atribuído	-	-	-	-	-	-	-	(8.642)	-	-	8.642	-	-	-	-
Reclassificação entre contas do patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	137.180	-	-	-	137.180	137.180	-	137.180
Operações de proteção a risco de taxa de juros controladora e reflexo de controladas	-	-	-	-	-	-	-	4.308	-	-	-	4.308	4.308	-	4.308
Baixa (aquisição) de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	3.131	-	-	-	-	-	3.131	3.131	-	3.131
Lucro/(prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(586.022)	(586.022)	(586.022)	47.472	(538.550)
Em 31 de dezembro de 2015	**5.276.678**	**(108.210)**	**184.642**	**44.476**	**7.348**	**(554)**	**(11.690)**	**(3.913.161)**	**2.830.019**	**(90.887)**	**(3.575.403)**	**643.258**	**643.258**	**200.374**	**843.632**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

continua...

...continuação

Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	Acumulado 2015	Reclassificado Acumulado 2014	Acumulado 2015	Reclassificado Acumulado 2014
Lucro/(Prejuízo) do exercício	**(586.022)**	**(739.472)**	**(538.550)**	**(720.293)**
Variação cambial sobre os investimentos líquidos	(2.435.660)	(741.573)	(2.435.660)	(741.573)
Variação cambial sobre conversão de balanço	1.566.856	406.232	1.566.856	406.232
	(868.804)	**(335.341)**	**(868.804)**	**(335.341)**
Total do resultado abrangente do exercício	**(1.454.826)**	**(1.074.813)**	**(1.407.354)**	**(1.055.634)**
Atribuído a:				
Marfrig Global Foods - participação do acionista controlador - operação continuada	(2.042.085)	(1.169.826)	(2.042.085)	(1.169.826)
Marfrig Global Foods - participação do acionista controlador - operação descontinuada	587.259	95.013	587.259	95.013
Marfrig Global Foods - participação do acionista controlador - Total	**(1.454.826)**	**(1.074.813)**	**(1.454.826)**	**(1.074.813)**
Participação dos acionistas não-controladores - operação continuada	-	-	47.296	19.196
Participação dos acionistas não-controladores - operação descontinuada	-	-	176	(17)
Participação dos acionistas não-controladores - Total	**-**	**-**	**47.472**	**19.179**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações do Valor Adicionado - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	Acumulado 2015	Reclassificado Acumulado 2014	Acumulado 2015	Reclassificado Acumulado 2014
Receitas	**6.347.398**	**5.818.683**	**19.340.937**	**15.770.585**
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	6.348.207	5.817.276	19.288.070	15.751.899
Outras receitas	-	-	35.067	20.485
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (constituição)	(809)	1.407	17.800	(1.799)
Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)	**4.734.986**	**3.327.944**	**16.188.961**	**11.601.476**
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	3.801.335	2.280.699	13.429.875	9.196.184
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	933.651	1.047.245	2.758.212	2.404.474
Perda/recuperação de valores ativos	-	-	874	818
Valor adicionado bruto	**1.612.412**	**2.490.739**	**3.151.976**	**4.169.109**
Depreciação e amortização	**131.317**	**98.100**	**432.874**	**329.358**
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**1.481.095**	**2.392.639**	**2.719.102**	**3.839.751**
Valor adicionado recebido em transferência	**2.451.757**	**678.611**	**5.677.205**	**2.548.541**
Resultado de equivalência patrimonial	(181.553)	(40.399)	(23.760)	(17.795)
Receitas financeiras e variação cambial ativa	1.731.846	623.997	2.608.507	1.050.765
Outros (incluindo operação descontinuada)	901.464	95.013	3.092.458	1.515.571
Valor adicionado total a distribuir	**3.932.852**	**3.071.250**	**8.396.307**	**6.388.292**
Distribuição do valor adicionado	**3.932.852**	**3.071.250**	**8.396.307**	**6.388.292**
Pessoal	**442.130**	**424.957**	**2.096.677**	**1.177.547**
Remuneração direta	357.867	343.435	1.719.805	970.878
Benefícios	63.410	60.531	347.716	174.981
FGTS	20.853	20.991	29.156	31.688
Impostos, taxas e contribuições	**(5.572)**	**(131.799)**	**88.617**	**47.313**
Federais	(192.982)	(450.437)	(209.750)	(437.929)
Estaduais	187.366	318.605	297.691	484.773
Municipais	44	33	676	469
Remuneração de capitais de terceiros	**4.082.316**	**3.517.564**	**6.749.563**	**5.883.725**
Juros	4.102.152	2.228.507	5.695.092	3.112.685
Aluguéis	56.728	14.457	63.660	38.036
Outras (incluindo operação descontinuada)	(76.564)	1.274.600	990.811	2.733.004
Remuneração de capitais próprios	**(586.022)**	**(739.472)**	**(538.550)**	**(720.293)**
Prejuízo do exercício das operações	(586.022)	(739.472)	(586.022)	(739.472)
Participação dos não controladores nos lucros retidos	-	-	47.472	19.179

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	Acumulado 2015	Reclassificado Acumulado 2014	Acumulado 2015	Reclassificado Acumulado 2014
Prejuízo no exercício das operações continuadas	**(1.173.281)**	**(834.485)**	**(1.173.281)**	**(834.485)**
Itens de resultado que não afetam o caixa	**794.651**	**684.167**	**2.140.614**	**1.677.711**
Depreciação	119.004	90.176	347.743	271.173
Amortização	12.313	7.924	85.131	58.185
Participação dos acionistas não controladores	-	-	47.296	19.196
Provisões fiscais, trabalhistas e cíveis	5.174	14.112	5.771	13.985
Tributos diferidos	(699.922)	(409.472)	(781.792)	(399.420)
Resultado com equivalência patrimonial	181.553	40.399	23.760	17.795
Variação cambial sobre financiamentos	730.037	345.643	735.056	354.597
Variação cambial demais contas de ativo e passivo	(34.542)	42.470	323.795	87.022
Despesas de juros sobre dívidas financeiras	167.515	136.333	984.277	753.579
Despesas de juros sobre arrendamento financeiro	806	386	2.417	2.373
Despesas de juros sobre debêntures	343.314	287.352	257.362	199.797
Custo na emissão de operações financeiras	21.518	17.782	120.077	78.700
Ajuste a valor presente dos arrendamentos	(580)	(165)	(580)	(165)
Estimativa de não realização de estoque	12.000	6.008	11.995	1.277
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	809	(1.407)	(122)	2.303
Perdas estimadas por não realização de impostos a recuperar	-	101.457	-	171.128
Ganho de compra vantajosa	(75.193)	-	(75.193)	-
Baixa de ativo fixo	10.845	5.169	53.621	46.186
Mutações patrimoniais	**2.838.104**	**1.527.871**	**1.133.330**	**1.119.056**
Contas a receber de clientes	37.043	423.041	252.713	569.041
Estoques e ativo biológico corrente	233.025	(152.638)	154.400	(66.412)
Depósitos judiciais	13.898	10.060	13.621	6.431
Pessoal, encargos e benefícios sociais	30.685	475	40.626	(20.265)
Fornecedores	172.342	178.319	126.497	(14.300)
Tributos correntes e diferidos	(13.191)	(132.137)	26.297	(238.079)
Títulos a receber e a pagar	2.230.395	1.195.539	267.292	203.386
Outras contas ativas e passivas	133.907	5.212	251.884	679.254
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	**2.459.474**	**1.377.553**	**2.100.663**	**1.962.282**
Atividades de investimentos				
Investimentos	(85.192)	-	(42.435)	3.957
Aplicações em ativo imobilizado e ativo biológico não corrente	(226.935)	(162.279)	(400.540)	(284.646)
Aplicações no ativo intangível	(3.534)	(6.133)	(4.662)	(16.695)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	**(315.661)**	**(168.412)**	**(447.637)**	**(297.384)**
Atividades de financiamentos				
Dividendos recebidos	794.580	-	-	-
Juros liquidados Debêntures/*Bonds*	(298.161)	(150.753)	(838.892)	(911.473)
Empréstimos e financiamentos	(1.579.570)	(327.300)	(3.241.236)	(117.890)
Empréstimos obtidos	2.271.732	1.944.252	6.724.664	3.897.055
Empréstimos liquidados	(3.851.302)	(2.271.552)	(9.965.900)	(4.014.945)
Arrendamento a pagar	4.432	245	(15.915)	(22.758)
Arrendamentos obtidos	8.866	4.080	35.129	4.080
Arrendamentos liquidados	(4.434)	(3.835)	(51.044)	(26.838)
Instrumento mandatório conversível em ações	(9.651)	(4.743)	(9.651)	(4.743)
Ações em tesouraria	3.131	676	3.131	676
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamentos	**(1.085.239)**	**(481.875)**	**(4.102.563)**	**(1.056.188)**
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	118.732	24.892	509.576	168.908
Operações descontinuadas líquido de caixa (Nota Explicativa 36)	(142.584)	(89.350)	4.285.374	69.643
Fluxo de caixa do exercício	**1.034.722**	**662.808**	**2.345.413**	**847.261**
Caixa e equivalentes de caixa				
Saldo final	1.878.139	843.417	5.004.210	2.658.797
Saldo inicial	843.417	180.609	2.658.797	1.811.536
Variação do exercício	**1.034.722**	**662.808**	**2.345.413**	**847.261**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Marfrig Global Foods S.A. é uma multinacional que atua nos setores de alimentos e *food service* no Brasil e no mundo. A Companhia possui um portfólio de produtos diversificado e abrangente, e suas operações estão alicerçadas em seu compromisso com a excelência e qualidade, o que garante a presença dos seus produtos nas maiores redes de restaurantes e supermercados do mundo, além dos lares de consumidores em aproximadamente 100 países. As atividades da Companhia dividem-se em produção, processamento, industrialização, venda e distribuição de proteína animal (bovinos, ovinos e aves) e outros produtos alimentícios variados, tais como empanados, pratos prontos, peixes, vegetais congelados, sobremesas, entre outros.

A Marfrig Global Foods S.A. foi fundada em 6 de junho de 2000 tornando-se uma Sociedade Anônima em 26 de março de 2007. A Companhia obteve seu Registro (nº 20.788) na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 18 de junho de 2007 e realizou sua Oferta Pública Inicial (IPO) em 29 de junho de 2007, tendo suas ações listadas no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA) sob o código MRFG3. Em 22 de janeiro de 2014 na Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária realizada na sede da Companhia, foi reformado o artigo 1º do Estatuto Social da Companhia, no qual a mesma passou a denominar-se Marfrig Global Foods S.A. (outrora Marfrig Alimentos S.A.).

Seu Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 era constituído de 520.747.405 ações ordinárias. Em 31 de dezembro de 2015, 166.906.624 ações ou 32,05% do Capital Social da Companhia eram detidas pelo controlador, MMS Participações Ltda. e seus sócios individualmente. Na mesma data o "*free float*" era de 353.311.178 ações em circulação, representava 67,85% do Capital Social total da Companhia, que detinha 58.550 ações em tesouraria, representando 0,01% de seu Capital Social, além de 471.053 ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, representando 0,09% de seu Capital Social. A MMS Participações Ltda. é controlada por Marcos Antonio Molina dos Santos e Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, cada um com 50% de participação.

Como participante do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, a Companhia está vinculada à Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

As ações da Companhia também fazem parte dos principais indicadores de desempenho do Mercado de Capitais brasileiro, como o Ibovespa, o mais importante indicador do desempenho médio das cotações do mercado de ações brasileiro. As ações da Marfrig também integram os seguintes índices da bolsa brasileira: Índice Brasil Amplo - IBRA; Índice Brasil - IBrX; Índice de Consumo - ICON; Índice de Governança Corporativa *Trade* - IGCT; Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada - IGCX; Índice de Governança Corporativa Novo Mercado - IGNM; Índice do Setor Industrial - INDX; Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado - ITAG; Índice Small Cap - SMLL; Índice Valor BM&F Bovespa - IVBX.

A Companhia estabeleceu um modelo de negócios integrado e geograficamente diversificado, que consiste em unidades de produção instaladas em locais estratégicos, combinadas a uma ampla rede de distribuição com acesso aos principais canais e mercados consumidores do mundo. Atualmente, a Marfrig opera 45 plantas de processamento, centros de distribuição e escritórios no Brasil e em 11 países da América do Sul, América do Norte, Europa, Oceania e Ásia.

A Companhia acredita que a melhora contínua dos seus processos internos lhe permitirá alcançar maior eficiência e controle de custos, o que, somado a uma administração voltada para resultados e comprometida com o crescimento rentável, possibilitará o aumento da lucratividade do negócio e fortalecimento da geração de caixa.

A estrutura organizacional e as posições patrimonial e financeira da Companhia devem ser consideradas no contexto operacional das atividades integradas dos seguintes segmentos de negócio, organizados de acordo com a forma que a Administração da Companhia toma suas decisões, com estruturas próprias profissionalizadas e segmentadas em:

- ***Marfrig Beef*** - A unidade de negócio Marfrig Beef é pioneira na comercialização e promoção da carne bovina, com foco em atender o mercado doméstico brasileiro, principalmente o setor de *food service*, e o mercado externo, com clientes ao redor do mundo. A Marfrig Beef é reconhecida em muitos países pela qualidade dos seus produtos *premium*, tendo aproveitado momentos favoráveis no setor de gado brasileiro e do câmbio para reforçar sua posição em mercados internacionais. As operações internacionais na América do Sul concentram-se na exportação de cortes nobres de carne bovina e no aproveitamento da posição estratégica desfrutada no Uruguai, que garante à Marfrig Beef acesso aos principais mercados consumidores do mundo.
- ***Keystone*** - A unidade de negócios Keystone fornece alimentos à base de proteína animal para as principais redes mundiais de restaurantes, com forte presença nos Estados Unidos e na Ásia. Focada em inovação e comprometida com altos padrões de segurança e qualidade alimentar, combina sua ampla expertise na indústria de alimentos e o foco no cliente para oferecer um *mix* completo de produtos resfriados e congelados.

Resumo das participações societárias da Companhia por segmento de negócio:

Participações Societárias

MARFRIG BEEF

Controladora	Atividade Principal	País	
Marfrig Global Foods S.A.	Industrialização e comercialização de produto (composta por 6 unidades de abate em atividade, sendo 3 delas também utilizadas para processamento de carne bovina, 1 utilizada para a fabricação de produtos de higiene e limpeza, 1 para fabricação de ração animal, localizadas nos estados de São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, além de 4 centros de distribuição no estado de São Paulo).	Brasil	

Subsidiárias	Atividade Principal	País	Percentual de Participação	
			31/12/2015	31/12/2014
MFB Marfrig Frigoríficos do Brasil S.A.	Industrialização e comercialização de produto (composta por 4 unidades de abate em atividade, sendo 1 também utilizada para abate ovino localizadas nos estados do Rio Grande do Sul, Roraima e Pará, além de 2 centros de distribuição localizados nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo).	Brasil	**100%**	**100%**
Masplen Ltd.	*Holding*	Ilha Jersey	**100%**	**100%**
Pampeano Alimentos S.A.	Produtora de carnes enlatadas e outros produtos industrializados	Brasil	100%	100%
Marfrig Overseas Ltd.	Entidade de propósito específico - SPE	Ilhas Cayman	**100%**	**100%**
MFG Comercializadora de Energia Ltda.	Comercialização de energia e serviços associados	Brasil	**99,99%**	**99,99%**
Frigorífico Tacuarembó S.A.	Industrialização e comercialização de produtos	Uruguai	**99,95%**	**97,91%**
Inaler S.A.	Industrialização e comercialização de produtos	Uruguai	**100%**	**100%**
Marfrig Chile S.A.	Industrialização e comercialização de produtos	Chile	**99,50%**	**99,50%**
Frigorífico Patagônia S.A.	Industrialização e comercialização de produtos (frigorífico de cordeiro nos meses de dezembro a maio, processamento de peixes, moluscos e caranguejos (*king crabs*), nos meses restantes).	Chile	100%	100%
Prestcott International S.A.	*Holding*	Uruguai	**100%**	**100%**
Cledinor S.A.	Industrialização e comercialização de produtos: bovinos e ovinos	Uruguai	100%	100%
Establecimientos Colonia S.A.	Industrialização e comercialização de produtos	Uruguai	**100%**	**100%**
Weston Importers Ltd.	*Trading*	Reino Unido	**100%**	**100%**
CDB Meats Ltd.	Industrialização de produtos	Reino Unido	100%	100%
Marfrig Peru S.A.C.	Comercialização de carnes de aves, bovinos, peixes e crustáceos	Peru	**100%**	**100%**

Subsidiárias	Atividade Principal	País	Percentual de Participação	
			31/12/2015	31/12/2014
Marfrig Holdings (Europe) B.V.	*Holding* com atividade de captação de recursos financeiros e detêm a titularidade das empresas Keystone	Holanda	**100%**	**100%**

KEYSTONE

Keystone Foods (UK) Ltda.	*Holding*	Reino Unido	**100%**	**100%**
Keystone Foods International Ltda.	*Holding*	Reino Unido	**100%**	**100%**
Keystone International S.a.r.l.	*Holding*	Luxemburgo	**100%**	**100%**
Mckey Luxembourg Holdings S.a.r.l.	*Holding* das empresas Keystone com operações focadas na Ásia	Luxemburgo	**100%**	**100%**
MFG (USA) Holdings Inc.	*Holding* das empresas Keystone com operações focadas nos USA	USA	**100%**	**100%**
	(as empresas Keystone em conjunto, são compostas por 4 plantas de abate de aves e 12 plantas de produtos processados e industrializados).			

Operação Descontinuada

Subsidiárias	Atividade Principal	País	Percentual de Participação	
			31/12/2015	31/12/2014

MOY PARK

Moy ParK Ltd.	Industrialização e comercialização de produtos (composta por 4 plantas de abate de aves, 14 plantas de produtos processados e industrializados).	Irlanda do Norte	-	100%
Kitchen Range Foods Ltd.	Industrialização e comercialização de produtos	Inglaterra	-	100%
Moy Park (BondCo) Plc	*Holding* constituída para veículo da primeira emissão de *Senior Notes* em libra	Irlanda do Norte	-	100%

MARFRIG BEEF

Marfood USA Inc.	Industrialização e comercialização de produtos (detentora da marca Pemmican)	EUA	100%	100%
Marfrig Agentina S.A.	Industrialização e comercialização de produtos	Argentina	99,93%	99,91%
MFG Agropecuária Ltda.	Atividade agropecuária (composta por 6 unidades de confinamento)	Brasil	99,99%	99,99%

continua...

...continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CFC)

Informações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. As demonstrações contábeis individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e são divulgadas em conjunto com as informações contábeis consolidadas.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) e deliberações e instruções emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se referia à avaliação de investimentos em Controladas, coligadas e Controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS era custo ou valor justo.

Com a revisão do IAS 27 (*Separate Financial Statements*) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em Controladas, coligadas e Controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18 (R2), CPC 35 (R2) e CPC 37 (R1) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As normas *IFRS* não requerem a apresentação dessa informação. Como consequência, pelas normas *IFRS*, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis.

Informações contábeis individuais

As informações contábeis da Controladora foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e resoluções emitidas pelo CFC, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária Lei nº 6.404/76 que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pelas Leis nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007 e 11.941 de 27 de maio de 2009 (antiga Medida Provisória nº 449 de 03 de dezembro de 2008).

Não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo e o patrimônio líquido e resultado da Companhia Controladora em suas informações contábeis individuais. Assim sendo, as informações contábeis individuais/ consolidadas do Grupo estão sendo apresentadas lado a lado num único conjunto de informações.

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes informações contábeis, individuais e consolidadas em 26 de fevereiro de 2016.

2.2. Base de Apresentação

As informações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas são apresentadas em Reais (R$) que é a moeda de apresentação, e todos os valores arredondados para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As informações contábeis consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como certos ativos e instrumentos financeiros, que podem ser apresentados pelo valor justo.

A preparação das informações contábeis individuais e consolidadas de acordo com o IFRS e as NBCs requerem o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão demonstradas na nota explicativa nº 3.1.3.

2.3. Conversão de Saldos em Moeda Estrangeira

Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis de cada controlada constante da consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. Conforme dispõe a Deliberação CVM 640/10 (CPC 02 (R2) - efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis), a moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas Controladas, a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, assim como a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Marfrig Global Foods S.A.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos monetários, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ativos e passivos não monetários em moeda estrangeira que são mensurados pelo valor justo são convertidos à taxa de câmbio na data em que o valor justo for apurado e as diferenças resultantes na conversão serão reconhecidas em outros resultados abrangentes na data de encerramento de cada período ou exercício.

Empresas do grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as Controladas incluídas no consolidado e investimentos avaliados por equivalência patrimonial, que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos pela moeda de apresentação, conforme a seguir:

i. Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações contábeis consolidadas;
ii. As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal da taxa de câmbio;
iii. Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido e na demonstração dos resultados abrangentes consolidados na rubrica de "Ajustes acumulados de conversão".

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

3.1.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência:

• Receita

A receita proveniente das vendas de produtos é reconhecida quando o Grupo transfere os riscos e benefícios da propriedade para o comprador e é provável que o Grupo receba o pagamento anteriormente acordado. A transferência dos riscos e benefícios da propriedade ocorre quando do embarque dos produtos acompanhado da respectiva nota fiscal de venda levando-se em consideração os *incoterms*. Esses critérios são considerados atendidos quando os bens são transferidos ao comprador, respeitadas as principais modalidades de fretes praticadas pela Companhia.

A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos, e no caso das demonstrações contábeis consolidadas também estão líquidas das eliminações de vendas e os lucros não realizados nos estoques, entre Controladora e suas Controladas.

• Receita e despesa financeira

A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos.

Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos/passivos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados juntamente com o investimento.

3.1.2. Relatórios por segmento

Segmentos operacionais são reportados de maneira consistente com os relatórios internos entregues ao principal tomador de decisões operacionais, conforme a Deliberação CVM 582/09 (CPC 22 - informações por segmento). Os principais tomadores de decisões operacionais foram identificados como o diretor presidente, diretor financeiro e diretor de cada segmento de negócio (Marfrig Beef e Keystone).

A Administração da Companhia identificou dois principais segmentos divulgáveis estrategicamente organizados de acordo com a unidade de negócio, conforme nota explicativa nº 31.

3.1.3. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, quando aplicáveis, o valor residual do ativo imobilizado, perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, perda estimada para estoque, Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos e as provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas Controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

A seguir estão apresentados os assuntos objeto de estimativa pela Companhia:

- Vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida;
- Determinação do valor justo de ativos biológicos;
- Perda por redução ao valor recuperável de tributos;
- Perda por redução ao valor recuperável de intangível com vida útil indefinida, incluindo ágio;
- Mensuração ao valor justo de itens relacionados à combinação de negócios;
- Valor justo de instrumentos financeiros e derivativos;
- Perdas com créditos de liquidação duvidosa;
- Perda estimada com obsolescência dos estoques;
- Imposto de Renda e Contribuição Social diferido ativo;
- Provisões (processos judiciais, fiscais, trabalhistas e cíveis);
- Plano de opção de compra de ações - *stock option plan*;
- Ajuste a Valor Presente (AVP).

3.1.4. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo, pelo resultado de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Com relação às aplicações financeiras e instrumentos classificados como caixa e equivalentes de caixa, posteriormente ao reconhecimento inicial, esses instrumentos financeiros não derivativos são mensurados de acordo com sua respectiva classificação conforme segue:

• Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo pelo resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. Os instrumentos da Companhia registrados nesta categoria estão descritos na nota explicativa nº 5.

• Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• Passivos financeiros

Passivos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

• Instrumentos financeiros derivativos e *hedge accounting*

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido classificado como outros resultados abrangentes. Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado.

3.1.5. Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional, bem como das empresas Controladas no Brasil, é o Real de acordo com as normas descritas na Deliberação CVM 640/10 (CPC 02 (R2) - efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis).

A moeda funcional das empresas localizadas no exterior é a do respectivo país onde operam, exceto as empresas localizadas na Holanda e no Uruguai, cuja moeda funcional é o dólar norte-americano. As conversões para a moeda de reporte são feitas em conformidade com a Deliberação CVM 640/10 (CPC 02 (R2) - efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis).

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários e não monetários são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.1.6. Ativo circulante e não circulante

• Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

• Aplicação financeira

Compreendem praticamente aplicações nas modalidades: Depósito ao prazo fixo (*Time Deposit*), Depósito Remunerado, Operações Compromissadas e CLN - *Credit Linked Note*, estas aplicações, podem ser prontamente resgatadas, e possuem um risco insignificante de mudança de valor.

• Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor justo e, quando aplicável, ajustadas ao seu valor presente, em conformidade com a Deliberação CVM 564/08 (CPC 12 - ajuste a valor presente).

A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização desses valores, sendo apurada em bases individuais.

• Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou produção, sendo ajustados ao valor realizável líquido, quando inferior ao custo médio.

• Investimentos

Os investimentos da Controladora em empresas Controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais.

• Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 14 e levam em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens e com base nos prazos contratuais dos imóveis alugados quanto às benfeitorias efetuadas.

Os encargos financeiros dos financiamentos incorridos na fase de construção de bens integrantes do ativo imobilizado são capitalizados até o ativo entrar em operação.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa, quando incorrido.

De acordo com a Deliberação CVM 639/10 (CPC 01(R1) - redução ao valor recuperável de ativos), anualmente é avaliado se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Somente se houver alguma indicação, deve ser estimado o valor recuperável do ativo.

• Arrendamentos

• Arrendamento financeiro

Determinados contratos de arrendamento transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro, sendo registrados no momento inicial como ativo imobilizado em contrapartida do passivo pelo menor valor entre o valor presente e valor justo, conforme Deliberação CVM 645/10 (CPC 06 (R1) - operações de arrendamento mercantil).

Os arrendamentos da Companhia estão descritos na nota explicativa nº 20.1.

• Arrendamento operacional

Determinados contratos são classificados como arrendamento operacional quando sua substância não atende os requerimentos de arrendamento financeiro. Os pagamentos desses contratos são registrados como despesa no resultado linearmente pela vigência dos contratos e uso do bem correspondente.

Os arrendamentos da Companhia estão descritos na nota explicativa nº 20.2.

• Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os gerados internamente pela Companhia. São registrados pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização calculada pelo método linear e com base nos prazos estimados de recuperação.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e o ágio por expectativa de rentabilidade futura não são amortizados e têm o seu valor recuperável testado anualmente.

O ágio representa o excesso do total da contraprestação paga sobre a diferença entre o valor justo dos ativos, adquiridos e passivos assumidos na data de obtenção do controle da empresa adquirida.

O ágio é capitalizado como um ativo intangível, sendo que qualquer *impairment* do seu valor contábil é reconhecido na demonstração de resultado. Sempre que o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos exceder o total da contraprestação paga, a diferença será reconhecida integralmente na demonstração dos resultados abrangentes consolidada na data de aquisição.

Os intangíveis da Companhia estão descritos na nota explicativa nº 15.

3.1.7. Ativo biológico

Conforme a Deliberação CVM 596/09 (CPC 29 - ativo biológico e produto agrícola), a atividade agrícola é o gerenciamento da transformação biológica e da colheita de ativos biológicos animais e/ou plantas vivos para venda ou para conversão em produtos agrícolas ou em ativos biológicos adicionais. A Companhia classifica bovinos e aves vivos como ativos biológicos.

A Companhia reconhece os ativos biológicos quando ela controla esses ativos como consequência de um evento passado e é provável que benefícios econômicos futuros associados a esses ativos fluirão para a Companhia e o valor justo pode ser mensurado de forma confiável.

De acordo com a Deliberação CVM 596/09 (CPC 29 - ativo biológico e produto agrícola), os ativos biológicos devem ser mensurados ao valor justo menos as despesas de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência, exceto para os casos em que o valor justo não possa ser mensurado de forma confiável.

A Companhia valoriza os bovinos pelo seu valor justo com base em preços de mercado, enquanto aves são valorizadas pelo custo de aquisição, uma vez que não há mercado ativo para aves.

3.1.8. Redução do valor recuperável

Os testes de *impairment* sobre o ágio e outros ativos intangíveis com vida útil econômica indefinida são anualmente realizados no encerramento do exercício. Outros ativos não financeiros, tais como ativo imobilizado e ativo intangível, são submetidos a testes de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável. Quando o valor contábil de um ativo excede a sua quantia recuperável (isto é, o maior entre o valor de uso e o valor justo menos os custos da venda), uma perda é reconhecida para trazer o valor contábil ao seu valor recuperável.

Quando não é possível estimar o valor recuperável de um ativo individual, o teste de *impairment* é realizado em sua unidade geradora de caixa (UGC): o menor grupo de ativos ao qual o ativo pertence e para o qual existem fluxos de caixa separadamente identificáveis.

A Companhia adota como UGC para suas avaliações de valor recuperável de um ativo a sua segmentação por unidade de negócio.

O ágio registrado no reconhecimento inicial de uma aquisição é alocado a cada uma das *BUs* do Grupo que se espera serem beneficiadas pelas sinergias da combinação que ocasionou o mesmo, para fins de teste de *impairment*.

As perdas por *impairment* são incluídas no resultado. Uma perda por *impairment* reconhecida para o ágio não é revertida.

3.1.9. Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.1.10. Provisões

As provisões são registradas quando for provável a saída de benefícios econômicos futuros, decorrentes de eventos passados e estas possam ser estimadas com segurança.

3.1.11. Plano de remuneração baseado em ações

Os efeitos do plano de remuneração baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e na demonstração do resultado conforme as condições contratuais sejam atendidas e de acordo com o comentado na nota explicativa nº 29.5.

3.1.12. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda é apurado com base no lucro real. O Imposto de Renda e a Contribuição Social são recolhidos mensalmente sobre bases de cálculo estimadas, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente.

Os ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias são registrados em conformidade com a legislação tributária e Deliberações CVM 371/02 e 599/09 (CPC 32 - tributos sobre lucro), e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade revisado anualmente.

A Companhia e suas Controladas optaram pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, manifestando sua opção, de forma irretratável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos quando o valor contábil de um ativo ou passivo difere de sua base fiscal, exceto para as diferenças decorrentes de:

- Reconhecimento inicial do ágio;
- Reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e no momento em que a transação não afete nem o lucro contábil nem o lucro tributável;
- Investimentos em subsidiárias e entidades Controladas em conjunto, em que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença e seja provável que a diferença não reverterá no futuro previsível.

O reconhecimento dos ativos fiscais diferidos está restrito às ocasiões em que seja provável que o lucro tributável estará disponível contra os quais a diferença possa ser utilizada.

O valor de ativos e passivos é determinado utilizando-se as alíquotas tributárias vigentes ou substancialmente vigentes na data das demonstrações contábeis e que se espera que sejam aplicáveis quando os ativos e passivos diferidos forem recuperados e liquidados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando o Grupo possui um direito legalmente exequível de compensar ativos e passivos fiscais circulantes e os ativos e passivos fiscais diferidos se relacionam a esses impostos cobrados pela mesma autoridade fiscal nos seguintes casos:

- Para a mesma empresa do grupo tributável;
- Para as diferentes entidades do grupo que pretendem liquidar os ativos e passivos fiscais circulantes pelo valor líquido ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada exercício futuro em que valores significativos de ativos e passivos fiscais diferidos devam ser liquidados ou recuperados.

3.1.13. Dividendos e juros sobre capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante, por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social. A parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração antes do encerramento do exercício contábil a que se referem às demonstrações contábeis, ainda não aprovadas pelos acionistas, é registrada como dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido.

3.1.14. Lucro por ação

Básico

O lucro/prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período, conforme preconizado pela Deliberação CVM 636/10 (CPC 41 - resultado por ação), excluindo as ações classificadas como ações em tesouraria.

Diluído

O lucro/prejuízo diluído por ação é calculado através da divisão do lucro/prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. O efeito de diluição do lucro/prejuízo por ação não gera diferença material entre o lucro/prejuízo básico e diluído. O percentual de diluição está demonstrado na nota explicativa nº 30.

3.1.15. Ajuste a Valor Presente (AVP)

De acordo com a Deliberação CVM 564/08 (CPC 12 - ajuste a valor presente), os ativos e passivos não circulantes, bem como os ativos e passivos circulantes relevantes, são registrados a valor presente na data da respectiva transação com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada nas contas que deram origem ao referido ativo ou passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do ativo ou passivo é apropriada ao resultado ao longo da vida do ativo ou passivo com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Os ajustes a valor presente foram apurados com base na média entre a taxa Selic - Sistema Especial de Liquidação e Custódia e a taxa média de captação de recursos no mercado financeiro (taxa estabelecida como a de retorno do capital de terceiros), atingindo, assim, o índice médio de 11,19% a.a. em 31 de dezembro de 2015 (11,05% a.a. para 31 de dezembro de 2014).

Os prazos utilizados na apuração do Ajuste a Valor Presente (AVP) variam de acordo com atividade operacional envolvida, correspondendo à expectativa média do prazo para liquidação, por exemplo: prazo médio de recebimento de vendas, prazo médio de pagamento e outros que sejam necessários.

As taxas praticadas e os prazos estabelecidos, atrelados aos fatores de risco envolvidos nas operações da Companhia, estão perfeitamente refletidos na apuração do valor presente.

3.1.16. Gastos com emissão de ações

De acordo com a Deliberação CVM 649/10 (CPC 08 (R1) - custo de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários), os custos de transação incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais devem ser contabilizados, de forma destacada, em conta redutora de patrimônio líquido, deduzidos os eventuais efeitos fiscais.

3.1.17. Ações em tesouraria

Tratam-se das ações da Companhia que foram adquiridas por ela própria, mantidas em Tesouraria com finalidade específica de atendimento ao exercício do plano de opções de ações da Companhia, conforme nota explicativa nº 25.2.2. O montante de ações em tesouraria é registrado em conta própria e, para fins de apresentação de balanço, é deduzido da Reserva de Lucros, cujo saldo foi utilizado para tal operação.

3.1.18. Combinação de negócios

As combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação no valor justo aos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

continua...

...continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

Na aquisição de um negócio, a Administração da Companhia avalia os ativos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.
Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

3.1.19. Consolidação
As práticas contábeis são aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas em períodos anteriores.
Descrição dos principais procedimentos de consolidação:
- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas do grupo;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas Controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados decorrentes de negócios entre as empresas do grupo.

3.1.20. Operações descontinuadas e ativos mantidos para venda
A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, a demonstração comparativa de resultado e a demonstração de fluxo de caixa são apresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo, tendo sido por isso incluída a observação "reclassificado" nos demonstrativos de 31 de dezembro de 2014.
A mensuração destes ativos é medida pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo decrescido das despesas de venda.
Quando classificados como mantidos para venda, intangíveis e imobilizado não são amortizados ou depreciados.
O resultado de operação descontinuada é apresentado em um montante único na demonstração do resultado, contemplando o resultado total após o Imposto de Renda e Contribuição Social destas operações menos qualquer perda relacionada à *impairment* e são apresentadas na nota explicativa nº 36.

3.1.21. Demonstrações de valor adicionado
A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, nos termos da Deliberação CVM 557/08 (CPC 09 - demonstração do valor adicionado), as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as normas contábeis brasileiras aplicáveis as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação adicional.

3.1.22. Normas que entraram em vigor em 2015
A avaliação, por parte da Companhia, sobre as novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB, e que estão em vigor desde 1º de janeiro de 2015, foram devidamente realizadas, e a administração da Companhia não identificou efeitos significativos nas demonstrações contábeis da mesma. As normas que foram modificadas são:
IAS 19 - "Benefícios a empregados", em novembro de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 19. A Alteração desta norma tem o objetivo de estabelecer aspectos relacionados ao reconhecimento das contribuições de empregados ou terceiros e seus impactos no custo do serviço e períodos de serviços. Esta norma é efetiva para períodos anuais desde 1º de janeiro de 2015. A Companhia analisou a NBC TG 33 (R2) e não identificou impactos para as divulgações destas demonstrações contábeis.
IAS 27 - "Demonstrações separadas", em 12 de agosto de 2014, o IASB emitiu revisão da norma IAS 27, permitirá o método de equivalência patrimonial para contabilizar os investimentos em subsidiárias, *joint ventures* e associadas em suas demonstrações contábeis separadas. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016 nas IFRS e para as práticas contábeis adotadas no Brasil já é aceito a partir de 31 de dezembro de 2014, conforme aprovação do Conselho Federal de Contabilidade e adoção antecipada das IFRS. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

3.1.23. Normas que ainda não estão em vigor
As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não foram editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC):
IAS 1 - "Apresentação das demonstrações financeiras" - em 18 de dezembro de 2014, o IASB publicou "Iniciativa de Divulgação" (Alterações ao IAS 1). As alterações visam esclarecer o IAS 1 e direcionar os impedimentos percebidos sobre o julgamento para a preparação e apresentação das demonstrações contábeis. Esta norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016, com aplicação antecipadas permitida. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.
IFRS 9 - Instrumentos financeiros - em julho de 2014, o IASB emitiu versão final da norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração. Estas alterações tratam de algumas questões sobre a aplicação da norma e introduzem o conceito de "valor justo contra os resultados abrangentes" para a mensuração de alguns tipos de instrumentos de dívida. Adicionalmente, o IASB incluiu na norma IFRS 9 requerimentos de reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de ativos relacionadas ao registro de perdas esperadas com créditos sobre os ativos financeiros e compromissos de renegociação destes créditos. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.
IFRS 14 - Contas de diferimento regulatório, em janeiro de 2014, o IASB emitiu a norma IFRS 14, a qual tem o objetivo específico de regular o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios quando da primeira adoção das normas IFRS. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.
IFRS 15 - "Receitas de contratos com clientes", em maio de 2014, o IASB emitiu a norma IFRS 15. A norma substitui a IAS 18 - "Receitas" e a IAS 11 - "Contratos de construção" e uma série de interpretações relacionadas a receitas. Esta norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2018. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.
IFRS 11 - "Acordos de compartilhamento", em maio de 2014, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 11. A Alteração da norma IFRS 11 aborda critérios relacionados ao tratamento contábil para aquisições de participações em acordos de compartilhamento que constituam um negócio de acordo com os conceitos constantes no IFRS 3. Esta alteração na norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.
IAS 16 e IAS 38 - "Esclarecimentos sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização", em maio de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IAS 16 e IAS 38. Esta revisão tem o objetivo de esclarecer sobre métodos de depreciação e amortização, observando o alinhamento ao conceito de benefícios econômicos futuros esperados pela utilização do ativo durante sua vida útil econômica. Esta alteração na norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.
IAS 16 e IAS 41 - em julho de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IAS 16 - Ativo Imobilizado e IAS 41 - Ativo Biológico, para incluir ativos biológicos que atendam a definição de "*Bearer plants*" (definidos como "plantas vivas" que são usadas na produção de produtos agrícolas), essa alteração requer que os "*Bearer plants*" sejam registrados como ativo imobilizado de acordo com o IAS 16, registrando a custo histórico ao invés de serem mensurados ao valor justo conforme é requerido pelo IAS 41. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.
IFRS 10 e IAS 28 - em 11 de setembro de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 - Investimento em Coligada, em Controladas e em Empreendimento Controlado em Conjunto, essas alterações têm como consequência a inconsistência reconhecida entre as exigências da IFRS 10 e aqueles na IAS 28, para lidar com a venda ou a entrada de ativos de um investidor, coligada ou empreendimento controlado em conjunto. A principal consequência das alterações é que o ganho ou perda é reconhecido quando uma transação envolve um negócio (se ele está instalado em uma subsidiária ou não). Um ganho ou perda parcial é reconhecido quando uma transação envolve ativos que não constituam um negócio, mesmo que esses ativos estejam alocados em uma subsidiária. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis.
Melhoria anual das IFRS de setembro de 2014 - o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas normas são efetivas para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis.

3.2. Demonstrações Contábeis Consolidadas
As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações da Companhia e das suas Controladas, conforme quadro de resumo das participações societárias da Companhia na nota explicativa nº 1 - contexto operacional.
As demonstrações contábeis das Companhias Controladas sediadas no exterior foram elaboradas originalmente em sua moeda local, em conformidade com a legislação vigente em cada país onde estão localizadas, e foram convertidas às práticas contábeis emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB utilizando as suas respectivas moedas funcionais, sendo posteriormente, convertidas para Reais, pela taxa cambial correspondente na data do balanço.

3.3. Reclassificação na Demonstração de Resultado e Demonstração do Fluxo de Caixa no Exercício findo em 31 de Dezembro de 2014
Em 21 de junho de 2015, a Companhia divulgou como fato relevante um Contrato Definitivo de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças com a JBS S.A., por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para a alienação pela Marfrig da totalidade da participação societária que detinha na Moy Park Holdings Europe Ltd., Controladora das sociedades que operam a unidade de negócios "Moy Park" à JBS S.A.. Em 28 de setembro de 2015 a venda foi efetivamente concluída com todas as condições e aprovações necessárias para o fechamento da transação.
Em 30 de setembro de 2015 o Comitê de Gestão deliberou sobre a disponibilização dos ativos das unidades de negócios Marfrig Argentina S.A. e da sociedade Marfood USA, Inc. para alienação, ambas pertencentes ao segmento de negócio Marfrig Beef, e autorizou a Administração da Companhia a realizar todos os esforços para o cumprimento destas deliberações.
Na data de 29 de dezembro de 2015 a Administração da Companhia deliberou sobre a disponibilização dos ativos da empresa MFG Agropecuária Ltda. para venda, pertencente ao segmento de negócio Marfrig Beef, ao Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos.
Para atender aos requerimentos previstos na NBC TG 31 (R3) e para fins de comparação a Companhia e suas subsidiárias reapresentaram as demonstrações de resultados, demonstrações dos fluxos de caixa, demonstrações dos resultados abrangentes e as notas explicativas de resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
A Companhia tem como política apresentar os seguintes itens na composição do caixa e equivalentes de caixa:
- Saldos em espécie disponível no caixa;
- Depósitos bancários à vista.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Caixa e bancos	259.187	367.049	1.487.624	1.023.213
Equivalentes de caixa	17.795	20.779	142.744	68.472
	276.982	**387.828**	**1.630.368**	**1.091.685**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Caixa e Bancos:				
Reais	31.564	144.775	36.379	158.491
Dólar norte-americano	215.805	242.828	1.056.741	394.828
Euro	29.613	225	68.814	35.430
Libra Esterlina	-	-	21.220	266.895
Ringgit Malásia	-	-	53.300	16.850
Yuan Chinês	-	-	211.195	139.539
Dólar Australiano	-	-	18.445	18.671
Thai Baht (Tailândia)	-	-	65.871	19.358
Won Sul Coreano	-	-	46.546	20.429
Dólar Hong Kong	-	-	29.940	9.824
Peso Uruguaio	-	-	13.978	7.772
Peso Chileno	-	-	7.636	3.427
Outros	-	-	303	171
	276.982	**387.828**	**1.630.368**	**1.091.685**

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Aplicações financeiras	1.601.157	455.589	3.374.753	1.568.082
	1.601.157	**455.589**	**3.374.753**	**1.568.082**

A seguir o demonstrativo das aplicações financeiras por modalidade:

					Controladora	
	Vencimentos	PMPV (1)	Moeda	Taxa de juros média a.a. %	31/12/15	31/12/14
Mantidos para negociação:						
Certificados de Depósito Bancário - CDB (2)	Imediato	-	Real	13,72%	165.328	146.451
Operações Compromissadas	Imediato	-	Real	13,88%	294.265	-
Depósito Remunerado	02/03/16	0,02	Dólar	2,50%	933.900	212.083
Titulo de Renda Fixa	Imediato	-	Real	12,95%	72.922	-
Títulos de Capitalização	Imediato	-	Real	-	-	99
CLN (2)	17/07/17	-	Dólar	0,61%	117.279	79.762
FIDC	13/06/17	1,48	Real	17,64%	17.463	17.194
Total					**1.601.157**	**455.589**
Total circulante					**1.601.157**	**455.589**

					Consolidado	
	Vencimentos	PMPV (1)	Moeda	Taxa de juros média a.a. %	31/12/15	31/12/14
Mantidos para negociação:						
Certificados de Depósito Bancário - CDB (2)	Imediato	-	Real	13,70%	196.804	185.664
Operações compromissadas	Imediato	-	Real	13,88%	294.265	-
Depósito remunerado	31/03/19	-	Real	-	184	244
Depósito remunerado	02/03/16	0,02	Dólar	2,50%	933.900	451.215
Time deposit	17/06/16	-	Dólar	0,83%	1.322.636	-
Circular nº 1.456	-	-	Dólar	-	-	1.723
Títulos de capitalização	-	-	Real	-	-	99
Títulos de capitalização	-	-	Dólar	-	-	3.540
CLN (2)	17/07/17	0,53	Dólar	0,44%	247.246	625.989
FIDC	13/06/17	1,48	Real	17,64%	17.463	17.194
Títulos de renda fixa	Imediato	-	Real	12,95%	72.922	-
Títulos de renda fixa	04/05/20	-	Dólar	7,56%	289.333	282.414
Total					**3.374.753**	**1.568.082**
Total circulante					**3.373.842**	**1.567.112**
Total não circulante					**911**	**970**

(1) Prazo médio ponderado de vencimento em anos;
(2) As operações foram contratadas com liquidez diária, podendo assim ser resgatadas a qualquer momento, o vencimento mencionado é o vencimento da operação.

As modalidades de aplicações financeiras da Companhia podem ser descritas da seguinte forma:

5.1. Certificado de Depósito Bancário - CDB
Os Certificados de Depósitos Bancários são aplicações realizadas junto a instituições financeiras de primeira linha, são pós-fixados e rendem em média de 96% a 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5.2. Operações Compromissadas
Operações que têm por base sobras de caixas diárias que são efetuadas em reais e remuneradas a taxas situadas entre 80% a 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Esta operação tem liquidez imediata, pois pode ser resgatada antecipadamente sem prejuízo de redução de rendimentos.

5.3. Depósito Remunerado
As aplicações dessa modalidade são efetuadas em reais e dólares, remuneradas a taxas pré-fixadas e mensuradas por meio do custo amortizado.

5.4. Circular nº 1.456
As aplicações dessa modalidade referem-se a operações oriundas de exportação, efetuadas em dólar norte-americano junto ao Banco Central do Uruguai, remuneradas a taxas pré-fixadas, sendo realizadas entre 180 e 360 dias antes da exportação.

5.5. Títulos de Capitalização
As aplicações dessa modalidade são efetuadas em Reais e remuneradas à variação da Taxa Referencial (TR).

5.6. CLN - *Credit Linked Note*
As *Credit Linked Notes* - CLN constituem um instrumento financeiro usado exclusivamente para gerir recursos entre empresas do Grupo e correspondem a uma nota de crédito utilizada para mitigar o risco de crédito da Companhia, conforme nota explicativa nº 18.2. Os recursos aplicados nestes instrumentos são oriundos de captações efetuadas no mercado de capitais internacional emitidas por subsidiárias do Grupo Marfrig no exterior e que, por estratégia de gestão de caixa e liquidez, são mantidos nas próprias subsidiárias emissoras no exterior. A taxa média de remuneração é de 0,44% a.a. e são mensurados pelo custo amortizado ao ano.

5.7. FIDC - Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios
São cotas de um fundo de investimento que tem como objetivo investir na aquisição de direitos creditórios.

5.8. Títulos de Renda Fixa
São aplicações em títulos de renda fixa emitidos por instituições financeiras de primeira linha, a taxas pré-fixadas.

5.9. *Time Deposit* - Depósito ao Prazo Fixo
São aplicações com taxas pré-fixadas, em instituições financeiras de primeira linha no mercado internacional.

6. VALORES A RECEBER - CLIENTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Valores a receber - clientes nacionais	147.270	201.589	536.737	952.048
(-) Ajuste a valor presente	(5.644)	(5.789)	(8.727)	(10.771)
	141.626	**195.800**	**528.010**	**941.277**
Valores a receber - clientes internacionais	788.482	538.749	969.824	1.152.249
(-) Adiantamento de cambiais entregues - ACEs	(458.818)	(447.020)	(458.818)	(447.020)
(-) Ajuste a valor presente	(23.452)	(14.593)	(35.299)	(27.746)
	306.212	**77.136**	**475.707**	**677.483**
	447.838	**272.936**	**1.003.717**	**1.618.760**
Valores a vencer:	801.966	702.777	908.585	1.634.272
Valores vencidos:				
de 1 a 30 dias	33.465	20.300	286.453	293.951
de 31 a 60 dias	94.282	11.985	262.419	98.046
de 61 a 90 dias	6.039	5.276	49.104	78.028
acima de 90 dias	8.214	7.405	21.026	35.146
(-) Adiantamento de cambiais entregues - ACEs	(458.818)	(447.020)	(458.818)	(447.020)
(-) Ajuste a valor presente	(29.096)	(20.382)	(44.026)	(38.517)
(-) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	(8.214)	(7.405)	(21.026)	(35.146)
	447.838	**272.936**	**1.003.717**	**1.618.760**

A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.
Com o objetivo de chegar à melhor estimativa possível, no que tange à realização dos referidos créditos e, assim, constituir adequadamente a perda estimada para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2015, a Administração da Companhia analisou aspectos peculiares a respeito de seus clientes, tais como: ramo de negócio, situação do crédito em geral, a conjuntura econômica de mercado considerando os títulos vencidos há mais de 90 dias, cuja expectativa de recebimento seja improvável.
A Companhia não tem histórico de problemas relevantes com recebimento de clientes, sendo certo que o Departamento de Contas a Receber analisa cada cliente quando do cadastro e concessão dos créditos.
A movimentação das perdas estimadas para créditos está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**(7.405)**	**(35.146)**
Estimativa constituída no período	(14.450)	(19.938)
Estimativa revertida no período	13.641	22.059
Créditos baixados definitivamente da posição	-	13
Variação cambial	-	(3.010)
Operação descontinuada	-	14.996
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**(8.214)**	**(21.026)**

Foi estruturado em junho de 2014, um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), para alienação de parte de seus recebíveis originados por operações de venda a prazo no mercado interno, no montante de R$ 160 milhões (principal), sendo R$ 16 milhões constituídos por cotas subordinadas mezanino. Em 31 de dezembro de 2015, o montante de faturas negociadas com o fundo foi de R$ 110.504.
Para o financiamento das vendas a prazo, a Companhia utiliza linhas de crédito de financiamento de capital de giro disponíveis no mercado financeiro.
Os valores a receber foram atualizados ao valor presente, de acordo com a Deliberação CVM 564/08 (CPC 12 - ajuste a valor presente), conforme descrito na nota explicativa nº 3.1.6.

7. ESTOQUES DE PRODUTOS E MERCADORIAS
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os estoques de produtos acabados foram avaliados pelo custo médio das compras e/ou produção, conforme destacado na nota explicativa nº 3.1.6:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Produtos acabados	464.060	693.276	1.166.483	1.567.978
Matérias-primas	-	-	231.376	320.245
Embalagens e almoxarifados	24.572	28.381	129.194	196.843
(-) Perdas estimadas	(25.566)	(13.566)	(30.089)	(57.147)
	463.066	**708.091**	**1.496.964**	**2.027.919**

A Companhia constitui suas estimativas com base nos índices históricos de perda, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**(13.566)**	**(57.147)**
Reversão de estimativas	-	1.733
Constituição de estimativas	(12.000)	(13.728)
Ganhos(perdas) na conversão	-	188
Reversão pela alienação de investimento	-	38.865
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**(25.566)**	**(30.089)**

8. ATIVOS BIOLÓGICOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Corrente:				
Ativo biológico - bovinos	-	-	28.158	164.535
Ativo biológico - aves	-	-	78.671	167.688
Ganho(Perda) na conversão	-	-	53.345	19.977
Total ativo biológico corrente	**-**	**-**	**160.174**	**352.200**
Não corrente:				
Ativo biológico - aves	-	-	43.099	130.735
Ganho(Perda) na conversão	-	-	16.705	11.405
Total ativo biológico não corrente	**-**	**-**	**59.804**	**142.140**
Total ativo biológico	**-**	**-**	**219.978**	**494.340**

Os ativos biológicos correntes da Companhia são compostos por animais vivos segregados entre as categorias: aves e bovinos. Os animais classificados nesse grupo são os destinados ao abate para produção de carne *in natura* e/ou produtos industrializados nos próximos 12 meses.
Devido ao curto período de tempo de formação de aves e, pelo fato de não haver cotação de mercado para esses animais, a Companhia avaliou esses ativos biológicos não identificando variações materiais em relação ao custo de aquisição. Nesse caso a Companhia entende que o valor justo dos ativos biológicos está substancialmente representado pelo custo de formação, haja vista o curto ciclo de vida dos animais.
Com relação a bovinos, trata-se de animais mantidos em confinamento para engorda e abate. O saldo apresentado nesta rubrica encontra-se disponível para utilização nos próximos 12 meses.
A Companhia realizou a valorização desses animais a valor justo, baseado no conceito marcado a mercado (*Mark to Market* - MtM), considerando as cotações da arroba do boi/vaca disponíveis no mercado, reconhecendo os efeitos destas valorizações diretamente no resultado.
Os ativos biológicos não correntes da Companhia são compostos por aves vivas, classificadas como matrizes, destinadas a reprodução. Os ativos biológicos não correntes são amortizados linearmente de acordo com a vida útil dos animais. As matrizes de aves possuem uma vida útil de até 60 semanas.
A seguir está o demonstrativo de movimentação do ativo biológico:

Ativo biológico corrente:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**-**	**352.200**
Aumento devido a aquisições	-	135.924
(-) Baixa para abate	-	(1.387.278)
Gastos com insumos para engorda	-	1.459.522
(-) Diminuição devido a vendas	-	(267.041)
Aumento líquido (redução) devido aos nascimentos (mortes)	-	(1.564)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda (*)	-	(4.778)
Conversão de balanço	-	53.345
Operação descontinuada	-	(180.156)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**-**	**160.174**

(*) Aplicável somente a bovinos.

...continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo biológico não corrente:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**-**	**142.140**
Aumento devido a aquisições	-	32.748
(-) Baixa para abate	-	(4.916)
Gastos com insumo para engorda	-	39.152
Amortização	-	(66.747)
Conversão de balanço	-	16.705
Operação descontinuada	-	(99.278)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**-**	**59.804**

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	602.310	662.735	621.869	690.541
Crédito de PIS	316.033	248.261	497.707	412.647
Crédito da Cofins	1.554.010	1.586.581	2.203.260	2.192.059
Imposto de Renda	52.295	47.025	65.392	64.101
Contribuição Social	16.602	15.001	18.360	16.793
Outros	92.281	45.260	155.040	171.048
(-) Perdas estimadas por não realização	(451.389)	(451.389)	(676.385)	(676.385)
	2.182.142	**2.153.474**	**2.885.243**	**2.870.804**
Ativo circulante	**785.249**	**878.476**	**1.289.571**	**1.361.635**
Ativo não circulante	**1.396.893**	**1.274.998**	**1.595.672**	**1.509.169**

9.1. ICMS
O saldo do ICMS a recuperar é proveniente da obtenção de créditos por compras de matérias-primas, materiais de embalagem e secundários em volume superior aos débitos gerados nas vendas locais, haja vista que as vendas ao mercado externo são isentas. A realização dos créditos se dará através de compensação com débitos gerados nas vendas no mercado interno ou por transferências para terceiros.

9.2. PIS e Cofins
Refere-se ao crédito não cumulativo do PIS e da COFINS, de acordo com as Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, incidente sobre as aquisições de matérias-primas, materiais de embalagem e materiais secundários, utilizados nos produtos comercializados no mercado externo.
A Companhia está realizando os maiores esforços no sentido de homologar seus direitos junto à Receita Federal.

9.3. Imposto de Renda e Contribuição Social
Referem-se às antecipações de Impostos de Renda e Contribuição Social realizadas até o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

9.4. Perdas Estimadas para não Realização de Créditos Tributários
As perdas estimadas para não realização de créditos tributários foram calculadas com base na melhor expectativa de realização dos saldos de impostos a recuperar da Companhia sendo feita principalmente sobre os créditos de PIS/COFINS. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não houve movimentação das estimativas para não realização de créditos tributários.

10. TÍTULOS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Partes relacionadas	1.289.604	2.521.877	-	-
Operações de mercado a receber	14.766	14.376	397.499	275.261
Outros títulos a receber	1.378	88.214	11.403	128.664
Total	**1.305.748**	**2.624.467**	**408.902**	**403.925**
Ativo circulante	**890.152**	**842.268**	**48.034**	**58.261**
Ativo não circulante	**415.596**	**1.782.199**	**360.868**	**345.664**

Os títulos a receber da Controladora, em sua maior parte, são compostos por saldos gerados nas transações com suas empresas Controladas (partes relacionadas), conforme descrito na nota explicativa nº 10.1.

10.1. Partes Relacionadas
As tabelas a seguir, exceto quando se tratar das operações vinculadas ao Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos e a Sra. Márcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, únicos sócios da MMS Participações Ltda., mostram as operações entre a Companhia e suas subsidiárias integrais, em 31 de dezembro de 2015:

	Controladora							
	31/12/15				2015			
31 de dezembro de 2015	Contas a receber	Contas a pagar	Títulos a receber	Títulos a pagar	Compras	Vendas	Ativo mantido para venda	Adiantamento de cliente
Cledinor S.A.	-	42.271	-	-	11.245	-	-	-
Establecimientos Colonia S.A.	-	18.034	-	-	8.631	-	-	-
Frigorífico Tacuarembó S.A.	-	26.521	1.148	25.615	11.013	-	-	-
Inaler S.A.	-	19.472	-	-	8.431	-	-	-
Marfood USA Inc.	-	-	-	-	-	-	685	-
Marfrig Argentina S.A.	-	-	-	-	-	-	376.464	-
Marfrig Chile S.A.	3.418	376	-	-	5.424	199.906	-	-
Marfrig Holdings (Europe) B.V.	5.412	-	38.637	8.671.032	-	5.336	-	-
Marfrig Overseas Ltd.	-	-	51.536	670.643	-	-	-	-
MFB Marfrig Frigoríficos Brasil S.A.	110.947	38.513	1.005.319	-	471.404	361.233	-	-
MFG Agropecuária Ltda.	-	-	-	-	217.701	-	-	-
MFG Comercializadora de Energia Ltda.	-	13	141	1.953	12.805	-	-	-
Pampeano Alimentos S.A.	19.886	162	192.823	-	-	161.949	-	-
Marcos Antonio Molina dos Santos	-	1.618	-	-	10.554	-	-	10.869
Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos	-	-	-	-	6.200	-	-	-
	139.663	**146.980**	**1.289.604**	**9.369.243**	**763.408**	**728.424**	**377.149**	**10.869**

	Controladora					
	31/12/14				2014	
31 de dezembro de 2014	Contas a receber	Contas a pagar	Títulos a receber	Títulos a pagar	Compras	Vendas
Cledinor S.A.	-	27.752	-	-	11.465	-
Establecimientos Colonia S.A.	-	12.102	-	-	8.967	-
Frigorífico Tacuarembó S.A.	-	17.379	423	64.901	9.140	-
Inaler S.A.	-	13.330	-	-	9.106	-
Marfood USA Inc.	1.035	-	-	-	-	1.007
Marfrig Argentina S.A.	-	3.485	245.154	-	12.892	-
Marfrig Chile S.A.	49.764	-	-	-	802	161.376
Marfrig Holdings (Europe) B.V.	-	-	1.627	4.910.364	-	9.232
Marfrig Overseas Ltd.	-	-	35.057	463.360	-	-
MFB Marfrig Frigoríficos Brasil S.A.	22.287	59.658	1.778.283	-	788.755	321.790
MFG Agropecuária Ltda.	693	19.864	265.813	-	299.596	12.754
MFG Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	121	2.769	-	-
Pampeano Alimentos S.A.	7.489	82	195.399	-	-	120.407
Weston Importers Ltd.	23.655	-	-	-	-	27.160
Marcos Antonio Molina dos Santos	-	1.754	-	-	2.176	-
Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos	-	942	-	-	9.986	-
	104.923	**156.348**	**2.521.877**	**5.441.394**	**1.152.885**	**653.726**

	Consolidado									
	Adiantamento de clientes		Títulos a receber		Contas a pagar		Total de compras no período		Total de vendas no período	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Marcos Antonio Molina dos Santos	10.869	-	-	33.479	1.971	2.189	11.986	3.997	-	51.149
Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos	-	-	-	-	-	8.537	6.437	17.582	-	-
	10.869	**-**	**-**	**33.479**	**1.971**	**10.726**	**18.423**	**21.579**	**-**	**51.149**

Em 30 de junho de 2014, a Companhia firmou um Contrato de Compra e Venda de Cabeças de Gado, equipamentos e de contratação de empregados, por meio de sua subsidiária integral MFG Agropecuária Ltda., com o atual acionista controlador do Grupo Marfrig Global Foods S.A. Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos, no qual a Companhia se comprometeu vender tais ativos e passivos ao acionista controlador de forma irrevogável e irretratável. A transação foi devidamente aprovada pelo Comitê de Auditoria do Grupo Marfrig, liderado por um conselheiro independente.
Estes ativos foram transacionados a valor de mercado e, no que tange à compra e à venda de cabeças de gado e compra de equipamentos, encontram-se devidamente registrados no resultado desde o 2T/14, não gerando qualquer prejuízo para a Companhia. O saldo apresentado nesta nota, em títulos a receber, refere-se ao efeito líquido da venda de gado, da aquisição dos equipamentos, menos os custos da transferência de mão de obra, subtraídos os valores pagos pelo acionista controlador até 4T/15. Materializando-se assim, todas as transferências de ativos e passivos, de forma que todos os itens objetos do referido contrato foram transferidos ao comprador. O acionista controlador quitou integralmente o contrato no último trimestre de 2015.

13.1. Investimentos (Controladora)
Valor dos investimentos em Controladas em 31 de dezembro de 2015:

	Nº de quotas/ações	Porcentual de participação no capital votante	Negociação em bolsa	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido (prejuízo) do Período	Valor do PL conforme % participação mantidos para venda	Patrimônio Líquido conforme % participação
MFB Marfrig Frigoríficos do Brasil S.A.	520.398.616	100,00	Não	520.399	305.948	(81.357)	-	305.947
Marfrig Chile S.A.	9.950	99,50	Não	97.139	111.017	13.700	-	110.427
Inaler S.A.	66.247.320	100,00	Não	5.729	66.594	(16.835)	-	66.594
Frigorífico Tacuarembó S.A.	163.442.679	99,95	Não	24.964	220.269	62.545	-	219.081
Weston Importers Ltd.	16.901.926	100,00	Não	-	-	-	-	-
Masplen Ltd.	5.050	100,00	Não	14.414	8.301	(23.288)	-	8.301
Prestcott International S.A.	79.638.916	100,00	Não	11.410	118.601	(1.971)	-	118.601
Establecimientos Colonia S.A.	403.237.385	100,00	Não	102.506	49.200	(21.036)	-	49.200
Marfood USA, Inc.	50.000	100,00	Não	96.442	(111.654)	(101.236)	(111.654)	-
Marfrig Overseas Ltd.	1	100,00	Não	-	55.402	1.360.945	-	55.402
MFG Agropecuária Ltda.	9.999	99,99	Não	112.583	97.321	(10.445)	97.321	-
Marfrig Argentina S.A.	933.343.948	99,93	Não	589.601	(174.581)	(251.073)	(174.459)	-
MFG Comercializadora de Energia Ltda.	149.985	99,99	Não	-	(824)	(2.605)	-	(823)
Marfrig Holdings(Europe) B.V.	2.403.806	100,00	Não	3.801.166	5.246.321	48.794	-	5.246.322
Marfrig Peru S.A.C.	5.000	100,00	Não	7	(465)	(160)	-	(465)
Total				**5.376.360**	**5.991.450**	**975.978**	**(188.792)**	**6.178.587**

O quadro a seguir apresenta um sumário das informações financeiras em empresas Controladas:

	Total de ativos	Total de passivos	Participação dos não controladores	Receita Líquida	Participação do grupo nos lucros/prejuízos (1)
MFB Marfrig Frigoríficos do Brasil S.A.	1.858.748	1.552.800	-	2.443.447	(81.357)
Marfrig Chile S.A.	242.290	131.271	555	476.353	13.632
Inaler S.A.	254.509	187.915	-	397.102	(16.835)
Frigorífico Tacuarembó S.A.	487.131	266.862	110	691.589	62.513
Weston Importers Ltd.	-	-	-	45	-
Masplen Ltd.	366.295	357.993	-	431.598	(23.288)
Prestcott International S.A.	259.671	141.070	-	442.761	(1.971)
Establecimientos Colonia S.A.	355.627	306.426	-	475.821	(21.036)
Marfood USA, Inc.	73.916	185.570	-	-	(101.236)
Marfrig Overseas Ltd.	3.574.942	3.519.540	-	-	1.360.945
MFG Agropecuária Ltda.	126.869	29.548	-	-	(10.445)
Marfrig Argentina S.A.	328.850	503.431	(122)	-	(250.897)
MFG Comercializadora de Energia Ltda.	5.976	6.800	-	66.975	(2.605)
Marfrig Holdings (Europe) B.V.	16.857.272	11.411.122	-	9.025.188	48.794
Marfrig Peru S.A.C.	1.087	1.552	-	1.785	(160)
Total	**24.793.183**	**18.601.900**	**543**	**14.452.664**	**976.054**

(1) O saldo apresentado corresponde ao percentual de participação da Companhia em suas subsidiárias, ajustado pelos lucros não realizados quando da consolidação de balanços.

O acionista controlador da Companhia, MMS Participações Ltda., e seus únicos sócios, avalizaram determinados contratos financeiros da Companhia. Em caso de inadimplemento desses contratos, os credores poderão exigir o pagamento das dívidas diretamente do acionista controlador e seus sócios e, caso esses realizem tal pagamento, eles terão direito de regresso contra a Companhia.
A Companhia não efetuou qualquer pagamento de comissões ou outros pagamentos para avalistas.
Em reunião datada de 24 de junho de 2015, o Conselho de Administração da Companhia estabeleceu novos limites de alçada para os Órgãos da Administração da Companhia. O Comitê de Gestão passou a ser o responsável por autorizar a realização de uma série de atos, com alçadas compreendidas entre R$ 300 milhões e R$ 400 milhões. Para os atos cujas alçadas sejam superiores àquelas definidas para o Comitê de Gestão, faz-se necessária a aprovação do Conselho de Administração da Companhia.
Não há relacionamentos com outros diretores e acionistas do Grupo Marfrig.
A natureza dos relacionamentos entre as empresas do Grupo Marfrig é representada por transações mercantis (compras e vendas) e remessas de numerários para pagamento de tais transações e para capital de giro.
As transações de mútuos (títulos a receber e a pagar) entre as empresas relacionadas no Brasil (Controladora e Controladas) são geridas por meio de conta correntes entre as empresas tendo como princípio o sistema de caixa centralizado gerido pela Controladora. Nas transações com empresas Controladas no exterior aplica-se taxa de juros de 3% mais a LIBOR (*London Interbank Offered Rate*) de 6 (seis) meses.
As transações de compra ou venda de produtos acompanham o valor de mercado, não havendo exigência de garantias e, tampouco, perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa. Tais operações envolvem compra e venda de carne *in natura* e produtos industrializados de bovinos, aves e ovinos.
As operações entre as empresas Controladas não impactam as informações contábeis consolidadas, haja vista que são eliminadas no processo de consolidação.

11. ATIVOS E PASSIVOS MANTIDOS PARA VENDA
Em 30 de setembro de 2015 o Comitê de Gestão deliberou sobre a disponibilização dos ativos das unidades de negócios Marfrig Argentina S.A. e da sociedade Marfood USA, Inc. para alienação, ambas pertencentes ao segmento de negócios Marfrig Beef, e autorizou a Administração da Companhia a realizar todos os esforços para o cumprimento destas deliberações.
Em 29 de dezembro de 2015 a Administração da Companhia deliberou sobre a disponibilização para venda da empresa MFG Agropecuária Ltda., pertencente ao segmento Marfrig Beef, ao sócio controlador da Companhia, Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos. A conclusão do negócio está prevista para o primeiro trimestre de 2016. O desinvestimento realizado na MFG está alinhado com o plano estratégico "Focar para Ganhar", visando uma operação mais simples e focada nos seus ativos principais.
Conforme previsto na Deliberação CVM 598/09 (CPC 31 - ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada), os ativos e passivos dessas unidades foram classificados para a rubrica de Ativos e Passivos Mantidos para a Venda. Ainda consoante com o CPC 31, a Companhia informa que os ativos imobilizados e intangíveis foram mensurados a valor justo conforme descritos, respectivamente, nas notas explicativas nº 14 e 15, e que o impacto está refletido na mesma rubrica.
Tal deliberação está baseada no plano estratégico da Companhia, visando aumento da rentabilidade do grupo e simplificação de sua estrutura societária.
Os ativos e passivos mantidos para a venda em 31 de dezembro de 2015 compreendem:

Ativo	Controladora 31/12/15	Consolidado 31/12/15
Caixa e equivalente de caixa	-	14.163
Valores a receber clientes	685	95.831
Recebíveis de longo prazo	370.290	209.864
Investimentos	(188.792)	30
Intangível	308	317
Outros ativos	6.173	209.776
Total do ativo mantido para venda	**188.664**	**529.981**

Passivo	Controladora 31/12/15	Consolidado 31/12/15
Fornecedores	4.825	90.954
Empréstimos e financiamentos	-	18.683
Outros passivos	-	54.074
Total do passivo	**4.825**	**163.711**
Patrimônio líquido		
Valores relacionados a ativos mantidos para venda	(90.887)	(90.887)
	(90.887)	**(90.887)**
Total do passivo e patrimônio líquidos mantidos para venda	**(86.062)**	**72.824**

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS - ATIVO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Imposto de Renda	1.042.051	967.923	1.519.126	1.328.587
Contribuição Social	376.846	350.159	450.686	379.850
Ativo não circulante	**1.418.897**	**1.318.082**	**1.969.812**	**1.708.437**

Os créditos fiscais referem-se ao Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, calculados sobre as adições/exclusões temporárias que foram adicionadas/excluídas na apuração do lucro real e na base de cálculo da contribuição social do exercício corrente e anteriores bem como apurados sobre prejuízos fiscais e sobre futuro aproveitamento fiscal de ágio pago por rentabilidade futura, os quais serão realizados ao longo do exercício de 2016 em diante.
Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias estão suportados por projeções de resultados tributáveis e expectativa de recuperabilidade, com base em estudos técnicos de viabilidade internos, elaborados por profissionais especializados, e submetidos anualmente aos órgãos de Administração da Companhia e seu reconhecimento obedeceu ao disposto na Nota Explicativa nº 3.1.12.
A seguir está apresentada a movimentação dos tributos diferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

	31 de dezembro de 2015			
	Controladora		Consolidado	
Descrição	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Saldo final em 31 de dezembro de 2014	**967.923**	**350.159**	**1.328.587**	**379.850**
(-) Realização de tributos sobre prejuízo fiscal	(429.141)	-	(446.709)	-
Tributos diferidos sobre prejuízo fiscal	1.171.545	-	1.275.310	-
Tributos diferidos sobre base de cálculo negativa de CSLL	-	421.756	-	441.256
(-) Realização de tributos diferidos sobre base negativa de CSLL	-	(154.490)	-	(160.815)
Tributos diferidos sobre adições/exclusões temporárias	389.046	140.057	415.929	148.197
(-) Realização de tributos diferidos sobre adições/exclusões temporárias	(970.190)	(349.268)	(992.024)	(355.474)
Ganho ou perda na conversão	-	-	124.920	-
Outros	(87.132)	(31.368)	(27.804)	-
Operação descontinuada	-	-	(159.083)	(2.328)
Saldo final em 31 de dezembro de 2015	**1.042.051**	**376.846**	**1.519.126**	**450.686**

Os créditos quem têm por base diferenças temporárias, principalmente provisões, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.
A empresa iniciou em 2013 um processo de restruturação operacional e reorganização societária, a fim de adequar a sua estrutura de capital e seu nível de endividamento ao seu modelo de negócios.
Em Outubro de 2013, a Companhia apresentou para o mercado o plano estratégico "Focar para Ganhar", o qual foi posto em prática logo a seguir. As metas estabelecidas para os períodos de 2014 e 2015 foram completamente atingidas.
O plano "Focar para Ganhar" contém os seguintes pilares: a) agenda específica de ganho de produtividade direcionada para o negócio Beef Brasil; b) controle sobre as margens; c) aceleração de crescimento orgânico em/para localidades e clientes estratégicos e com melhores margens, com destaque para o aumento da participação das exportações no faturamento total do negócio Marfrig Beef; d) foco nos canais de distribuição com maior rentabilidade; e) maior integração das plataformas de negócios em nível mundial; f) desinvestimentos de atividades operacionais consideradas como não estratégicas; g) redução do endividamento bruto e das taxas de juros das captações.
Cabe notar que as projeções levaram em consideração as premissas de expectativa de resultado e histórico de rentabilidade de cada segmento, levando em conta os diversos panoramas econômicos de cada um dos mercados de atuação, em função da presença global e diversificada que a companhia possui (aproximadamente 60% das receitas foram oriundas de unidades internacionais as quais, na sua maioria, estão localizadas em países de economias estáveis).
Em 2013 a Companhia iniciou o processo de reestruturação com a venda dos negócios Seara e Zenda.
Em 2015 a Companhia deu continuidade a esse processo, e concluiu a venda de sua unidade de negócio Moy Park, por aproximadamente US$ 1,5 bilhões. Tal transação contribuiu para: a) redução da alavancagem da companhia e, consequentemente, melhor perspectiva de geração de lucro futuro; b) a estabilização do saldo dos ativos fiscais diferidos nos níveis do período anterior.
No exercício de 2016 a Companhia continuará com seus esforços de reestruturação de seus negócios em convergência com o plano estratégico.
A expectativa de realização do "Ativo Fiscal Diferido", fundamentada em estudo técnico de viabilidade conforme Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, está definida da seguinte forma:

Exercício	Controladora	Consolidado
2016	36.964	95.080
2017	81.752	141.305
2018	97.608	160.226
2019	112.138	133.100
2020	128.280	157.834
2021 a 2025	962.155	1.282.267
	1.418.897	**1.969.812**

13. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Participação em sociedades controladas	6.178.587	3.405.210	-	-
Outros investimentos	135	135	26.024	36.934
	6.178.722	**3.405.345**	**26.024**	**36.934**

continua...

...continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

13.2. Movimentação dos Investimentos (Controladora)
Efeito de equivalência reflexa das contas de patrimônio líquido das Controladas.

	Saldo contábil em 31/12/2014	Ajuste de avaliação patrimonial	Aquisição	Baixa	Reclassificações (3)	(Redução)/ aumento de capital	Dividendos	Total investimento no período	Resultado da equivalência patrimonial (1)	Ativos mantidos para venda	Operação descontinuada	Efeito de conversão de balanço	Saldo Contábil em 31/12/2015
MFB Marfrig Frigorificos do Brasil S.A.	115.449	(1.467)	-	-	-	273.322	-	273.322	(81.357)	-	-	-	305.947
Marfrig Chile S.A.	69.936	-	-	-	-	-	-	-	13.616	-	-	26.875	110.427
Inaler S.A.	57.673	-	-	-	-	-	-	-	(16.788)	-	-	25.709	66.594
Frigorífico Tacuarembó S.A.	234.644	(9.392)	-	-	-	-	(182.713)	(182.713)	63.984	-	-	112.558	219.081
Weston Importers Ltd.	(18.949)	3.551	-	(23.228)	-	43.749	-	20.521	(1.277)	-	-	(3.846)	-
Masplen Ltd.	35.155	-	-	-	-	-	-	-	(22.675)	-	-	(4.179)	8.301
Prestcott International S.A.	79.695	71	-	-	-	-	-	-	(1.871)	-	-	40.706	118.601
Establecimientos Colonia S.A.	48.531	-	-	-	-	-	-	-	(20.685)	-	-	21.354	49.200
Marfood USA, Inc.	(6.392)	-	-	-	-	-	-	-	-	6.392	-	-	-
Marfrig Overseas Ltd.	(339.384)	-	-	-	-	-	(794.580)	(794.580)	(131.982)	-	1.492.927	(171.579)	55.402
MFG Agropecuaria Ltda.	(4.817)	-	-	-	-	-	-	-	-	4.817	-	-	-
Marfrig Argentina S.A.	75.447	-	-	-	-	-	-	-	-	(75.447)	-	-	-
MFG Comercializadora de Energia Ltda.	1.782	-	-	-	-	-	-	-	(2.605)	-	-	-	(823)
Marfrig Holdings(Europe) BV	3.056.659	78.249	-	-	-	23.228	-	23.228	20.247	-	479.036	1.588.903	5.246.322
Marfrig Peru S.A.C.	(219)	-	-	-	-	-	-	-	(160)	-	-	(86)	(465)
Mercomar Empreendimentos e Participações Ltda. (2)	-	-	503.351	(273.376)	(229.975)	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	**3.405.210**	**71.012**	**503.351**	**(296.604)**	**(229.975)**	**340.299**	**(977.293)**	**(660.222)**	**(181.553)**	**(64.238)**	**1.971.963**	**1.636.415**	**6.178.587**

(1) O saldo apresentado corresponde ao percentual de participação da Companhia em suas subsidiárias;
(2) Empresa incorporada na MFB Marfrig Frigorificos do Brasil S.A, para mais detalhes consulta nota explicativa nº 13.4;
(3) Valores referentes aos efeitos de incorporação da controlada Mercomar Empreendimentos Ltda. para o intangível com reflexo no Imposto de Renda Diferido.

Ativos mantidos para venda

	Saldo contábil em 31/12/2014	Ajuste de avaliação patrimonial	(Redução)/Aumento de capital	Total investimento no período	Resultado da equivalência patrimonial (1)	Efeito de conversão de balanço	Saldo contábil em 31/12/15
Marfood USA, Inc.	(6.392)	(388)	-	-	(101.236)	(3.639)	(111.655)
Marfrig Argentina S.A.	75.447	(70.922)	56.325	56.325	(250.835)	15.526	(174.459)
MFG Agropecuária Ltda.	(4.817)	-	112.584	112.584	(10.445)	-	97.322
Total	**64.238**	**(71.310)**	**168.909**	**168.909**	**(362.516)**	**11.887**	**(188.792)**

13.3. Venda de Participações Societárias
De acordo com o fato relevante publicado ao mercado em 21 de junho de 2015, a Companhia celebrou no dia 19 de junho de 2015 um Contrato de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças, por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para a alienação pela Companhia de determinadas participações societárias em sociedades do seu grupo que detém a unidade de negócios Moy Park à JBS S.A.
Na data da celebração, o valor da transação foi fixado em aproximadamente US$ 1,5 bilhão, composto de (i) pagamento em caixa no valor de US$ 1,19 bilhão à Marfrig e (ii) cessão da dívida líquida da Moy Park no valor de GBP 200 milhões.
Em 28 de setembro de 2015, a Companhia concluiu a venda da totalidade da participação societária da Moy Park Holdings Europe Ltd., Controladora das sociedades que operam a unidade de negócios "Moy Park". Desta forma, nesta data o controle desta entidade foi transferido à JBS.
Na data de conclusão, os valores ajustados conforme balanço de fechamento, ficando o preço estimado de fechamento da transação, líquido da dívida, composto de: (i) pagamento à vista de US$ 1,21 bilhão à Marfrig (R$ 4,73 bilhões) e (ii) pagamento a prazo no valor de US$ 53,8 milhões (R$ 210 milhões) a Marfrig, quitado em 27 de outubro de 2015.
Em conformidade com a previsão contratual, as partes elaboraram seus relatórios de verificação do preço estimado de fechamento e, de comum acordo, definiram o ajuste de preço final da transação. A Companhia reconheceu no trimestre findo em dezembro de 2015 o ajuste de preço devido à JBS no valor de US$ 46,5 (R$ 180 milhões), dos quais US$ 21,5 milhões (R$ 83,2 milhões) foram desembolsados durante este período.
O valor de ajuste adicional de R$ 180 milhões, somado ao ajuste de preço do trimestre anterior de R$ 210 milhões, resultaram em um ajuste de preço total para a transação de R$ 30 milhões.
Dessa forma, o resultado ajustado apurado antes dos impostos na venda da Moy Park foi de R$ 1.396 milhões e foram registrados na demonstração do resultado do exercício consolidado, no grupo de "Resultado líquido das operações descontinuadas", em 31 de dezembro de 2015.
Os ganhos e perdas do exercício corrente, relacionados ao negócio vendido, foram classificados para o grupo de "Resultado líquido no exercício das operações descontinuadas", bem como os ganhos e perdas do exercício comparativo foram reclassificados conforme previsto na Deliberação CVM 598/09 (CPC 31 - ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada).

	R$ mil
Preço de venda	4.736.868
Ajuste preço de venda (*)	30.275
(-) Despesa com assessores jurídicos e consultores externos	(14.905)
(=) Preço de venda ajustado	**4.752.238**
(-) Baixa de ativos e outros resultados abrangentes	(3.356.439)
(=) Resultado apurado na operação de venda antes dos impostos	**1.395.799**
Imposto de renda e Contribuição social	(474.572)
(=) Resultado da operação	**921.227**

(*) O ajuste de preço é decorrente substancialmente de variação de capital de giro e dívida líquida nas empresas negociadas, de acordo com a previsão contratual.

13.4. Aquisição de Participação Societária
Em 25 de maio de 2015, a Marfrig adquiriu um negócio que contempla os seguintes ativos: (a) aquisição da totalidade das ações da empresa Mercomar Empreendimentos e Participações Ltda., que abriga as unidades anteriormente arrendadas, Capão do Leão (RS), Mato Leitão (RS), Pirenópolis (GO), Tucumã (PA) e Nova Londrina (PR). Em contrapartida, a Marfrig pagará uma importância de R$ 428,2 milhões. O pagamento do montante de R$ 428,2 milhões ocorrerá em fases, sendo: a primeira com o pagamento no montante de R$ 4 milhões e o saldo restante de R$ 424,2 milhões será pago em 24 parcelas trimestrais com carência do principal de três anos. Os encargos serão atualizados a CDI mais 1,5% ao ano e serão pagos em 36 parcelas trimestrais.

Na data de aquisição, conforme previsto na NBC TG 15 (R3) - Combinação de Negócios, a Companhia mensurou os ativos adquiridos e passivos assumidos ao valor justo, com base num laudo preparado por especialistas externos contratados pela Companhia, considerando critérios, premissas e metodologia de projeções adequadas e consistentes para negócios desta natureza. Preliminarmente, não foram identificados passivos e provisões para contingência a serem reconhecidos na data de aquisição, considerando que a empresa adquirida foi constituída recentemente e não possui histórico que possam gerar passivos desta natureza. Os valores justos desses ativos e passivos foram mensurados no montante de R$ 503,4 milhões, cuja alocação da mais valia gerada aos respectivos ativos foram adequadamente reconhecidas nas rubricas contábeis do ativo imobilizado e intangível. A Administração da Companhia revisou as premissas e critérios adotados e avaliou que os valores destes ativos foram adequadamente mensurados na data de aquisição. Ademais, os efeitos tributários diferidos sobre a mais valia foram reconhecidos.
Os valores demonstrados abaixo retratam o destacado acima:

	R$ mil
Ativos da empresa Mercomar e Empreendimentos e Participações Ltda. (a)	441.825
Caixa e equivalente de caixa	2
Imobilizado	441.823
Valor contábil dos ativos adquiridos e passivos assumidos	**441.825**
Valor justo do imobilizado conforme laudo de especialistas externos (b)	186.516
Valor justo dos intangíveis conforme laudo de especialistas externos (c)	348.528
Tributo diferido passivo	(31.693)
Valor justo dos ativos adquiridos	**503.351**
Valor de aquisição contratual	428.158
(=) Compra vantajosa - Ganho na operação (d)	**75.193**
Percentual de Imposto de renda e contribuição social	34%
Imposto de renda e contribuição social	25.566

(a) A Mercomar Empreendimentos e Participações Ltda., sociedade para a qual foram transferidos os ativos detidos pelo Frigorífico Mercosul S.A. e suas afiliadas, constituída em 27 de abril de 2015. Estes ativos consistem em todos os bens e direitos relacionados a 5 (cinco) unidades localizadas em: Capão do Leão/RS; Tucumã/PA; Mato Leitão/RS; Nova Londrina/PR e Pirenópolis/GO;
(b) Este montante adquirido está contemplado na movimentação do ativo imobilizado, na coluna de "adições", conforme nota explicativa nº 14;
(c) Os ativos intangíveis adquiridos estão contemplados na movimentação do ativo intangível, na coluna de "adições", conforme nota explicativa nº 15;
(d) Esta aquisição gerou uma compra vantajosa e o efeito do ganho foi registrado no resultado do exercício no grupo de "Outras receitas (despesas) operacionais". Os efeitos tributários também foram reconhecidos.
A Administração da Companhia monitora efeitos de aquisição, respeitando o prazo de mensuração que não pode exceder a um ano da data da aquisição, conforme previsto no NBC TG 15 (R3) - Combinação de negócios.
Em 30 de setembro de 2015 foi aprovada e concluída a incorporação da Mercomar Empreendimentos e Participações Ltda. (Incorporada) pela MFB Marfrig Frigoríficos do Brasil S.A. (Incorporadora), nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação apresentado aos acionistas na oportunidade. O capital social da Incorporadora e da Incorporada são integramente detidos pela Marfrig Global Foods S.A., fazendo parte, portanto, do mesmo grupo econômico. Trata-se de uma incorporação sem o envolvimento de quaisquer acionistas minoritários que tem por objetivo a simplificação da estrutura societária do grupo.

14. IMOBILIZADO
Os quadros a seguir demonstram a taxa média ponderada anual de depreciação pelo método linear, com base na vida útil econômica dos ativos e seus saldos:

Movimentação do custo de aquisição da Controladora:

							Controladora 31/12/15
Descrição	Taxas anuais médias de depreciação	Custo de aquisição	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação acumulada	Custo líquido
Terrenos	-	28.210	2.946	-	-	-	31.156
Edificações e prédios	3,08%	797.940	-	(4.273)	14.083	(138.086)	669.664
Máquinas e equipamentos	13,44%	398.993	61.804	(497)	46.194	(212.603)	293.891
Móveis e utensílios	10,00%	15.313	811	(83)	151	(7.469)	8.723
Instalações	4,60%	877.357	45.671	(6.715)	2.345	(179.669)	738.989
Veículos	18,17%	32.331	206	(1.050)	253	(10.526)	21.214
Equipamentos de informática	19,03%	12.221	224	(59)	(675)	(7.549)	4.162
Aeronaves	20,00%	382	-	-	-	(382)	-
Benfeitorias em propriedades arrendadas	16,67%	9.606	-	-	48.692	(6.657)	51.641
Arrendamento - veículos	20,00%	19.231	22	-	(81)	(19.052)	120
Arrendamento - informática	20,00%	16.943	8.902	(15)	343	(14.490)	11.683
Arrendamento - máquinas	10,00%	12.160	3	-	(503)	(9.904)	1.756
Arrendamento - instalações	-	18.240	-	-	-	(18.240)	-
Arrendamento - edificações	-	6.314	-	-	-	(6.314)	-
Obras em andamento	-	8.811	106.343	-	(110.802)	-	4.352
Outras imobilizações	-	315	3	-	-	(118)	200
		2.254.367	**226.935**	**(12.692)**	**-**	**(631.059)**	**1.837.551**

Movimentação do saldo líquido da Controladora:

		31/12/14					Controladora 31/12/15
Descrição	Taxas anuais médias de depreciação	Saldo líquido	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Saldo líquido
Terrenos	-	28.210	2.946	-	-	-	31.156
Edificações e prédios	3,08%	679.192	-	(3.941)	14.083	(19.670)	669.664
Máquinas e equipamentos	13,44%	236.087	61.804	(289)	46.194	(49.905)	293.891
Móveis e utensílios	10,00%	9.104	811	(75)	151	(1.268)	8.723
Instalações	4,60%	737.263	45.671	(6.374)	2.345	(39.916)	738.989
Veículos	18,17%	20.415	206	(103)	253	443	21.214
Equipamentos de informática	19,03%	5.366	224	(49)	(675)	(704)	4.162
Benfeitorias em propriedades arrendadas	16,67%	9.081	-	-	48.692	(6.132)	51.641
Arrendamento - veículos	20,00%	371	22	-	(81)	(192)	120
Arrendamento - informática	20,00%	3.882	8.902	(14)	343	(1.430)	11.683
Arrendamento - máquinas	10,00%	2.486	3	-	(503)	(230)	1.756
Obras em andamento	-	8.811	106.343	-	(110.802)	-	4.352
Outras imobilizações	-	197	3	-	-	-	200
		1.740.465	**226.935**	**(10.845)**	**-**	**(119.004)**	**1.837.551**

Movimentação do custo de aquisição Consolidado:

											Consolidado 31/12/15
Descrição	Taxas anuais médias de depreciação	Custo de aquisição	Adições	Baixas	Operação descontinuada	Ativos mantidos para venda	Perdas estimadas por valor não recuperável (1)	Transferências	Conversões	Depreciação acumulada	Custo líquido
Terrenos	-	93.628	14.945	(859)	-	-	(4.141)	466	28.695	-	132.734
Edificações e prédios	1,82%	2.680.703	182.054	(24.464)	(801.765)	(16.816)	(4.945)	29.022	517.854	(699.838)	1.861.805
Máquinas e equipamentos	5,85%	2.392.123	134.449	(47.613)	(561.831)	(7.156)	(593)	206.762	309.630	(1.419.856)	1.005.915
Móveis e utensílios	5,22%	142.072	7.483	(3.682)	(52.724)	(374)	(1.369)	10.790	15.686	(86.424)	31.458
Instalações	4,59%	1.073.568	47.150	(7.801)	-	(8.100)	(1.953)	12.997	6.478	(245.413)	876.926
Veículos	12,91%	92.428	2.153	(4.083)	(6.479)	(693)	(25)	557	7.107	(53.116)	37.849
Equipamentos de informática	17,65%	68.397	1.011	(5.792)	(12.388)	(18)	(207)	6.113	1.179	(52.448)	5.847
Aeronaves	20,00%	382	-	-	-	-	-	-	-	(382)	-
Adiantamento para imobilização	-	69	-	-	-	-	-	-	-	-	69
Benfeitorias em propriedades arrendadas	10,70%	560.893	2.389	(341.923)	-	-	(313)	39.634	5.756	(40.775)	225.661
Arrendamento - veículos	20,00%	20.476	1	(19)	-	(96)	-	(113)	-	(20.130)	119
Arrendamento - informática	20,00%	17.409	8.902	-	-	-	-	343	-	(14.955)	11.699
Arrendamento - máquinas	0,58%	130.308	859	-	-	(349)	-	(1.116)	13.561	(113.244)	30.019
Arrendamento - instalações	-	18.790	-	-	-	-	-	-	-	(18.790)	-
Arrendamento - edificações	-	11.577	-	-	-	-	-	-	-	(11.577)	-
Obras em andamento	-	146.761	268.220	(3.305)	(92.487)	-	(10.342)	(311.562)	93.679	-	90.964
Outras imobilizações	-	2.710	498	(69)	-	(32)	(5.905)	6.107	(1.156)	(1.955)	198
		7.452.294	**670.114**	**(439.610)**	**(1.527.674)**	**(33.634)**	**(29.793)**	**-**	**998.469**	**(2.778.903)**	**4.311.263**

Movimentação do saldo líquido Consolidado:

		31/12/14									Consolidado 31/12/15
Descrição	Taxas anuais médias de depreciação	Saldo Líquido	Adições	Baixas	Operação descontinuada	Ativos mantidos para venda	Perdas estimadas por valor não recuperável (1)	Transferências	Conversões	Depreciação	Saldo líquido
Terrenos	-	93.628	14.945	(859)	-	-	(4.141)	466	28.695	-	132.734
Edificações e prédios	1,82%	2.050.246	182.054	(8.890)	(801.765)	(16.816)	(4.945)	29.022	517.854	(84.955)	1.861.805
Máquinas e equipamentos	5,85%	1.132.413	134.449	(23.666)	(561.831)	(7.156)	(593)	206.762	309.630	(184.093)	1.005.915
Móveis e utensílios	5,22%	63.424	7.483	(1.849)	(52.724)	(374)	(1.369)	10.790	15.686	(9.609)	31.458
Instalações	4,59%	878.640	47.150	(7.449)	-	(8.100)	(1.953)	12.997	6.478	(50.837)	876.926
Veículos	12,91%	41.870	2.153	(426)	(6.479)	(693)	(25)	557	7.107	(6.215)	37.849
Equipamentos de informática	17,65%	14.349	1.011	(21)	(12.388)	(18)	(207)	6.113	1.179	(4.171)	5.847
Adiantamento para imobilização	-	69	-	-	-	-	-	-	-	-	69
Benfeitorias em propriedades arrendadas	10,70%	493.993	2.389	(284.082)	-	-	(313)	39.634	5.756	(31.716)	225.661
Arrendamento - veículos	20,00%	657	1	-	-	(96)	-	(113)	-	(330)	119
Arrendamento - informática	20,00%	3.883	8.902	-	-	-	-	343	-	(1.429)	11.699
Arrendamento - máquinas	0,58%	40.911	859	-	-	(349)	-	(1.116)	13.561	(23.847)	30.019
Obras em andamento	-	146.759	268.220	(3.303)	(92.487)	-	(10.342)	(311.562)	93.679	-	90.964
Outras imobilizações	-	781	498	(69)	-	(32)	(5.905)	6.107	(1.156)	(26)	198
		4.961.623	**670.114**	**(330.614)**	**(1.527.674)**	**(33.634)**	**(29.793)**	**-**	**998.469**	**(397.228)**	**4.311.263**

(1) As perdas estimadas por valores não recuperáveis incluem a mensuração do valor justo dos ativos mantidos para venda.

...continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

Conforme a Deliberação CVM 645/10 (CPC 06(R1) - operações de arrendamento mercantil), os bens adquiridos pela Companhia através de arrendamento mercantil financeiro (*leasing* financeiro) passaram a ser registrados no ativo imobilizado, com suas respectivas depreciações, conforme supramencionado, tendo como contrapartida o registro do arrendamento a pagar, demonstrado na nota explicativa nº 20.
De acordo com a Deliberação CVM 639/10 (CPC 01(R1) - redução ao valor recuperável de ativos), anualmente é avaliado se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Somente se houver alguma indicação, deve ser estimado o valor recuperável do ativo.
No caso de haver alguma indicação, as análises de recuperabilidade compreendem a projeção de lucratividade e de caixa futuro das unidades de negócio da Companhia, a qual é apresentada a valor presente, de forma a identificarmos o grau de recuperabilidade do ativo a que se refere.
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não identificamos indícios de ativos que remanescem nos livros da Companhia registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.
A Companhia e suas Controladas possuem itens registrados no ativo imobilizado totalmente depreciados que ainda estão em operação e itens temporariamente ociosos conforme apresentados a seguir:

	Controladora 31/12/15	
Descrição	**Ativo imobilizado temporariamente ocioso**	**Ativo imobilizado totalmente depreciado ainda em operação**
Edificações e prédios	-	181
Máquinas e equipamentos	-	38.577
Móveis e utensílios	-	1.584
Instalações	-	280
Veículos	-	35.676
Equipamentos de informática	-	21.491
Aeronaves	-	382
	-	**98.171**

	Consolidado 31/12/15	
Descrição	**Ativo imobilizado temporariamente ocioso**	**Ativo imobilizado totalmente depreciado ainda em operação**
Terrenos	9.770	-
Edificações e prédios	124.835	4.054
Máquinas e equipamentos	30.592	46.870
Móveis e utensílios	3.779	1.741
Instalações	31.082	283
Veículos	-	35.805
Equipamentos de informática	1	23.580
Aeronaves	-	382
Benfeitorias em propriedades arrendadas	32.607	-
	232.666	**112.715**

15. INTANGÍVEL
A Companhia possui o subgrupo ativo intangível, compondo o ativo não circulante, apresentado de acordo com a Deliberação CVM 644/10 (CPC 04 (R1) ativo intangível), no resumo seguir:

			Controladora		Consolidado	
	Taxa de amortização	**Prazo de vida útil**	**31/12/15**	**31/12/14**	**31/12/15**	**31/12/14**
Ágio	-	-	526.483	526.791	594.479	1.061.568
Marcas e patentes	9,33%	9,33	22.883	22.883	343.091	454.572
Softwares	18,19%	5,43	29.730	33.717	35.549	38.300
Relacionamento com clientes	10,00%	10,00	-	-	45.333	518.113
Relacionamento com clientes	-	Indefinido	-	-	1.280.873	896.381
Direito de uso (*)	5,50%	10,00	52.214	-	52.214	-
Canais de venda (*)	5,50%	10,00	291.522	-	291.522	-
Outros intangíveis	25,00%	4,00	-	-	2.209	35.775
			922.832	**583.391**	**2.645.270**	**3.004.709**

(*) Valores resultantes da incorporação da controlada Mercomar Empreendimentos e Participações Ltda. pela controlada MFB Marfrig Frigoríficos do Brasil S.A., conforme descrito na nota explicativa nº 13.2.

Movimentação do ativo intangível

	Controladora	**Consolidado**
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**583.391**	**3.004.709**
(+) Adição	3.534	12.530
(+) Efeitos de incorporação de controlada	348.528	348.528
(–) Baixa	-	(36.675)
(–) Amortização	(12.313)	(19.216)
(+/–) Variação cambial	-	805.334
(–) Perdas estimadas por valor não recuperável (1)	-	(268.875)
(–) Reversão pela alienação de investimento	(308)	(1.201.065)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**922.832**	**2.645.270**

(1) As perdas estimadas por valores não recuperáveis incluem a mensuração do valor justo dos ativos mantidos para venda.
Os ágios apurados em aquisições de negócios ocorridas até 30 de setembro de 2008 (última aquisição anterior à data de transição de 1º de janeiro de 2009 referentes à adoção completa das Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS) foram apurados com base nas regras contábeis anteriores a Deliberação CVM 665/11 (CPC 15 - combinação de negócios). Conforme "Opções de Isenções às IFRS", a Companhia optou por adotar o IFRS em todas as aquisições de negócios ocorridas a partir de 30 de setembro de 2008. Esses ágios foram fundamentados com base na expectativa de rentabilidade futura, suportados por laudos de avaliações de especialistas.
As marcas adquiridas de terceiros, anteriores a 31 de dezembro de 2009, foram apuradas pelo seu valor pago, enquanto as marcas e lista de clientes adquiridos como parte de combinação de negócios, após 30 de setembro de 2008, foram apuradas pelo seu valor justo em consonância com a Deliberação CVM 665/11 (CPC 15 (R1) - combinação de negócios).
Conforme Deliberação CVM 639/10 (CPC 1 (R1) - redução ao valor recuperável de ativos), o teste de *impairment* dos ágios e dos ativos intangíveis com vida útil indefinida é realizado anualmente e os demais intangíveis com vida útil definida é realizado sempre que houver evidências de não realização dos mesmos. Os intangíveis representados por patentes e lista de clientes são amortizados pela respectiva vida útil, quando aplicável. Determinados intangíveis da Companhia têm vida útil indefinida conforme avaliação de especialistas, sendo seu risco de *impairment* testado anualmente.
As análises de recuperabilidade compreendem a projeção de lucratividade e de caixa futuro das unidades de negócio da Companhia, os quais são apresentados a valor presente, de forma a identificarmos o grau de recuperabilidade do ativo.
Os fluxos de caixa descontados para avaliar a recuperabilidade dos ativos foram elaborados abrangendo o período dos próximos 10 anos. Este fluxo de caixa está em linha com o plano estratégico de 2014 a 2018 da Companhia e com as projeções de crescimento embasados em séries históricas e projeções de mercados de associações e órgãos governamentais. As perdas estimadas por valores não recuperáveis incluem a mensuração do valor justo dos ativos mantidos para venda.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não identificamos indícios de ativos que remanescem nos livros da Companhia registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

15.1. Movimentação do Intangível (Controladora)
A movimentação do intangível na Controladora no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é a seguinte:

	Saldo em 31 de dezembro de 2014	**Aquisição/ Baixa**	**Operação descontinuada**	**Reclassificação/ Amortização**	**Saldo em 31 de dezembro de 2015**
Inaler S.A. - Ágio	38.379	-	-	-	38.379
Frigorífico Tacuarembó S.A. - Ágio	58.496	-	-	-	58.496
Masplen Ltd. - Ágio	17.258	-	-	-	17.258
Prescott International S.A. - Ágio	22.922	-	-	-	22.922
Establecimientos Colonia S.A. - Ágio	114.479	-	-	-	114.479
Marfood USA Inc. - Ágio	308	-	(308)	-	-
Keystone International - Ágio	274.949	-	-	-	274.949
Canais de venda	-	295.586	-	(4.064)	291.522
Direito de uso	-	52.942	-	(728)	52.214
Software e sistemas	33.717	3.534	-	(7.521)	29.730
Marcas e patentes	22.883	-	-	-	22.883
Total	**583.391**	**352.062**	**(308)**	**(12.313)**	**922.832**

Os ágios gerados em aquisições de negócios ocorridas antes da adoção de todos as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) estão expressos na moeda funcional da Controladora.

15.2. Movimentação do Intangível (Controladas)

	Saldo contábil em 31 de dezembro de 2014	**Reclassificação**	**Aquisições**	**Variação cambial na conversão**	**Amortização**	**Baixa**	**Operação descontinuada**	**Ativo mantido para venda**	**Perdas estimadas por valor não recuperável**	**Saldo contábil em 31 de dezembro de 2015**
Marfrig Chile S.A.	**21.369**	**-**	**-**	**10.027**	**(105)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**31.291**
Ágio	21.112	-	-	9.923	-	-	-	-	-	31.035
Marcas e patentes/*software*/outros	257	-	-	104	(105)	-	-	-	-	256
Weston Importers Ltd.	**14.159**	**(19.794)**	**-**	**5.635**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Ágio	14.159	(19.794)	-	5.635	-	-	-	-	-	-
Masplen Ltd.	**460**	**-**	**100**	**-**	**(44)**	**(87)**	**-**	**-**	**-**	**429**
Marcas e patentes/*software*/outros	460	-	100	-	(44)	(87)	-	-	-	429
Prestcott International S.A.	**12.292**	**-**	**-**	**5.758**	**(114)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**17.936**
Ágio	11.678	-	-	5.489	-	-	-	-	-	17.167
Marcas e patentes/*software*/outros	614	-	-	269	(114)	-	-	-	-	769
Marfood USA Inc.	**73.307**	**-**	**-**	**36.133**	**(801)**	**-**	**-**	**-**	**(108.639)**	**-**
Ágio	53.842	-	-	26.689	-	-	-	-	(80.531)	-
Relacionamento com clientes	3.474	-	-	1.517	(801)	-	-	-	(4.190)	-
Marcas e patentes/*software*/outros	15.991	-	-	7.927	-	-	-	-	(23.918)	-
Frigoríficos Tacuarembó S.A.	**888**	**-**	**81**	**416**	**(134)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.251**
Marcas e patentes/*software*/outros	888	-	81	416	(134)	-	-	-	-	1.251
Inaler S.A.	**524**	**-**	**-**	**230**	**(96)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**658**
Marcas e patentes/*software*/outros	524	-	-	230	(96)	-	-	-	-	658
Establecimientos Colonia S.A.	**765**	**-**	**-**	**336**	**(135)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**966**
Marcas e patentes/*software*/outros	765	-	-	336	(135)	-	-	-	-	966
Marfrig Argentina S.A.	**109.168**	**-**	**21**	**51.073**	**(26)**	**-**	**-**	**-**	**(160.236)**	**-**
Ágio	108.902	-	-	50.952	-	-	-	-	(159.854)	-
Marcas e patentes/*software*/outros	266	-	21	121	(26)	-	-	-	(382)	-
MFB - Marfrig Frigoríficos BR S.A.	**401**	**-**	**-**	**-**	**(144)**	**(15)**	**-**	**-**	**-**	**242**
Marcas e patentes/*software*/outros	401	-	-	-	(144)	(15)	-	-	-	242
MFG Agropecuária Ltda.	**15**	**-**	**-**	**-**	**(6)**	**-**	**-**	**(9)**	**-**	**-**
Marcas e patentes/*software*/outros	15	-	-	-	(6)	-	-	(9)	-	-
Marfrig Holdings (Europe) B.V.	**2.187.970**	**19.794**	**8.794**	**695.726**	**(5.298)**	**(36.573)**	**(1.200.748)**	**-**	**-**	**1.669.665**
Ágio	325.084	19.794	-	30.014	-	-	(355.099)	-	-	19.793
Relacionamento com clientes	1.411.019	-	7.760	425.105	(4.633)	(18.894)	(494.152)	-	-	1.326.205
Marcas e patentes/*software*/outros	451.867	-	1.034	240.607	(665)	(17.679)	(351.497)	-	-	323.667
Total	**2.421.318**	**-**	**8.996**	**805.334**	**(6.903)**	**(36.675)**	**(1.200.748)**	**(9)**	**(268.875)**	**1.722.438**

As perdas estimadas por valores não recuperáveis mencionadas incluem a mensuração do valor justo dos ativos mantidos para venda e foram registrados na demonstração do resultado do exercício consolidado, no grupo de "Resultado líquido das operações descontinuadas", em 31 de dezembro de 2015.

16. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	**31/12/14**	**31/12/15**	**31/12/14**
INSS a recolher	35.206	2.236	43.465	11.558
Salários e obrigações trabalhistas	52.182	52.974	143.107	218.805
Outros encargos e benefícios sociais a recolher	3.203	4.695	151.443	111.616
	90.591	**59.905**	**338.015**	**341.979**

Em 21 de novembro de 2005, foi publicada a Lei nº 11.196 que permite a compensação de débitos do INSS com créditos fiscais federais. Tal processo foi regulamentado pela Portaria Interministerial nº 23, de 02 de fevereiro de 2006.
Adicionalmente, o artigo 2º da Lei nº 11.457/07 estabelece a responsabilidade para a Receita Federal do Brasil relativa às contribuições dos trabalhadores, incidentes sobre o seu salário de contribuição, conforme item c, parágrafo único, do artigo 11, da Lei nº 8.212/91 e artigo 104, da Lei nº 11.196/05.
Atualmente, a Companhia possui em seu favor decisão judicial que determina a análise pela Receita Federal do Brasil aos pedidos de Ressarcimento protocolizados pela empresa, bem como estabelece o reconhecimento da possibilidade de compensação dos créditos relativos ao PIS e a COFINS com as contribuições previdenciárias, mediante compensação de ofício.
A Companhia entende possuir créditos suficientes para a liquidação dos seus débitos e assim, com base em opinião de seus assessores legais, estão sendo efetuadas as compensações de débitos previdenciários com créditos de PIS/COFINS.
Foi interposto Agravo de Instrumento pela Fazenda sob a referida decisão judicial, e o mesmo foi julgado mantendo a decisão no que tange à obrigação da análise pela Receita Federal do Brasil aos pedidos de Ressarcimento protocolizados pela empresa, contudo foi reformada a decisão no que tange o direito a suspensão da exigibilidade dos débitos.
Desta forma, foi requerido perante o Poder Judiciário o reconhecimento da possibilidade de compensação dos créditos relativos ao PIS e a COFINS com as contribuições previdenciárias, mediante compensação de ofício, a ser empreendida pela Receita Federal do Brasil.
Para formalização dos créditos indicados, foram protocolizados Pedidos de ressarcimento perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil. Estes indicam a existência de créditos suficientes para a liquidação dos débitos da empresa no momento da ocorrência dos fatos geradores, mediante a compensação de ofício.
Contudo, tendo em vista a abertura de prazo para inclusão dos débitos compensados com créditos de PIS e COFINS, a qual a compensação vem sendo questionada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com o intuito de melhorar nosso posicionamento e relacionamento com a mesma, a Companhia optou por incluir os débitos compensados até dezembro de 2013 no Refis da Copa. Em consequência, os créditos compensados retornaram ao balanço.
Isto não significa a desistência ou mudança de opinião da Companhia, conforme mencionado acima. Portanto, para os débitos posteriores a 31 de dezembro de 2013, continuará sendo solicitada a compensação de ofício.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não patrocinava plano de benefícios pós-emprego que caracterize passivo atuarial.

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	**31/12/14**	**31/12/15**	**31/12/14**
ICMS a recolher	-	-	6.618	96
Parcelamento Especial - Refis (1)	517.397	524.865	699.801	719.751
Imposto de renda a pagar	-	-	56.544	72.958
Contribuição Social a pagar	-	-	7.173	5.177
Impostos a pagar - PGFN (2)	46.704	43.092	46.704	43.092
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	23.800	4.467	65.237	65.783
	587.901	**572.424**	**882.077**	**906.857**
Passivo circulante	**53.117**	**43.556**	**182.961**	**200.312**
Passivo não circulante	**534.784**	**528.868**	**699.116**	**706.545**

(1) Lei nº 11.941/09 e Leis nº 12.865/13 e 12.996/14, que reabriram o prazo de adesão.
(2) Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Parcelamento Especial - Lei nº 11.941/09
Em 30 de setembro de 2009, a Companhia aderiu ao Parcelamento Especial (Novo Refis), instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que dispõe sobre o parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal (SRF), à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), declarando seus débitos em aberto junto aos respectivos órgãos, bem como migrando os parcelamentos PAES Parcelamento Especial Lei nº 10.684/03 e PAEX Parcelamento Excepcional MP nº 303/06, a serem liquidados em até 180 meses.
Durante o processo de consolidação do parcelamento supracitado, a Controladora optou por não incluir o processo de número 10880.720.016/2008-93, no montante original de R$ 29.844, que foi reclassificado para o grupo de impostos a recolher no passivo não circulante.

Tendo em vista a desistência do parcelamento, os débitos foram reajustados em conformidade com a legislação vigente na data do fato gerador, gerando um complemento de multa, juros e atualização de R$ 16.860 e um débito total de R$ 46.704, conforme demonstrado a seguir:

Débitos reclassificados para impostos a recolher

	31/12/15	**31/12/14**
Contribuição Social a pagar - PGFN	10.434	9.627
Imposto de Renda a pagar - PGFN	28.266	26.080
IRRF a pagar - PGFN	8.004	7.385
	46.704	**43.092**

Reabertura do prazo para adesão - Leis nº 12.865/2013 e 12.996/2014
Em 20 de dezembro de 2013 e em 25 de agosto de 2014, a Companhia aderiu à Reabertura da Lei nº 11.941, de 2009 - que dispõe sobre o parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal (SRF), à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), declarando seus débitos em aberto junto aos respectivos órgãos, a serem liquidados em até 180 meses, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	**31/12/14**	**31/12/15**	**31/12/14**
Saldo inicial	524.865	156.299	719.751	156.299
(+) Adesão ao parcelamento	-	464.346	-	692.717
(+) Juros de atualização	29.151	44.501	51.574	50.057
(-) Pagamentos efetuados/créditos tributários	(36.619)	(140.281)	(55.853)	(179.322)
(-) Reversão pela disponibilização de ativo para venda	-	-	(15.671)	-
Saldo devedor	**517.397**	**524.865**	**699.801**	**719.751**
Passivo circulante	**41.962**	**39.089**	**60.034**	**56.557**
Passivo não circulante	**475.435**	**485.776**	**639.767**	**663.194**

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

				Controladora	
Linha de Crédito	**Encargos (% a.a.)**	**Taxa média ponderada de juros (a.a.)**	**Prazo médio ponderado de vencimento (anos)**	**Saldo 31/12/15**	**Saldo 31/12/14**
Moeda nacional:					
FINAME/FINEP	TJLP + Taxa Fixa	6,01%	0,47	1.936	7.942
NCE/Capital de Giro/CDCA'S	Taxa Fixa + %CDI	16,86%	1,45	547.965	695.781
Total moeda nacional		16,82%		**549.901**	**703.723**
Moeda estrangeira:					
NCE/Pré-pagamento (US$)/ACC (US$)	Taxa Fixa + Variação Cambial (US$) + Libor	6,41%	0,76	383.897	908.536
Total moeda estrangeira		6,41%		**383.897**	**908.536**
Total de empréstimos e financiamentos		12,54%		**933.798**	**1.612.259**
Passivo circulante				**518.341**	**1.147.462**
Passivo não circulante				**415.457**	**464.797**

				Consolidado	
Linha de Crédito	**Encargos (% a.a.)**	**Taxa média ponderada de juros (a.a.)**	**Prazo médio ponderado de vencimento (anos)**	**Saldo 31/12/15**	**Saldo 31/12/14**
Moeda nacional:					
FINAME/FINEP	TJLP + Taxa Fixa	4,15%	3,92	26.641	38.577
NCE/Capital de Giro/CDCA'S	Taxa Fixa + %CDI	16,86%	1,45	547.965	695.781
Total moeda nacional		16,27%		**574.606**	**734.358**
Moeda estrangeira:					
Pré-pagamento/NCE/ACC (US$)	Taxa Fixa + Variação Cambial (US$) + Libor	6,42%	0,76	385.341	909.981
Bonds (US$)	Taxa Fixa + Variação Cambial	8,54%	4,34	8.845.300	7.749.702
Empréstimo Bancário (US$)	Taxa Fixa + Variação Cambial	3,32%	4,79	1.400.299	871.760
Linha de crédito Rotativo - *Revolving*	Libor + 2,75	2,27%	4,76	605.515	556.781
PAE (US$)	Taxa Fixa + Variação Cambial	2,14%	0,39	58.360	26.160
Obrigações Negociáveis	Taxa Fixa	6,50%	0,15	15.879	21.601
Total moeda estrangeira		7,45%		**11.310.694**	**10.135.985**
Total de empréstimos e financiamentos		7,88%		**11.885.300**	**10.870.343**
Passivo circulante				**1.772.411**	**1.470.237**
Passivo não circulante				**10.112.889**	**9.400.106**

continua...

...continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

As modalidades de empréstimos e financiamentos da Companhia podem ser descritas da seguinte forma:

18.1. *Senior Notes - Bonds*

São captações de dívida de longo prazo, em moedas internacionais, por meio da emissão de notas no exterior (*Bonds*) destinadas exclusivamente a investidores institucionais qualificados (*Rule* 144A/Reg. S), não registradas na CVM - Comissão de Valores Mobiliários, sob o U.S. *Securities Act* of 1933, conforme alterado.

A Companhia, através de suas subsidiárias, realizou sete captações desta natureza desde 2006, conforme detalhado a seguir:

- A primeira operação de *Bonds* foi concluída em novembro de 2006, mediante emissão pela Marfrig Overseas Ltd., subsidiária integral da Companhia, de US$ 375 milhões de notas de dívida (*Senior Notes*), com cupom de 9,625% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em maio de 2007 e vencimento de principal em 10 anos (Nov/2016), às quais foram atribuídas classificação de risco em moeda estrangeira B1 pela Moody's e B+ pela Standard&Poors e Fitch. Os recursos captados nesta emissão destinaram-se à aquisição de unidades de negócio pela Companhia na Argentina e Uruguai.
  Em março de 2010 os detentores destas *Senior Notes* manifestaram sua anuência ao aditamento de determinadas cláusulas constantes da escritura (*Indenture*) que rege esta emissão, incluindo a alteração e/ou supressão de restrições aplicáveis à prestação de garantias pela Companhia e suas subsidiárias. Tal aditivo não contemplou qualquer alteração às condições financeiras desta dívida, que manteve o mesmo prazo de vencimento e taxa de juros previstos originalmente (este aditivo, juntamente com a escritura, a "Primeira Emissão"). A Primeira Emissão conta com garantias de Marfrig Global Foods S.A. e Marfrig Holdings (Europe) B.V.;
- A segunda captação foi realizada em abril de 2010, mediante emissão pela Marfrig Overseas Ltd. de US$ 500 milhões de *Senior Notes*, com cupom de 9,50% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em novembro de 2010 e vencimento de principal em 10 anos (Nov/2020), às quais foram atribuídas classificação de risco em moeda estrangeira B1 pela Moody's e B+ pela Standard&Poors e Fitch. Esta operação também contou com a garantia da Marfrig Global Foods S.A. e Marfrig Holdings (Europe) B.V. e seus recursos destinaram-se ao alongamento do perfil do endividamento da Companhia ("Segunda Emissão"). Em 28 de outubro de 2015, a Marfrig Global Foods S.A., anunciou o encerramento da oferta de compra à vista das *Senior Notes* emitidas pela Marfrig Overseas Ltd., no valor principal de US$ 94.518 mil das *Senior Notes* 2020, ou cerca de 12,20% das notas em aberto que foram devidamente ofertadas nos termos da Oferta de Compra Conjunta. Os detentores das *Senior Notes* 2020, ofertadas receberam o valor de US$ 980,00 para cada US$ 1.000,00 de valor principal, que inclui o pagamento por oferta antecipada de US$ 30,00, acrescido de juros acumulados e não distribuídos até a data de liquidação;
- A terceira operação foi concluída em maio de 2011 e compreendeu a emissão pela Marfrig Holdings (Europe) B.V. de US$ 750 milhões de *Senior Notes*, com cupom de 8,375% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em novembro de 2011 e vencimento de principal em 7 anos (Mai/2018), às quais foram atribuídas classificação de risco em moeda estrangeira B1 pela Moody's e B+ pela Standard&Poors e Fitch. Esta operação contou com a prestação de garantia da Marfrig Global Foods S.A. e Marfrig Overseas Limited e seus recursos destinaram-se ao alongamento do perfil do endividamento e reforço do capital de giro da Companhia ("Terceira Emissão"). Em 28 de outubro de 2015, a Marfrig Global Foods S.A., anunciou o encerramento da oferta de compra à vista das *Senior Notes* emitidas pela Marfrig Holdings (Europe) B.V., no valor principal de US$ 150.821 mil das *Senior Notes* 2018, ou cerca de 20,81% das notas em aberto, foram devidamente ofertadas nos termos da Oferta de Compra Conjunta. Os detentores das *Senior Notes* ofertadas receberam o valor de US$ 937,50 para cada US$ 1.000,00 de valor de principal das notas, o que incluiu o pagamento da oferta antecipada de US$ 30,00, acrescido de juros acumulados e não distribuídos até a data de liquidação;
- A quarta operação foi concluída em janeiro de 2013 e compreendeu a emissão pela Marfrig Holdings (Europe) B.V. de US$ 600 milhões de *Senior Notes*, com cupom de 9,875% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em julho de 2013 e vencimento de principal em 4,5 anos (Julho/2017), às quais foram atribuídas classificação de risco em moeda estrangeira B2 pela Moody's e B+ pela Standard&Poors e Fitch. Esta operação contou com a prestação de garantia da Marfrig Global Foods S.A. e Marfrig Overseas Ltd. e seus recursos destinaram-se ao alongamento do perfil do endividamento e reforço do capital de giro da Companhia ("Quarta Emissão");
- A quinta operação foi concluída em setembro de 2013 e compreendeu a emissão pela Marfrig Holdings (Europe) B.V. de US$ 400 milhões de *Senior Notes*, com cupom de 11,25% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em março de 2014 e vencimento de principal em 8 anos (Setembro/2021), às quais foram atribuídas classificação de risco em moeda estrangeira B2 pela Moody's e B pela Standard&Poors e Fitch. Esta operação contou com a prestação de garantia da Marfrig Global Foods S.A. e Marfrig Overseas e seus recursos destinaram-se ao alongamento do perfil do endividamento e reforço do capital de giro da Companhia ("Quinta Emissão"). Vinculada à Quinta Emissão a Companhia realizou oferta pública de recompra de *Bonds* cumulada com pedido de consentimento da Primeira Emissão, vencível em 2016. Com base na conclusão desta oferta a Companhia efetuou a recompra de *Bonds* no valor de aproximadamente US$ 191 milhões, ou 50,97% das notas em circulação remanescentes da Primeira Emissão. Em virtude de tal oferta de recompra, a Primeira Emissão foi aditada através de uma escritura complementar dispondo, dentre outras coisas, sobre a eliminação de praticamente todas as cláusulas restritivas (*covenants*) da Escritura. Em 28 de outubro de 2015, a Marfrig Global Foods S.A., anunciou o encerramento da oferta de compra à vista das *Senior Notes* emitidas pela Marfrig Holdings (Europe) B.V. no valor principal de US$ 22.226 mil das *Senior Notes* 2021, ou cerca de 43,30% das notas em aberto, que foram devidamente ofertadas nos termos da Oferta de Compra Conjunta. Os detentores das *Senior Notes* 2021 receberam o valor de US$ 970,00 para cada US$ 1.000,00 de valor principal das notas, o que incluiu o pagamento por oferta antecipada de US$ 30,00, acrescido de juros acumulados e não distribuídos até a data de liquidação;
- Em março de 2014, a Companhia concluiu a emissão adicional de *Senior Notes* atreladas à Segunda Emissão, no valor total de US$ 275 milhões ("Notas Adicionais"). As Notas Adicionais foram consolidadas compondo uma série única com as *Senior Notes* da Segunda Emissão, com cupom de 9,50% ao ano (*yield* de 9,43% por ano para a emissão). As Notas Adicionais receberam classificação de risco em moeda estrangeira B2 pela Moody's, B pela Standard&Poors e Fitch. A emissão das Notas Adicionais é garantida pela Marfrig Global Foods S.A. e por sua subsidiária Marfrig Holdings (Europe) B.V Vinculada às Notas Adicionais a Companhia realizou oferta pública de recompra de *Bonds* da Quarta Emissão, vencível em 2017 e da Quinta Emissão, vencível em 2021. Com base na conclusão desta oferta a Companhia efetuou a recompra de *Bonds* no valor de aproximadamente (i) US$ 72,8 milhões ou 12,14% das Notas em circulação remanescentes da Quarta Emissão, e (ii) US$ 57,1 milhões ou 14,28% das Notas em circulação remanescentes da Quinta Emissão;
- A sétima operação foi concluída em junho de 2014 e compreendeu a emissão pela Marfrig Holdings (Europe) B.V. de US$ 850 milhões de *Senior Notes*, com cupom de 6,875% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em dezembro de 2014 e vencimento de principal em 5 anos (Junho/2019), às quais foram atribuídas classificação de risco em moeda estrangeira B2 pela Moody's e B pela Standard&Poors. Esta operação contou com a prestação de garantia da Marfrig Global Foods S.A. e Marfrig Overseas Ltd. e seus recursos destinaram-se à redução do custo e o alongamento do perfil do endividamento ("Sétima Emissão"). Vinculada à Sétima Emissão, a Companhia realizou oferta pública de recompra de *Bonds* cumulada com pedido de consentimento, da Quarta Emissão, vencível em 2017 e da Quinta Emissão, vencível em 2021. Com base na conclusão destas ofertas, a Companhia recomprou o valor de principal de aproximadamente (i) US$ 291,5 milhões ou 85,03% das Notas em circulação remanescentes da Quinta Emissão, e (ii) US$ 371,8 milhões ou 70,54% das Notas em circulação remanescentes da Quarta Emissão. Em virtude dos resultados de recompra antecipada, a Quarta Emissão e a Quinta Emissão foram aditadas através de uma escritura complementar dispondo, dentre outras coisas, sobre a eliminação de praticamente todas as cláusulas restritivas (*covenants*) das Escrituras;
- Em 28 de setembro de 2015, em virtude do fechamento da operação avençada por meio do Contrato de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças datado de 19 de junho de 2015 por meio do qual ficou aperfeiçoado, dentre outras, a alienação, pela Companhia, de determinados direitos e participações societárias em sociedades do seu grupo que detém a unidade de negócios Moy Park para a JBS S.A., a Sexta Emissão, juntamente com as Notas Adicionais a ela atreladas, deixaram de compor o balanço consolidado da Companhia;
- Em 29 de setembro de 2015, a Marfrig Holdings (Europe) B.V., anunciou a oferta de compra à vista das *Senior Notes* referentes à Quinta Emissão, no montante de principal de US$ 51,3 milhões ("Oferta I"). A Marfrig Holdings (Europe) B.V. e a Marfrig Overseas Limited anunciaram ainda a oferta de compra à vista das *Senior Notes* referentes à Sétima Emissão ("Oferta II") e à Terceira Emissão ("Oferta III") ambas de emissão da Marfrig Holdings (Europe) B.V.; e pela Marfrig Overseas, referente à Segunda Emissão ("Oferta IV"), Oferta II, Oferta III e Oferta IV no montante total de até US$ 500 milhões, com a possibilidade de incremento de até US$ 150 milhões. Oferta I, Oferta II, Oferta III e Oferta IV, em conjunto "Ofertas";
- Em 28 de outubro de 2015 a Companhia comunicou ao mercado a liquidação das Ofertas de Compra à Vista das Notas Senior, sendo que um total de principal de US$ 406.536 milhões foram aceitas para aquisição e pagas nos termos das Ofertas de Compra de 29 de Setembro de 2015 e 14 de Outubro de 2015. Desse montante, foram liquidados US$ 150.821 com vencimento em 2018, US$ 138.971 com vencimento em 2019, US$ 22.226 com vencimento em 2021, ambos emitidos pela subsidiária Marfrig Holdings (Europe) B.V., e US$ 94.518 com vencimento em 2020, emitido pela subsidiária Marfrig Overseas Limited.

18.2. Garantias dos Empréstimos e Financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Saldo de financiamentos	**933.798**	**1.612.259**	**11.885.300**	**10.870.343**
Garantias:				
Nota promissória	154.228	404.580	155.672	406.024
Duplicatas	65.243	84.878	65.243	120.083
Fiança bancária	-	-	-	30.167
Aval	388.860	492.490	388.860	1.306.624
Bem financiado	81	294	81	17.368
Documentos de exportação	-	-	83.065	57.603
Instalações	1.855	7.648	90.658	80.312
Aplicação financeira	8.745	60.707	8.745	518.744
Hipoteca	-	-	50.801	-
Sem garantias	314.786	561.662	11.042.175	8.333.418

18.3. *Covenants*

Os contratos de empréstimos e financiamentos são pautados, na sua forma mais restritiva, em relação ao nível de endividamento consolidado, pelo *covenant* de 4,75x, como quociente máximo da divisão entre a Dívida Líquida e o EBITDA anualizado (últimos doze meses).

O cronograma de vencimentos está apresentado na nota explicativa nº 19.

A penalidade ao não cumprimento desse *covenant* é a mesma aplicada no mercado financeiro em geral, ou seja, não sendo respeitado esse limitador, o vencimento da dívida passa a ser antecipado, devendo ser reclassificada para o passivo circulante.

O indicador de alavancagem é calculado conforme demonstrado a seguir:

	31/12/15
Dívida bruta Consolidada	12.122.107
(-) Disponibilidade Consolidada	5.004.210
Divida líquida Consolidada	7.117.897
EBITDA (*LTM)* do exercício findo em 31 de dezembro de 2015	3.144.177
Quociente de EBITDA	2,26
Divida líquida Consolidada	7.117.897
(-) Efeito de variação cambial *(carve-out)*	5.419.046
Divida líquida Consolidada Ajustada	1.698.851
Indicador de alavancagem	0,54

Conforme nota explicativa nº 33.6 - Gestão de Capital, em função das disposições contratuais (*carve-out*) que permitem a exclusão dos efeitos da variação cambial no cálculo do índice de alavancagem (dívida líquida/*EBITDA* LTM), a Companhia esclarece que por tal metodologia o atual índice de alavancagem (dívida líquida/*EBITDA* LTM), ficou em 0,54x.

19. DEBÊNTURES A PAGAR E JUROS SOBRE DEBÊNTURES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Debêntures a pagar	570.000	570.000	-	-
(-) Custo emissão de debêntures	(124)	(184)	-	-
Juros debêntures conversíveis e não conversíveis	330.096	280.606	288.789	238.228
(-) IRRF sobre juros debêntures	(51.982)	(47.646)	(51.982)	(47.646)
	847.990	**802.776**	**236.807**	**190.582**
Passivo circulante - juros sobre debêntures	**278.114**	**232.960**	**236.807**	**190.582**
Passivo não circulante - debêntures a pagar	**569.876**	**569.816**	**-**	**-**

A Companhia apoiada pelos seus assessores financeiros estruturou durante o 2º trimestre de 2013 uma emissão de debêntures não conversíveis com vencimento em 22 de janeiro de 2019, no montante de R$ 570.000. Esta operação formalizou o processo de internalização de parte do recurso financeiro oriundo de *Senior Notes*, emitidas por sua subsidiária Marfrig Holdings (Europe) B.V., em janeiro de 2013. A operação foi estruturada de forma a não causar efeito nas demonstrações consolidadas da Companhia.

A Companhia não possui cláusula de repactuação das debêntures e, dessa forma, entende não ser necessária a divulgação das informações requeridas pelo item 18.4.1 do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/07 nas notas explicativas das informações contábeis.

Também estão provisionados juros de debêntures mandatoriamente conversíveis em ações conforme nota explicativa nº 22.

O montante de empréstimos e financiamentos, debêntures e juros sobre debêntures é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Moeda nacional				
Empréstimos e financiamentos	549.901	703.723	574.606	734.358
Juros sobre debêntures	278.114	232.960	236.807	190.582
Debêntures a pagar	569.876	569.816	-	-
	1.397.891	**1.506.499**	**811.413**	**924.940**
Moeda estrangeira				
Empréstimos e financiamentos	383.897	908.536	11.310.694	10.135.985
	383.897	**908.536**	**11.310.694**	**10.135.985**
	1.781.788	**2.415.035**	**12.122.107**	**11.060.925**

A seguir está apresentado o cronograma de empréstimos e financiamentos, debêntures e juros sobre debêntures:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
2015	-	1.380.422	-	1.660.819
2016	796.455	188.084	2.009.218	714.354
2017	366.604	227.860	1.011.436	659.247
2018	48.827	48.827	2.330.304	2.526.727
2019	569.889	569.829	2.591.132	2.014.335
2020	12	12	3.215.980	2.552.990
2021	1	1	104.330	932.453
2022	-	-	858.817	-
2023	-	-	890	-
Total	**1.781.788**	**2.415.035**	**12.122.107**	**11.060.925**

20. ARRENDAMENTOS A PAGAR

A Companhia é arrendatária em vários contratos, os quais são classificados como arrendamento operacional ou financeiro:

20.1. Arrendamento Financeiro

Tendo em vista a Deliberação CVM 645/10 (CPC 06 (R1) - operações de arrendamento mercantil), as operações de arrendamento financeiro (*leasing* financeiro) passaram a ser reconhecidas no passivo circulante e no passivo não circulante da Companhia, tendo como contrapartida o registro do bem arrendado no ativo imobilizado, de acordo com o exposto na nota explicativa nº 14, quanto às garantias das operações de arrendamento financeiros tratam-se dos próprios bens arrendados:

						Controladora
Linha de Crédito	**Encargos (% a.a.)**	**Taxa média ponderada de juros (a.a.)**	**Prazo médio ponderado de vencimento (anos)**	**Saldo 31/12/15**	**Futuros pagamentos 31/12/15**	**Saldo 31/12/14**
Moeda nacional						
Arrendamento Financeiro *Leasing* Veículos	CDI + Taxa	14,85%	1,1	407	394	509
Arrendamento Financeiro *Leasing* Equipamento Informática	CDI + Taxa	17,01%	2,0	10.359	9.295	2.993
Arrendamento Financeiro *Leasing* Máquinas e Equipamento	CDI + Taxa	14,13%	0,8	1.375	1.290	2.167
Juros Financeiro a incorrer				(2.201)	-	(967)
AVP Arrendamento Financeiro *Leasing*				(1.163)	-	(583)
Total moeda nacional				**8.777**	**10.979**	**4.119**
Passivo circulante				**5.491**	**-**	**2.365**
Passivo não circulante				**3.286**	**-**	**1.754**

						Consolidado
Linha de Crédito	**Encargos (% a.a.)**	**Taxa média ponderada de juros (a.a.)**	**Prazo médio ponderado de vencimento (anos)**	**Saldo 31/12/15**	**Futuros pagamentos 31/12/15**	**Saldo 31/12/14**
Moeda nacional						
Arrendamento Financeiro *Leasing* Veículos	CDI + Taxa	14,85%	1,1	407	394	802
Arrendamento Financeiro *Leasing* Equipamentos Informática	CDI + Taxa	17,01%	2,0	10.359	9.295	2.993
Arrendamento Financeiro *Leasing* Máquinas e Equipamentos	CDI + Taxa	14,13%	0,8	1.375	1.290	2.527
Juros Financeiro a incorrer				(2.201)	-	(1.172)
AVP Arrendamento Financeiro *Leasing*				(1.163)	-	(583)
Total moeda nacional				**8.777**	**10.979**	**4.567**
Moeda estrangeira						
Arrendamento Financeiro *Leasing* Veículos	Taxa	-	-	-	-	2.935
Arrendamento Financeiro *Leasing* Máquinas e Equipamentos	Taxa	4,17%	2,7	52.909	56.299	132.472
Total moeda estrangeira				**52.909**	**56.299**	**135.407**
Total consolidado				**61.686**	**67.278**	**139.974**
Passivo circulante				**38.166**	**-**	**69.229**
Passivo não circulante				**23.520**	**-**	**70.745**

Os arrendamentos financeiros a pagar foram atualizados a valor presente, na data de registro inicial, de acordo com a Deliberação CVM 564/08 (CPC 12 - ajuste a valor presente), conforme descrito na nota explicativa nº 3.1.15.

A seguir está apresentado o cronograma de vencimentos dos contratos de arrendamento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Moeda nacional				
Até 1 ano	5.491	2.365	5.491	2.661
De 1 ano até 5 anos	3.286	1.754	3.286	1.906
Total moeda nacional	**8.777**	**4.119**	**8.777**	**4.567**
Moeda estrangeira				
Até 1 ano	-	-	32.674	66.568
De 1 ano até 5 anos	-	-	20.235	68.839
Total moeda estrangeira	**-**	**-**	**52.909**	**135.407**
Total	**8.777**	**4.119**	**61.686**	**139.974**

O cronograma do valor dos futuros pagamentos do arrendamento mercantil financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Moeda nacional				
Até 1 ano	6.814	2.899	6.814	3.304
De 1 ano até 5 anos	4.165	2.189	4.165	2.388
Total moeda nacional	**10.979**	**5.088**	**10.979**	**5.692**
Moeda estrangeira				
Até 1 ano	-	-	34.621	72.035
De 1 ano até 5 anos	-	-	21.678	74.898
Total moeda estrangeira	**-**	**-**	**56.299**	**146.933**
Total	**10.979**	**5.088**	**67.278**	**152.625**

20.2. Arrendamento Operacional

A seguir está apresentado o demonstrativo de arrendamento mercantil operacional em 31 de dezembro de 2015:

						Controladora
Instituição financeira	**Bem arrendado**	**Data início**	**Taxa média ponderada de juros (a.a.)**	**Prazo médio ponderado de vencimento (anos)**	**Valor total financiado**	**Montante despesa em 31/12/15**
	Moeda nacional					
Brasil Food Service Group S.A. BFG	Planta frigorífica	01/10/14	IGP-M ano	4,0	70.848	14.533
Urupa indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	Planta frigorífica	01/10/15	IGP-M ano	4,8	19.800	990
	Total moeda nacional				**90.648**	**15.523**
	Moeda estrangeira					
AVN AIR LLC	Aeronave	01/12/07	3,04%	1,4	24.631	3.364
	Total moeda estrangeira				**24.631**	**3.364**
	Total moeda nacional e estrangeira				**115.279**	**18.887**

						Consolidado
Instituição financeira	**Bem arrendado**	**Data início**	**Taxa média ponderada de juros (a.a.)**	**Prazo médio ponderado de vencimento (anos)**	**Valor total financiado**	**Montante despesa em 31/12/15**
	Moeda nacional					
Brasil Food Service Group S.A. BFG	Planta frigorífica	01/10/14	IGP-M ano	4,0	70.848	14.533
Urupa indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	Planta frigorífica	01/10/15	IGP-M ano	4,8	19.800	990
Leoni Empreendimentos Imobiliários	Planta frigorífica	01/01/14	IGP-M ano	4,0	2.520	476
	Total moeda nacional				**93.168**	**15.999**
	Moeda estrangeira					
AVN AIR LLC	Aeronave	01/12/07	3,04%	1,4	24.631	3.364
Bank of America	Aeronave	15/04/11	6,61%	8,0	121.049	8.843
Diversos arrendadores	Imóvel	01/12/15	Prazo fixo	8,7	64.591	21.913
Diversos arrendadores	Máquinas e Equipamentos	22/12/15	Prazo fixo	7,2	379.949	45.358
Diversos arrendadores	Veículos	20/08/15	Prazo fixo	6,0	37.506	4.160
	Total moeda estrangeira				**627.726**	**83.638**
	Total moeda nacional e estrangeira				**720.894**	**99.637**

O cronograma de vencimentos do saldo do arrendamento operacional a pagar é o seguinte:

	Controladora	Consolidado
	31/12/15 (a valor presente)	31/12/15 (a valor presente)
Moeda nacional		
Até 1 ano	16.525	16.926
De 1 ano até 5 anos	52.544	53.748
Total moeda nacional	**69.069**	**70.674**
Moeda estrangeira		
Até 1 ano	3.289	68.121
De 1 ano até 5 anos	2.152	214.991
Mais de 5 anos	-	10.406
Total moeda estrangeira	**5.441**	**293.518**
Total	**74.510**	**364.192**

Os arrendamentos mercantis operacionais contratados pela Companhia não apresentam quaisquer restrições ou contingências, tendo sido celebrados de acordo com as práticas convencionais de mercado, havendo, em alguns casos, cláusulas de reajuste durante a vigência do contrato.

Os valores dos bens arrendados são calculados a um custo definitivo total, que inclui custos de transporte, tributos e documentação. Sobre o valor do custo definitivo total calcula-se o valor das contraprestações, aplicando-se um percentual pré-definido para cada contrato.

Em caso de rescisão, a arrendadora terá a opção de cumulativamente: (i) rescindir unilateralmente de pleno direito o contrato de arrendamento; (ii) pleitear pela devolução dos bens arrendados; e (iii) declarar o vencimento antecipado do contrato de arrendamento mercantil. Nesse caso a arrendatária obriga-se a pagar o valor do saldo devedor das parcelas não quitadas, incluindo vencidas e vincendas, além de eventuais despesas, tributos e encargos em aberto, acrescidos de multa de 10% sobre o saldo devedor. A arrendatária, sem prejuízo da arrendadora, poderá pleitear perdas e danos.

Em relação à opção de renovação, a arrendatária deve manifestar previamente sua intenção, no silêncio prorroga-se automaticamente a renovação cujas condições devem ser ajustadas entre as partes. Caso não haja um ajuste entre as partes, a arrendatária deverá optar pela compra a valor de mercado ou devolver os bens.

continua...

...continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

21. TÍTULOS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Títulos a pagar investimentos Brasil (a)	428.692	3.790	428.692	3.790
Títulos a pagar - Patrocínios (b)	50.000	65.598	50.000	65.598
Operações de mercado a pagar (c)	525.174	376.198	643.418	411.320
Partes relacionadas (d)	9.369.243	5.441.394	-	-
Títulos a pagar desinvestimentos (e)	-	-	98.525	-
Outros	29.787	-	34.484	2.757
	10.402.896	**5.886.980**	**1.255.119**	**483.465**
Passivo circulante	**190.397**	**134.125**	**323.645**	**129.895**
Passivo não circulante	**10.212.499**	**5.752.855**	**931.474**	**353.570**

(a) Em 25 de maio de 2015 a Marfrig adquiriu o total de ações da empresa Mercomar Empreendimentos e Participações Ltda., conforme descrito na nota explicativa nº 13.4;

(b) Em 08 de março de 2010 a Companhia firmou contrato com a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), para patrocínio das Seleções Brasileiras de Futebol, envolvendo todas as equipes de futebol masculina e feminina, das diferentes categorias coordenadas por ela ("Seleções");

O contrato permitia divulgar o patrocínio das "Seleções" por meio de exposição e associação às várias marcas de titularidade da MARFRIG. Houve rescisão do referido contrato e as partes estão discutindo em juízo os termos da referida rescisão;

Em 29 de março de 2010 a Companhia assinou contrato com a FIFA (*Federation Internationale de Football Association*), para patrocínio dos campeonatos - *2010 FIFA World Cup™, FIFA Confederations Cup 2013 e 2014 FIFA World Cup™.* O contrato permite a utilização das marcas do Grupo Marfrig, tais como: MOY PARK e PEMMICAN, e também a utilização do logotipo dos campeonatos em propagandas, produtos e distribuição;

(c) Na nota explicativa nº 33 apresentamos detalhadamente as operações com instrumentos financeiros praticados pela Companhia. A Companhia e suas Controladas estão sujeitas a riscos de mercado relacionados a variações cambiais, flutuação de taxas de juros e variação dos preços de *commodities*. Esses valores representam o montante de derivativos a pagar;

(d) Na nota explicativa nº 10.1 apresentamos a composição detalhada do saldo;

(e) Os valores apresentados referem-se ao ajuste da preço na venda do grupo Moy Park, conforme descrito na nota explicativa nº 13.3. Tal título será liquidado no decorrer do próximo exercício.

22. INSTRUMENTO MANDATÓRIO CONVERSÍVEL EM AÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Instrumento mandatório conversível em ações	2.150.000	2.150.000	2.150.000	2.150.000
Cancelamento de debêntures	(450)	(450)	(450)	(450)
Gastos com emissão	(50.832)	(41.180)	(50.832)	(41.180)
Amortização dos gastos com emissão	31.002	13.100	31.002	13.100
	2.129.720	**2.121.470**	**2.129.720**	**2.121.470**

A Companhia, conforme "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações (Instrumento Mandatório) da Marfrig Global Foods S.A.", emitiu 250.000 (duzentos e cinquenta mil) debêntures mandatoriamente conversíveis em ações, com o valor nominal unitário de R$ 10, no valor total de R$ 2.500.000. O Instrumento Mandatório foi emitido em 15 de julho de 2010 por intermédio de subscrição privada, com prazo de 60 meses, anualmente corrigidos por uma taxa de juros à razão de 100% da variação acumulada das taxas médias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescido de um *spread* de 1% (um por cento). A remuneração do Instrumento Mandatório está classificada no passivo circulante e tem seu pagamento garantido por fiança bancária prestada pelo Banco Itaú BBA S.A. A totalidade das 250.000 (duzentos e cinquenta mil) debêntures foram subscritas, sendo o principal debenturista o BNDES Participações S.A.

Conforme definido na referida escritura de emissão e ressalvadas as hipóteses de conversão voluntária, o preço de conversão será o menor valor dentre os seguintes itens: (i) R$ 21,50, acrescido do percentual de juros efetivamente pagos aos debenturistas sobre o valor nominal da emissão e subtraído dos proventos distribuídos a cada ação, ambos corrigidos pelo CDI desde a data do seu efetivo pagamento, no caso dos juros das debêntures, ou da data ex-proventos, no caso dos proventos, até a data da conversão; e (ii) o maior valor entre o preço de mercado e R$ 24,50, este último sem ajuste por proventos em dinheiro ou atualização monetária.

A Companhia, com base na essência da operação (*equity)* e nas características da mesma, registrou, inicialmente, o Instrumento Mandatório (principal) como Reserva de Capital, classificado no Patrimônio Líquido. Todavia, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, através do Ofício/CVM/SEP/GEA-5/nº 329/2012, datado de 10 de outubro de 2012, manifestou-se a respeito desse instrumento, determinando: (i) a reclassificação da contabilização do Instrumento Mandatório, e (ii) que fossem reapresentadas as demonstrações contábeis de 2011, comparadas as demonstrações de 2010. A Companhia acatou a determinação da CVM, procedendo à reclassificação integral do Instrumento Mandatório para rubrica contábil específica no passivo não circulante. A contabilização anterior estava amparada por pareceres contábeis e jurídicos emitidos especificamente para a matéria.

A referida reclassificação não alterou qualquer dos termos e condições do Instrumento Mandatório e não teve efeito sobre o endividamento financeiro da Companhia, seu serviço de dívida e seus *covenants* financeiros, uma vez que, diferentemente de outros itens do passivo da Companhia, o Instrumento Mandatório não é passível de liquidação em caixa ou equivalentes, mas apenas em ações ordinárias de emissão da própria Companhia.

A Companhia incorreu em R$ 12.328 de gastos com emissão do Instrumento Mandatório, registrados inicialmente como redutora de Reserva de Capital conforme determinam as regras contábeis para instrumento de capital. Houve renovações anuais da fiança, desta forma, o gasto com emissão de Instrumento Mandatório passou a ser de R$ 41.180 em 30/06/2014. Esses gastos também foram reclassificados para o passivo não circulante, como redutor da rubrica de "Instrumento Mandatório Conversível em Ações". Por determinação da Companhia este valor passou a ser amortizado mensalmente.

Em virtude da integralização das referidas debêntures realizada pelo BNDES Participações S.A., a MMS Participações Ltda. e o BNDES Participações S.A. firmaram Acordo de Acionistas com o objetivo de regular o relacionamento das partes na qualidade de acionistas da Marfrig Global Foods S.A.

Em 05 de fevereiro de 2013 a Companhia procedeu ao aumento de seu Capital Social, dentro do limite do capital autorizado, em Reunião do Conselho de Administração, em decorrência da conversão de 35.000 (trinta e cinco mil) debêntures, objeto da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia, de titularidade do BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, em 43.750.000 (quarenta e três milhões, setecentos e cinquenta mil) ações de emissão da Companhia, nos termos do item III.16.11 do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações da Marfrig Global Foods S.A.", celebrado entre a Companhia e a Planner Trustee DTVM Ltda., em 22 de julho de 2010 e conforme Fato Relevante divulgado em 24 de outubro de 2012.

As ações dessa conversão têm as mesmas características e condições e gozam de todos os direitos e vantagens legais e estatutariamente atribuídos às demais ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em decorrência da referida conversão de debêntures, houve aumento relevante da participação acionária do acionista BNDESPAR, que passou a deter ações ordinárias que representam 19,63% do Capital Social total da Companhia.

Em 06 de janeiro de 2014 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a submissão à Assembleia Geral de Acionistas da proposta para realização da 5ª (quinta) Emissão de Debêntures Simples Conversíveis em Ações, da Espécie sem Garantia, em Série Única, no montante total de R$ 2.150.000 (5ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia).

Em 22 de janeiro de 2014 os acionistas da Companhia reunidos em Assembleia Geral Extraordinária aprovaram a referida 5ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia, no montante total de R$ 2.150.000, em série única, com a emissão de 215.000 mil debêntures ao valor unitário de R$ 10 cada uma, corrigidos por uma taxa de juros à razão de 100% da variação acumulada das taxas médias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescido de um *spread* de 1% (um por cento). Os Juros são pagos anualmente, nas seguintes datas: 25/01/2015, 25/01/2016; sendo que a última data de pagamento coincide com a Data de Vencimento, em 25/01/2017.

A mencionada 5ª Emissão tinha por destinação, nos limites previstos na respectiva escritura, o resgate total das debêntures da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia.

A 5ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia, da mesma maneira, é mandatoriamente conversível em ações da Companhia na Data de Vencimento, com preço de conversão equivalente ao menor valor entre: (i) R$ 21,50, anualmente corrigido por uma taxa de juros equivalente a CDI+1%, deduzidos de toda ou qualquer remuneração recebida pelos acionistas (dividendos ou Juros sobre Capital Próprio), ou (ii) o maior valor entre o preço de mercado, este definido na escritura como a média ponderada do preço de mercado da ação MRFG3 das negociações no mercado à vista na BM&FBOVESPA nos 60 (sessenta) pregões que antecedem a data de conversão, e R$ 21,50 (sem ajustes por proventos em dinheiro ou atualização monetária).

Em 17 de março de 2014, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado em que tratou da conclusão do processo de emissão e subscrição de sua 5ª Emissão de Debêntures Conversíveis, tendo sido subscritas o total de 214.955 debêntures, com valor nominal unitário de R$ 10, conforme informações recebidas do banco mandatário - Itaú Unibanco S.A., e canceladas, pela Companhia, 45 debêntures não subscritas.

Por fim, em 28 de março de 2014 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, conforme deliberado em Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia, realizada em 22 de janeiro de 2014, de um total de 215.000 debêntures da 2ª Emissão: a) 214.900 foram utilizadas pelos respectivos debenturistas para integralizar debêntures da 5ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia; e b) 100 debêntures remanescentes foram resgatadas, em sua totalidade, na presente data, o que resultou no cancelamento de todas as 215.000 debêntures da 2ª Emissão de Debêntures da Companhia e o consequente encerramento da referida 2ª Emissão de Debêntures.

23. PROVISÕES FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

23.1. Provisões

A Companhia e suas Controladas são partes em diversos processos, em curso normal de seus negócios, nas esferas cível, administrativa, tributária, previdenciária e trabalhista, para os quais foram constituídas provisões com base na estimativa de seus consultores legais. As principais informações dos processos estão assim apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Trabalhistas e previdenciárias	30.422	32.400	31.321	32.684
Fiscais	1.758	3.531	1.758	3.531
Cíveis	13.109	4.184	13.140	4.233
	45.289	**40.115**	**46.219**	**40.448**

A seguir está apresentada a movimentação das provisões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

	Controladora				Consolidado			
	Trabalhista e previdenciárias	Fiscais	Cíveis	Total	Trabalhista e previdenciárias	Fiscais	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**32.400**	**3.531**	**4.184**	**40.115**	**32.684**	**3.531**	**4.233**	**40.448**
Adição	6.705	17	242	6.964	7.301	17	243	7.561
Reversão	-	(1.790)	-	(1.790)	-	(1.790)	-	(1.790)
Reclassificação	(8.683)	-	8.683	-	(8.664)	-	8.664	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**30.422**	**1.758**	**13.109**	**45.289**	**31.321**	**1.758**	**13.140**	**46.219**

23.1.1. Trabalhistas e previdenciárias

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas Controladas eram rés em diversas reclamações trabalhistas. Baseado no histórico passado de pagamentos da Companhia e de suas Controladas foram constituídas provisões no valor de R$ 31.321. Na opinião da Administração e dos assessores legais este valor é considerado suficiente para fazer frente a eventuais perdas. A maior parte das reclamações trabalhistas ajuizadas contra a Companhia e suas Controladas se referem a temas comumente alegados no segmento, tais como justa causa, minutos de preparo, intervalo para pessoal que trabalha em ambiente refrigerado, horas *in itinere*, risco ergonômico entre outros. Na opinião da Administração da Companhia, nenhuma das reclamatórias trabalhistas é individualmente relevante.

23.1.2. Fiscais

A Companhia para provisão de contingências fiscais provisiona como reserva para riscos não materializados o valor total de R$ 1.758.

23.1.3. Cíveis

Em 31 de dezembro de 2015 a Administração, com base na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão no montante das ações classificadas como de risco provável, totalizando R$ 13.140.

As ações cíveis da Companhia e de suas Controladas envolvem tipicamente controvérsias relativas a acordos comerciais e indenizatórias. Nenhum destes processos individualmente é relevante.

23.2. Passivos contingentes

Os passivos contingentes, que não são sujeitos ao registro contábil, conforme as normas vigentes são demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Trabalhistas e previdenciárias	95.377	123.689	123.637	156.313
Fiscais	981.409	782.183	1.076.778	838.419
Cíveis	430	605	852	964
	1.077.216	**906.477**	**1.201.267**	**995.696**

23.2.1. Trabalhistas e previdenciárias

As ações trabalhistas e previdenciárias da Companhia e de suas Controladas envolvem tipicamente temas comumente alegados no segmento, tais como justa causa, minutos de preparo, intervalo para pessoal que trabalha em ambiente refrigerado, horas *in itinere*, risco ergonômico entre outros, que individualmente não são relevantes.

23.2.2. Fiscais

A seguir estão apresentadas as principais matérias em discussão judicial de natureza fiscal que na opinião da Administração e dos nossos assessores legais estão classificadas como perda possível para a Companhia e suas Controladas.

a) Impostos e Contribuições Federais

Em 31 de dezembro de 2015 constam processos administrativos e judiciais movidos pelos órgãos da União pelo valor total histórico de R$ 551.967, exigindo:

(i) Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, esse processo refere-se a pedido de restituição, pelo valor total histórico de R$ 68.552, para os quais não foi constituída provisão, uma vez que, com base na opinião dos assessores jurídicos, a chance de perda nestes processos são classificadas como possível. Foram apresentadas defesas administrativas, pendentes de julgamento definitivo, alegando a inexigibilidade por incorreção em suas bases de cálculos e presunção dos valores pela fiscalização;

(ii) CSLL e IRPJ auferidos em decorrência de apuração de lucros de empresas Controladas no exterior no valor histórico de R$ 37.279, objeto de defesa administrativa sob alegação de desrespeito ao princípio da competência, inconstitucionalidade de dispositivo de Lei (art. 74 da MP 2158-35/2011) e afronta a acordos de bitributação firmados pelo Brasil, onde também não foi constituída provisão, face a chance de perda possível;

(iii) IRPJ e CSLL - Ausência de adição ao lucro líquido, na determinação do lucro real, e da base de cálculo da CSLL, dos lucros auferidos no exterior por filiais, sucursais, Controladas ou coligadas, apurados no ano de 2008, no valor histórico de R$ 38.094. Foi apresentada defesa administrativa. Importante destacar, que não se trata de débito tributário, e sim de glosa de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL, o efeito no ativo diferido é o montante indicado como valor da causa;

(iv) Ausência de adição no lucro real e na base da CSLL de Lucros no exterior relativo ao ano calendário de 2009, glosas de amortização de ágio e ausência de oferecimento a tributação de juros decorrentes de contratos de mutuo ativos com Controladas no exterior, no valor histórico de R$ 83.910. Foi apresentada defesa administrativa;

(v) Glosa de saldo negativo de IRPJ de 2008, com homologação parcial das compensações realizadas, em razão do não reconhecimento de parte do crédito foi constituído débito no valor histórico de R$ 24.980, em face de referida glosa foi apresentada manifestação de inconformidade, a fim de que seja reconhecido a totalidade dos créditos da Companhia;

(vi) Glosa de saldo negativo de IRPJ de 2007, cujas glosas de compensações perfazem débito no valor histórico de R$ 8.087, sendo as mesmas decorrentes de suposta utilização de crédito indevido para quitação das estimativas mensais formadoras do saldo negativo;

(vii) A Companhia possui ação de cobrança relativa à exigência de contribuição adicional ao SENAI, no valor histórico de R$ 330. Referida ação aguarda a apreciação de contestação e laudo pericial apresentados pela empresa;

(viii) A Companhia e sua controlada MFB possuem auto de infração relativo à exigência de contribuição adicional ao SENAI, no valor histórico de R$ 2.015, por suposto enquadramento incorreto no que tange a atividade de seus estabelecimentos;

(ix) A empresa MFB possui Auto de Infração no valor de R$ 1.487, referido auto foi lavrado em razão da suposta insuficiência de créditos de PIS/COFINS não-cumulativo mercado interno e externo (1º trimestre/2010 a 2º trimestre/2011), para extinção dos débitos de PIS/COFINS declarados em Dacon. Na impugnação apresentada foi requerido o sobrestamento do julgamento da impugnação até análise final de cada um dos pedidos de ressarcimento, onde restará comprovada a existência de créditos;

(x) A Companhia e sua controlada MFB possuem processos administrativos, decorrentes de compensações de créditos de tributos federais com débitos previdenciários, no valor de R$ 7.144 e R$ 2.659, respectivamente. As empresas possuem medida judicial que discute o seu direito à compensação;

(xi) A Companhia e suas Controladas MFB e Pampeano possuem débitos de tributos federais, cujas cobranças por processo não são de materialidade relevante individualmente, os quais representam em sua totalidade o valor de R$ 134.434;

(xii) A Companhia e sua controlada MFB possuem Execuções Fiscais que visam a cobrança de débitos previdenciários no período compreendido entre 12/2013 à 08/2014, no valor histórico de R$ 139.195. A despeito de referida exigência, há pleito de liquidação de referidos débitos por meio de procedimento de compensação de ofício com lastro em decisão proferida em demanda judicial específica, que reconheceu tal direito;

(xiii) A Companhia é parte em Execução Fiscal Federal, no valor histórico de R$ 3.801, na qual lhe foi atribuída responsabilidade solidária por suposta sucessão, independentemente da discussão acerca da sucessão, há questão preliminar no que tange a prescrição ao direito da Fazenda de redirecionar a exigência contra a Marfrig.

A Companhia aderiu ao parcelamento previsto na Lei nº 12.996/14, que reabriu o prazo de adesão ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, concedendo a prerrogativa aos contribuintes de parcelarem seus débitos vencidos até 31 de dezembro de 2013 - REFIS COPA. Foram objeto de referido parcelamento débitos: i) de contribuições previdenciárias, ii) decorrentes de compensação não homologadas e iii) relativos a PIS/COFINS Importação, os quais encontram-se valorados na nota explicativa nº 17 - Impostos, taxas e contribuições.

A referida adesão foi materializada com créditos tributários homologados e disponíveis que em 30 de setembro de 2014, estavam devidamente suportados por decisão judicial.

As Controladas MFB, MFG e Pampeano, também aderiram ao parcelamento previsto na Lei nº 12.966/14, que reabriu o prazo de adesão ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, concedendo a prerrogativa aos contribuintes de parcelarem seus débitos vencidos até 31 de dezembro de 2013 - REFIS DA COPA, os débitos objeto de adesão referem-se a contribuições previdenciárias, as quais encontram-se valoradas na nota explicativa nº 17 - Impostos, taxas e contribuições.

b) Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços - ICMS

Em 31 de dezembro de 2015 constam processos administrativos e judiciais pelo valor total histórico de R$ 524.745, exigindo:

(i) As discussões de ICMS envolvendo a Companhia nos processos administrativos movidos pelas Fazendas dos Estados de São Paulo, Goiás, Bahia, Rio Grande do Sul, Rondônia e Ceará são relativas ao aproveitamento de créditos advindos da transferência de mercadorias, questionamento da apropriação de crédito presumido proveniente de atividades de abate, descumprimento de obrigação acessória, emissão errônea de notas fiscais, crédito outorgado e não recolhimento do ICMS ST, questionamento de creditamento de ICMS na aquisição de gado bovino proveniente de outra unidade da federação, ausência de comprovação de exportação de mercadorias os quais montam o valor histórico de R$ 60.448. Deste montante o valor de R$ 13.226 foi objeto de medida judicial relativa a crédito outorgado pelo Estado de SP, com antecipação de tutela favorável suspendendo sua exigibilidade;

(ii) A Companhia questiona a cobrança de recolhimento pela não comprovação de ingresso de mercadorias na Zona Franca de Manaus, pelo valor histórico de R$ 969;

(iii) No Estado de Mato Grosso as autuações referem-se à desconsideração de regime de estimativa firmado com o Estado, ausência de emissão de documento fiscal eletrônico, emissão irregular de documento fiscal e comprovação de exportação, no valor de R$ 3.931;

(iv) Os processos de maior relevância referentes ao ICMS são movidos pela Fazenda do Estado de São Paulo exigindo valores relativos ao crédito presumido de ICMS sobre notas-fiscais de transferências de mercadorias remetidas pelas filiais localizadas nos Estados do Mato Grosso do Sul e Goiás às filiais localizadas no Estado de São Paulo - "Guerra Fiscal". Os valores dos lançamentos correspondem à diferença entre o imposto destacado nos documentos de entrada de mercadorias no centro de distribuição e o cobrado no Estado de origem. O valor histórico total exigido nestes processos é de R$ 424.628;

(v) A controlada MFB possui Auto de Infração, onde se discute a cobrança de débitos de ICMS lavrado pela Fazenda do Estado de São Paulo, lavrado por suposta falta de recolhimento de ICMS-ST na entrada de mercadorias adquiridas junto a Produtores Rurais, entrega de GIA com informações incorretas, suposto creditamento indevido de crédito outorgado em valor superior ao estabelecido na legislação, deixar de proceder estorno de crédito de ICMS decorrente de saídas isentas e falta de recolhimento de ICMS para operações de exportação não realizada dentro do prazo legal, no valor histórico de R$ 4.326;

(vi) A controlada MFB possui também Auto de Infração para cobrança de ICMS lavrados pelo Estado de Rondônia relativo à glosa de créditos de ICMS em razão do descumprimento de obrigação acessória, erro na apuração da base de cálculo para o cálculo do ICMS, não inclusão do frete na base de cálculo do ICMS no valor da prestação do serviço de transporte, circulação de mercadoria com nota considerada inidônea, não observância do preço mínimo de pauta no Estado e omissão da declaração do ICMS na Declaração Periódica de Apuração - DIP, acarretam em autuação para cobrança do imposto, os quais montam o valor histórico de R$ 328;

(vii) A controlada MFB também possui Autos de Infração para cobrança de ICMS lavrados pelos Estado de Goiás relativos a glosa de créditos de ICMS em razão do descumprimento de obrigação acessória, erro na apuração da base de cálculo para cálculo do valor devido à título de ICMS, falta de estorno do crédito outorgado na operação de saída em razão da devolução da mercadoria, falta de estorno de crédito de ICMS relativo a aquisição de insumos/mercadorias em proporção ás saídas, não comprovação de exportação de mercadorias enviadas para o exterior, os quais montam o valor histórico de R$ 30.103;

(viii) A controlada Pampeano possui Auto de Infração, onde se discute a cobrança de débitos de ICMS lavrado pela Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, onde se discute a cobrança de débitos de ICMS, sob a suposta emissão de nota fiscal sem destaque de ICMS na saída de mercadorias daquele Estado, o qual monta o valor histórico de R$ 12.

c) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui Auto de infração que visa a cobrança de ISSQN, em razão de suposta retenção e não recolhimento de referido crédito tributário incidente sobre a prestação de serviços tomados nos períodos de 10/2005, 04, 06, 10 e 12/2006, 04, 08, 09 e 10/2007, 01 e 04/2008, 04, 09 e 12/2009, 04 e 06/2010, referido auto monta o valor histórico de R$ 66.

23.2.3. Cíveis

As ações cíveis da Companhia e de suas Controladas envolvem tipicamente controvérsias relativas a acordos comerciais e indenizatórios, que individualmente não são relevantes.

23.3. Informações Adicionais Passivos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia baseada na opinião da Administração e de seus assessores legais classificou o montante de R$ 237.061 como de Risco Remoto, não fazendo parte do saldo informado na nota explicativa 23.2 - Passivo Contingente - Fiscais.

(i) Contribuições destinadas a Seguridade Social ao FUNRURAL e ao GILRAT três autos de infração, o primeiro referente ao ano de 2006 e 2007, o segundo referente ao ano de 2008 e o terceiro referente aos anos de 2009 e 2010, no valor, no valor histórico de R$ 237.061, em todos os autos foram apresentadas defesas administrativas alegando a inconstitucionalidade de referida contribuição com base em decisão do STF cuja aplicação na instância administrativa encontra-se respaldada no artigo 26 - A do Decreto 70.235/72;

(ii) Referente aos processos administrativos e judiciais federais considerados como de risco remoto, conforme anteriormente descritos na nota explicativa nº 22.3 do período findo em 30 de junho de 2014, a Companhia e suas Controladas MFB e MFG aderiram ao parcelamento previsto na Lei nº 12.966/14, que reabriu o prazo de adesão ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, concedendo a prerrogativa aos contribuintes de parcelarem seus débitos vencidos até 31 de dezembro de 2013 - REFIS DA COPA, os débitos objeto de adesão referem-se a contribuições previdenciárias e à exigência de PIS/COFINS Importação, as quais encontram-se valoradas na nota explicativa nº 17 - Impostos, taxas e contribuições.

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS - PASSIVO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Imposto de Renda	66.000	70.438	577.001	606.676
Contribuição Social	23.760	25.357	30.152	29.082
	89.760	**95.795**	**607.153**	**635.758**

Referem-se: (i) aos tributos diferidos contabilizados no momento da adoção do custo atribuído aos dos bens do ativo imobilizado em 1º de janeiro de 2009 em conformidade com a Deliberação CVM 583/09 (CPC 27 - ativo imobilizado) e a Deliberação CVM 619/09 (ICPC 10), que serão liquidados à medida que ocorrem alienação, baixa ou depreciação/amortização dos bens reavaliados, conforme respectiva vida útil determinada no laudo de avaliação; (ii) pelo efeito dos tributos federais diferidos apurados sobre os efeitos da adoção da Deliberação CVM 665/11 (CPC 15 (R1) - combinação de negócios).

Está apresentado a seguir a movimentação dos tributos diferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**70.438**	**25.357**	**606.676**	**29.082**
Realização de reserva de reavaliação	(1.653)	(595)	(1.678)	(604)
Realização do *deemed cost*	(2.785)	(1.002)	(6.506)	(1.179)
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	-	-	38.026	-
Reversão de tributos diferidos sobre diferenças temporárias	-	-	13.281	-
Outros	-	-	421	2.853
Ganho/perda na conversão	-	-	189.521	-
Operação descontinuada	-	-	(262.740)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**66.000**	**23.760**	**577.001**	**30.152**

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

25.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 é de R$ 5.276.678 representado por 520.747.405 ações ordinárias, sem valor nominal (em 31 de dezembro de 2014 era de R$ 5.276.678 representado por 520.747.405 ações). No âmbito da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias da Companhia, realizada em dezembro de 2012, foram emitidas 131.250.000 ações ordinárias ao preço total de subscrição de R$ 1.050.000, conforme atas do Conselho de Administração datadas de 10 e 21 de dezembro de 2012. Conforme Ata da Reunião do Conselho de Administração de 30 de julho de 2012, procedeu-se ao cancelamento de 1.236.549 ações ordinárias nominativas que se encontravam em tesouraria. Com base na Deliberação CVM 649/10 (CPC 08 (R1) - custo de transação e prêmios na emissão de títulos e valores imobiliários), a Companhia registrou no patrimônio líquido os custos incorridos nos processos de captação de recursos (R$ 108.210), através de emissão pública de ações e emissão privada de ações.

Em 05 de fevereiro de 2013 a Companhia procedeu ao aumento de seu Capital Social, dentro do limite do capital autorizado, em Reunião do Conselho de Administração, em decorrência da conversão de 35.000 (trinta e cinco mil) debêntures, objeto da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia, de titularidade do BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, em 43.750 milhões ações de emissão da Companhia, conforme nota explicativa nº 22.

De acordo com o Estatuto Social, por deliberação do Conselho de Administração, o Capital Social poderá ser composto, independentemente de reforma estatutária, no limite de até 630 milhões de ações ordinárias, incluindo o atual Capital Social, e nas condições que este vier a definir.

A critério do Conselho de Administração poderá ser realizada emissão de ações e debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o § 4º, do artigo nº 171, da Lei nº 6.404/76, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

As condições das emissões (preço e prazo) são definidas pelo Conselho de Administração.

A opção de compra de ações, os casos ou as condições em que os acionistas terão direito de preferência para subscrição, ou de inexistência desse direito, aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou sociedade sob seu controle está apresentada na nota explicativa nº 29.5.

25.2. Reservas de Lucros

25.2.1. Reserva legal

Constituída ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre o lucro líquido da Companhia, conforme definido em seu estatuto e na legislação vigente.

Nos exercícios de 2015 e 2014 não houve constituição de reserva legal, devido a Companhia ter apurado prejuízo. Dessa forma, o saldo em 31 de dezembro de 2015 permaneceu em R$ 44.476 (o mesmo valor de 2014).

25.2.2. Ações em tesouraria

Programa de recompra de ações

As ações adquiridas no âmbito do Programa de Recompra de Ações foram mantidas em tesouraria para utilização no atendimento ao exercício das opções de compra de ações pelos beneficiários do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia e/ou posterior cancelamento ou alienação.

continua...

...continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não há programa de recompra de ações em aberto e a Marfrig não adquiriu nenhuma ação.

Ações em tesouraria
Em 31 de dezembro de 2015, a Marfrig mantinha 58.550 (cinquenta e oito mil quinhentos e cinquenta) ações ordinárias de sua emissão em tesouraria, representando 0,01% do total de ações da Companhia. As ações estavam registradas contabilmente pelo montante de R$ 554, o que corresponde ao custo médio por ação de R$ 9,45 (nove reais e quarenta e cinco centavos).
O quadro a seguir demonstra a movimentação das ações em tesouraria no exercício:

	Saldo em tesouraria	
	Quantidade de ações	Valor (R$ mil)
Saldo em 31/12/2014	**389.729**	**3.685**
(-) Alienação - Plano de Opções	(331.179)	(3.131)
Saldo em 31/12/2015	**58.550**	**554**

25.3. Outros Resultados Abrangentes

25.3.1. Ajuste de avaliação patrimonial
Nessa conta são reconhecidos, enquanto não computadas no resultado do exercício, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado sobre os investimentos em controladas detidas pela Companhia, direta e indiretamente. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. Nesta conta foram reconhecidos os efeitos de adoção do "*deemed cost",* operações de proteção à risco de taxa de juros da controladora e reflexo de suas controladas e diferenças cambiais de conversão de operações no exterior.

25.3.2. Ajuste acumulado de conversão
Nessa conta são registradas as variações cambiais resultantes da conversão das demonstrações contábeis de subsidiárias no exterior, cuja moeda funcional da investida diverge da controladora.

25.3.3. Valores no Patrimônio Líquido relacionados a ativos mantidos para venda
Em atendimento à Deliberação CVM nº 598/09 (CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada), a Companhia segregou do saldo de outros resultados abrangentes demonstrado em seu patrimônio líquido os valores relativos aos ativos mantidos para venda.

25.4. Dividendos a Pagar
O dividendo obrigatório da Companhia é de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social, apurado nas demonstrações contábeis da Companhia Controladora. A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento do mesmo, além do dividendo mínimo obrigatório, é aprovada em Assembleia Geral Ordinária por maioria de votos de acionistas titulares das ações da Companhia e irá depender de diversos fatores, tais como: resultados operacionais, condição financeira, necessidades de caixa e perspectivas futuras da Companhia, além de outros fatores que o Conselho de Administração e acionistas da Companhia julgarem relevantes.
O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 26 de fevereiro de 2016 e, em vista do prejuízo apurado no exercício, não submeteu à AGO proposta de distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2015.

25.5. Juros Sobre o Capital Próprio
Não foram declarados Juros sobre Capital Próprio nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

25.6. Participação dos Acionistas não Controladores
Refere-se à participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido de subsidiárias da Companhia.

26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
		Reclassificado		Reclassificado
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Receita da venda de produtos				
Vendas no mercado interno	3.438.755	3.185.047	13.399.198	10.709.602
Vendas no mercado externo	2.909.452	2.632.230	5.888.873	5.042.296
	6.348.207	**5.817.277**	**19.288.071**	**15.751.898**
Deduções da Receita Bruta				
Impostos sobre vendas	(103.924)	(116.619)	(162.204)	(223.252)
Devoluções e abatimentos	(160.871)	(214.222)	(234.034)	(319.888)
	(264.795)	**(330.841)**	**(396.238)**	**(543.140)**
Receita operacional líquida	**6.083.412**	**5.486.436**	**18.891.833**	**15.208.758**

27. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA
A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	Controladora		Consolidado	
		Reclassificado		Reclassificado
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Custos das vendas				
Custos dos estoques	4.677.021	4.292.406	14.522.239	11.688.048
Depreciação	111.019	75.704	336.472	250.828
Amortização	7.521	7.924	78.588	57.476
Salários e benefícios a empregados	268.018	247.988	1.652.370	1.231.091
	5.063.579	**4.624.022**	**16.589.669**	**13.227.443**
Despesas administrativas				
Depreciação	7.730	14.133	10.809	19.775
Amortização	4.792	-	6.542	670
Salários e benefícios a empregados	65.527	62.871	241.587	188.268
Outros	(16.715)	(16.550)	143.956	134.988
	61.334	**60.454**	**402.894**	**343.701**
Despesas comerciais				
Depreciação	255	339	461	570
Salários e benefícios a empregados	27.397	28.480	60.187	58.382
Outros	267.965	344.105	480.469	554.155
	295.617	**372.924**	**541.117**	**613.107**

28. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO
A Companhia apresenta a demonstração do resultado financeiro líquido, como segue:

	Controladora		Consolidado	
		Reclassificado		Reclassificado
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Receita financeira				
Operações de mercado	100.841	55.676	325.451	173.299
Juros recebidos, rendimento de aplicação financeira	42.930	16.557	108.832	108.026
Descontos obtidos, outros	5.045	5.405	150.676	873
Total receita financeira	**148.816**	**77.638**	**584.959**	**282.198**
Variação cambial ativa	**1.583.030**	**546.359**	**2.023.548**	**768.567**
Despesa financeira				
Juros provisionados, debêntures e arrendamentos com instituições financeiras	(1.062.341)	(787.283)	(1.321.382)	(1.018.198)
Operações de mercado	(548.949)	(233.806)	(582.602)	(288.109)
Despesas bancárias, comissões, tarifas, descontos financeiros e outros	(212.337)	(272.946)	(708.708)	(596.192)
Total despesa financeira	**(1.823.627)**	**(1.294.035)**	**(2.612.692)**	**(1.902.499)**
Variação cambial passiva	**(2.278.525)**	**(934.472)**	**(3.082.400)**	**(1.210.186)**
Resultado financeiro líquido	**(2.370.306)**	**(1.604.510)**	**(3.086.585)**	**(2.061.920)**

29. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES
A política de remuneração visa estabelecer os critérios, responsabilidades e as definições da remuneração dos administradores do Grupo Marfrig, seja a de curto prazo como a de longo prazo (bônus e *stock option*).
A mesma visa impulsionar os executivos da Companhia a crescer e se desenvolver para atingir seu potencial máximo, alinhado aos objetivos do negócio e reconhecer esse desempenho através do pagamento de Incentivo (curto prazo e longo prazo).
O Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos é o órgão que assessora o Conselho de Administração na avaliação da remuneração dos administradores. O comitê é formado exclusivamente por membros do Conselho de Administração da Companhia sendo um desses membros o Coordenador do Comitê.
Os parâmetros utilizados para a definição da remuneração dos administradores são baseados nas práticas de mercado.

29.1. Conselho de Administração
A remuneração do Conselho de Administração é composta de uma parte fixa e uma parte variável.
Remuneração fixa - é fixado um valor anual para cada um dos membros, que é pago de forma mensal.
Remuneração variável - Remuneração baseada em bônus de curto prazo ou em *stock option*.
A composição da remuneração dos conselheiros é feita através de pesquisa de mercado com as principais empresas do segmento, para assim ser definida uma base de remuneração a ser validada pelo Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos da Marfrig Global Foods.

29.2. Diretores Estatutários
A remuneração da Diretoria Estatutária é composta de uma parte fixa e uma parte variável.
Remuneração Fixa - É fixado um valor anual para cada um dos membros, que é pago de forma mensal.
Remuneração Variável - É composta de remuneração de curto prazo (bônus) e longo prazo (*stock option*) - As metas estabelecidas pela Companhia para avaliação dos Administradores, em geral, são compostas de objetivos econômicos e metas individuais.
O ganho no Plano de Opções de Ações está vinculado à valorização do preço da ação de mercado, ou seja, o que sua atuação individual e da Administração como um todo agregarem de valor à Companhia refletirá no seu ganho nesta modalidade de remuneração, mantendo ao mesmo tempo seu interesse alinhado com o da Companhia no longo prazo.
A remuneração por ações dos "Programas Específicos" tem como Preço de Exercício a base dos últimos 20 pregões anteriores ao primeiro dia útil de março de cada ano e preço de outorga com desconto de 50% a partir das concessões de 2010.
O exercício de cada concessão anual ("v*esting*") obedece aos seguintes critérios:
- 25% após 12 meses da concessão;
- 25% após 24 meses da concessão;
- 25% após 36 meses da concessão;
- 25% após 48 meses da concessão.

A composição da remuneração dos diretores é feita através de pesquisa de mercado com as principais empresas do segmento onde são estabelecidos critérios de medição de acordo com a representatividade do cargo na organização. As macropolíticas são aprovadas pelo Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos.

29.3. Conselho Fiscal
O Conselho Fiscal da Companhia foi instalado por ocasião da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2010. Na reforma do estatuto promovida por intermédio da Assembleia Extraordinária de 11 de março de 2011, o Conselho Fiscal tornou-se órgão de funcionamento permanente.
A remuneração do Conselho Fiscal é fixada anualmente e paga de forma mensal, não há remuneração variável.

29.4. Remuneração Consolidada
A remuneração dos administradores e conselheiros compreende os rendimentos de seis membros do Conselho de Administração (os outros três membros optaram por não receber as remunerações como Conselheiros, sendo que um deles também é membro da Diretoria Estatutária, logo é remunerado por esse órgão), seis membros do Conselho Fiscal (sendo três membros suplentes) e seis membros da Diretoria Estatutária.
O valor agregado das remunerações recebidas pelos administradores e conselheiros da Companhia Controladora é definido por meio de práticas de mercado, com a participação do Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos. O comitê é formado exclusivamente por membros do Conselho de Administração da Companhia sendo um desses membros o Coordenador do Comitê.

	31/12/15	31/12/14
Remuneração consolidada dos Administradores	24.255	24.971
Total	**24.255**	**24.971**

29.5. Plano de Opção de Compra de Ações - *Stock Option Plan*
Em 29 de maio de 2009, foi aprovada em Assembleia Geral de Acionistas, a reforma e consolidação do Plano de Opção de Compra de Ações (Plano), tendo como objetivos: (i) promover a geração de valor para os acionistas da Companhia, através do alinhamento dos seus interesses aos dos administradores, empregados e prestadores de serviços da Marfrig ou de suas sociedades Controladas e (ii) possibilitar maior nível de atração, retenção e motivação aos colaboradores considerados estratégicos.
O Plano é administrado pelo Conselho de Administração, dentro dos limites estabelecidos nas diretrizes gerais e na legislação aplicável. As diretrizes gerais do plano estão divulgadas detalhadamente no Formulário de Referência da Companhia.
O Conselho de Administração pode criar programas de concessão de opção de compra de ações que terão condições específicas quanto a participantes, número de opções concedidas, metas de desempenho ou performance a serem alcançadas, descontos nos preços de exercício da opção e demais condições ("Programas Específicos"). Programas Específicos foram criados em que o preço de exercício da Opção de Compra é equivalente ao valor médio das ações apurado nos últimos 20 (vinte) pregões na BM&FBOVESPA S.A. anteriores à data base do primeiro dia útil de março de cada ano, sendo aplicado sobre este valor médio apurado desconto de 50%.
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram transferidas 331.179 ações aos administradores da Companhia dentro dos planos de opção de ações. A movimentação nas opções exercidas ao longo do exercício é demonstrada nas tabelas a seguir:

	Total de opções exercidas por mês	
	Quantidade de ações exercidas	Preço médio de mercado (1) (R$ por ação)
Janeiro/15	-	5,16
Fevereiro/15	-	4,76
Março/15	11.773	4,27
Abril/15	28.254	4,23
Maio/15	9.785	4,25
Junho/15	9.843	4,64
Julho/15	14.039	5,39
Agosto/15	168.360	5,97
Setembro/15	89.125	6,72
Outubro/15	-	6,54
Novembro/15	-	6,41
Dezembro/15	-	6,24
Opções Exercidas - 2015	**331.179**	

(1) Cotação de média mensal divulgada pela BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A., referente às ações ordinárias da Marfrig, sob o código MRFG3.

Movimentação Consolidada (Opções)	2015	2014
Saldo inicial	**3.405.169**	**1.493.501**
Opções outorgadas	1.581.017	2.499.640
Opções exercidas	(331.179)	(71.494)
Opções canceladas e vencidas	(2.389.642)	(516.478)
Saldo final	**2.265.365**	**3.405.169**

A diluição prevista da participação dos atuais acionistas, quando do exercício das opções de ações na data de performance ("*vesting*") é de 0,44% do total de ações em 31/12/2015, conforme detalhado na tabela a seguir:

Percentual de Diluição	Plano ESP VI LP 11-12	Plano ESP VII LP 12-13	Plano ESP VIII LP 13-14	Plano ESP IX LP 14-15	Total
Data de concessão	24/04/12	05/04/13	30/04/14	24/06/15	
Contratos em aberto	89.664	103.892	709.029	1.362.780	**2.265.365**
Ações em tesouraria					**(58.550)**
Total de ações exceto ações em tesouraria					**520.688.855**
Percentual de diluição	**0,02%**	**0,02%**	**0,14%**	**0,26%**	**0,44%**

A Companhia reconheceu despesas relativas às outorgas dos planos vigentes no exercício findo em 31/12/2015, conforme detalhado na tabela a seguir:

Efeitos decorrentes do exercício de opções (R$ mil)	2015	2014
Valor recebido pela venda de ações - opções exercidas	915,2	350,7
(-) Custo das ações em tesouraria alienadas	(3.131,0)	(675,9)
Efeito na alienação das ações	**(2.215,8)**	**(325,2)**

Devido ao exercício das opções a Companhia incorreu na absorção nos custos de ações em tesouraria alienadas no montante de R$ 3.131. Em 31/12/2015, o valor contábil das ações em tesouraria estava registrado no patrimônio líquido da Companhia ao montante de R$ 554 (em 31/12/2014, o valor era R$ 3.685).
O valor justo das opções foi mensurado de forma indireta, baseando-se no modelo de precificação *Black-Scholes*, com base nas seguintes premissas:
- **Desvio Padrão:** 39,37%. A medida utilizada para estimar a volatilidade, levando em conta os preços diários das ações da Companhia negociadas no pregão da BM&FBOVESPA sob o código MRFG3, no período de 01/07/2015 a 31/12/2015;
- **Taxa de juros livre de risco:** 7,00% a.a. A Companhia utiliza como taxa de juros livre de risco a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, anualizada na data do cálculo e disponível no *website* da receita federal - www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/refis/tjlp.htm.

O valor justo das opções em 31/12/2015 se estabeleceu entre o mínimo de R$ 1,42 e o máximo de R$ 4,68 por ação para os planos ESPECIAIS.

A movimentação dos programas de opções é demonstrada a seguir:

Planos	Data de concessão	Período de performance (carência)	Expiração da opção	Opções concedidas	Opções vestidas	Opções exercidas no período	Opções canceladas/ vencidas no período	Opções exercidas/ canceladas em períodos anteriores	Contratos em aberto	Preço de exercício da opção
Opções exercidas/canceladas em períodos anteriores				**5.620.658**	**2.215.214**			**2.215.214**	**3.405.169**	
ESP V LP 10-11	20/04/11	03/03/15	02/09/15	142.770	142.770	200	142.295	275	-	R$ 7,0251
				142.770	**142.770**	**200**	**142.295**	**275**	**-**	
ESP VI LP 11-12	24/04/12	03/03/15	02/09/15	250.447	250.447	62.174	188.273	-	-	R$ 4,7680
ESP VI LP 11-12	24/04/12	03/03/16	02/09/16	250.447	2.596	1.416	159.367	-	89.664	R$ 4,7680
				500.894	**253.043**	**63.590**	**347.640**	**-**	**89.664**	
ESP VII LP 12-13	05/04/13	03/03/15	02/09/15	87.380	87.380	28.480	58.900	-	-	R$ 5,0083
ESP VII LP 12-13	05/04/13	03/03/16	02/09/16	87.380	1.199	450	35.051	-	51.879	R$ 5,0083
ESP VII LP 12-13	05/04/13	03/03/17	02/09/17	87.380	1.197	448	34.919	-	52.013	R$ 5,0083
				262.140	**89.776**	**29.378**	**128.870**	**-**	**103.892**	
ESP VIII LP 13-14	30/04/14	03/03/15	02/09/15	624.910	624.910	227.868	397.042	-	-	R$ 1,9470
ESP VIII LP 13-14	30/04/14	03/03/16	02/09/16	624.910	3.383	3.383	385.219	-	236.308	R$ 1,9470
ESP VIII LP 13-14	30/04/14	03/03/17	02/09/17	624.910	3.383	3.383	385.219	-	236.308	R$ 1,9470
ESP VIII LP 13-14	30/04/14	03/03/18	02/09/18	624.910	3.377	3.377	385.120	-	236.413	R$ 1,9470
				2.499.640	**635.053**	**238.011**	**1.552.600**	**-**	**709.029**	
ESP IX LP 14-15	24/06/15	03/03/16	02/09/16	395.316	-	-	54.575	-	340.741	R$ 2,3720
ESP IX LP 14-15	24/06/15	03/03/17	02/09/17	395.316	-	-	54.575	-	340.741	R$ 2,3720
ESP IX LP 14-15	24/06/15	03/03/18	02/09/18	395.316	-	-	54.575	-	340.741	R$ 2,3720
ESP IX LP 14-15	24/06/15	03/03/19	02/09/19	395.069	-	-	54.512	-	340.557	R$ 2,3720
				1.581.017	**-**	**-**	**218.237**	**-**	**1.362.780**	
Total em	**31/12/15**			**7.201.675**	**3.335.856**	**331.179**	**2.389.642**	**2.215.489**	**2.265.365**	

Planos	Data de concessão	Valor de mercado das opções não vestidas ao final do período	Valor de mercado das opções vestidas em aberto ao final do período	Efeitos no resultado futuro da Companhia - não exige contabilização imediata
ESP VI LP 11-12	24/04/12	148,1	0,0	141,9
		148,1	**0,0**	**141,9**
ESP VII LP 12-13	05/04/13	74,0	0,0	69,6
ESP VII LP 12-13	05/04/13	105,9	0,0	69,8
		179,9	**0,0**	**139,4**
ESP VIII LP 13-14	30/04/14	1.046,0	0,0	1.040,5
ESP VIII LP 13-14	30/04/14	1.076,9	0,0	1.040,5
ESP VIII LP 13-14	30/04/14	1.107,5	0,0	1.040,9
		3.230,4	**0,0**	**3.121,9**
ESP IX LP 14-15	24/06/15	1.365,2	0,0	1.355,5
ESP IX LP 14-15	24/06/15	1.420,2	0,0	1.355,5
ESP IX LP 14-15	24/06/15	1.476,0	0,0	1.355,5
ESP IX LP 14-15	24/06/15	1.529,4	0,0	1.354,7
		5.790,8	**0,0**	**5.421,2**
Total em	**31/12/15**	**9.349,2**	**0,0**	**8.824,4**

continua...

...continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

30. RESULTADO POR AÇÃO

A tabela a seguir demonstra a reconciliação do cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares, exceto quando mencionado outro valor):

	31/12/15	Reclassificado 31/12/14
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas das operações continuadas	(1.173.281)	(834.485)
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas das operações descontinuadas	587.259	95.013
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(586.022)	(739.472)
Média ponderada da quantidade de ações do exercício (em unidades)	520.747.405	520.747.405
Média ponderada da quantidade de ações em tesouraria (em unidades)	(322.736)	(443.185)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação (em unidades)	520.424.669	520.304.220
Lucro (Prejuízo) Básico e Diluído (em R$) das operações continuadas	**(2,2545)**	**(1,6038)**
Lucro (Prejuízo) Básico e Diluído (em R$) das operações descontinuadas	**1,1284**	**0,1826**
Resultado atribuído aos acionistas da Companhia	**(1,1261)**	**(1,4212)**

A Companhia possui debêntures mandatoriamente conversíveis em ações ordinárias, não computados no cálculo do resultado diluído por ação.

31. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Marfrig Global Foods S.A. é uma multinacional de origem brasileira dedicada à produção, industrialização e comercialização no mercado interno e operações internacionais de produtos alimentícios diversificados, com foco em derivados de proteína animal.

A Companhia construiu um modelo de negócios integrado e geograficamente diversificado, composto por bases de produção localizadas em lugares com vantagens competitivas importantes de custo e uma rede de distribuição com acesso aos principais mercados consumidores do mundo.

A Companhia está organizada estrategicamente em dois principais segmentos:

- *Marfrig Beef* - Pioneira na comercialização e promoção da carne bovina e ovina no mercado brasileiro com forte atuação no segmento de *food service*, além de uma significativa presença no mercado externo. As operações internacionais na América do Sul concentram-se na exportação de cortes nobres de carne bovina e no aproveitamento diferencial estratégico do Uruguai, Chile e duas tradings localizadas na Europa e Peru, com acesso aos principais mercados consumidores do mundo;
- *Keystone* - Empresa global focada na produção e no desenvolvimento de alimentos multiproteína para o atendimento das grandes redes mundiais de restaurantes, com forte presença na Ásia e nos Estados Unidos.

A plataforma global do grupo está presente em 4 continentes, com 45 plantas e escritórios na América, Ásia, Europa e Oceania, com um sistema de distribuição que nos permite exportar para mais de 105 países.

A Companhia fornece informações ao mercado combinadas por segmento de atividade, na forma considerada para tomada de decisões estratégicas pelos seus administradores.

Está apresentado a seguir o balanço patrimonial e demonstração de resultado, consolidados, resumidos por segmento de informação:

	31/12/15					31/12/14				
	Marfrig Beef	Holding B.V.	Keystone	Segmento descontinuado	Total	Reclassificado Marfrig Beef	Holding B.V.	Keystone	Reclassificado Segmento descontinuado	Total
Ativo										
Circulante	5.704.581	1.679.662	1.928.231	529.981	9.842.455	5.107.408	570.315	1.206.822	1.483.972	8.368.517
Não circulante	3.474.055	53.876	503.202	-	4.031.133	3.027.859	254.204	179.946	209.976	3.671.985
Investimentos	135	-	25.889	-	26.024	73	-	36.764	97	36.934
Imobilizado	2.992.160	-	1.319.103	-	4.311.263	2.826.447	-	975.308	1.159.868	4.961.623
Ativos biológicos	-	-	59.804	-	59.804	-	-	40.597	101.543	142.140
Intangível	995.397	-	1.649.873	-	2.645.270	634.247	-	1.153.833	1.216.629	3.004.709
	13.166.328	**1.733.538**	**5.486.102**	**529.981**	**20.915.949**	**11.596.034**	**824.519**	**3.593.270**	**4.172.085**	**20.185.908**
Passivo circulante	3.835.924	166.580	1.240.434	163.711	5.406.649	2.596.538	43.204	854.857	1.167.866	4.662.465
Não circulante	7.063.260	6.313.427	1.288.981	-	14.665.668	6.368.781	4.386.845	1.546.458	1.149.634	13.451.718
	10.899.184	**6.480.007**	**2.529.415**	**163.711**	**20.072.317**	**8.965.319**	**4.430.049**	**2.401.315**	**2.317.500**	**18.114.183**

	31/12/15					31/12/14				
	Marfrig Beef	Holding B.V.	Keystone	Segmento descontinuado	Total	Reclassificado Marfrig Beef	Reclassificado Holding B.V.	Reclassificado Keystone	Segmento descontinuado	Total
Receita líquida	9.905.666	-	8.986.167	-	18.891.833	9.313.787	-	5.894.971	-	15.208.758
CPV	(8.335.460)	-	(8.254.209)	-	(16.589.669)	(7.748.075)	-	(5.479.368)	-	(13.227.443)
Resultado com equivalência patrimonial	-	(11.341)	(12.419)	-	(23.760)	-	-	(17.795)	-	(17.795)
Resultado financeiro	(2.476.603)	(378.346)	(231.636)	-	(3.086.585)	(1.595.168)	(419.769)	(46.983)	-	(2.061.920)
Imposto de renda e contribuição social	718.563	78.446	(114.520)	-	682.489	356.287	(824)	(50.263)	-	305.200
Participação dos acionistas controladores no lucro (prejuízo) - operação continuada	(940.034)	(315.509)	82.262	-	(1.173.281)	(530.119)	(438.769)	134.403	-	(834.485)
Participação dos acionistas controladores no lucro (prejuízo) - operação descontinuada	-	-	-	587.259	587.259	-	-	-	95.013	95.013
Resultado interesses minoritários - operação continuada	100	-	47.196	-	47.296	1.294	-	17.902	-	19.196
Resultado interesses minoritários - operação descontinuada	-	-	-	176	176	-	-	-	(17)	(17)

(i) A presente demonstração por segmento expressa a estrutura fiduciária da Companhia;

(ii) A Companhia entende que, Marfrig Holding (Europe) B.V., com atividade de captação de recursos financeiros e com participação acionária em outras subsidiárias do Grupo, deve ser segregada dessas informações para melhor demonstrar os segmentos de negócio Keystone e Marfrig Beef;

(iii) Segmento Descontinuado refere-se à alienação das unidades de negócios Moy Park e a disponibilização para venda dos ativos relativos à Marfrig Beef (empresas Marfood USA Inc., MFG Agropecuária Ltda. e Marfrig Argentina S.A.), conforme nota explicativa nº 36.

32. COBERTURA DE SEGUROS

É política da Companhia, manter cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado e dos estoques sujeitos a risco, por montantes julgados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação dos consultores de seguros.

Com base na ponderação máxima de risco, não é política da Companhia manter seguros na modalidade lucros cessantes, uma vez que há uma ampla disposição geográfica de suas plantas, e as operações podem ser remanejadas, no caso de uma eventual necessidade.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram revisadas pelos auditores da Companhia.

A seguir, está apresentado o resumo dos montantes segurados pela Companhia:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/15**	**31/12/14**	**31/12/15**	**31/12/14**
Edificações e instalações frigoríficas	2.114.604	2.270.800	4.873.289	8.293.987
Estoques	156.500	129.700	427.996	3.541.264
Armazém de terceiros	26.825	13.700	30.825	24.410
Veículos	19.390	17.826	35.743	30.850
Transporte de mercadorias	78.096	53.124	124.607	788.650
Garantia de diretores	117.144	79.686	226.478	145.581
Responsabilidade civil	20.000	20.000	205.127	521.081
Aeronave	214.417	-	214.417	-
Outros	688.168	352.813	717.199	408.572
	3.435.144	**2.937.649**	**6.855.681**	**13.754.395**

33. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - DERIVATIVOS E GERENCIAMENTO DE RISCO - CONSOLIDADO

33.1. Contexto Geral

Em suas atividades, a Companhia e suas Controladas estão sujeitas a riscos de mercado relacionados a variações cambiais, flutuação das taxas de juros e a preços das *commodities*. Com o objetivo de minimizar esses riscos, a Companhia dispõe de políticas e procedimentos para administrar tais exposições e pode utilizar instrumentos de proteção, desde que previamente aprovados pelo Conselho de Administração.

Dentre as diretrizes estabelecidas pela Companhia destacam-se: o acompanhamento dos níveis de exposição a cada risco de mercado; a mensuração dos mesmos; e a criação de limites para a tomada de decisão e utilização dos mecanismos de proteção, sempre visando minimizar a exposição cambial de sua dívida, fluxo de caixa e taxas de juros.

Em reunião realizada em 24 de junho de 2015, o Conselho de Administração da Companhia estabeleceu novos limites de alçada para os Órgãos da Administração da Companhia. O Comitê de Gestão passou a ser o responsável por autorizar a realização de uma série de atos, com alçadas compreendidas entre R$ 300 milhões e R$ 400 milhões. Para os atos cujas alçadas sejam superiores àquelas definidas para o Comitê de Gestão, faz-se necessária a aprovação do Conselho de Administração da Companhia.

A Companhia somente pratica operações com derivativos ou instrumentos similares que objetivem proteção mínima a: moedas estrangeiras, taxas de juros e preços de *commodities*, com a política conservadora de não assumir operações que possam comprometer sua posição financeira. A Companhia não pratica operações alavancadas em derivativos ou instrumentos similares.

A Companhia também mantém uma sólida política financeira, com manutenção de elevado saldo de caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras de curto prazo, ao mesmo tempo em que concentra seu endividamento no longo prazo em vencimentos distribuídos de forma a não causar concentrações em um único ano.

33.2. Instrumentos Financeiros por Categoria

Os ativos e passivos financeiros da Companhia são classificados conforme as categorias a seguir:

	Controladora			
	Custo amortizado		Mantidos para negociação	
Ativos financeiros	**31/12/15**	**31/12/14**	**31/12/15**	**31/12/14**
Caixa e equivalentes de caixa	259.187	367.049	17.795	20.779
Aplicações financeiras	117.279	79.762	1.483.878	375.827
Valores a receber - clientes	447.838	272.936	-	-
Títulos a receber - derivativos	-	-	14.766	14.376
Partes relacionadas	1.289.604	2.521.877	-	-
Ativos financeiros totais	**2.113.908**	**3.241.624**	**1.516.439**	**410.982**

	Custo amortizado		Mantidos para negociação	
Passivos financeiros	**31/12/15**	**31/12/14**	**31/12/15**	**31/12/14**
Fornecedores	698.471	477.679	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.503.674	2.182.075	-	-
Arrendamento financeiro	8.777	4.119	-	-
Títulos a pagar - derivativos	-	-	525.174	376.198
Títulos a pagar - investimentos Brasil	428.692	3.790	-	-
Títulos a pagar - patrocínios	50.000	65.598	-	-
Juros sobre debêntures	278.114	232.960	-	-
Partes relacionadas	9.369.243	5.441.395	-	-
Passivos financeiros totais	**12.336.971**	**8.407.616**	**525.174**	**376.198**

	Consolidado			
	Custo amortizado		Mantidos para negociação	
Ativos financeiros	**31/12/15**	**31/12/14**	**31/12/15**	**31/12/14**
Caixa e equivalentes de caixa	1.487.624	1.023.213	142.744	68.472
Aplicações financeiras	247.247	625.989	3.127.506	942.093
Valores a receber - clientes	1.003.717	1.618.760	-	-
Títulos a receber - derivativos	-	-	397.499	275.261
Ativos financeiros totais	**2.738.588**	**3.267.962**	**3.667.749**	**1.285.826**

	Custo amortizado		Mantidos para negociação	
Passivos financeiros	**31/12/15**	**31/12/14**	**31/12/15**	**31/12/14**
Fornecedores	1.818.991	2.028.303	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11.885.300	10.870.343	-	-
Arrendamento financeiro	61.686	139.974	-	-
Títulos a pagar - derivativos	-	-	643.418	411.320
Títulos a pagar - investimentos Brasil	428.692	3.790	-	-
Títulos a pagar - patrocínios	50.000	65.598	-	-
Juros sobre debêntures	236.807	190.582	-	-
Passivos financeiros totais	**14.481.476**	**13.298.590**	**643.418**	**411.320**

Os detalhes das políticas contábeis e dos métodos adotados (incluindo critérios de reconhecimento, bases de mensuração e critérios de reconhecimento de ganhos e perdas), para cada classe de instrumento financeiro e de patrimônio, estão apresentados na nota explicativa nº 3.1.4.

33.3. Comparação do Valor de Mercado e dos Respectivos Valores Justos

Segue apresentação do valor de mercado dos instrumentos financeiros:

	31/12/15		Consolidado 31/12/14	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	1.630.368	1.630.368	1.091.685	1.091.685
Aplicações financeiras	3.374.753	3.374.753	1.568.082	1.568.082
Valores a receber - clientes	1.003.717	1.003.717	1.618.760	1.618.760
Títulos a receber - derivativos	397.499	397.499	275.261	275.261
Fornecedores	1.818.991	1.818.991	2.028.303	2.028.303
Empréstimos e financiamentos	11.885.300	11.885.300	10.870.343	10.870.343
Arrendamento financeiro	61.686	61.686	139.974	139.974
Títulos a pagar - derivativos	643.418	643.418	411.320	411.320
Juros sobre debêntures	236.807	236.807	190.582	190.582

O valor justo dos instrumentos financeiros é similar ao valor contábil e refletem substancialmente os valores que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

33.4. Composição dos Instrumentos Financeiros Derivativos

A posição de instrumentos financeiros derivativos do Grupo Marfrig está composta da seguinte forma:

						Consolidado		
Instrumento	**Objeto de proteção**	**Registro**	**Vencimento**	**Ativo**	**Passivo**	***Notional* USD**	***Notional* R$**	**MTM R$**
Operações designadas para *Hedge Accounting*								
Swap	Taxa Juros	CETIP	2016	LIBOR	USD	44.000	171.811	(502)
Swap	Taxa Juros	Balcão	2018	LIBOR	USD	132.500	517.386	(3.162)
Swap	Taxa Juros	Balcão	2019	LIBOR	USD	187.500	732.150	(25.677)
Operações não designadas para *Hedge Accounting*								
Swap	Taxa Juros	CETIP	2016	LIBOR	USD	15.385	60.074	(1.386)
Swap	Taxa Juros	CETIP	2017	R$	USD	230.831	901.348	(358.359)
Swap	Taxa Juros	Balcão	2017	USD	R$	230.831	901.348	358.359
Swap	Taxa Juros	CETIP	2018	CDI	USD	59.827	97.444	(152.570)
								(183.297)
NDF	Taxa Câmbio	Balcão	2016	USD	AUD	393	1.534	23
NDF	Taxa Câmbio	Balcão	2016	USD	AUD	5.700	22.257	501
NDF	Taxa Câmbio	Balcão	2016	KRW	USD	21.904	85.531	(3.831)
NDF	Taxa Câmbio	Balcão	2016	MYR	USD	7.055	27.550	395
NDF	Taxa Câmbio	Balcão	2016	SGD	MYR	266	1.038	10
NDF	Taxa Câmbio	Balcão	2016	THB	MYR	172	670	(22)
NDF	Taxa Câmbio	Balcão	2016	USD	MYR	50.901	198.760	(2.561)
NDF	Taxa Câmbio	Balcão	2016	AUD	MYR	3	13	-
NDF	Taxa Câmbio	Balcão	2016	USD	THB	28.486	111.232	(2.724)
NDF	Taxa Câmbio	Balcão	2016	GBP	THB	3.681	14.374	447
NDF	Taxa Câmbio	Balcão	2016	JPY	THB	686	2.679	(16)
NDF	Taxa Câmbio	CETIP	2016	BRL	USD	75.000	292.860	2.453
NDF	Taxa Câmbio	Balcão	2016	USD	EUR	116	451	-
NDF	Taxa Câmbio	Balcão	2016	USD	CLP	15.951	63.372	263
								(5.062)
Opções	Farelo Soja	CBOT	2016	USD	USD	3.831	14.960	(5.622)
Opções	Milho	CBOT	2016	USD	USD	12.538	48.959	(4.263)
Swap	Farelo Soja	CBOT	2016	USD	USD	37.375	145.943	(12.033)
Swap	Boi gordo	CBOT	2016	USD	USD	55.936	218.419	(16.967)
Swap	Milho	CBOT	2016	USD	USD	63.354	247.384	(18.632)
Futuro	Boi gordo	BM&F	2016	R$	R$	4.764	18.604	(43)
								(57.560)
								(245.919)

Os ativos e passivos apresentados no balanço patrimonial na rubrica "títulos a receber" "títulos a pagar", referentes às operações com derivativos, as quais têm o objetivo de proteção patrimonial, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/15	**31/12/14**
Títulos a receber - derivativos (Nota 10)	397.499	275.261
Títulos a pagar - derivativos (Nota 21)	(643.418)	(411.320)
Total líquido	**(245.919)**	**(136.059)**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o resultado financeiro líquido consolidado com operações de mercado totalizou uma perda de R$ 257.151, sendo R$ 582.602 relativos às despesas e R$ 325.451 relativos às receitas.

33.4.1. Instrumentos Financeiros Derivativos objetos de *Hedge Accounting* de Fluxo de Caixa

Em novembro de 2013, o grupo Marfrig adotou políticas de *Hedge Accounting* para Instrumentos Financeiros expostos a variabilidade de fluxo de caixa. Dessa forma, as variações no valor justo dos derivativos designados como *hedge* são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido classificado como "outros resultados abrangentes". Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado.

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. A documentação das operações designadas como *Hedge Accounting* evidencia o controle de efetividade e a operação, contemplado:

- Objeto do *hedge*;
- Instrumento financeiro;
- Estratégia da gestão de risco a ser coberto;
- Eficácia do instrumento de *hedge* confiavelmente medida;
- Avaliação do *hedge* sobre base contínua durante toda a vigência do contrato.

A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo dos itens protegidos por *hedge*. Portanto, todos os derivativos designados como *Hedge Accounting* são efetivos, altamente prováveis e neutraliza exposição a variações no fluxo de caixa que poderiam afetar o resultado.

A eficácia das operações é controlada, periodicamente, de forma confiável e documentada durante toda a vigência do contrato através da correlação estatística entre o valor justo ou os fluxos de caixa da posição coberta e os do instrumento de *hedge* ou pela comparação das alterações passadas no valor justo ou nos fluxos de caixa da posição coberta que sejam atribuíveis ao risco coberto com as alterações passadas no valor justo ou nos fluxos de caixa do instrumento de *hedge*:

							Consolidado	
Instrumento	**Ativo (Objeto Protegido)**	**Passivo (Risco Contratado)**	**Vencimentos**	***Notional* USD**	***Notional* R$**	**Saldo (MTM) R$**	**Ganho/Perda Patrimônio**	**Ganho/Perda Resultado**
Swap	Libor	USD	2016	44.000	171.811	(503)	(503)	(503)
Swap	Libor	USD	2018	132.500	517.386	(3.162)	(2.738)	(3.162)
Swap	Libor	USD	2019	187.500	732.150	(25.677)	(25.326)	(25.677)
						(29.342)	**(28.567)**	**(29.342)**

33.5. Risco de Mercado

A Companhia está exposta aos riscos de mercado em função dos preços das *commodities*, taxas de juros e taxas de câmbio. Para cada risco a Companhia realiza uma administração contínua e estudos de sensibilidade apresentados nesta nota.

33.5.1. Administração de risco de preços de *commodities*

Em suas atividades a Companhia e suas Controladas efetivam a compra de certas *commodities* como: gado, grãos e energia, os quais são os maiores componentes individuais do custo de produção e estão sujeitos a determinadas variáveis.

O preço do gado adquirido de terceiros está diretamente relacionado às condições de mercado, sofrendo influência da disponibilidade interna e níveis de demanda no mercado internacional.

No tocante ao milho e farelo de soja ("grãos"), os mesmos estão sujeitos à volatilidade gerada pelas condições climáticas, rendimento de safra, custos com transportes, custos com armazenagem, política agrícola, taxas de câmbio, cotação internacional e outras, o que está fora do controle da Administração.

No intuito de diminuir o impacto das *commodities*, a Companhia e suas Controladas administram os níveis de estoque, mantêm confinamento de gado e negociam instrumentos financeiros derivativos de mercado futuro.

A Controladora e as suas Controladas contratam instrumentos financeiros com o objetivo de reduzir o risco de preço relacionado às necessidades das *commodities* para um período de até 12 meses.

Parte substancial dos referidos instrumentos financeiros de proteção advêm do mercado futuro, na bolsa CBOT - *Chicago Board of Trade*.

A seguir, está apresentada a posição dos derivativos relacionados ao risco de *commodities*:

							Consolidado
Registro	**Instrumento**	**Contrato Futuro**	**Vencimento**	***Notional* USD**	***Notional* R$**	**MTM R$**	**Resultado em 31/12/2015**
CBOT	Opções	Farelo soja	2016	3.831	14.960	(5.622)	(5.622)
CBOT	Opções	Milho	2016	12.538	48.959	(4.263)	(4.263)
CBOT	*Swap*	Farelo soja	2016	37.375	145.943	(12.033)	(12.033)
CBOT	*Swap*	Boi gordo	2016	55.936	218.419	(16.967)	(16.967)
CBOT	*Swap*	Milho	2016	63.354	247.384	(18.632)	(18.632)
BM&F	Futuro	Boi gordo	2016	4.764	18.604	(43)	(43)
				177.798	**694.269**	**(57.560)**	**(57.560)**

continua...

...continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

33.5.1.1. Análise de Sensibilidade de Risco de Preços de *Commodities*

No intuito de prover informações do comportamento dos riscos de mercado que a Companhia e suas Controladas estavam expostas em 31 de dezembro de 2015, são considerados três cenários, sendo que o cenário provável é o valor justo na data de 31 de dezembro de 2015 e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, denominados de Possível e Remoto, respectivamente.

Os preços base para os futuros de *commodities* são referenciados pela cotação na Bolsa de Futuros de Chicago (CBOT) dos vencimentos para 31 de dezembro de 2015.

Em relação ao risco de preço de *commodities*, estão apresentados a seguir os cenários de sensibilidade:

Cenários de stress - Derivativos *Commodities* Consolidado

Cenário Provável		Cenário Possível		Cenário Remoto	
MTM	Resultado	MTM	Resultado	MTM	Resultado
(57.560)	(57.560)	(71.950)	(71.950)	(86.339)	(86.339)

Cenários de stress - Derivativos *Commodities* Farelo Soja

Cenário Provável		Cenário Possível		Cenário Remoto	
MTM	Resultado	MTM	Resultado	MTM	Resultado
(17.655)	(17.655)	(22.069)	(22.069)	(26.482)	(26.482)

Cenários de stress - Derivativos *Commodities* Milho

Cenário Provável		Cenário Possível		Cenário Remoto	
MTM	Resultado	MTM	Resultado	MTM	Resultado
(22.895)	(22.895)	(28.619)	(28.619)	(34.343)	(34.343)

Cenários de stress - Derivativos *Commodities* Gado

Cenário Provável		Cenário Possível		Cenário Remoto	
MTM	Resultado	MTM	Resultado	MTM	Resultado
(17.010)	(17.010)	(21.262)	(21.262)	(25.514)	(25.514)

33.5.2. Administração de Risco de Taxas de Juros

Refere-se ao risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição se trata, principalmente, da mudança nas taxas de juros de mercado que afetam passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), LIBOR (*London Interbank Offered Rate*), ou CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários).

Visando minimizar os custos de serviço da dívida, a Companhia e suas Controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

O risco de exposição à taxa de juros da Companhia e suas Controladas em 31 de dezembro de 2015 e 2014 está apresentado a seguir:

	Consolidado	
	31/12/15	31/12/14
Exposição à taxa CDI:		
NCE/Capital de giro/CDA'S/Debêntures	784.772	1.521.548
(-) CDB-DI (R$)	(196.804)	(185.664)
Subtotal	**587.968**	**1.335.884**
Exposição à taxa LIBOR:		
NCE/ACC/Pré-pagamento (US$)	385.341	84.213
Financiamento parque industrial (US$)/Linha de crédito Rotativo (US$)	605.515	556.781
Subtotal	**990.856**	**640.994**
Exposição à taxa TJLP:		
FINAME/FINEM/FINEP	26.641	38.577
Subtotal	**26.641**	**38.577**
Total	**1.605.465**	**2.015.455**

A Companhia contratou operações de "*swap*", não especulativos para minimizar os efeitos das mudanças nas taxas de juros na liquidação de suas operações de empréstimos e financiamentos, conforme a seguir:

						Consolidado	
						31/12/15	31/12/14
Instrumento	Registro	Ativo	Passivo	*Notional* US$	*Notional* R$	MTM	MTM
Swap Taxa Juros	CETIP	LIBOR	USD	379.385	1.481.421	(30.728)	(104.941)
Swap Taxa Juros	CETIP	R$	USD	230.831	901.348	(358.359)	(11.531)
Swap Taxa Juros	Balcão	USD	R$	230.831	901.348	358.359	(14.577)
Swap Taxa Juros	CETIP	CDI	USD	59.827	233.612	(152.570)	(241.659)
Swap Taxa Juros	Balcão	USD	R$	-	-	-	239.699
				900.874	**3.517.729**	**(183.298)**	**(133.009)**

							Consolidado
							31/12/15
Instrumento	Registro	Vencimento	Ativo	Passivo	*Notional* US$	*Notional* R$	MTM
Swap Taxa Juros	CETIP	2016	LIBOR	USD	44.000	171.811	(503)
Swap Taxa Juros	Balcão	2018	LIBOR	USD	132.500	517.386	(3.162)
Swap Taxa Juros	Balcão	2019	LIBOR	USD	187.500	732.150	(25.677)
Swap Taxa Juros	CETIP	2016	LIBOR	USD	15.385	60.074	(1.386)
Swap Taxa Juros	CETIP	2017	R$	USD	230.831	901.348	(358.359)
Swap Taxa Juros	Balcão	2017	USD	R$	230.831	901.348	358.359
Swap Taxa Juros	CETIP	2018	CDI	USD	59.827	233.612	(152.570)
Swap Taxa Juros	Balcão	2017	USD	R$	230.831	901.348	358.359
Swap Taxa Juros	CETIP	2018	CDI	USD	59.827	233.612	(152.570)
					900.874	**3.517.729**	**(183.298)**

33.5.2.1. Análise de sensibilidade de risco de taxa de juros

No intuito de prover informações do comportamento dos riscos de mercado que a Companhia e suas Controladas estão expostas em 31 de dezembro de 2015, são considerados três cenários, sendo que o cenário provável é o valor justo na data de 31 de dezembro de 2015 e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, denominados de Possível e Remoto, respectivamente.

A seguir estão apresentados os cenários de sensibilidade quanto ao risco de taxa de juros:

Cenários de stress - *Swap* Taxa Juros Consolidado

Cenário Provável		Cenário Possível		Cenário Remoto	
MTM	Resultado	MTM	Resultado	MTM	Resultado
(183.299)	(183.299)	(220.601)	(220.601)	(234.914)	(234.914)

Cenários de stress - *Swap* Taxa Juros CDI x USD

Cenário Provável		Cenário Possível		Cenário Remoto	
MTM	Resultado	MTM	Resultado	MTM	Resultado
(152.570)	(152.570)	(153.676)	(153.676)	(154.821)	(154.821)

Cenários de stress - *Swap* Taxa Juros Libor x USD

Cenário Provável		Cenário Possível		Cenário Remoto	
MTM	Resultado	MTM	Resultado	MTM	Resultado
(30.729)	(30.729)	(66.925)	(66.925)	(80.093)	(80.093)

33.5.3. Administração de risco cambial

Trata-se do risco de que alterações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras possam fazer com que a Companhia e suas Controladas incorram em prejuízos, levando a uma redução dos valores dos ativos ou aumento dos valores das obrigações. A principal exposição à qual a Companhia está sujeita, no tocante às variações cambiais, se refere à flutuação do dólar dos EUA em relação ao real.

Como aproximadamente 78,9% das receitas da Companhia são originadas em outras moedas que não o Real, a Companhia possui um "*hedge*" natural para fazer frente aos vencimentos de suas futuras obrigações em moeda estrangeira.

A Companhia também mantém uma sólida política financeira, com manutenção de elevado saldo de caixa e aplicações financeiras de curto prazo em renomadas instituições financeiras.

Acreditamos que a política financeira consistente da Companhia e suas Controladas, alicerçada em sua estrutura de capital bem distribuída, fornece condições para consolidar o aproveitamento das sinergias com as aquisições realizadas.

Posição em moeda estrangeira e derivativos em aberto

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são assim demonstrados:

			Controladora
Exposição			Efeitos no resultado Variação cambial
Descrição	31/12/15	31/12/14	2015
Operacional			
Contas a receber	788.482	613.202	31.052
Adiantamento de cambiais entregues - ACEs	(458.818)	(447.020)	(60.309)
Importações a pagar	(48.059)	(19.536)	(54.933)
Subtotal	**281.605**	**146.646**	**(84.190)**
Financeiro			
Empréstimos e financiamentos	(383.897)	(908.536)	(730.037)
Saldo de bancos e aplicações financeiras (*)	362.697	311.906	118.732
Subtotal	**(21.200)**	**(596.630)**	**(611.305)**
Total	**260.405**	**(449.984)**	**(695.495)**
Variação cambial ativa			1.583.030
Variação cambial passiva			(2.278.525)
Variação cambial liquida			**(695.495)**

(*) Referem-se apenas a saldo de bancos e aplicações financeiras que geraram variação cambial.

			Consolidado
Exposição			Efeitos no resultado Variação cambial
Descrição	31/12/15	31/12/14	2015
Operacional			
Contas a receber	969.824	1.152.249	(125.230)
Adiantamento de cambiais entregues - ACEs	(458.818)	(447.020)	(60.324)
Importações a pagar	(214.014)	(128.322)	(47.507)
Outros	(30.869)	(33.559)	19.580
Subtotal	**266.123**	**543.348**	**(213.481)**
Financeiro			
Empréstimos e financiamentos	(11.310.694)	(10.135.985)	(741.020)
Títulos a pagar	-	-	(133)
Saldo de bancos e aplicações financeiras (*)	537.248	538.365	166.492
Outros	(333.820)	(104.752)	(270.710)
Subtotal	**(11.107.266)**	**(9.702.372)**	**(845.371)**
Total	**(10.841.143)**	**(9.159.024)**	**(1.058.852)**
Variação cambial ativa			2.023.548
Variação cambial passiva			(3.082.400)
Variação cambial liquida			**(1.058.852)**

(*) Referem-se apenas a saldo de bancos e aplicações financeiras que geraram variação cambial.

No decorrer de 2015 a Companhia contratou NDF (*Non-Deliverable Forward*) e contratos futuros, não especulativos, com o objetivo de minimizar os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio em suas subsidiárias no exterior conforme composição apresentada na nota explicativa nº 33.4, cujo resultados estão contabilizados nas rubricas "Variação Cambial Ativa" e "Variação Cambial Passiva".

33.5.3.1. Análise de sensibilidade de risco cambial

No intuito de prover informações do comportamento dos riscos de mercado que a Companhia e suas Controladas estavam expostas em 31 de dezembro de 2015, são considerados três cenários, sendo que o cenário provável é o valor justo na data de 31 de dezembro de 2015 e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, denominados de Possível e Remoto, respectivamente.

No caso de moedas, foi utilizada a curva futura do mercado do dia 31 de dezembro de 2015, onde o valor de referência era de R$/US$ 3,9048.

No tocante ao risco cambial, está apresentado a seguir os cenários de sensibilidade:

	Cenário de stress - exposição cambial de balanço		
31/12/2015	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Controladora	(695.495)	33.503	67.005
Controladas	(363.356)	(2.743.788)	(5.487.577)
	(1.058.851)	**(2.710.285)**	**(5.420.572)**

33.6. Risco de Liquidez e Gestão de Capital

O risco de liquidez decorre da gestão de capital de giro da Companhia e Controladas e da amortização dos encargos financeiros e do principal dos instrumentos de dívida. É o risco de que a Companhia e suas Controladas encontrarão dificuldade em cumprir as suas obrigações financeiras vincendas.

A Companhia e suas Controladas administram seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem a um retorno aos acionistas, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação.

A gestão de capital é feita com o objetivo de se definir a melhor estrutura de financiamentos para a Companhia e suas Controladas.

O principal indicador para monitoramento dessa gestão é o indicador de liquidez imediata modificado, representado pela relação entre o caixa e equivalentes de caixa e o indicador de alavancagem e endividamento circulante (curto prazo):

	Consolidado	
	31/12/15	31/12/14
Caixa, equivalente de caixa e aplicação financeira no curto prazo	5.004.210	2.658.797
Empréstimos e financiamentos no curto prazo	1.772.411	1.470.237
Juros sobre debêntures	236.807	190.582
Indicador de Liquidez modificado	2,49	1,60

O Indicador de alavancagem - acompanhamento da relação da dívida líquida (endividamento total menos o caixa e equivalentes de caixa) sobre EBITDA *(LTM)* em níveis considerados administráveis para a continuidade das operações, conforme metodologia de cálculo demonstrada a seguir:

	31/12/15
Dívida bruta consolidada	12.122.107
(-) Disponibilidade consolidada	5.004.210
Dívida líquida consolidada	7.117.897
(-) Efeito de variação cambial *(carve-out* (1)*)*	5.419.046
Dívida líquida consolidada ajustada	1.698.851
EBITDA *(LTM)* do exercício findo em 31 de dezembro de 2015	3.144.177
Indicador de alavancagem	0,54

(1) Disposições contratuais, no caso, variação cambial sobre empréstimos em moeda estrangeira, que permitem a exclusão desses efeitos no cálculo do índice de alavancagem para o propósito específico de avaliação de *covenants*.

Com base na análise desses indicadores, é definida a gestão de capital de giro de forma a manter a alavancagem natural da Companhia e suas Controladas em níveis iguais ou inferiores ao índice de alavancagem que a Administração considera como adequado.

A tabela a seguir apresenta os prazos contratuais (representando fluxos de caixa contratuais não descontados) de passivos financeiros:

						Consolidado
31 de dezembro de 2014	2015	2016	2017	2018	Após	Total
Fornecedores	2.028.303	-	-	-	-	2.028.303
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.470.237	714.354	659.247	2.526.727	5.499.778	10.870.343
Juros sobre debêntures	190.582	-	-	-	-	190.582
Passivos financeiros derivativos	16.911	8.418	271.450	100.437	14.104	411.320
Total	**3.706.033**	**722.772**	**930.697**	**2.627.164**	**5.513.882**	**13.500.548**

31 de dezembro de 2015	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**Após**	**Total**
Fornecedores	1.818.991	-	-	-	-	1.818.991
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.772.411	1.011.436	2.330.304	2.591.132	4.180.017	11.885.300
Juros sobre debêntures	236.807	-	-	-	-	236.807
Passivos financeiros derivativos	79.024	382.984	155.733	25.677	-	643.418
Total	**3.907.233**	**1.394.420**	**2.486.037**	**2.616.809**	**4.180.017**	**14.584.516**

33.7. Risco de Crédito

A Companhia e as suas Controladas estão sujeitas ao risco de crédito. O risco de crédito trata de prejuízos financeiros do grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem em grande parte dos recebíveis.

A Companhia e as suas Controladas limitam suas exposições através de análise de crédito e gestão da carteira de clientes, buscando minimizar a exposição econômica a um dado cliente e/ou mercado que possa vir a representar perdas expressivas.

A Política de Risco de Crédito Global determina as diretrizes para a gestão do risco de crédito financeiro pautada nas seguintes bases:

- Limitação da concentração do risco de crédito líquido de contraparte em 15% do total do ativo circulante;
- Aplicação dos recursos financeiros em instituições financeiras sólidas e de primeira linha, através da avaliação do seu *rating*;
- Equalização das posições passivas com as posições ativas.

As avaliações realizadas são baseadas nos fluxos de informações e de monitoramento do volume de compras no mercado. Os controles internos englobam a atribuição de limites de crédito.

A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia e suas Controladas são os valores a receber de clientes apresentados na nota explicativa nº 6. O valor do risco efetivo de eventuais perdas encontra-se apresentado como provisão para risco de crédito, na referida nota.

A seguir estão os valores de ativo financeiro sujeitos a risco de crédito:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Caixa e equivalentes de caixa	276.982	387.828	1.630.368	1.091.685
Aplicações Financeiras	1.601.157	455.589	3.374.753	1.568.082
Valores a receber - clientes nacionais	141.626	195.800	528.010	941.277
Valores a receber - clientes internacionais	306.212	77.136	475.707	677.483
Outros valores a receber	9.060	9.491	119.833	109.484
Total	**2.335.037**	**1.125.844**	**6.128.671**	**4.388.011**

33.8. Valor Justo de Instrumentos Financeiros

O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Companhia consiste em calcular o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da base de dados da Bloomberg, à exceção dos derivativos de mercado futuro que têm os valores justos calculados com base nos ajustes diários das variações das cotações de mercado das bolsas de mercadorias e futuros que atuam como contraparte.

De acordo com o IFRS 7, a Companhia e suas Controladas classificam a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, conforme os seguintes níveis:

- **Nível 1:** Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos;
- **Nível 3:** Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Companhia e suas Controladas não possuem instrumentos neste nível de mensuração.

Atualmente todos os instrumentos financeiros do grupo Marfrig têm o seu valor justo mensurado confiavelmente, dessa forma classificados em nível 1 e 2, conforme demonstrado a seguir:

			Consolidado
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo circulante			
Aplicações financeiras - mantidas para negociação	-	3.374.753	-
Títulos a receber - derivativos	14.515	382.984	-
Passivos não circulantes			
Títulos a pagar - derivativos	(77.135)	(566.283)	-
Total	**(62.620)**	**3.191.454**	**-**

A Administração entende que os resultados obtidos com estas operações de derivativos atendem à estratégia de gerenciamento de risco adotada pela Companhia e suas Controladas.

34. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o lucro foram apurados conforme legislação em vigor, Lei nº 12973/2014 que põe fim ao Regime Tributário de Transição - RTT, previsto na Lei nº 11.941/09 e passa a adotar uma contabilidade societária (para atender as NBC TGs) e também uma contabilidade fiscal (para atender a legislação do IR/CSLL).

Os cálculos do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro, bem como suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por exercícios e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

Demonstramos o cálculo e a conciliação do montante de Imposto de Renda e da Contribuição Social apresentados no resultado do exercício:

	Continuado		Continuado	
	Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado
Tributo	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Lucro (prejuízo) antes dos efeitos tributários	(1.873.202)	(1.243.957)	(1.808.474)	(1.120.489)
Adições				
Adições do IRPJ	2.271.747	712.108	2.681.565	651.896
Adições do CSLL	2.271.747	712.108	2.671.332	684.746
(-) Exclusões				
(-) Exclusões do IRPJ	(2.840.186)	(1.113.599)	(3.020.429)	(1.119.301)
(-) Exclusões do CSLL	(2.840.186)	(1.113.599)	(3.020.429)	(1.132.880)
Base de cálculo				
Base de cálculo do imposto de renda	(2.441.641)	(1.645.448)	(2.147.338)	(1.587.894)
Base de cálculo da contribuição social	(2.441.641)	(1.645.448)	(2.157.571)	(1.568.623)
Empresas com prejuízo fiscal	-	-	(1.276)	(49.181)
Empresas com base negativa	-	-	-	(1.730)
Base de cálculo ajustada IRPJ	(2.441.641)	(1.645.448)	(2.148.614)	(1.637.075)
Base de cálculo ajustada CSLL	(2.441.641)	(1.645.448)	(2.157.571)	(1.570.353)
(-) Compensação de prejuízo fiscal	-	(6.435)	-	(6.918)
(-) Compensação de base negativa de CSLL	-	(6.435)	-	(7.003)
Base de cálculo após compensação				
Base de cálculo após compensação IRPJ	(2.441.641)	(1.651.883)	(2.148.614)	(1.643.993)
Base de cálculo após compensação CSLL	(2.441.641)	(1.651.883)	(2.157.571)	(1.577.356)
Imposto de renda (15%)	-	-	(129.505)	(30.744)
Adicional (10%)	-	-	-	15.989
(-) PAT	-	-	-	(951)
Imposto de renda total	-	-	(129.505)	(15.706)
Contribuição social (9%)	-	-	1.418	12.959
	-	**-**	**(128.087)**	**(2.747)**
Diferença de alíquota sobre os resultados do exterior	-	-	204.501	120.285
Total de tributos	**-**	**-**	**76.414**	**117.538**
Efeito na Demonstração de Resultados - Tributos Correntes (2)	-	-	76.414	117.538

...continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
Tributo	**Grupo**	**31/12/15**	**31/12/14**	**31/12/15**	**31/12/14**
(-) Imposto de renda - Corrente	Passivo circulante (2)	-	-	(74.996)	(104.796)
Imposto recolhido no exterior	Passivo circulante	-	-	-	(7.760)
Imposto de renda diferido - Ativos (1)	Ativo não circulante	161.260	296.456	252.506	312.829
Imposto de renda diferido - Passivo (1)	Passivo não circulante	4.438	4.626	(43.123)	3.479
Líquido (3)	**Resultado**	**165.698**	**301.082**	**134.387**	**203.752**
(-) Contribuição social - corrente	Passivo circulante (2)	-	-	(1.418)	(12.742)
Contribuição social diferida - Ativa (1)	Ativo não circulante	58.054	106.725	73.164	112.093
Contribuição social diferida - Passiva (1)	Passivo não circulante	1.597	1.665	1.783	2.097
Líquido (3)	**Resultado**	**59.651**	**108.390**	**73.529**	**101.448**

(1) Referem-se ao Imposto de Renda diferido e a contribuição social diferida, apurados sobre: os tributos com exigibilidade suspensa (estimativas) que foram adicionados na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social; aproveitamento fiscal de ágio pago sobre rentabilidade futura; e prejuízo fiscal/base negativa de CSLL, os quais estão demonstrados nas notas explicativas nº 12 e 24.

(2) Corresponde ao Imposto de Renda e a Contribuição Social apurados sobre os resultados correntes gerados no exercício e efetivamente pagos/compensados durante o ano e/ou a serem pagos/compensados em anos subsequentes.

(3) A diferença entre os valores dos impostos demonstrados nesta nota e os valores encontrados na Demonstração de Resultado, que é parte integrante destas informações contábeis, refere-se ao imposto apurado na venda da Moy Park, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13.3.

35. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Sustentabilidade é um dos pilares da estratégia corporativa da Marfrig Global Foods e permeia todas as suas atividades e divisões. A Companhia tem o compromisso de manter o equilíbrio econômico, social e ambiental em seus negócios, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade e a preservação do planeta.

A Marfrig é uma referência em sustentabilidade em seus segmentos de atuação. Respeitando aspectos culturais e práticas de negócios locais, segue uma estratégia de aperfeiçoamento contínuo, pioneirismo e inovação tecnológica, aliado à transparência de suas ações e práticas de governança corporativa.

A Companhia também trabalha para fomentar a atividade agropecuária de forma sustentável. Por meio de programas como o Marfrig Club, a Companhia enaltece e bonifica produtores conscientes, orientando-os a alcançar as mais modernas certificações de propriedade voltadas à produção de alimentos e ainda premia animais de fazendas com boas práticas agropecuárias e de gestão. Por meio de uma relação profissional com o fornecedor, a Marfrig é capaz de monitorar a origem dos animais, assegurando, por exemplo, a não existência de qualquer inconformidade socioambiental, bem como, estimular a evolução das fazendas brasileiras e reconhecer aquelas com as melhores práticas de produção, de gerenciamento do capital humano e dos recursos da natureza.

Um dos resultados desse esforço foi que, em junho de 2012, a Marfrig Global Foods se tornou a primeira indústria de alimentos do setor de proteína animal a rastrear o ciclo completo de produção de carne bovina com a chancela do Imaflora (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola), o que lhe conferiu o direito de utilizar o selo *Rainforest Alliance Certified* (RAC). Esse certificado permite que quatro unidades da Marfrig Beef (Tangará da Serra - MT; Pampeano - Hulha Negra e Bagé/RS e Promissão - SP) produzam e comercializem internacionalmente produtos com o "selo verde da pecuária".

Em 2015, a Marfrig lançou, em parceria com cliente europeu, o primeiro hambúrguer certificado Rainforest Alliance, que irá atender redes de varejo na Europa com carne produzida de acordo com os mais altos padrões de sustentabilidade.

A Companhia também firmou, em 2013, parceira com a *The Nature Conservancy* (TNC), uma das maiores organizações ambientais do mundo, e o Walmart, líder global em varejo, para fomentar a pecuária sustentável no sudeste do Pará, contribuindo para a conservação do bioma Amazônia e incentivando a adoção de boas práticas socioambientais. Em 2015, avançamos na disseminação de boas práticas no Sul do Pará, assim como a assistência técnica aos produtores, tanto em questões ambientais como de bem estar animal. Além das ações em campo, trabalhamos na elaboração de plano comercial para lançamento da carne oriunda do projeto no mercado, que trará maior visibilidade e engajamento por parte do consumidor final.

Pela 2ª vez consecutiva, a Companhia publicou relatório que checou as compras de bovinos realizadas no ano de 2014, produzido a partir de auditoria da DNV-GL (consultoria contratada com o objetivo de avaliar de modo independente as informações e processos da empresa) que atestou a manutenção das boas práticas de sustentabilidade da empresa na compra de gado utilizado em suas unidades localizadas no bioma Amazônia, de acordo com os critérios estabelecidos no compromisso público firmado com o *Greenpeace* em 2009 e nos "Termos de Referência 2015". A Marfrig vem trabalhando junto aos fornecedores no desenvolvimento de boas práticas de gestão, assegurando maior produtividade e conservação ambiental, evitando o desmatamento e assim possibilitando acesso aos mercados mais exigentes

A auditoria foi realizada no período de 05 de março a 08 de abril de 2015, e atestou que, em 2014, não foi identificada nenhuma operação de compra de gado da Marfrig que contrariasse os pontos do compromisso público assumido pela empresa com a organização não governamental *Greenpeace* para a produção responsável no Bioma Amazônia em sua cadeia de fornecimento.

O bem-estar animal é uma preocupação da Marfrig. Há quase uma década intensificamos os trabalhos nesse assunto, por entender que os animais devem ser tratados de forma digna durante todo o ciclo de sua vida. É de nosso interesse implementar e manter os procedimentos, a fim de garantir a qualidade e segurança de nossos produtos e a satisfação de nossos clientes, melhoria contínua em todas as etapas de manejo, buscando na medida do possível, adaptações que prezam também atender as cinco liberdades inerentes aos animais, conforme definido pela FAWC (*Farm Animal Welfare Council* - Inglaterra). Pensando na evolução dos trabalhos realizados internamente pela nossa equipe nas plantas e avaliando a necessidade em levar os resultados ao conhecimento de todas as instâncias, criamos o Comitê de Bem-estar Animal. Neste ano de 2015, a Marfrig subiu uma posição no *ranking* "*The Business Benchmark on Farm Animal Welfare*" (BBFAW), que aponta as empresas com as melhores práticas de bem-estar animal do mundo, e foi classificada como *Tier* 2 ao lado de empresas como Unilever e McDonald's. No ano passado, a Marfrig já figurava como uma das empresas brasileiras mais bem colocadas no *ranking* com o Tier 3.

De acordo com o BBFAW 2015, alguns dos destaques da Marfrig foram: o compromisso com o bem-estar animal em todos os países onde a companhia atua e o Marfrig Club, programa de fomento juntos aos pecuaristas que está presente em todos os estados em que a empresa possui operação, com mais de 3.500 propriedades associadas.

Para criar oportunidades de desenvolvimento educacional e recreação para crianças, adolescentes, idosos de comunidades em situação de vulnerabilidade socioeconômica nos municípios onde estão localizadas as plantas da Companhia, foi criado o Instituto Marfrig Fazer e Ser Feliz. Atualmente, o programa do Instituto oferece atividades de extensão curricular voltadas para educação, esporte, cultura, saúde e alimentação e beneficia mais de 200 crianças em suas unidades nos municípios de Promissão (SP), Bataguassu (MS), Tangará da Serra (MT), Paranatinga (MT), Chupinguaia (RO), São Gabriel (RS), Hulha Negra (RS) e Bagé (RS).

Mais informações sobre a estratégia de sustentabilidade da Marfrig Global Foods e seus resultados estão disponíveis em www.marfrig.com.br/sustentabilidade.

36. RESULTADO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

De acordo com o fato relevante publicado ao mercado em 21 de junho de 2015, a Companhia celebrou no dia 19 de junho de 2015 um Contrato de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças, por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para a alienação pela Companhia de determinadas participações societárias em sociedades do seu grupo que detém a unidade de negócios Moy Park à JBS S.A. Em 28 de setembro foi implementado o fechamento dessa operação, conforme fato relevante publicado nessa mesma data.

Em 30 de setembro de 2015 o Comitê de Gestão deliberou sobre a disponibilização dos ativos das unidades de negócios Marfrig Argentina S.A. e da sociedade Marfood USA, Inc. para alienação, ambas pertencentes ao segmento de negócios Marfrig Beef, e autorizou a Administração da Companhia a realizar todos os esforços para o cumprimento destas deliberações.

No dia 29 de dezembro de 2015 a Companhia deliberou sobre disponibilização para venda da empresas MFG Agropecuária Ltda., pertencente ao segmento de negócio Marfrig Beef ao Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos.

O segmento Moy Park e as empresas do segmento Marfrig Beef não eram anteriormente classificado como uma operação descontinuada ou como mantido para venda e em atendimento a NBC TG 31 (R3), o resultado das operações descontinuadas e o fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, são resumidos a seguir:

Resultado das operações descontinuadas

	Consolidado	
	31/12/2015 (*)	**31/12/2014 (**)**
Receita líquida	6.268.372	5.864.563
Custo dos produtos vendidos	(5.730.866)	(5.180.709)
Lucro bruto	537.506	683.854
Receitas (despesas) operacionais e financeiras	518.929	(605.676)
Resultado operacional	1.056.435	78.178
Imposto de renda e contribuição social	(469.000)	16.818
Resultado das operação descontinuadas	**587.435**	**94.996**
Participação dos acionistas não-controladores	(176)	17
Resultado líquido das operações descontinuadas	**587.259**	**95.013**

Fluxo de caixa das operações descontinuadas

	Consolidado	
	31/12/2015 (*)	**31/12/2014 (**)**
Resultado do período	587.259	95.013
Itens que não afetam o caixa	(230.313)	296.101
Provenientes das mutações patrimoniais	(374.135)	(665.746)
Utilizado nas atividades de investimento	4.542.093	(345.240)
Utilizado nas atividades de financiamento	389.655	683.167
Variação cambial s/caixa e equivalente de caixa	115.567	6.348
Baixa de caixa das operações descontinuadas	(744.752)	-
Operações descontinuadas líquido de caixa	**4.285.374**	**69.643**

(*) Contempla as operações do segmento Moy Park e Marfrig Beef;

(**) Contempla as operações do segmento Marfrig Beef, Moy Park e das empresas da França que antes da data de 31/03/2014 eram consideradas no segmento Keystone.

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 22 de janeiro de 2016 a Companhia comunicou aos seus Debenturistas e ao mercado em geral o pagamento de juros referentes à 5ª emissão de Debêntures Mandatoriamente Conversíveis em ações (ISIN: BRMRFGDBO019). Em 26 de janeiro de 2016 o pagamento dos juros foi efetuado no montante total de R$ 312.194 mil, resultando no valor de R$ 1.452 para cada uma das 214.955 debêntures emitidas.

No dia 29 de janeiro de 2016 a Companhia concluiu, conforme comunicado emitido ao mercado em 10 de fevereiro de 2016, a transação com partes relacionadas em que a totalidade de sua participação acionária na empresa MFG Agropecuária Ltda. foi vendida ao sócio controlador, Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos. A negociação entre as partes reflete condições comerciais de compra e venda de participações societárias estritamente compatíveis e adequadas ao que usualmente é praticado pelo mercado. A transação foi objeto de deliberação e aprovação prévia do Comitê de Auditoria, do Comitê de Gestão e do Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos da Marfrig, bem como realizada e suportada por Laudo de Avaliação técnico produzido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. O desinvestimento realizado na MFG está alinhado com o plano estratégico "Focar para Ganhar", visando uma operação mais simples e focada nos seus ativos principais.

Conselho de Administração

MARCOS ANTONIO MOLINA DOS SANTOS - Presidente do Conselho
MARCIA A. P. MARÇAL DOS SANTOS - Conselheira
RODRIGO MARÇAL FILHO - Conselheiro
ALAIN EMILIE HENRY MARTINET - Conselheiro
DAVID G. MCDONALD - Conselheiro Independente
ANTONIO DOS SANTOS MACIEL NETO - Conselheiro Independente
HERCULANO ANÍBAL ALVES - Conselheiro Independente
CARLOS GERALDO LANGONI - Conselheiro Independente
MARCELO MAIA DE AZEVEDO CORREA - Conselheiro Independente

Conselho Fiscal

AXEL ERHARD BROD - Conselheiro Efetivo
EDUARDO AUGUSTO ROCHA POCETTI - Conselheiro Efetivo
ROBERTO LAMB - Conselheiro Efetivo
CHRISTIANO ERNESTO BURMEISTER - Conselheiro Suplente
PETER VAZ DA FONSECA - Conselheiro Suplente
CARLOS ROBERTO DE ALBUQUERQUE SÁ - Conselheiro Suplente

Diretoria

MARTIN SECCO ARIAS - Diretor Presidente
MARCELO DI LORENZO - Diretor de Planejamento Estratégico e Relações com Investidores
RICARDO FLORENCE DOS SANTOS - Diretor Administrativo Financeiro
HERALDO GERES - Diretor Jurídico
TANG DAVID - Diretor sem Designação Específica
RODRIGO MARÇAL FILHO - Diretor sem Designação Específica

Rogerio de Moraes Freitas
Contador – CRC nº 1SP226572/O-0

Ata do Comitê de Auditoria

Local, Hora e Data: Em 26 de fevereiro de 2016, às 8h, na sede social da Marfrig Global Foods S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco A, 5º Andar, Sala 01, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Convocação e Presenças:** Dispensada a convocação por estar presente a totalidade dos membros do Comitê de Auditoria, sendo, Srs. Marcelo Maia de Azevedo Correa, Antonio dos Santos Maciel Neto, Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos e Marcos Antonio Molina dos Santos. **Composição da Mesa: Presidente:** Marcelo Maia de Azevedo Correa; **Secretário:** Marcos Antonio Molina dos Santos. **Ordem do Dia:** Apreciação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. **Deliberações tomadas por unanimidade:** Os membros do Comitê de Auditoria examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das notas explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 e, considerando o parecer da BDO RCS Auditores Independentes, **OPINAM** que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária. **Encerramento e Lavratura:** Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, conferida, e por todos assinada.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2016.

Mesa:

Marcelo Maia de Azevedo Correa - Presidente
Marcos Antonio Molina dos Santos - Secretário

Membros do Comitê de Auditoria:

Marcelo Maia de Azevedo Correa | **Antonio dos Santos Maciel Neto** | **Marcos Antonio Molina dos Santos** | **Marcia A. Pascoal Marçal dos Santos**

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal examinou as Demonstrações Financeiras e correspondentes Notas Explicativas, o Relatório Anual da Administração e o Relatório dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. O Conselho Fiscal ao longo do exercício: acompanhou os trabalhos de reporte da Companhia mediante entrevistas e solicitações de esclarecimentos sobre o entendimento das questões contábeis e patrimoniais relevantes da Companhia, em sessões com representantes da Administração da Companhia e com os auditores independentes; acompanhou e discutiu com a Administração da Companhia as questões relevantes de gestão e desempenho dos negócios; indagou a Administração sobre o acompanhamento dos riscos; apreciou as divulgações aos acionistas, inclusive os informes trimestrais; indagou a Administração e a auditoria independente quanto à efetividade dos controles internos implantados e gerenciados pela Administração; discutiu com as áreas técnicas da Companhia e da auditoria independente as premissas e os cálculos relativos às avaliações de recuperabilidade de ativos (*impairment*) e de realização de créditos fiscais diferidos, este último com suporte de parecer independente. **Conclusão:** Com base nesses trabalhos e evidências e à vista do Relatório emitido pela BDO RCS Auditores Independentes, os conselheiros fiscais opinam que as Demonstrações Financeiras e correspondentes Notas Explicativas e o Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, aprovados pelo Conselho de Administração, estão em condições de serem apreciados pelos acionistas da Companhia, quando da Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2016.

Axel Erhard Brod - Membro Efetivo
Eduardo Augusto Rocha Pocetti - Membro Efetivo
Roberto Lamb - Presidente

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Marfrig Global Foods S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Marfrig Global Foods S.A.** ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da **Marfrig Global Foods S.A.** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas *IFRS*, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2016.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Esmir de Oliveira
Contador CRC 1SP 109628/O-0